



Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia

JOÃO ARNALDO MACHADO GOMES

A “República de Saias”
Trabalho feminino em Belém (1890-1920)

Belém-Pará
2024

JOÃO ARNALDO MACHADO GOMES

A “República de Saias”
Trabalho feminino em Belém (1890-1920)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em História. Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Franciane Gama Lacerda
(PPHIST/UFGPA).

Belém-Pará
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G633r Gomes, João Arnaldo.
A “República de Saias” : Trabalho feminino em Belém
(1890-1920) / João Arnaldo Gomes. — 2024.
217 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Franciane Gama Lacerda
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
História, Belém, 2024.

1. Belém-PA. 2. Imprensa. 3. Trabalho feminino. I. Título.

CDD 981.15

Agradecimentos

Agradeço à Universidade Federal do Pará, ao Programa de Pós-graduação em História (PPHIST) e à CAPES, pelo financiamento que tornou possível a realização desse trabalho.

Aos funcionários do Laboratório de História (FAHIS-UFPA) da Seções de Microfilme e Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Viana e do Centro de Memória da Amazonia (CMA-UFPA).

Aos meus colegas de turma, os quais compartilharam comigo a caminhada na Pós-Graduação e dos momentos de pesquisa e escrita.

Aos professores das disciplinas pela demonstração de interesse em ministrar suas aulas.

Às avaliadoras da qualificação, Prof.^a Dr.^a Maria de Nazaré Sarges e Prof.^a Dr.^a Cristina Donza Cancela, pela leitura e orientações que foram fundamentais para a escrita desse trabalho.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Franciane Gama Lacerda pela compreensão e paciência com as quais sempre me atendeu no processo de orientação.

Lista de figuras

Figura 1: Anúncio Bretel, 1899, p. 52.

Figura 2: Anúncio da Emulsão de Scott, p. 53.

Figura 3: Anúncio do xarope Bromil, p. 54.

Figura 4: Anúncio Laboratório Daudt e Lagunlila, p. 55.

Figura 5: Anúncio Pílulas de Reuter, 1919, p. 56.

Figura 6: Anúncio Rhodine, 1918, p. 57.

Figura 7: Anúncio Companhia de Gás Paraense, p. 92.

Figura 8: Anúncio Ama de Leite, 1916, p. 99.

Figura 9: Anúncio Nestlé, 1890, p. 101.

Figura 10: Planta da cidade de Belém do Pará, p. 110.

Figura 11: Lavanderia do Instituto Gentil Bitencourt, p. 114.

Figura 12: Anúncio Lavanderia, 1891, p. 116.

Figura 13: Lavanderia do Asilo da Mendicidade, 1908, p. 118.

Figura 14: Trecho da coluna Pelo Telephone, p. 120.

Figura 15: Planta da cidade de Belém, 1905, p. 121.

Figura 16: Anúncio Singer, 1871, p. 137.

Figura 17: Oficina de Costura do Instituto Gentil Bitencourt, p. 134.

Figura 18: Primeira turma da Faculdade de Medicina do Pará, p. 163.

Figura 19: Formandos da primeira turma da Escola Livre de Odontologia do Pará, p. 167.

Figura 20: Anúncio Dentalba, 1919, p. 170.

Figura 21: Formandos da Escola Normal do ano de 1914 p. 180.

Figura 22: Estação Central Telefônica de Belém. 1895, p. 185.

Figura 23: Turma de datilografia da Escola Prática do Comércio do Pará do ano de 1919, p. 187.

Figura 24: Anúncio da Remington, p. 188.

Sumário

Lista de figuras	5
Resumo	7
Introdução	8
Capítulo I: Feminismo e emancipação feminina na imprensa belenense	24
“O feminismo na ponta”	24
Um reflexo nas letras	35
Sobre a emancipação feminina	39
A mulher moderna	59
Capítulo II: As serviçais domésticas	65
Da servidão escrava ao trabalho livre	65
A regulamentação dos serviços domésticos	70
A criadagem e o trabalho doméstico	72
Amas de leite	94
Capítulo III: Entre tecidos e tramas	106
Nos lavadouros e lavanderias	108
Dias à fio, à agulha e tesoura	131
Capítulo IV: Nas vias acadêmicas	147
As mulheres na saúde	147
A professora	175
Telefonistas e secretárias	183
Considerações	192
Fontes	202
Referências bibliográficas	204

Resumo

Na presente tese analiso o trabalho feminino na cidade de Belém nas primeiras três décadas da República brasileira. Adentrando o espaço das representações construídas sobre as mulheres no contexto de desenvolvimento do movimento feminista na Europa e nos Estados Unidos, estabeleceu-se uma relação entre essas representações e o cotidiano das mulheres trabalhadoras belenenses, as quais, de maneiras diversas, se encontravam inseridas ou buscavam se inserir no mundo do trabalho. Tendo em vista a imprensa periódica como importante instrumento de reprodução e divulgação dessas representações, elegi os jornais como principais fontes, visto poder identificar, neles, as representações mais frequentes do feminino, embora que por meio de vestígios fragmentários e dispersos que ficaram de registro sobre as mulheres que viveram na capital paraense durante o período. Auxiliado por esta fonte, mas tendo, entretanto, em outras espécies de fontes, como os Relatórios de Governos, importantes instrumentos por meio dos quais pude mapear nos diferentes espaços da cidade, uma população feminina que se mostrava ativa em diversos setores do trabalho urbano e que, embora vivendo sob rígidas normas que decretavam a submissão feminina ao masculino, criaram meios de ir além dos imperativos e exigir, às vezes sob protestos, às vezes sob ações silenciosas e progressivas, soluções e direitos que lhe eram social e politicamente negados.

Palavras-chave: Belém-PA; imprensa; trabalho feminino; século XIX e XX

Abstract

In this thesis, I analyze women's labor in the city of Belém during the first three decades of the Brazilian Republic. By exploring the representations constructed about women within the context of the feminist movement's development in Europe and the United States, I establish a relationship between these representations and the daily lives of working women in Belém, who, in various ways, participated or sought to participate in the labor market. Considering the periodical press as a significant instrument for reproducing and disseminating these representations, I selected newspapers as my primary sources. These publications provided the most prevalent representations of women, albeit through fragmentary and scattered traces of the lives of women in the capital of Pará during this period. While newspapers were my main source, I also utilized other materials, such as Government Reports, as valuable tools for mapping different areas of the city. This approach allowed me to identify a female population engaged in various sectors of urban labor who, despite being subjected to rigid norms dictating female submission to male authority, devised ways to transcend these constraints. Through protests or gradual, silent actions, these women sought solutions and demanded rights that were socially and politically denied to them.

Keywords: Belém-PA; press; women's labor; 19th and 20th century

Introdução

Lucrécia Lima, Ana Maria Tourão, Mônica Maria, Cândida Maria da Conceição, Ana Malka, Maria da Conceição, Agda Maria da Costa, Maria Medeiros, Ana da Rocha Pires, Antônia Maria do Espírito Santo, Albertina Cruz, Olympia Julia Fonseca, Anna Pereira de Queiroz, Antônia da Conceição Ferreira, Fortunata Luzia da Costa. Josefa Amoestro, Felicidade Pierro, Elvira Victoria Monteiro da Silva, Faustina Pereira Maedan Diva Lisboa, Raymunda Ferreira Salles, Noêmia Castro, Maria Grazia Tretola, Maria da Glória Coutinho de Oliveira, Luíza Biscioni, Hilda Franco, Marguerite Muriel, Maria Virgem do Carmo, Honorina Alves Sobral Bentes, Christina de Holanda e Costa, Margarida de Nazareth Tavares, Vicencia Trajano, Sabastiana da Trindade, Maria Faria Damasceno, Anna da Rocha Pires, Leonor Blanco, Aguida Maria da Costa, Clotilde Goeppert, Anna França Pereira, Ursula Mello, são nomes que talvez você venha a lembrar na medida em que adentrar na leitura desse estudo.

São nomes de mulheres que viveram e atuaram no mundo do trabalho em Belém sob um contexto demarcado pelas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX. Pertencentes a famílias de classe alta, média ou pobres, viveram o momento no qual o país passava por transformações profundas em seus aspectos sociais, econômicos e políticos que modificaram de modo significativo o perfil da sociedade. Negras, brancas e indígenas, muitas delas testemunharam a abolição do regime de trabalho escravista em 1888, o início de um Brasil no qual passou a vigorar o trabalho da mão de obra livre e remunerada e, no ano seguinte, a instalação da República que substituiu a Monarquia como forma de governo. Casadas, solteiras, viúvas, amasiadas, viveram as décadas iniciais da primeira Constituição republicana, a qual outorgada em 1891, determinou que o governante central, agora representado pelo presidente da República que deveria ser escolhido por meio do sufrágio *universal*, o elemento de uma teoria política que confrontaria sem sucesso a realidade brasileira da persistente prática do voto censitário, a qual, marcada pelo gênero e capacidade econômica, limitou o direito de voto a apenas uma categoria de homens maiores de idade, alfabetizados e com determinada renda.

Excluídas das possibilidades de voto, lavadeiras, médicas, amas de leite, cozinheiras, odontólogas, operárias, modistas, professoras, parteiras, datilógrafas, conscientes ou não dos limites da sua cidadania, devem ter sentido o caráter de urgência no estabelecimento da nova demarcação constitucional exigida pela república do mesmo modo que percebiam a morosidade com a qual era tratado o processo de elaboração do Código Civil Brasileiro, estabelecido apenas em 1916. Às mulheres, as quais haviam sido privadas do direito ao voto, era interessante esse código, visto que, tratando-se do âmbito do direito privado dos cidadãos, dizia respeito às regras relativas à convivência civil, à propriedade, às relações de família e

sucessão, aos contratos e aos diferentes modos de incapacidade e exercício de direitos, interessava as suas resoluções.

No âmbito da reorganização social, desde o século XIX já se assistia a um processo de institucionalização da medicina como a produtora de um saber capaz de ordenar e orientar os diversos setores da sociedade, interferindo na formatação do espaço urbano, nos ambientes de trabalho, nas relações familiares e nas definições e atribuições dos corpos masculinos e femininos. Na República, adquirindo a função de responsável pela produção de uma nova ideologia, o estabelecimento de ideais higienistas orientariam a coletividade por meio de nova conduta que provocaria modificações no comportamento social, cuja verificação se daria especialmente na reorganização ideológica da família, núcleo do projeto burguês de normatização da sociedade brasileira, com vista ao estabelecimento da saúde psíquica e física que garantisse filhos saudáveis, futuros cidadãos da República. Emergindo como referência dessa reformatação social, a figura da mulher sobressairá como central da redefinição da família, necessitada da criação urgente de um modelo imaginário de *mulher*, a qual, ressurgindo voltada para a intimidade do lar, eram atribuídos os papéis de esposa, mãe, dona de casa afetiva condicionada aos afazeres domésticos e responsável pela educação dos filhos.¹

Nesse contexto nacional de nova legislação e organização social, Belém era uma cidade em franco crescimento que, desde as últimas décadas do século XIX, era estimulada por uma fortalecida economia resultada do movimentado comércio da borracha. Marcada nas primeiras décadas pós-abolição e republicanas por um acelerado processo de modificação em sua estrutura urbana onde passaram a se destacar em sua paisagem física inúmeras edificações públicas e residenciais, as quais, planejadas por meio de uma arquitetura europeia que expressava riqueza e poder, pretendiam ser símbolos da modernidade e expressão dos ideais de progresso e de civilização introduzidos na região por seus governantes.² Enquanto os prédios públicos abrigavam as sedes dos poderes políticos, os construídos para a residência das famílias de seringalistas, fazendeiros e políticos, ambos verdadeiros palácios e palacetes que se destacavam nas margens das principais avenidas da cidade, contrastando com casas modestas e habitações coletivas que abrigavam o grande contingente da população pobre.³

¹ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico*. In: O Corpo feminino em debate. Maria Izilda Santos de Matos. e Rachel Soihet (Orgs.). São Paulo: Editora UNESP, 2003.

² SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu. 2010.

³ SOARES, Karol Gillet. *As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910)*. Dissertação de Mestrado-Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2008.

E da mesma maneira que prédios públicos e residenciais se multiplicavam por meio da introdução e implementação de novas técnicas e tecnologias da engenharia arquitetônica urbana importadas dos Estados Unidos e da Europa, uma especificamente industrial se disseminava por meio de importação de maquinários e ferramentas fabris que permitiram a instalação de uma variedade de fábricas que marcou o processo de mecanização dos meios de produção e o perfil da mão de obra na capital paraense.⁴ Desde modernas lavanderias a fábricas de roupas, no ambiente fabril as máquinas passariam a fazer parte do cotidiano de trabalho de muitas mulheres, as quais teriam que lidar com o movimento e ritmo mecânico demarcado de produção. Desse modo, o desenvolvimento da cidade fez com que muitas mulheres estivessem cada vez mais acessíveis a um trabalho remunerado, seja como autônoma ou vinculadas a um emprego. De formas distintas, obviamente, as de classes populares se ocupavam no exercício das tradicionais atividades de cozinheiras, lavadeiras, engomadeiras, passadeiras amas de leite, ama seca ou passaram a exercer uma série de atividades novas como camareiras de hotéis, operárias, secretárias e caixeiras, além do magistério na escola primária. Contudo, em menor número, algumas das classes mais abastadas, sob a influência do ideal feminista de emancipação, vendo a oportunidade de continuarem a sua instrução educacional até a formação superior, atrelaram a instrução com o trabalho, passando a exercer, a profissão de professoras e outras até então consideradas eminentemente masculinas, como a medicina, a odontologia e farmácia.⁵

Obviamente que, embora essa maior e mais abrangente inserção das mulheres no mundo do trabalho se vincule à necessidade financeira, a crescente valorização da mulher na sociedade da época, observada no final do século XIX, e o contágio das ideias de emancipação feminina, fruto do movimento feminista, têm a sua fundamental importância no processo de inserção das mulheres no mundo do trabalho. Semelhante ao que ocorreu nos principais centros urbanos brasileiros, o início da República representou em Belém um período de certa divulgação de reivindicações femininas. Debates que se inserem num contexto de relativa liberdade civil em que os direitos do *cidadão* pode ser entendida por uma forma enunciativa na qual a pretensa *universalidade* funcionava mais como um marco de exclusão que privava todos aqueles que, como as mulheres, não estavam incluídos nos seus critérios.⁶ No entanto,

⁴ MOURÃO, Leila. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas Memórias da indústria Paraense. Niterói, 2017.

⁵ CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. *Trabalho e emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)*. Dissertação (Mestrado). PPHIST – Universidade Federal do Amazonas, 2010.

⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

características próprias desse período, tais como a laicização dos costumes, a organização social cada vez mais urbanizada e uma incipiente industrialização compreendida pela instalação de fábricas de pequeno e médio portes que demandavam por mão de obra barata, acabaram por colaborar indiretamente para que se estabelecessem reivindicações femininas por instrução, trabalho assalariado e autonomia civil e política.⁷

Nesse contexto, assumindo a função de detentora e divulgadora das notícias, mas refletindo, contudo, o pensamento social, a imprensa jornalística assume também a função de porta-voz desse debate, adotando, contudo, posicionamentos rígidos e diferenciados diante das ações dessa emancipação feminina, entendida por muitos autores dos textos jornalísticos como um *modismo* – especialmente em seu aspecto que estava relacionado ao trabalho –, ou um desvio de conduta da mulher. Desse modo, alguns jornais, transmitindo à sociedade suas preocupações com o Feminismo, representam-no como a subvertida origem das lutas pela emancipação que acarretava na modificação dos papéis socialmente pensados para as mulheres. Sob esses aspectos das representações do movimento, das feministas e das mulheres em geral na imprensa paraense, reporto-me ao estudo de Bianca Sotero de Menezes, no qual, analisando as representações sobre as mulheres manauaras na imprensa amazonense à maneira da Nova História Cultural, mostra que o simbólico, muitas vezes silencioso, revela traços de rebeldia e conflito por meio de estratégias afirmadoras que a permitiu iluminar uma importante parte da história das mulheres durante os anos provinciais amazonenses.⁸

Tendo como finalidade analisar o trabalho feminino em Belém entre os anos de 1890 a 1920, o recorte temporal dessa tese se explica no fato de ser este, um período compreendido pelas décadas nas quais foram sentidos os primeiros resultados consequentes das mudanças causadas tanto pela nova legislação que passou a gerir a sociedade republicana quanto pelas leis delas derivadas que passaram a gerir as novas relações de trabalho advindas da instalação do trabalho livre. No âmbito da educação, nota-se o aumento da presença de escolas particulares que acolherão grande contingente de meninas para o estudo primário e secundário bem como se verificará a predominância de moças matriculadas na Escola Normal e a abertura de algumas faculdades. Note-se também que foi um período de intensidade na remodelação urbana da cidade, especialmente sob a intendência de Antônio Lemos entre os anos de 1897 e 1910. A década que então se iniciaria, aliás, demarcaria o período que, segundo

⁷ FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. *Introdução: Ordens e liberdades*. In: História das Mulheres. O século XIX. FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Orgs.). Porto (POR): Afrontamento, 1991.

⁸ MENEZES, Bianca Sotero de. *Imprensa e gênero: a condição feminina e as representações da mulher amazonense na imprensa provincial (1850-1889)* Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

alguns memorialistas, a cidade entraria em estado de ruínas devido ao declínio do comércio da borracha, mas no qual se observou um setor urbano marcado pela instalação de inúmeras fábricas e um comércio movimentado, inclusive, pela importação de diversos itens de eletrodomésticos.

Desse modo, tendo sido o objeto de reflexão dessa tese limitado à categoria *mulheres trabalhadoras*, propus-me a verificar em que medida o conceito *mundo do trabalho* ajuda a pensar as mulheres e um grupo de setores de trabalhos por elas exercidos na capital paraense. Para tal, parto da definição de *trabalho* elaborada por Martín Paradelo Núñez em seu estudo *Mulher, trabalho e anarquismo*⁹, no qual o entende não como uma atividade produtiva sujeita a diferentes valores e criador de mais-valia, tal como elaborado pelo marxismo – pois isso levaria à exclusão de uma série de atividades empregatícias exercidas por mulheres no ambiente privado do lar ou de forma autônoma que, tecnicamente, não se caracterizaria como *produtivo* – mas como atividade que, de um modo geral, de alguma forma gerava remuneração, podendo, neste conceito ser abarcado tanto o trabalho que de alguma forma era remunerado por um empregador quanto o trabalho informal. Na mesma linha de raciocínio, buscarei, examinar o trabalho feminino a partir do conceito de *experiência* de Edward Thompson, cuja historicidade e articulações sendo inevitáveis e contínuas, tem a função de exercer pressão sobre a consciência social, determinando a construção de materiais humanos conscientes de seus papéis na sociedade.¹⁰

Recorro a Thompson por concordar que, do ponto de vista empírico, o qual aponta para as experiências como meio pelo qual é possível elaborar teoricamente uma explicação racional das mudanças históricas, se pode examinar as trajetórias das mulheres trabalhadoras em Belém sem deixar de considerar a ação feminina. De fato, conceder somente, ou mesmo em demasia, à atuação do mercado a importância para a mudança de costumes, é desconhecer que a dinâmica da sociedade capitalista é mais complexa do que parece, já que, por si, ela não gesta certos comportamentos, mas dialoga e parte de diversas posições que marcam uma determinada ambiência, mesmo que, a princípio, antagônicas. Nesse sentido, posso dizer, que a tese, transitando na fronteira de uma história social e uma história cultural, possui interfaces com outros domínios que dialogam com a história urbana bem como com a história do trabalho e a história do corpo.

⁹ NÚÑEZ, Martín Paradelo. *Mulher, trabalho e anarquismo*. In: RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história: Descobrimos historicamente o gênero. Edita: CNT-Compostela, agosto de 2012.

¹⁰ THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Dialogando com a perspectiva que a historiadora Maria Odila Leite Silva Dias expõe em seu estudo clássico *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, coloquei primeiramente como evidência os trabalhos informais, os quais, captados apenas por meio dos enfoques do cotidiano, constitui no recurso possível para a obtenção de pistas que possibilitam a reconstrução da experiência concreta das mulheres trabalhadoras em Belém.¹¹ De mesma importância, *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista*, estudo da historiadora Margareth Rago, torna-se referência ao destacar, no que se refere ao papel social das mulheres no Brasil da Primeira República, que havia uma preocupação em mantê-las no espaço do lar, para cuidar da casa, dos filhos e do marido, indicando que as mulheres eram preparadas, por diversos seguimentos da sociedade – família, escola, igreja –, não para o exercício de uma profissão ou para o trabalho em fábricas, mas para ocupar o lugar que a elas fora definido pela sociedade.¹²

De semelhante importância, um estudo que também me direcionou foi o da historiadora francesa Michelle Perrot, a qual, em *Mulheres*, segunda parte do seu *Os excluídos da história*, dedica para a análise das mulheres na sociedade, questionando o papel social secundário que no decorrer dos XVIII e XIX fora-lhes atribuído e mostrando que elas, mesmo naquele período, tinham uma história onde eram protagonistas com desempenho ativo na sociedade. Considero-o importante porque foi a partir dos estudos desta autora que novos estudos começaram a dedicar espaço às mulheres no horizonte historiográfico e fizeram proliferar novas abordagens sobre o feminino que deram origem a uma necessidade de avanço de novos estudos sobre esses sujeitos históricos até o surgimento do *gênero*, especialmente sob as reflexões de Joan Scott, como ferramenta de análise das relações sociais e subjugação do feminino ao masculino.

Do mesmo modo, posso justificar minha escolha em tratar sobre esse tema no fato de, tendo em vista o conjunto de estudos historiográficos sobre as mulheres na Amazônia, poder contribuir com essa perspectiva sobre o trabalho feminino na superação da velha perspectiva de uma História, na qual, quase sempre, a mulher é excluída.¹³ De fato, autoras e autores de estudos sobre mulheres concordam que durante um longo período as mulheres foram excluídas da história, sobretudo, segundo Perrot, por meio de um *relato*, cujos campos por ele abordados,

¹¹ DIAS, Maria Odila Leite Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

¹² RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

¹³ PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ocupados exclusivamente pela ação e poder masculinos, tratou as mulheres como meras coadjuvantes. Nesse sentido, entrar em contato com a Revista Brasileira de História (RBH), a qual, englobando a temática do trabalho feminino, publicou, em 1989, um número inteiramente dedicado à relação *mulher e trabalho*, intitulado *A mulher no espaço público*, cuja organizadora, em sua apresentação, dizia ser aquela uma *história da exclusão*, pois falar de *mulher* na história significava, então, tentar reparar em parte essa exclusão, uma vez que procurar traços da presença feminina em um domínio sempre reservado aos homens era tarefa difícil.¹⁴ Num momento em que categorias como *mulher*, *mulheres* e *condição feminina* eram utilizadas nas análises das fontes e nas narrativas que eram tecidas e a categoria *gênero* começava a despontar como novidade na historiografia brasileira, a revista *A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*, sob a organização de Maria Luzia Miranda Álvares e Maria Ângela D’Incão, problematizava sobre a presença das mulheres como agente, inclusive no mundo do trabalho, em diferentes espaços e temporalidades do vasto território amazônico.¹⁵

Portanto, na produção do presente estudo, encontro-me orientado por essa conjuntura de problematização do fazer historiográfico, buscando tratar de variados espaços de trabalho sob atuação de mulheres como sujeitos concretos antes pouco contemplados, buscando revisá-los por meio de alguns aspectos, tais como suas condições de trabalho, as relações de gênero e interseccionalidades por eles transpassados, os obstáculos impostos ao seu exercício, acidentes de trabalho, entre outros. Desse modo, busco empreender um esforço em produzir uma narrativa que estabeleça um diálogo entre as ações dessas mulheres, individual ou coletivamente, tendo em vista o contexto histórico de mudanças sociopolíticas, nacional e local, no qual estavam inseridas, enfatizando as transformações no campo das relações de trabalho, na conquista e avanço no mundo do trabalho e nos debates acentuados sobre o Feminismo da época.

É certo que, metodologicamente, produzir uma trajetória histórica de vida das mulheres na história – e de modo especial, das mulheres trabalhadoras – é tarefa difícil e complicada pelo fato de estar envolta por lacunas mais ou menos explicadas pela dificuldade que é para os escritos históricos transporem a barreira da quase invisibilidade feminina no passado e, principalmente, *traduzir* esta história fortemente marcada pela fala masculina e por posicionamentos sociais rígidos e conservadores. Desse modo, uma tática importante a ser

¹⁴ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *A mulher no espaço público*. Revista Brasileira de História São Paulo: ANPUH/Editora Marco Zero, n° 18, v. 09, 1989.

¹⁵ ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; D’INCÃO, Maria Ângela (Orgs.) *A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém: GEPEM, 1995.

utilizada é a da dedicação à atenção e importância aos pormenores, aos indícios e às pistas presente, muitas vezes, de forma secundárias, nas fontes, *locus* privilegiado onde se pode encontrar a história dessas mulheres, ao modo de Maria Izilda Santos de Matos em seu *Por uma história das mulheres*, onde, no esforço de superação das invisibilidade feminina na história, mostra não duvidar que as informações existam, embora que fragmentadas e dispersas na documentação, o que exige do pesquisador uma paciente busca pelos indícios e uma leitura detalhada para esmiuçar o implícito, para descortinar os femininos.¹⁶

É nesse sentido que o presente estudo tem também como importante aporte historiográfico outra obra da historiadora, *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*, cuja abordagem, traçando uma rica e complexa análise sobre o cotidiano urbano e suas experiências *porta adentro* durante o processo de industrialização em São Paulo nos primeiros decênios do século XX, trouxe à luz da História, questões das segmentações e correlações entre o público e o privado, as tensões e contradições no espaço subjetivo e objetivo da sociabilidade urbana. E é por meio de um dos pontos levantados na obra, o qual tem como preocupação e foco de análise o trabalho feminino em domicílio, que me orientei na análise do trabalho das mulheres em Belém, de modo especial, o que fazia parte do cotidiano das trabalhadoras domésticas, onde se pode observar o convívio entre criadas e patrões (e patroas), as relações de etnia e gênero e os modos de prática de vida no interior das residências.¹⁷

Não podendo, portanto, embora tenha como principal interesse a investigação do papel e da presença das mulheres no mundo do trabalho, a perder de vista uma análise contextual a partir do *gênero*, buscando, na medida em que for interessante aos intuitos da reflexão, discutir os aspectos relacionais na definição de papéis socialmente aceitos para homens e mulheres. Na linha dessa interpretação, no entanto, não me limito ao uso do termo como categoria pautada na simplificação, inclusive sob a perspectiva da História das Mulheres, que o utilizavam associado a categoria *mulher*,¹⁸ mas como ferramenta de análise das relações socialmente construídas, sobretudo numa perspectiva relacional de poder. Nessa perspectiva, o estudo sobre o feminino não se limita a uma categoria universalizante que não leva em conta a diversidade das experiências vividas pelas mulheres, mas a um redimensionamento que as vê

¹⁶ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Por Uma história da mulher*. São Paulo: Edusc, 2000, p. 22.

¹⁷ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru (SP): EDUSC, 2002.

¹⁸ RAGO, Margareth. *Epistemologia feminista, gênero e história*. In: Masculino, Feminino, Plural. Joana Pedro; Mirian Grossi (Orgs.). Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

sob a perspectiva de sujeitos históricos que têm nuances particulares que as diversificam sob diferentes marcos, de modo que se torna impossível não as tratar sob a categoria *mulheres*.¹⁹

Do mesmo modo, o estudo se orienta pela análise das *interseccionalidades*, um conceito sociológico que lida com as interações e marcadores sociais nas vidas das minorias que permite compreender melhor as desigualdades e a sobreposição de opressões e discriminações existentes na sociedade. Fundamentado na ideia de diversidade de Feminismos, surgiu nas últimas décadas no interior da chamada *quarta onda* como um conceito amplo que busca problematizar e capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação, tratando especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classes e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas e raças, etnias, classes sociais, gerações e gênero.²⁰

Como ferramenta analítica importante que auxilia na reflexão sobre as relações sociais vivenciadas que tendem a discriminar e excluir indivíduos ou grupos de diferentes formas, o conceito permite enxergar os vários sistemas de opressão e repressão que podem ocorrer, inclusive, sob os aspectos das gerações, capacidade física, localização geográfica, entre outras. Embora, inicialmente, utilizado como ferramenta de reflexão que tinha em vista o impacto desses sistemas de opressão sob o marco racial, as lutas, discussões e ativismos feministas sobre o assunto expandiu-se. Assim, a utilização do conceito o tornou, na pesquisa histórica, importante para a reflexão de um montante de formas de opressão que trazem, ao presente, a discussão sobre em qual momento, no passado, essas formas de opressão e submissão se manifestam e convergem. Desse modo, sua contribuição na história das mulheres, como auxílio ao *gênero*, reside no fato de identificar, entre os diversos âmbitos de formação e atuação das estruturas do poder, onde e como as mulheres eram submetidas a esse poder. E, mais especificamente, como elas, nos seus diversos âmbitos de vivência e sobrevivência, criavam meios de superação dessas formas de subjugação.

Uma vez estabelecida a relação existente entre o campo historiográfico e a história das mulheres, cabe pontuar a metodologia que norteia o desenvolvimento deste trabalho: os jornais. Escassas até a década de 1970, as pesquisas que utilizam jornais como fonte para produzir conhecimento histórico adquiriram credibilidade nos trabalhos de História a partir da terceira geração dos *Annales* e da mudança de concepção de documento proposta por Jacques

¹⁹ SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Revista Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

²⁰ CRENSHAW, Kimberle. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002, p. 177.

Le Goff, a qual encara os jornais não apenas como meros receptáculos de informações a serem selecionados dos quais o pesquisador deles extrai somente o que quer confirmar quando outras fontes não suprem as suas necessidades.²¹ De suma importância para a História Social, os jornais, convertidos em documentos ricos em dados e elementos, constituem-se, nesse estudo, como fonte principal de reconstituição histórica do objeto em questão, sobretudo, porque, por meio de suas páginas, ao servirem como veículos de comunicação que retratam todo um contexto político, histórico, cultural e social no qual estão inseridos – não esquecendo que sempre por meio de perspectivas que englobam elementos subjetivos de quem os escrevem –, pode-se ter conhecimento da sociedade contemporânea e sua produção tanto no nível das suas condições de vida quanto das suas manifestações culturais e políticas.²²

De fato, o processo de investigação por meio dos jornais, sobretudo para o estudo da cidade, leva a percepção de que são documentos marcados por uma dinamicidade que retrata o espaço urbano e as ideias nele circulantes em constante movimento, constituindo como espaço de debates e construção de valores, ideias e diversos projetos político-sociais.²³ Desse modo, são uma espécie de fonte que englobam um registro singular da cultura sob múltiplas vivências urbanas, dentre as quais se incluem a dos seus proprietários, dos seus articulistas, dos seus leitores e dos sujeitos dos quais se fala.²⁴ Nesse sentido, muito contribui para o estudo de diversos segmentos sociais, mostrando-se valioso – e muitas vezes imprescindível –, em particular, quando se trata de grupos que, por seu caráter subordinado e marginalizado, nada ou quase nada de escrito, por si, sobreviveu em registro por meio de outra espécie de documento. É bem verdade que no discurso jornalístico sobressai a opinião de quem o produz sobre os outros segmentos, mas ao descrever situações e emitir opiniões sobre a vida e a conduta dos indivíduos, os jornais tornam possível ao historiador chegar, embora que de forma indireta, aos segmentos socialmente invisibilizados e marginalizados, a exemplo do qual é analisado nessa tese: as mulheres.

Dito isso, os textos jornalísticos aqui utilizados não são, entretanto, analisados como mera reprodução da realidade em que foram produzidos, mas como espaço de

²¹ LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

²² ZICMAN, Renée Barata. *História através da Imprensa: Algumas Considerações Metodológicas*. Revista História e Historiografia. São Paulo, n. 4, p. 89-102, jun. 1985.

²³ VIEIRA, Elis Regina Corrêa. *Manchete do dia: imprensa paraense e saneamento rural (1917- 1924)* / Elis Regina Corrêa Vieira. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2016, p. 9.

²⁴ LACERDA, Franciane Gama. *Cidade Viva: Belém do Pará na virada do século XIX para o XX*. In: SARGES, Maria de Nazaré; LACERDA, Franciane Gama (Orgs.). Belém do Pará: História, Cultura e Cidade. Para além dos 400 anos. Belém: Editora Açai, 2016, p. 95.

representação do momento singular em que foram escritos, atentando-se para questões reflexivas que problematizavam o *quando* e o *porquê* de começaram a ser produzidos, quais ideologias os permeavam, quem os escrevia, quem os lia e, sobretudo, em qual contexto político, histórico e social estavam inseridos.

O objetivo de tais indagações fundamentam-se na ideia de que os jornais não são apenas espaços de elaboração e meios de divulgação de informações, mas também *produtos* e *produtores* de determinadas práticas sociais de uma época que se constituem como instrumentos de manipulação de interesses e intervenção na vida social. No caso da representação da figura feminina por mim observada nos jornais belenenses, notei que além de reforçarem algumas identidades sobre as mulheres, os jornais criavam novos elementos a essas identidades, projetando-as, estabilizando-as e cristalizando-as em formas textuais que, associadas a outros discursos, constituía-os como poderosos instrumentos de formação de um imaginário social na medida em que construía narrativas que sustentavam a ideia do que descreviam como *mulher*.²⁵ Assim, trato a materialidade dos jornais aqui analisados corroborando Roger Chartier quando afirma que a construção do sentido por meio da leitura é um processo historicamente determinado e que seus modos e modelos são variáveis de acordo com os períodos, os lugares, as comunidades.²⁶

Em geral os jornais que circulavam em Belém entre o final do século XIX e início do XX se encaixavam no modelo básico dos jornais que circulavam nas outras capitais do país. Nas suas primeiras páginas, tinha lugar as colunas reservadas ao editorial, local no qual os seus proprietários tinham expressas as suas opiniões, as quais orientavam a perspectiva política, cultural, econômica e social que permeavam os textos elaborados pelos articulistas. Nas segundas e terceiras páginas – em Belém, os jornais possuíam, em geral, de quatro a seis páginas –, os conteúdos aparecem dispostos de forma aleatória, sem uma separação rigorosa, onde se pode observar colunas de artigos científicos dividindo espaço com seções reservadas a textos humorísticos, informações fúnebres e notícias do cotidiano local, nacional e estrangeiro, as quais eram relatadas de forma sucinta, às vezes, bizarras e espetaculares. As últimas geralmente correspondiam ao espaço econômico onde eram divulgadas as atualizações do mercado financeiro local, números da balança comercial e anúncios de empresas marítimas com datas e horários de saídas e chegadas de navios. Sobre os anúncios em geral, aliás, não havia uma seção

²⁵ TEXEIRA, Nírcia Cecília Ribas Borges. *Entre o público e o privado: imprensa e representação feminina*. Revista Encuentros, Universidad Autónoma del Caribe, v. 12, nº 2, 2014.

²⁶ CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Revista Estudos avançados, São Paulo, v.5, n.11, jan./abr., 1991.

ou página reservada à sua divulgação. De variada natureza, nos anúncios podiam ser divulgados desde estabelecimentos comerciais, produtos de beleza, medicamentos a procura e oferta de serviços profissionais.

Uma vez que este estudo se fundamenta especialmente na utilização de fragmentos jornalísticos como meio de análise e compreensão sobre o exercício do trabalho feminino em Belém no final do século XIX e início do XX, lancei mão à consulta de um conjunto variado de jornais disponíveis tanto no Arquivo Digital da Biblioteca Nacional e microfilmados no Setor de Microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana e a sobrepujança do uso dessas fontes se explica também no fato de que os jornais, entre os periódicos, além de ser os mais abundantes, eram os que continham mais e mais precisas informações sobre o mundo feminino. De outro modo, algumas revistas contribuíram com raras informações textuais e importantes ilustrações por meio de fotografias e alguns anúncios, ao modo do que também se observa nas fontes que a imprensa oficial disponível oferecia por meio de Relatórios de Governos, Álbuns da Cidade de Belém e Álbuns de Exposição, os quais, embora constituindo-se como documentação que pouca importância davam às mulheres, serviram como complementos por portarem semelhantes fragmentos com registros desse grupo social e a perspectiva de seus autores sobre ele expressos, inclusive, em gravuras de peças publicitárias e fotográficas.

Concentrando-me nos jornais que circulavam em Belém durante o período estudado, não me coube fazer uma escolha específica de alguma folha particular. Porém, dentre os citados neste estudo, posso destacar alguns devido ao número significativo de exemplares que fazem parte do acervo disponível para consulta e que cobriram grande parte do período estudado, por meio dos quais circulavam as notícias do cotidiano e as ideias que se refletiam sobre as questões *mulheres* e *feminismo*. Dentre estes, o *Diário de Notícias*, fundado em 1880 e que circulou até 1898, cobrindo, portanto, 8 anos do período estudado, mas contribuindo com informações da década que o antecedeu. Importante ressaltar que as décadas anteriores são importantes para o estudo porque mostram como os temas *mulheres* e *feminismo* – este último, um tema que começara a fazer parte dos debates na imprensa internacional –, bem como a sociedade belenense, eram vistos e divulgados nos jornais nos últimos anos do Pará provincial. Nesse sentido, vale lembrar que outros jornais do período, tais como *A República*, *Correio Paraense*, *A Pátria Paraense* e *O Democrata*, circulando no início do período republicano, contribuem com a sua visão daquele momento de mudanças políticas, as quais teriam sido

sentidas, tal como se expressou o editor deste último em seu primeiro número, “de um modo imprevisto”.²⁷

Por sua vez, o jornal *Estado do Pará* começou a circular em Belém em 1911 como uma das principais folhas ao lado da antiga *A Província do Pará*, fundada em 1876, e da *Folha do Norte*, fundada em 1897, lideradas, respectivamente, pelos rivais políticos Antônio Lemos e Lauro Sodré. Embora propusesse, em seu primeiro editorial, oferecer aos seus leitores uma posição política de neutralidade por meio da percepção de um contexto político republicano favorável ao progresso econômico para a Amazônia²⁸, politicamente, o *Estado do Pará* se comporta ao modo antigo de seus pares. Já em suas primeiras edições é clara a sua oposição a Antônio Lemos, revelando que, tal como as outras folhas, tinha uma posição política bem definida. Também por meio de suas páginas e das páginas de outros jornais que circulavam na capital paraense durante a década de 1910, a sociedade belenense teria notícias da Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914, dos debates que antecederiam a divulgação do primeiro Código Civil Brasileiro em 1916 e do cotidiano local e internacional afetado pela pandemia da gripe espanhola em 1918. No que interessa a este estudo, o jornal não se posicionaria muito diferente dos outros, compartilhando a visão de submissão do feminino e reproduzindo consciência hegemônica da época.

Nesse sentido, defendo a tese de que as mulheres belenenses, embora inferiorizadas em textos jornalísticos, por meio de posturas morais e culturais, quando exerciam algum ofício remunerado – na maioria das vezes, por necessidade financeira – para além do universo doméstico, ao adentrarem o mundo do trabalho na capital paraense e contribuírem para o seu alargamento e diversificação, foram protagonistas ativas diante dos mecanismos de controle que buscavam associar a sua imagem à condição de submissão no espaço privado do lar. Para tanto, burlaram discursos e práticas sociais que buscavam conservar os antigos estereótipos da mulher frágil, dócil, submissa e reclusa às atividades familiares. Nesse intento, fiz uma investigação, de modo particular, por meio do exame da imprensa jornalística, das várias formas de trabalho exercidas por mulheres pertencentes a diferentes grupos sociais existentes durante o período proposto na pesquisa, dando ênfase ao cotidiano das trabalhadoras domésticas,

²⁷ *O Democrata*, 1 de janeiro de 1890, p. 2, ed. 1. Sobre a sua nomenclatura, *O Democrata*, antes em circulação em Belém sob o nome *O Liberal do Pará* quando fazia oposição ao regime monárquico, passara a ser assim identificado sob a justificativa de que as mudanças políticas ocorridas no Brasil com a instalação do regime republicano o haviam forçado a uma mudança na sua pauta política da oposição ao então regime vigente, forçando-o também a mudança de nome.

²⁸ *O Estado do Pará*, 9 de abril de 1911, p. 1, ed. 1.

operárias e daquelas que, por meio da carreira acadêmica, conseguiram diplomar-se como profissionais liberais. Para a compreensão desses argumentos, dividi a tese em quatro capítulos.

No primeiro, ponho como objeto de reflexão o posicionamento da imprensa jornalística relativas aos debates que internacionalmente e nas principais cidades brasileiras eram travados sobre as questões do feminismo e da inserção das mulheres no mundo do trabalho remunerado e profissionalizado. Em vista disso, volto-me a refletir sobre o que a imprensa paraense divulgava a respeito do feminismo que na época se manifestava a fim de mostrar como o movimento chegava ao conhecimento dos leitores belenenses e compreender como a imprensa debateu e divulgou as suas ideias gerais tendo em vista as manifestações femininas pelo direito ao ingresso ao ensino superior e profissionalização em áreas de atividades antes exclusivas aos homens. Concentro-me especialmente no modo como esses debates passavam pelo filtro intelectual dos articulistas e chegavam ao conhecimento do leitor local. Importante ressaltar que a remuneração laboral das mulheres, embora fosse uma grande preocupação social observada, de modo particular, nos setores mais elevados da sociedade porque se tratava de mulheres profissionalizadas e atuantes que poderiam se emancipar financeiramente dos homens, vale lembrar que, para esses setores, era também preocupante dispensar salários as mulheres pobres quando dispunham de seus serviços domésticos, visto que, com o término do regime de escravidão, essas mulheres passaram a ter direito a salários.

Seguindo o raciocínio, adentro o segundo capítulo tratando das trabalhadoras domésticas de Belém do Pará, mulheres que atuavam em diversos espaços comerciais como hotéis e restaurantes, mas que se concentravam especialmente nos espaços privados de residências alheias. Orientado pelas informações existentes em documentos oficiais, tais como Relatórios de Governos, Álbuns da Cidade e, sobretudo, nos jornais, reflito sobre como a mudança consequente do término do regime de trabalho escravista e que se configurou no regime de trabalho assalariado afetou o comportamento das famílias que necessitavam do trabalho dessas mulheres frente ao novo modo de relação de trabalho que se instituiu, no interior do espaço doméstico, entre empregadores e empregadas. Nesse sentido, busco refletir sobre as tentativas de instituição do Regulamento do Serviços Domésticos como medida de controle do comportamento dessa categoria de mulheres trabalhadoras no exercício de suas atividades e as reações por elas algumas vezes manifestadas frente aos abusos cometidos por seus empregadores. Observo também que, como medida moralizadora que afetava essas mulheres por causa de sua presença regular no ambiente de trabalho, tais medidas não conseguiam alcançar os grupos das lavadeiras e costureiras, as quais, além de terem a opção de exercer seus

trabalhos no próprio lar, também veriam suas atividades serem apropriadas pelo processo de mecanização nas lavanderias e fábricas de roupas.

Nesse sentido, ao adentrar no mundo das fábricas da capital paraense, no terceiro capítulo, enfatizo o cotidiano das mulheres lavadeiras e costureiras tradicionais no contexto de uma cidade que iniciava também a se afirmar economicamente por meio da produção em diversos setores fabris, os quais, entre alguns setores, cooptou braços femininos nos seus quadros de trabalhadores, especialmente as lavanderias e as fábricas de roupas. Desse modo, busco abordá-las a partir das notícias diariamente divulgadas nos jornais, buscando cruzar essas notícias como as descrições expressas em Álbuns de Exposição Industrial internacionais por meio de discursos dos representantes das classes políticas paraenses, as quais tencionavam apresentá-las como trabalhadoras obedientes e pacíficas no conjunto do operariado paraense. Desse modo, lavadeiras e costureiras, tanto como operárias de fábricas bem como trabalhadoras domiciliares ou vinculadas a uma instituição pública, são abordadas no seu cotidiano como mulheres trabalhadoras que, tal como as serviçais domésticas, pertenciam aos estratos mais baixos da sociedade e que, por isso, tinham o trabalho mais como um meio de sobrevivência do que propriamente como um meio de emancipação financeira, diferente das mulheres pertencentes aos estratos mais elevados, as quais, algumas vezes sendo lhes disponibilizados os recursos necessários para o seu ingresso no ensino superior ou numa escola de profissionalização, tiveram a chance de se profissionalizar.

Por fim, no quarto capítulo, trato das mulheres que, tendo recursos financeiros e, subsequentemente, contato com o mundo da educação e da academia, conseguiram obter uma profissão. Ressalto, no entanto, que, embora pertencendo a classes sociais diferentes das demais trabalhadoras neste estudo abordadas, queira dizer que essas mulheres tiveram uma formação libertadora no sentido de conquistar a sua emancipação. Pelo contrário, o que abordo em minha reflexão são elementos de discursos sociais e morais culturalmente construídos que as descreviam, por meio de conceito universalizante *mulher*, como seres frágeis e incapacitados para o conhecimento, e nas quais eram aderidos atributos essencialistas que, olhando sob a perspectiva do *gênero*, as diferenciavam e subjugavam, como feminino, ao masculino. Rastreando e mapeando essas profissões onde essas mulheres, durante o período estudado, conseguiram atuar, mostro como a educação foi por elas utilizadas como suporte para a obtenção de trabalho remunerado que tanto lhes poderia servir como meio de sobrevivência quanto de emancipação. Nesse sentido, a abordagem se volta tanto para a atuação das datilógrafas e professoras quanto para as odontólogas e médicas, estas últimas profissões

exclusivas dos homens e tidas como profissões liberais clássicas marcadas, sobretudo, pelo seu caráter público e vistas como estreitamente ligadas com o poder.²⁹

Demarcada por um recorte temporal no qual as classes políticas eram lideradas por homens pertencentes a grupos oligárquicos que por meio de acordos se revezavam no Governo Federal, mas que travavam violentas batalhas pela liderança dos governos nas Unidades Federativas e Sedes Municipais, apresento, nessa tese, uma República formada e consolidada aos moldes masculino e conservador que buscava, no interior do novo regime, adequar as mulheres a uma função patriótica, porém, limitada ao espaço doméstico. Uma República que, embora tentasse obstruir, por vários meios, qualquer tentativa de ação autônoma feminina, via as mulheres ocupando cada vez mais espaço no mundo do trabalho remunerado. E foi nesse mundo de labores dominado pelas mulheres belenenses, que encontrei, em 1892, no bairro da Pratinha, uma sociedade improvisada de lavadeiras que se uniram para se proteger de agressores de mulheres e de ladrões de roupas que frequentemente por lá apareciam apostando em sua desatenção. Uma verdadeira “república de saias”³⁰, como descrita pelo articulista do jornal *Diário de Notícias*, formada por mulheres trabalhadoras cujas ações certamente reverberaram para os homens da Belém da nascente República. Diante dessa experiência de subsistência, implicada em atividades econômicas, mas marcada por uma ação política e de luta, a imprensa registrou tal evento, certamente com ironia, a mesma que utilizo ao empregar a expressão como título da presente tese, por entender que seu sentido parece sintetizar muito das ações femininas no mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, o que se pensava sobre essas trabalhadoras.

²⁹ COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

³⁰ *Diário de Notícias*, 31 de março de 1892, p. 2, ed. 72.

Capítulo I: Feminismo e emancipação feminina na imprensa belenense

“O feminismo na ponta”

Maria do Amparo Benito vivia maritalmente com Manoel Gemio Casemiro. Seu nome tornou-se conhecido do público leitor belenense nos primeiros dias de 1900 por meio do noticiário policial do jornal *Folha do Norte*. No breve relato do articulista, ela aparece envolvida em um conflito doméstico com o seu companheiro. A causa? Manoel Gemio teria chegado em casa e tentado agredi-la fisicamente. Em reação, ela teria revidado com semelhante violência e aplicado nele fortes golpes a punho fechado, atingindo-o no rosto. A notícia circulou pela cidade. Era mais uma das tantas do inventário policial que pertenciam a uma categoria específica de notícias por meio da qual se revela o lado de uma cidade em que se pode observar a ocorrência de uma variedade de práticas da violência. Sem muitas informações pessoais sobre os conflitantes, além de seus nomes, o registro do articulista tinha o objetivo prático de levar aos leitores informações do cotidiano urbano. No entanto, o comportamento de Amparo fora do padrão para uma mulher, despertou-lhe a criatividade. Como se tratava de uma reação feminina a uma investida de agressão masculina, fez-lhe sentido atribuir ao caso o sugestivo título “O feminismo na ponta”.³¹

Não era novidade para a imprensa belenense dos anos 1900 o tema do Feminismo. Desde décadas anteriores, vinha-se tratando do movimento de mulheres estrangeiras que protestavam pelo mundo contra o domínio masculino sobre suas vidas e pelo direito de participação política, de ter acesso ao ensino superior e poder exercer uma profissão, um trabalho remunerado fora do lar. Ligado a esse tema, o da emancipação feminina, do mesmo modo, era bastante comentado. Porém, falava-se dessas mulheres que haviam rompido com os modos tradicionais da educação feminina como sendo mulheres estranhas, cujos comportamentos não se adequavam aos padrões do comportamento que se havia pensado para o feminino. Inserido nesse contexto, o problema do trabalho feminino adquire centralidade nos debates que se travam acerca dos fatos que se vinham observando com o avanço da inserção de mulheres no ensino superior. Para a imprensa, essas mulheres, tal como o articulista da *Folha do Norte* tentou atribuir a Amparo, representavam uma inversão na normalidade da vida. E analisar como a imprensa belenense tratava e divulgava o tema do Feminismo, em especial no aspecto que tratava do trabalho feminino, é o objetivo do presente capítulo.

Para isso, é importante ressaltar, que parto do pressuposto de que a imprensa, embora assuma o papel de apenas informar, não se encontra em um campo alheio às políticas

³¹ *Folha do Norte*, 4 de janeiro de 1900, p. 2.

de organização e reorganização da sociedade. Pelo contrário, vejo-a como um agente social que tem uma função precisa e profunda que é a de atuar como força conservadora na sociedade e que, além disso, se constitui como um espaço privilegiado em função de algumas discussões que advoga ao mesmo tempo em que se insere no campo das disputas por uma hegemonia no plano das ideias conferido àqueles que tornam público seu pensamento nas páginas dos impressos.³² Para os articulistas dos jornais, por exemplo, episódios como o de Amparo, eram momentos singulares que surgiam de maneira inesperada, cuja atipicidade poderia suscitar, neles, reações variadas. No caso da publicação da agressão física exercida pelo feminino sobre o masculino, na narrativa do fato prevalece a ideia de uma inversão da normalidade cotidiana presente numa anormalidade da relação entre os sexos. Associada ao masculino, era comum – e quase normal – que a violência fosse atribuída aos homens e que eles assumissem o papel de agressor. No entanto, havendo casos como este, nos quais as mulheres, por algum motivo, apareciam na posição de agressoras de homens, o fato não deixava de representar uma ruptura da normalidade, afinal, havia uma inversão de papéis na posições costumeiramente sexistas de *agressor x agredida*. Nesse sentido, explorando o caso com um dose sobressalente de sarcasmo, o articulista dá uma pista de como a imprensa de sua época tratava o Feminismo.

Discussões mais precisas sobre a imprensa e as representações sobre o Feminismo podem ser encontradas nas discussões de Dulcília Helena Schroeder Buitoni em seu livro *Mulher de Papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*, lançado no início dos anos 1980. Nele, a autora faz uma análise das representações das mulheres especificamente presente na imprensa feminina brasileira em circulação até o final dos anos 1970, mostrando qual ideologia foi transmitida em mais de um século e em que medida esta imprensa, como fator cultural, contribuiu na difusão de conteúdos que influenciaram na formação de uma consciência da mulher brasileira.³³ Mas enquanto Buitoni analisou publicações de uma imprensa feminina voltada para o público feminino, neste capítulo trato da análise de publicações de jornais de circulação mais ampla e destinados a públicos diversos,

³² LUCA, Tania Regina de. *A História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2^o ed. São Paulo: Contexto, 2010. Quanto aos cuidados com a pesquisa relativa à imprensa, a autora aponta o aparente preconceito em se utilizar a produção derivada da imprensa periódica como objeto ou fonte de pesquisa, dada a ausência de características consideradas básicas, como: “objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo”. p. 112.

³³ BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de Papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. Edições Loyola; São Paulo, 1981, p. 01. Reeditado em 2009, a pesquisa foi ampliada, sendo-lhe acrescentados novos comentários, correções e acréscimos e incluídas análises de textos atuais de revistas nela antes focalizadas, mapeando-se, nos moldes do método criado pela autora, novas formas de representação da mulher nas publicações femininas que apareceram a partir dos anos 1980.

buscando isolar publicações que tratavam especificamente do Feminismo e que podem ser compreendidas como espaços da construção das relações de gêneros por tecerem imagens, silenciarem ou fazerem ser ouvidas as vozes de mulheres em seu cotidiano de representação da realidade.

Faço desse modo porque não encontrei nos arquivos hemerográficos, físicos ou virtuais disponíveis para pesquisa, para o período proposto em Belém, publicações no meio impresso de jornais ou revistas destinados exclusivamente ao público feminino e, muito menos, produzidos exclusivamente por mulheres. A ausência dessa espécie de documentação que, à princípio, pode se mostrar como um fator prejudicial para os resultados do estudo, talvez apresente algumas consequências negativas para a obtenção de um resultado mais abrangente sobre o tema, porém, não chega a comprometê-lo de forma mais incisiva, visto que as possibilidades do estudo das representações das mulheres, e mesmo, as do movimento feminista, podem ser feito tanto a partir de jornais e revistas femininas (ou feministas) quanto nos demais impressos. Isso porque as mulheres e a sua condição social – e o feminismo como expressão da luta das mulheres por direitos sociais –, tendo se tornado assunto no final do século XIX, fosse para dizer como elas eram ou como deveriam ser, tiveram o foco de parte dos debates jornalísticos voltado para si.³⁴

Na imprensa belenense, de modo especial, os debates sobre o feminismo eram, em grande parte, reproduzidos da imprensa estrangeira e, algumas vezes, produzidos por articulistas locais. Dentre os temas que se comentavam, sobressaiam-se os do sufrágio, o do direito das mulheres de participarem diretamente das eleições dos governantes de seus países, do seu acesso à educação superior e do avanço de mulheres que haviam passado a ocupar espaços profissionais ou de estudo antes ocupados exclusivamente por homens. No entanto, embora se possa constatar, em muitas passagens, a presença de uma abordagem relativamente liberal, os impactos das mudanças que vinham ocorrendo no interior da sociedade em virtude do avanço das reivindicações feministas e suas conquistas no meio social são retratados pela imprensa belenense, em grande parte, de maneira a serem minimizados.³⁵

Quase sempre anônimos ou assinados com pseudônimos, ocupando breves espaços ou estendendo-se por grupos de colunas, a composição desses textos, que às vezes apareciam com comentários complementares do articulista local, geralmente eram intitulados ou iniciados

³⁴ PINSKY, Carla Bassanezi. *A era dos modelos rígidos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 470.

³⁵ CAMPOS, Raquel Discini de. *Mulheres e crianças na imprensa paulista, (1920-1940): educação e história*. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 81.

com frases impactantes: “O feminismo progride na Alemanha”³⁶, alertava o título de um desses textos, divulgado pelo jornal *Correio Paraense*, em 1893. Tratava-se de um breve registro que trazia ao conhecimento do leitor belenense a tomada de posse do recém-eleito reitor da universidade alemã de Kiel, Leão Pochhammer. À notícia, que poderia passar despercebida, foi dado um aspecto de notoriedade tendo em vista o discurso de Pochhammer, no qual, pronunciando-se em favor de reformas nas universidades alemãs, enfatizou que se necessitavam de mudanças não apenas no ensino, mas também nos costumes até então em prática na instituição. Com isso, ficava clara a crítica de Pochhammer às instituições que não admitiam o acesso de mulheres às universidades. Pela frase introdutória do texto, dá-se a entender que a crônica tratava de um avanço significativo na luta das mulheres alemãs pelo acesso ao ensino superior, embora deixasse registrado que elas, no fim, ainda dependiam de uma tutela masculina para terem suas demandas ouvidas.

Em outra ocasião, era a notícia da aprovação da lei que tornava eleitoras e elegíveis, 80 mil senhoras na Austrália. O articulista do *Diário de Notícias*, atribuindo ao movimento feminista a conquista, o descrevia como um “esplêndido triunfo”.³⁷ Da mesma maneira, a luta pela emancipação das mulheres na Inglaterra ganhava destaque em *A República*. Segundo o articulista do jornal, as reivindicações em defesa do sufrágio feminino feitas por senhoras membros de ligas especiais nos partidos políticos era a força do feminismo inglês que “prosegue ativamente”.³⁸ Inclusive de Shangai, na China, chegou ao conhecimento dos leitores do *Diário de Notícias*, uma reivindicação proferida por senhoras chinesas da alta sociedade a senhoras europeias esposas de cônsules, negociantes e missionários residentes no país, da criação de uma escola superior para moças chinesas, a qual o articulista do jornal definiu como “os começos do feminismo chinês”.³⁹ Até a publicação de uma “Bíblia da mulher”⁴⁰, empreendida pela norte-americana Izabel Cady Stanton, sob a justificativa de que as traduções vulgares prejudicavam o sexo feminino, teve particular destaque entre as notícias por meio das quais se fazia ecoar o desenvolvimento do movimento feminista pelo mundo.

Na década de 1910, notícias se referindo a fatos que poderiam ser considerados importantes para o movimento feminista da época, passaram a ser divulgados com maior sensação. Mesmo nos anos em que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) se encontrava em pleno andamento, notícias do avanço feminino na política não deixavam de chegar de outros

³⁶ *Correio Paraense*, 20 de julho de 1893, p. 2, ed. 359.

³⁷ *Diário de Notícias*, 2 de abril de 1895, p. 1, ed. 74.

³⁸ *A República*, 8 de outubro de 1893, p. 2, ed. 690.

³⁹ *Diário de Notícias*, 24 de março de 1898, p. 1, ed. 62.

⁴⁰ *Diário de Notícias*, 17 de junho de 1897, p. 2, ed. 133.

países e permitir aos articulistas fazer um balanço de como se encontrava o movimento no mundo, como o que fez o articulista do jornal *Estado do Pará*, ao se reportar à questão do avanço na conquista pelo direito de votar entre as mulheres. Em artigo intitulado *O sufrágio feminino: sua história e estado atual*, o articulista descrevia lutas, resistências e conquistas alcançadas por mulheres na França, Alemanha, Áustria, Inglaterra, Islândia, Dinamarca, Suécia, Finlândia, Nova Zelândia, Estados Unidos e – surpreendia-se – na China (!), mais precisamente na província de Cantão, onde a *onda feminista* – como ele mesmo se expressou – levou muitas mulheres a solicitarem ruidosamente o exercício dos seus direitos civis. Arriscando-se em preannunciar com certo ufanismo o destino do movimento, afirmava que, com o fim da guerra, o feminismo, além de uma realidade já constatada, também seria:

[...] o mais notável fato da história do mundo, pois consagrará a aptidão da mulher para todos os atos da vida comum, reconhecendo a sua absoluta capacidade, sem restrições, declarando que, perante o direito, não há diferenças de sexo.⁴¹

No entanto, embora conseguisse retratar as lutas feministas e traçar um mapa das suas conquistas, a imprensa, ao mesmo tempo em que tratava o tema com relativa empatia, procurava estabelecer uma distância entre essas lutas e a realidade das mulheres belenenses. Para isso, omitia-se em reproduzir uma definição mais precisa do que se entendia por feminismo e sua relevância para as mulheres da época. Tampouco descrevia os processos de como o movimento vinha adquirindo reflexos significativos em sociedades tão diversas. Pelo contrário, mostrava-o como um movimento homogêneo e natural dos lugares onde ocorria e de grupos específicos de mulheres culturalmente predispostas, como hoje se diria, a estar *à frente de seu tempo* e, portanto, distantes da realidade das mulheres amazônicas. Ignorava-se que uma abordagem sobre o movimento feminista, como a que temos hoje, só podia ser pensado a partir de um conceito de flexibilidade e complexidade que, adquirindo uma diversidade de posicionamentos dentro do próprio movimento, resultou numa abordagem plural.⁴²

Para o estudo nesse primeiro capítulo, o termo *feminismo*, utilizado assim mesmo, no singular, foi uma opção por mim escolhida não por considerá-lo como um movimento homogêneo, sem antagonismos internos ou culturalmente fixo, mas por seguir a compreensão de um determinado segmento social da época que se expressava no meio jornalístico, cujas

⁴¹ *Estado do Pará*, 26 de julho de 1916, p. 3-4, ed.1930.

⁴² CASTRO, Mary Garcia. *Marxismo, feminismos e feminismo marxista*: mais que um gênero em tempos neoliberais. *Crítica Marxista*, n. 11, São Paulo, p. 98-108, 2000. (Dossiê Marxismo e Feminismo); COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília Maria B. *Feminismos, feministas e movimentos sociais*. In. BRANDÃO, Maria Luiza; BINGEMER, Maria Clara (Org.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994; SOIHET, Rachel. *Feminismo ou feminismos? Uma questão no Rio de Janeiro nos anos 1970/1980*. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7, Florianópolis, 2006 (Simpósio Temático: *Os feminismos latino-americanos e suas múltiplas temporalidades no século XX*).

representações do movimento feminista se encontravam dentro dos seus limites tendenciosos por meio dos quais podiam entendê-lo. Se por um lado as mulheres lutavam pela igualdade entre os gêneros, pela ressignificação de seu papel na sociedade e pela sua emancipação e autonomia, seja pelo direito ao voto, à educação superior por meio da qual poderiam ingressar no mundo do trabalho como profissionais, por outro, tem-se uma imprensa que se apresentava como avessa ao feminismo quase sempre abertamente, de modo que o conteúdo de seus textos chegava ao público leitor como desqualificadores dos ideais feministas.⁴³

“As mulheres, as mulheres!”⁴⁴, exclamava desconsolado o articulista do jornal *Correio Paraense* no título do comentário que escreveu noticiando a aprovação, pelo Conselho Legislativo de Wellington, na Nova Zelândia, de uma lei que conferia às mulheres daquele país o eleitorado político. Prenunciando que a novidade logo chegaria aos outros países, o articulista demonstrava preocupação com as mudanças que esse direito concedido às mulheres poderia representar à vida dos homens casados, os quais teriam que conviver com esposas saindo às ruas para tratarem de política e negócios, fumando *brécas* ou cachimbo, enquanto eles ficariam em casa assumindo os afazeres domésticos e cuidando das crianças. Para realçar seu texto com um tom trágico, o articulista relembra o terceiro quadro do espetáculo teatral *Tim-tim por Tim-Tim*⁴⁵, na qual o autor da peça fantasiava, de um modo cômico, a inversão de papéis no mundo do trabalho vividos no lar de uma parteira, de uma telegrafista e de uma doutora, e com ele concordava com a visão socialmente desconfortável que essa mudança representaria aos maridos dessas mulheres. Trágico para o articulista do jornal, porém, cômico para o autor do espetáculo, a cena na qual se via mulheres exercendo trabalhos de homens nas ruas e homens assumindo tarefas de mulheres em casa, representaria ainda, para o articulista, a perda total do encanto feminino que, segundo dissertava, advinha da sua suposta inferioridade das mulheres. “Simplesmente horrível!” – concluía.⁴⁶

⁴³ LUCA, Tania Regina de. *A História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 140.

⁴⁴ *Correio Paraense*, 23 de dezembro de 1892, p. 1, ed. 192.

⁴⁵ *Tim tim por tim tim*, do autor, diretor e empresário teatral português Antônio Sousa Bastos (1844-1911) e escrito em estilo de revista, um gênero de teatro surgido na França e trazido ao Brasil pelos portugueses, foi um espetáculo teatral que estreou no ano de 1889 em Lisboa (Portugal) que recapitulava de maneira cômica os acontecimentos do final do século XIX. Com estrutura composta por variados quadros que faziam críticas à atualidade e à política que eram seguidos por números musicais e desfile de belas mulheres (vedetes), a revista estreou no Rio de Janeiro em 1892, sendo comentada na imprensa em diversos estados. Sobre a revista e seu autor, ler: OLIVEIRA, Richard Bertolini de. *Três atos e vinte e nove pares de meias justas: perfis biográficos de Pepa Ruiz*. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras – Teoria Literária e Crítica da Cultura da Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei (MG), 2016, p. 51-60.

⁴⁶ *Correio Paraense*, 23 de dezembro de 1892, p. 1, ed. 192.

Em artigo intitulado *Sutileza, ironia e zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação*, Rachel Soihet comenta a utilização de gêneros literários como o acima citado para fins de críticas direcionadas às ações das feministas por parte da imprensa carioca ao término do século XIX e início do século XX. Conforme infere, durante esse período, a mulher trabalhadora e emancipada era vista como a fonte de todos os problemas sociais, pois, ao negar seu papel de mãe e esposa, estaria provocando uma espécie de desequilíbrio na ordem natural. Na sua análise, Soihet mostra o método articulado por meio do qual a imprensa, utilizando de dados criados pela ciência sobre as mulheres, elaborava um discurso que pretendia desqualificar e desconstituir o feminismo:

À primeira vista, essa maneira burlesca de apresentar as mulheres empenhadas na luta por direitos não guardaria maiores consequências, visando apenas divertir o público leitor. Na verdade, porém, percebe-se um aspecto perverso nessas insinuações, o que me faz enquadrar tais colocações numa das modalidades de violência simbólica contra as mulheres. Isto, porque a reiteração da comicidade na abordagem de suas reivindicações tende a difundir uma imagem em voga, acerca da falta de seriedade das preocupações femininas, ao contrário das masculinas.⁴⁷

Falando sobre as últimas notícias do feminismo na Inglaterra, um cronista do jornal *Diário de Notícias*, em 1895, destacava que naquele país não havia mais profissões classificadas como apenas viris dado o enorme avanço das mulheres nos setores de trabalhos antes exclusivos dos homens. O último que parecia ser ainda vedado a elas, o de cocheiro de carro de praça, acabava de ser ocupado pela primeira vez por uma mulher, a qual, segundo descreveu, era uma jovem de uma notável beleza pertencente a uma família respeitável de Londres e que antes havia trabalhado como preceptora. O articulista chega a considerar o empreendimento da jovem londrina como fruto de um certo *progresso* do feminismo, elevando em louvores, até certo momento, sua atitude, chegando a tratá-la como uma heroína. No entanto, vem-lhe – dado a entender ao leitor como *por acaso* – a lembrança de que se tratava de uma mulher separada do marido, concluindo que tal iniciativa nada mais era do que o resultado de mais uma das ambições feministas de mulher frustrada em querer ocupar ofícios reservados a homens.⁴⁸ Compartilhando desse mesmo raciocínio, um articulista do jornal *República*, também deixava registrado que o feminismo na Áustria havia demonstrado progresso por meio da franquia de mais um ofício exclusivamente masculino às mulheres. Trava-se do serviço de coveiro no

⁴⁷ SOIHET, Rachel. *Sutileza, ironia e zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação*. In: MURARO, Rose Marie. *Mulher, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p. 108-109.

⁴⁸ *Diário de Notícias*, 22 de junho de 1895, p. 1, ed. 139.

cemitério de Grinzing, em Viena, o qual havia sido ocupado por uma “senhora *coveiro*... ou *coveira*”,⁴⁹ confundia-se o articulista na concordância nominal relativa ao uso do gênero.

Confusões como esta, obviamente propositais, utilizadas como recurso gerador de comicidade e ridicularização das conquistas feministas, também podem ser vistas em uma crônica do jornal *A República* divulgada no início dos anos 1890. Tratando de um progresso que já se vinha constatando no estado norte americano do Kansas, o articulista registrava que, desde o ano de 1887, as mulheres já se empenhavam na conquista de direitos políticos, podendo-se encontrar algumas, como Emma Barnes, *eleito* como *prefeito* na municipalidade de Buda Springs e Ella W. Brown, designada para *advogado* da cidade de Holton, entre outras senhoras que, em outras cidades e vilas do estado, também já vinham ocupando cargos de *tesoureiros*, *empregados* e *administradores* de escolas públicas. Embora concordasse que essa conquista no campo político representava um importante progresso do movimento feminista nos Estados Unidos, o articulista não deixou de enfatizar que entre as próprias *eleitores* mulheres havia resistência às candidaturas de pessoas do mesmo sexo, necessitando da intervenção da Câmara dos Representantes e do Senado para que aprovassem um projeto de lei que garantisse às mulheres relativa igualdade política para ser votado em novembro de 1894, dando tempo *aos* feministas de escolherem *um* representante estadual.⁵⁰

Enquanto movimento social, o Feminismo é, em sua essência, um movimento moderno que surge no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras das Revoluções Americana (1865-1891) e Francesa (1789-1799), manifestando-se, em um primeiro momento, em virtude de reivindicações, em meio a grupos de mulheres brancas pertencentes a classes ricas, por direitos sociais e políticos.⁵¹ Nesse seu primeiro momento de manifestação, mobilizaram-se mulheres de países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina. No Brasil, tem-se registrado que o movimento teve seus inícios com a escritora sul-riograndense Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) no século XIX, cujas obras, *Conselhos à Minha Filha*, *Opúsculo Humanitário*, *A Mulher*, publicadas ao longo das décadas de 1840 e 1850, simbolizam o despertar de uma consciência crítica sobre a condição das mulheres na sociedade. Nísia também teria sido a responsável pela tradução, em 1832, do livro da escritora inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797) *A vindication of the Rights*

⁴⁹ *República*, 25 de março de 1899, p. 2, ed. 30.

⁵⁰ *A República*, 27 de outubro de 1893, p. 2, ed. 705.

⁵¹ COSTA, Ana Alice Alcântara. *O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política*. Revista Gênero, v. 5, nº 2, 2005, p. 1.

of Women – Uma reivindicação dos direitos da mulher –, adicionando ao título traduzido *Contra a injustiça dos homens*, o que para o conservadorismo da época deve ter soado como a adição de mais escândalo à obra. Nesse sentido, Ana Alice Costa e Cecília Maria B. Sardenberg, em sua retrospectiva do feminismo no Brasil, afirmam que o trabalho de Nísia Floresta, além de servir para colocar em língua portuguesa o clamor que vinha da Europa, com o complemento, fez uma tradução cultural das ideias feministas europeias para o contexto nacional, pensando na mulher e na história brasileira.⁵²

Para além da década de 1930, os ideais feministas no Brasil, acompanhando a tendência europeia marcada pela exigência de direitos políticos, além de trabalhistas, alcançaria seu auge por meio do desenvolvimento de lutas sufragistas lideradas pela paulista Bertha Lutz (1894-1976). É nesse momento que o Feminismo se desenvolve, centrado nas reivindicações dos direitos políticos – como o de votar e ser votada –, e dos direitos sociais e econômicos – como o do trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança. E é também a fase que, mais tarde, seria classificada como a Primeira Onda do Feminismo, iniciada quando as mulheres, no final do século XIX, mas primeiramente na Inglaterra, começaram a se organizar para lutar por seus direitos e a promover grandes manifestações ao modo das ocorridas especialmente em Londres.⁵³ Essas manifestações ficaram conhecidas em Belém por meio da imprensa local que, de modo conservador e refratário, registrava esses eventos como um modo contraproducente de se lutar por direitos, maximizando a perspectiva da agressividade com a qual agiam as *sufrajetes*, termo pelo qual tornaram conhecidas as sufragistas inglesas no Brasil.

Identificando-se apenas pelas iniciais A. S. um dos articulistas desse jornal, na coluna *Através do Atlântico*, ao divulgar algumas informações recebidas de Paris sobre o movimento inglês, classificou o sufragismo feminino como um dos mais abomináveis problemas sociais daquela época por procurar, com pretexto de libertar a mulher da sujeição do homem, fazer uma revolução social que ameaçava os costumes e incorria em risco de se alterar radicalmente a ordem social. A. S. condenava as reivindicações, chamando-as de lamentáveis e *encarniçadas* e as sufragistas de *fogosas*, cujo desejo em participar da constituição do Estado era unicamente o de fazer intrigas e politiquices para derrubar ministérios. Argumentava também que não havia justificativa para a ação das feministas inglesas porque seus direitos já estavam garantidos pela legislação inglesa, estando elas, livres para expandir a sua atividade

⁵² COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília Maria B. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília Maria B (ORG). O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008, p. 25.

⁵³ PINTO, Céli Regina Jardim. *Feminismo, História e Poder*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010, p. 15.

nas profissões liberais. Sugerindo aos leitores que as sufragistas inglesas não deveriam servir de exemplo às mulheres brasileiras, A. S. afirmava que elas estariam quebrando os liames da instituição familiar e subvertendo séculos de patriarcalismo e tradições sociais pelo fútil prazer de *meter um papelinho dobrado em uma urna!*

Com efeito, o sufragismo, tal como o praticam [...] as damas inglesas, é insensato e é ridículo, tendo descido aos mais intoleráveis excessos, professando um apostolado somente atentados degradantes. São criminosas vulgares. A clássica fragilidade do sexo se lhes transfundiu em odiosa e violenta brutalidade. O sufragismo inglês busca o sucesso das suas ideias através de depredações abomináveis que vão das mais idiotas às mais sinistras... Na próxima crônica veremos como a sociedade se defende desses demônios de saia.⁵⁴

Como movimento social visível e expresso em momentos históricos diferentes, bem como, com distintas intensões motivacionais, o processo de desenvolvimento do feminismo desde o final do século XIX foi dividido em fases que durante algum tempo, para melhor ser pensado, passaram a ser chamadas de *ondas*. Essas *ondas*, configuradas em ciclos de protestos, equivaleriam a fases de intensificação das reivindicações expressas em protestos públicos, permitindo ser discutido em associação a um contexto político, social e histórico mais amplo.⁵⁵ O uso da metáfora, amparado na ideia mesma de *ondas* que se elevam da superfície marítima, atingem seu auge e desaparecem ao quebrarem na praia, embora tenha servido para organizar didaticamente em fases o processo de mudanças ocorridas dentro do movimento, apontando tendências específicas durante seu desenvolvimento histórico, em virtude de seu caráter complexo, no entanto, seria criticado por algumas estudiosas feministas como baliza temporal e, por isso, limitadora da análise de cada um desses momentos de modo desvinculado dos outros momentos. Isso porque seria alto o risco de se incorrer no erro de entender que as reivindicações feministas, sendo as *ondas* temporalmente delimitadas, seguiriam um sentido progressista, porém, desvinculadas uma da outra, de modo que as existentes, por exemplo, na *primeira onda* estariam já completamente resolvidas quando se alcançou a *segunda onda* e, assim, sucessivamente. Ou ainda, que haveria um vácuo, fora dos períodos abrangidos pelas *ondas*, que se poderia se caracterizar como períodos sem atividades.⁵⁶

O problema que decorre dessa metáfora, a qual tem como fundamento uma perspectiva eurocêntrica, é a sensível interligação entre os termos *feminismo* e *ondas feministas*

⁵⁴ *Estado do Pará*, 11 de junho de 1913, p. 1, ed. 791.

⁵⁵ TARROW, Sidney G. *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge University Press, 1994.

⁵⁶ COSTA, Suely Gomes. *Onda, rizoma e sororidade como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos*. (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). Revista InterThesis, Florianópolis, vol. 6, nº 2, 2009, p. 4; MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo, Academia e interdisciplinaridade*. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. (orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

parecem fazer parte de um mesmo processo de desenvolvimento histórico que exclui a ação de mulheres que temporalmente se localizam além da data da sua fundação e, teoricamente, fora dos limites de abrangência de seus termos de aplicação e categorias de análises. Isso faz pensar em um *feminismo* localmente originado na Europa, cujas *ondas*, em suas narrativas, privilegiam a ação de feministas brancas da classe média estadunidense e ativistas brancas inglesas e francesas, que é levado a outras partes do mundo, como a América do Sul, ignorando a realidade e a possível ação de mulheres que se encontram fora de seus limites. Desse modo, as *ondas* podem ser contestadas, uma vez que podem ignorar, a exemplos da forte atuação das mulheres da classe operária e das mulheres negras, ações femininas tanto de dentro quanto de fora dos limites fronteiriços dessas países.⁵⁷

De um modo ou de outro, a metáfora das *ondas*, criada nos anos 1960, seria assim denominada como forma de as feministas desse período se distinguirem das feministas do período anterior tanto nos conteúdos como também nos modos como esses conteúdos eram reivindicados, dando-se prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres. Por meio do estabelecimento dos alicerces de uma teoria feminista destinada a compreender as origens e as causas das desigualdades entre os sexos, torna-se possível uma compreensão mais complexa das problemáticas então vividas pelas próprias feministas que se propõem a pensá-las. Assim é que, em seu desdobramento, surge a utilização do termo *gênero*, o qual, primeiramente aplicado no campo da medicina psiquiátrica, foi empregado semanticamente como diferenciador em relação ao sexo. Uma semântica que, modificada a partir da década de 1980, adquiriu uma nova compreensão, sobretudo graças à contribuição de Joan Scott ao publicar, em 1986, um ensaio na *American Historical Review*, intitulado *Gênero: uma categoria útil de análise*, no qual define *gênero* como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e primeiro modo de dar significado às relações de poder”.⁵⁸

Importante ressaltar que, em se falando de relações de poder, aspecto no qual o *gênero*, como ferramenta de análise, mostrará sua importância e valor no desvendamento da construção cultural da diferença e submissão do sujeito feminino em relação ao masculino, a categoria *mulher*, até então analisada no singular e universalmente, passará por uma modificação na apreensão de seu conceito. É a partir daí que, nesse sentido, as feministas

⁵⁷ ZIRBEL, Ilze. *Ondas do feminismo*. Blogs de Ciências da Universidade Estadual de Campinas: Revista Mulheres na Filosofia, v. 7, nº 2, 2021, p. 10.

⁵⁸ SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995, p. 86.

percebendo que, assim como não existia na prática um universal *homem*, não poderia também existir, da mesma maneira, um universal *mulher*, dada as diferenças de gênero que se colocavam postas no interior do próprio movimento feminista, composto por mulheres brancas, jovens, pobres, ricas, negras, idosas, heterossexuais, homossexuais, entre outras. Ou seja, se ser *mulher* implicava em um atravessamento identitário que a fez surgir como sujeito em oposição ao *homem*, implicava também considerar os outros atravessamentos identitários existentes dentro desse mesmo sujeito que as diferenciavam internamente em relação à raça, etnia, classe social, geração e orientação sexual.⁵⁹

A adoção da categoria *mulheres*, então, sendo uma categoria mais abrangente, cujo pluralismo encontrado em seu interior, o qual se desenvolveu em oposição ao caráter singularizador e pretensamente universal de *mulher*, combinado ao conceito de *gênero* como ferramenta de análise das relações de poder existentes entre homens e mulheres nos diversos aspectos da vivência cotidiana, permitirá aos pesquisadores das décadas seguintes um voltar-se ao passado, tendo em vista a construção dos vários mecanismos de repressão e opressão social e cultural sob os quais as mulheres foram submetidas, as diferenças raciais, sociais e de geração a que pertenciam, dadas as peculiaridades de cada grupo, e como criaram estratégias de resistência e superação. É esse o momento no qual se pode falar mais propriamente de uma *terceira onda* do movimento feminista no qual a produção de uma diversidade de estudos em diversas áreas do conhecimento, dão uma ideia dos novos olhares que se voltam para o passado a fim de escrever uma História das Mulheres.

Um reflexo nas letras

Retornando aos jornais.

Mesmo divulgando em seu conteúdo as conquistas feministas verificadas em vários locais do mundo, a imprensa paraense do final do século XIX não deixou de marcar uma forte resistência em relação ao *feminismo*. Tal como o havia associado à descrição viril de Maria do Amparo Benito, citada no início do capítulo, um movimento de ideias antifeministas que disseminava a imagem da *mulher feminista* como oposta a da *mulher feminina* não deixou de ser expressivo nas páginas dos jornais e marcaria as gerações posteriores. Comentando sobre essa questão, Joana Maria Pedro observou que mesmo no final dos anos 1980 eram poucas as mulheres que aceitavam o rótulo de feminista. Segundo afirmava, isso acontecia porque, no senso comum, ainda havia uma considerável prevalência da ideia caricata de que o feminismo

⁵⁹ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero*. Revista Brasileira de História, v. 27, 2007, p. 287.

era uma luta de mulheres feias, lésbicas, ressentidas, masculinizadas, mal-amadas e avessas a tudo que se relacionava a sexo oposto.⁶⁰ Uma imagem claramente construída socialmente por meio do auxílio da imprensa do final do século XIX, a qual ridicularizava as mulheres empenhadas nas lutas do movimento.

No entanto, é nesse momento que surge em São Paulo e no Rio de Janeiro, uma imprensa de mulheres, a qual se torna o maior meio de divulgação das ideias feministas no Brasil, transformando o país no lugar onde houve maior empenho do jornalismo feminista entre os países latino-americanos.⁶¹ Em Belém, embora não possa falar de uma imprensa feminista ou de escritos feministas por ainda não ter encontrado registros, a participação feminina nos jornais se manifestaria por meio da publicação de algumas obras literárias. Produzidas por escritoras paraenses, essas obras, escritas em formato de prosas, contos e poesias, versavam sobre várias temáticas, como as de Maria Simões, as quais, soando às vezes com algum teor cômico, mantinham uma narrativa dramática sobre aspectos do cotidiano vividos por mulheres solteiras e casadas.⁶² Simões teria ainda publicados na imprensa o livro *Lírios da Alma*, cujo comentário do articulista do jornal *Gazeta Postal* o descreveu como “a única obra [e, portanto, a primeira] escrita por mão feminina nesta grande terra do Pará”.⁶³ No entanto, sofreria ataque misógino do articulista do jornal *Correio Paraense*, o qual, com expressivo desdém, o julgou como inferior a obras similares de poetas masculinos contemporâneos.⁶⁴

Sobre a publicação de escritos femininos nos periódicos das décadas finais do século XIX no Pará, Sara Vasconcelos Ferreira e Germana Maria Araújo Sales, ao examinarem exemplares do jornal *A Província do Pará* editados durante o período, constataram que, não apenas nesse jornal, as mulheres eram muito assíduas na escrita, colaborando com artigos pedagógicos, crônicas e, principalmente, produções literárias em formato ficcional e poético.⁶⁵ Contudo, esses escritos, produzidos por mulheres que eram favorecidas na publicação de suas produções justamente por se encontrarem envolvidas em um círculo social de pessoas ligadas

⁶⁰ PEDRO, Joana Maria. *O Feminismo de “Segunda Onda”*. Corpo, Prazer e Trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das mulheres no Brasil*. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto., 2013.

⁶¹ TELLES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

⁶² *O Democrata*, 29 de abril de 1893, p. 1, ed. 96; *O Democrata*, 30 de abril de 1893, p. 1, ed. 97; *O Democrata*, 12 de março de 1893, p. 2, ed. 106; *O Democrata*, 13 de maio de 1893, p. 1, ed. 107.

⁶³ *Gazeta Postal*, 1 de junho de 1893, p. 3, ed. 76.

⁶⁴ *Correio Paraense*, 29 de abril de 1893, p. 1, ed. 295.

⁶⁵ FERREIRA, Sara Vasconcelos; SALES, Germana Maria Araújo. *A Província do Pará e a recepção crítica das produções literárias femininas*. Contexto. Vitória, n. 38, 2020, p. 424-425.

à imprensa, nem por isso costumavam ter a atenção dos literatos, ou mesmo do público leitor.⁶⁶ Mas embora fossem ignoradas pelos literatos, mulheres regionais como Maria Guajarina – a representante do grupo de escritoras que ocupou o espaço dedicado às mulheres no jornal de seu pai Antônio Lemos –, Mariana Macedo, Maria Valmont e Marguerite Muriel foram algumas das quais tiveram seus trabalhos divulgados na imprensa jornalística paraense.⁶⁷

E dentro dessa atmosfera de misoginia, é interessante destacar o nome de Maria Valmont. Em 1987, na ocasião de seu aniversário, o redator do jornal *Diário de Notícias* expressou a sua admiração pelas obras da literata, as quais havia entendido como sendo o resultado e reflexo do movimento feminista. Embora fossem escritos que não emanassem militância, demonstrou respeito e apoio à ideia da emancipação feminina, considerada, por ele, como um dos maiores triunfos daquele final de século.⁶⁸ Zahidé Lupinacci Muzart, por meio da análise de escritos de mulheres brasileiras publicados nas décadas finais do século XIX, confirma que a produção literária feminina havia, de fato, surgido de uma consciência feminista que estava intrinsecamente relacionada com a literatura e a imprensa. Uma consciência que encontrara no interior dessa relação uma das razões para a criação dos periódicos femininos – e, conseqüentemente, feministas – por meio dos quais poderiam amplificar a sua voz e fazer ser ouvidas.⁶⁹ E os literatos, embora manifestassem ignorar essas vozes, na verdade, as ouviam.

Paulino de Brito⁷⁰, por exemplo, escrevendo para a coluna “Repercussões”, do jornal *Estado do Pará*, comentava sobre a incursão das mulheres na literatura. Embora reconhecesse o direito feminino de cultivar intelectualmente o seu espírito e de comunicar ao público os seus estudos e reflexões, citando Julia Lopes de Almeida como exemplo, afirmava que as escritoras sempre seriam bem recebidas entre aqueles que manejavam uma pena, desde que seus escritos tivessem algo a acrescentar para a moralidade social. Por outro lado, criticava rispidamente um conjunto de escritos de mulheres que haviam aparecido na imprensa carioca defendendo a liberdade de costumes e protestando contra as injustiças cometidas pelos homens contra a sua liberdade. Responsabilizando os jornais pelo que chamou de *destemperos*

⁶⁶ MUZART, Zahidé Lupinacci. *Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX*. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 225-233, jan./jun. 2003.

⁶⁷ FERREIRA, Sara Vasconcelos; SALES, Germana Maria Araújo. *A Província do Pará e a recepção crítica das produções literárias femininas*. Contexto, Vitória, n. 38, 2020, p. 425-426.

⁶⁸ *Diário de Notícias*, 4 de dezembro de 1897, p. 1, ed. 269. Maria Valmont, chegou a ser, juntamente a Ana Oliveira e Emília Pimentel, e mais um grupo de homens, redatora do jornal *A Escola*, órgão dos alunos da Escola Normal, periódico quinzenal dedicado às questões pedagógicas e sociais da Escola Normal. *A Escola*, 1 de agosto de 1892, ed. 5.

⁶⁹ MUZART, Zahidé Lupinacci. *Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX*. Estudos Feministas, Florianópolis, 11(1), jan./jun., 2003, p. 226.

⁷⁰ Nascido em Manaus em 1858, Paulino de Brito mudou-se para Belém, onde foi escritor, jornalista e professor, tornando-se redator-chefe do jornal *Folha do Norte*.

femininos, Paulino de Brito os acusou de estimular as mulheres, as quais julgava soberbas e revoltadas contra as leis morais, contra os deveres do seu estado, contra a necessidade do trabalho e contra tudo o que ele entendia distinguir e dignificar as mulheres sensatas e honestas, ultimando:

[...] é claro que a impudícia se deve considerar como um impedimento absoluto às incursões femininas pelos domínios da publicidade, pois quem não possui predicados para neles aparecer com decência, e com algum proveito e orientação para os outros, deve-se conformar com o silêncio e a obscuridade [...] Arrancassem-se das unhas dessas vadias as penas malfazejas com que rabiscam, pusessem-nas na frente de um fogão, ou de uma máquina de costura, ou de um ferro de engomar, ou de uma tina de roupa suja, obrigassem-nas ao arranjo da sua casa, aos cuidados da família e dos filhos [...] e, talvez elas vissem o mundo por um prisma menos pessimista [...] Liberte-se a intelectualmente nacional da nojosa invasão do sirigaitismo literário.⁷¹

Um articulista do jornal *Diário de Notícias* que assinava com o pseudônimo João Chorocho, na coluna *Riscos e Rabiscos*, em 1891, também já havia se expressado com a mesma veemência contra as mulheres que se inseriam no mundo da literatura. Para ele, essa inserção, que correspondia a um elemento de emancipação feminina, também representava um grande perigo para a instituição familiar, visto que, tendo, para ele, a mulher nascida e sido destinada para a lar, para o marido e os filhos, ela, se *literalizando*, provocaria a anarquia no interior da família, esquecendo-se de bem alimentar os filhos e de ministrar-lhes as salutares e proveitosas noções do dever cívico, deixando-os de dar uma base sólida à sua educação futura. Segundo entendia, a literatura representaria, para as mulheres, um vício que resultaria em uma série de infelicidades e uma constante perturbação da tranquilidade doméstica que poderia levá-las a outros vícios como o de frequentar botequins, falar palavrões obscenos, alcoolismo e fumo, igualando-as aos homens. Dessa maneira, esbravejava:

Protesto em nome da tranquilidade e limpeza do lar doméstico! Quando o tipo mulher se meter a ler e comentar Zola, Daudet e comitente, se tiver filhos, deixá-los-á andar sujinhos, e quando eles chorarem, desancá-los-á a chicote por terem-na interrompido no melhor capítulo do *Germinal*...⁷²

Em seu estudo *Imprensa feminina e feminista no Brasil: nos primórdios da emancipação*, Constância Lima Duarte corrobora a tese de Muzart ao mostrar que, no Brasil, quando as primeiras mulheres tiveram acesso ao letramento, imediatamente elas se apoderaram da leitura e, por sua vez, encaminharam-se à escrita e à crítica, não importando se fossem poetisas, ficcionistas, jornalistas ou professoras. Dessa forma, Duarte faz entender que, de muitas maneiras, a leitura, favorecendo às mulheres literatas uma consciência do estatuto de exceção que ocupavam no universo de mulheres analfabetas e da condição subalterna a que o

⁷¹ *Estado do Pará*, 17 de junho de 1919, p. 1, ed. 2956.

⁷² *Diário de Notícias*, 18 de fevereiro de 1891, p. 2, ed. 37C.

seu sexo estava submetido, fez com que os jornais, por seu caráter de maior abrangência de público do que os livros, se tornassem, para elas, os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina que desde o início se configuraram em espaços de publicidade, aglutinação e resistência. Ou mesmo – e isso se pode dizer para o caso da imprensa belenense –, onde não existia um jornal exclusivamente produzidos por mulheres como instrumento de militância feminista, um meio pelo qual algumas literatas locais tiveram a oportunidade de se expressarem relativamente de forma livre teria sido as folhas dos jornais, o que para elas já representaria um fator significativo de rompimento com o reservado ambiente doméstico, onde a fala feminina se fazia presente quase sempre na moderação dos diálogos íntimos.⁷³

Vejo, assim, por meio dessa análise, que a presença de mulheres na imprensa paraense, ainda que fosse mantida a um espaço reservado do mundo do folhetim e da literatura romântica e poética, configura-se como uma extensão da fala feminina que se transpõe do espaço do privado, doméstico, para o espaço externo, público. E que, a ação dessas mulheres, embora não representasse um drástico rompimento com o que para elas era socialmente estabelecido, mostra que não estavam conformadas apenas com o papel de filhas, esposas e mães. Desse modo, provocavam sutis fissuras no conceito e multiplicavam as possibilidades do feminino no interior do complexo e paradoxal movimento de construção de uma identidade coletiva, buscando instituir o sujeito de direito feminino. E no contexto de um Estado republicano como o brasileiro da última década do final do século XIX, o qual se mantinha conservador, oligárquico e com estreita concepção de democracia e cidadania, esse grupo de reservadas mulheres do mundo literário que se fez inserido na imprensa, foi o que fez a diferença nos Estados Unidos, na Europa e aqui, no norte do Brasil, onde a emancipação feminina, de acordo com Eric Hobsbawn, terminou por produzir uma espécie de “nova mulher”.⁷⁴

Sobre a emancipação feminina

Quando se fala de Feminismo, a questão da emancipação feminina se torna um tema muito presente nos jornais paraenses, os quais registram a luta das mulheres por seus direitos e fazem eventuais balanços de suas conquistas em diferentes países. No entanto, a abordagem desse processo de emancipação, tal como o tratamento dado ao Feminismo como movimento, se reflete de forma contraditória, embora percebam as conquistas sob um processo gradativo e

⁷³ DUARTE, Constância Lima. *Imprensa Feminina e Feminista no Brasil: nos primórdios da emancipação*. Revista XIX: Insubmissas no século XIX, v. 1, n° 4, 2017, p. 98.

⁷⁴ HOBBSBAWN. Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro-RJ, Paz e Terra, 1988, p. 272

significativo. Dos temas tratados pelos jornais, contudo, quanto se referem à emancipação feminina, eram as questões da educação acadêmica e a inserção das mulheres no mundo do trabalho por meio dessa educação que se reportavam. Tema, aliás, relacionado, especialmente, às mulheres de classes sociais mais abastadas, cujas reivindicações por elas expressas incidiam de modo particular na aquisição do direito a uma educação que excedia à tradicional que as direcionavam para o casamento, daí decorrendo o direito à profissão e o de participarem de um mundo do trabalho cujos ofícios eram reservados exclusivamente aos homens.⁷⁵

Reportando-se ao público leitor do jornal *Estado Pará*, em 1913, Bertoldo Nunes, um professor, político, escritor e jornalista paraense, exaltava a inclinação das mulheres ao conhecimento científico. Dissertando em sua coluna “A aristocracia feminina”, defendia que a todos deveria ser permitido conceber uma ideia, bem como, do mesmo modo, externá-la, afirmando que o desenvolvimento das sociedades somente seria possível quando as mulheres se encontrassem emancipadas, quer por meio dos estudos, quer por meio do trabalho. No entanto, pontuando uma série de limitações à capacidade de conhecimento das mulheres, Nunes concorda que elas deveriam ter o direito de acesso aos estudos, desde que esses servissem para ajudá-las a melhor desempenhar funções morais a fim de influenciarem beneficentemente nas diversas atividades humanas, pontos constitutivos da aristocracia do seu sexo. Na prática, o que Nunes queria dizer a seus leitores – de modo especial, às leitoras –, era que às mulheres estava reservado o direito à emancipação, mas, sobretudo, o dever de obediência às obrigações na convivência com os maridos. Em tom paternal, aconselhava-as a que não se deixassem dominar pela ambição e pelo conhecimento por meio de uma educação que as deveria preparar para uma vida séria e ativa na sociedade, conciliando o que dizia ser agradável para elas e útil para a manutenção da família, embora que sob a tutela do marido na vida cotidiana do lar. “É assim que compreendemos a educação da mulher – concluía –; é assim que queremos a sua emancipação.”⁷⁶

No contexto dos debates sobre o feminismo na imprensa belenense, a emancipação feminina é um dos temas que circulou na cidade, por meio dos jornais, como parte do noticiário internacional desde o início dos anos 1890. Registrando em pequenas notas o progresso das conquistas femininas na Europa e nos Estados Unidos, o articulista do jornal *O Democrata* destacava, em 1893, a atuação de dez jovens moças londrinas que, no percurso de seu processo

⁷⁵ MUZART, Zahidé Lupinacci. *Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX*. Estudos Feministas, Florianópolis, 11(1), jan./jun., 2003, p. 226.

⁷⁶ *Estado do Pará*, 9 de abril de 1913, p. 2 e 3, ed. 728. Nota-se no tom dramático de Bertoldo Nunes que, admitindo não poder conter o progresso da emancipação das mulheres, os homens se esforçam, então, para mantê-la, ao menos, sob seu controle: “é assim que a queremos”.

emancipatório, haviam conquistado acesso com grande distinção na Universidade de Cambridge para o curso de matemática. Segundo relatava, seus resultados nos exames de admissão teriam superado o de rapazes que também se haviam sujeitado à seleção.⁷⁷ Nesse mesmo ano, no jornal *A República*, era divulgada uma pequena lista de algumas atividades, consideradas curiosas pelo articulista do jornal, exercidas por mulheres nos Estados Unidos. Dizia ele que em Búfalo (New York), uma mulher dirigia uma empresa de limpeza de ruas; outra, na cidade de Kansas (Missouri), estava à frente do corpo de bombeiros; em New Hampshire, uma mulher era presidente de uma companhia de carris urbanos; em Chicago havia uma embalsamadora; e em Louisville (Kentucky), havia uma *caixeiro viajante* que todos os anos viajava a Paris para fazer compras para diversas casas comerciais!⁷⁸

Dado que o surgimento e a circulação dos jornais, conforme esclarece Peter Burke, facilitou a interação entre diferentes conhecimentos ao permitir que as pessoas em lugares diferentes lessem os mesmos textos, estendendo a visão de mundo para além do contexto em que se estava inserido por meio da geração de informações,⁷⁹ me pergunto quantas mulheres, em Belém, teriam lido ou ouvido o conteúdo dessas notícias do jornal *A República*. Meninas, moças, senhoras, solteiras, casadas, viúvas. Quantas, tão logo as liam ou ouviam, não as teriam compartilhado nas conversas? Quais não teriam sido as suas reações? Quantos risos de descréditos, olhares assustados, comentários confusos ou mesmo, anseios de afirmação, não teriam suscitado nelas o conteúdo daquele texto? Descaso por parte de algumas, talvez. Indiferença de outras, possivelmente. Quem sabe, algumas apenas tenham se admirado, achando aquelas façanhas apenas uma realidade distante, tanto fisicamente quanto temporalmente, do contexto no qual viviam. O fato, porém, é que, para mulheres desacostumadas a ver outras mulheres em destaque em atividades tidas como masculinas e vedadas a elas, de alguma forma, deve ter auxiliado também a elas a se pensar em exercício naquelas mesmas atividades. De fato, as notícias que chegavam do estrangeiro, tendo, de alguma forma, dado suporte às mulheres a perceberem que também elas poderiam assumir ofícios masculinos, leva a pensar que a imprensa, tornando pública e acessível às mulheres essas notícias, realizava uma função ambígua, visto que, ao mesmo tempo em que abria espaço à expressão de uma propaganda antifeminista, mostrava que as mulheres podiam ter espaço nesses ambientes de trabalho.

⁷⁷ *O Democrata*, 4 de agosto de 1893, p. 2, ed. 174.

⁷⁸ *A República*, 17 de dezembro de 1893, p. 2 ed. 745.

⁷⁹ BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 19.

Embora tenha adquirido maior abrangência nas discussões jornalísticas belenenses a partir de 1890, o tema da emancipação feminina já era comentado na imprensa nos anos anteriores. Comentando sobre o tema em 1886, um articulista do jornal *Diário de Notícias* previa as transformações sociais que adviriam nos séculos seguintes em virtude da força com a qual o movimento estava se implantando pelo mundo. Segundo antevia, o século por vir estava destinado a ser o século dos grandes acontecimentos que haveriam de assombrar a humanidade. Entre esses acontecimentos se encontrava a emancipação das mulheres, uma incontestável realidade que, segundo afirmava, mostrava-se presente inclusive no Pará, onde se via expresso no entusiasmo das jovens paraenses pelas conquistas literárias e no amor às artes, continuava a se alargar por meio do desempenho de muitas mulheres que já ocupavam diversos espaços de trabalho exclusivamente masculinos em alguns lugares do mundo. Esse desempenho, promovendo a emancipação dessas mulheres, colaborava na transformação da “mulher-pupila [aqui entendida como aquela colocada sob proteção ou tutela de um homem] em mulher-social [aquela presente na vida social para além do âmbito familiar], ocupando todos os empregos, cultivando todos os seus direitos, tão bem como nós [homens] o fazemos hoje.”⁸⁰

No entanto, nem todos os articulistas demonstravam-se simpatizante à emancipação feminina. Em 1896, o jornal *Folha do Norte* reproduziria em suas colunas internacionais, um artigo atribuído a J. Bordeau, no qual o autor julgava a emancipação feminina como um problema grave e uma questão social de maior importância para aquela época por estar estreitamente relacionado à família como instituição e, por isso, ao próprio fundamento da sociedade. Registrando o número de mulheres que se emancipavam em virtude da força com que o movimento feminista vinha se manifestando, especialmente, nos grandes centros urbanos dos Estados Unidos, Bordeau afirmava que não haveria limites às mulheres em relação às conquistas emancipatórias porque quanto mais emancipadas se sentiam, mais o queriam ser. Assim, a *Folha do Norte*, por meio do artigo de Bordeau, alertava aos seus leitores que se precisava cuidado porque saindo as mulheres vitoriosas nesse intento, mais um elemento perigoso se acrescentaria à política, onde ficariam completamente mudadas as relações entre os sexos e, por consequência, a família como instituição e fundamento da sociedade.⁸¹ Divulgando, em suas páginas, o empenho de mulheres estrangeiras que, de vários modos, manifestavam um evidente inconformismo feminino que vinha crescendo especialmente nas grandes cidades, a

⁸⁰ *Diário de Belém*, 6 de fevereiro de 1886, p. 3, ed. 28.

⁸¹ *Folha do Norte*, 23 de fevereiro de 1893, p. 2, ed. 54.

imprensa via o processo da emancipação feminina com receio e medo, já que a situação poderia abalar a ordem familiar, a qual era o grande suporte do Estado.⁸²

Em 1896, o mesmo jornal divulgaria em suas colunas de notícias internacionais, comentários sobre o Congresso Feminista Internacional, realizado no início do mês de abril daquele ano em Paris, destacando a série de temas propostos a se debater nos dias de reunião do evento, tais como nacionalidade da mulher casada, reformas nas leis concernentes ao casamento e ao divórcio, direito sobre os filhos, direito exclusivo da mulher ao produto de seu trabalho, reforma da igualdade sob o ponto de vista do direito penal e a regulamentação da prostituição. O título da matéria, “Isto de mulheres...”, denotava visível desprezo às aspirações feministas francesas, funcionando como um alerta aos homens paraenses a fim de se ter uma ligeira ideia de um tempo futuro no qual as mulheres lhes fossem iguais em direitos. No entanto, o que o articulista destacou foi, segundo o seu parecer, o trabalho quase nulo em resultados para o primeiro dia, cuja abertura teria sido marcado por um tumulto entre algumas conferencistas em virtude da eleição da presidente do evento.⁸³ Em um segundo registro, o congresso era ridicularizado pelo articulista, o qual fazia larga referência às dificuldades de entendimento entre as congressistas não apenas pela questão da presidência do congresso, mas principalmente por causa de uma divisão interna entre os grupos representados pelas as moderadas, a quem chamou de *saias de seda*, e as operárias, chamadas de *saias de lã*. Desse modo, o articulista deixava bem claro sua posição em relação ao evento, comentando sobre o comportamento das congressistas que não conseguiram se conciliar durante os dias da conferência, a qual descreveu como marcadas por uma “tendência mulheril para o espalhafato em assuntos sérios.”⁸⁴

Nos anos posteriores, as ações internacionais em favor da emancipação das mulheres e seus desdobramentos continuariam a repercutir em Belém, adquirindo mais espaço nas páginas dos jornais. Assinando apenas com o pseudônimo Fausto, no jornal *O Pará*, um articulista desafiava os defensores da emancipação da mulher, afirmando que o lugar que competia às mulheres ainda seria o lar doméstico. Mulher emancipada, para ele, era a mulher que sabia bem desempenhar o papel de mãe extremosa, esposa virtuosa, irmã terna e amigas que se encontram alhures para desempenhar a missão de protetora generosa. Embora reconhecesse que a mulher deveria se munir de um cabedal de conhecimentos científicos,

⁸² MALUF, Mariana. & MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do Mundo Feminino*. In: SEVCENKO, Nicolau. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 386.

⁸³ *Folha do Norte*, 3 de maio de 1896, p. 1, ed. 124.

⁸⁴ *Folha do Norte*, 11 de maio de 1896, p. 1, ed. 132.

artísticos e literários por meio da educação, isto só deveria acontecer se fosse para ela melhor compreender as dificuldades dos deveres que lhe competiam como mãe e esposa, longe dos renhidos trabalhos atribuídos exclusivamente aos homens. Desejando ver, entre as mulheres paraenses, suas delicadas mãos pousando sobre o teclado do piano da mesma maneira que preparando um guisado como os mais peritos na arte culinária, Fausto se desculpa com às leitoras que possivelmente se sentissem ofendidas com suas palavras, explicando que as linhas por ele deixadas na coluna haviam sido traçadas com a melhor das intenções.⁸⁵

Importa destacar aqui que os conteúdos textuais divulgados nos jornais eram quase que exclusivamente escritos ou comentados por homens que, invariavelmente, compartilhavam da tendência idealizada de família pensada para a sociedade naqueles finais do século XIX e início do XX. Neles é evidente o pensamento hegemônico que atribuía às mulheres espaços, funções e deveres nitidamente demarcados e estabelecidos de acordo com a divisão sexista das tarefas domésticas. Formada e constituída pelo estabelecimento da ordem patriarcal, a educação dispensada às meninas as orientava a se manterem subordinadas e dependentes dos pais enquanto solteiras e, mais tarde, dos maridos, enquanto casadas. Nesse sentido, desde crianças, as mulheres, cuja educação estava voltada prioritariamente a assumir o papel de esposas e mães, além da formação acadêmica nos cursos primário e secundário, recebia instrução que se limitava a aprender a cozinhar, bordar e costurar, tarefas estritamente domésticas que as restringiam ao espaço privado do lar. Comentando sobre o tema em 1868, um articulista do jornal *Diário de Belém*, recomendava aos pais de família que fossem criteriosos na escolha das mestras, preceptoras e governantas que deveriam ser responsabilizadas pela formação de suas filhas. Segundo defendia, essas mestras deveriam ter um conhecimento perfeito do modo de instruir e de educar as meninas para que, conduzindo-as por um bom caminho, com jeito e com doçura, ensinassem-nas sobre o que era necessário e prático, útil e agradável para que elas aprendessem a fazer sua própria roupa e a do marido que poderiam ter.⁸⁶

Tratava-se, assim, de uma educação especial e esmerada, oficialmente adotada para as meninas entre a elite belenense. Em seu estudo sobre o Asilo de Santo Antônio, pelo bispo paraense D. Macedo da Costa, fundado em 1878 para acolher e educar meninas provenientes de famílias ricas e órfãs desvalidas da sociedade, José Maia Bezerra Neto mostra que o abrigo, possuindo duas alas onde eram acolhidas e educadas separadamente, tendo como finalidade a formação de moças cristãs e preparadas para assumir o papel de esposas e mães, possuía um programa rígido de educação que distintamente as educava de acordo com as necessidades

⁸⁵ *O Pará*, 21 de agosto de 1900, p. 1, ed. 796.

⁸⁶ *Diário de Belém*, 20 de outubro de 1868, p. 2, ed. 61.

impostas pelas classes sociais a que pertenciam. Enquanto às meninas pertencentes a famílias ricas era ministrado um aprendizado de diversas prendas femininas, necessárias a uma boa dona de casa e uma educação que possibilitava a condição de damas e mulheres de sociedade que bem pudessem acompanhar seus maridos, às órfãs desvalidas cabia uma formação que as preparava para o mundo do trabalho por meio do qual poderiam se tornar discretas companhias de seus maridos na colaboração da economia doméstica. Embora se tratasse de uma educação com objetivos visivelmente diferenciados, continham, em sua substância, uma finalidade fundamental que se fazia comum tanto a umas quanto a outras: a preparação para o casamento onde deveriam desempenhar o papel de boas donas de casa, esposas dedicadas e submissas aos esposos.⁸⁷

Ainda para o período correspondente à pesquisa, Ipojucan Dias Campos analisou os programas de formação direcionados às meninas que eram matriculadas no sistema de educação da época, nas escolas públicas, mas especialmente, em colégios particulares. Segundo mostra, embora essas últimas, as quais recebiam as filhas de famílias ricas da cidade e do interior, estivessem sob a direção de uma diretora – a qual geralmente era a sua proprietária –, e gozassem de relativa autonomia em relação às diretrizes propostas pelo Estado e pela Igreja para a educação das meninas, eram os homens da intelectualidade à serviço do Estado e envolvidos com a educação que elaboravam os programas das escolas e a elas aplicavam o que pensavam sobre o que deveria ser ensinados para as educandas. Não se diferenciando do processo formativo consensual aplicado no cotidiano doméstico, nos colégios particulares, às meninas, embora recebessem uma educação mais aprimorada na ciência e nas artes do que as que frequentavam escolas públicas, era reservada uma educação que as ensinasse a se acomodar nos lugares determinados e adequados para elas: os recônditos do casamento e do lar. Espaços compreendidos como privados, longe das ruas, para que elas não fossem influenciadas pelas mudanças de uma cidade que se modernizava.

O modelo de educação destinado às mulheres tinha como objetivo que as mesmas não se percebessem agentes integrantes de variadas teias no campo social, inclusive o dos espaços públicos. O intuito da vigilância dos passos dados pelas mulheres começava cedo, na escola primária, sendo que o espaço doméstico, neste contexto, ganhava relevo expressivo. O recesso do lar era o ambiente onde os segmentos mais conservadores de Belém [...] desejavam vê-las.⁸⁸

⁸⁷ BEZERRA NETO, José Maia. “*O asilo lyndo e protetor*”: práticas e representações sociais sobre a educação feminina – Belém (1870-1888). In: *A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. ALVARES, Maria Luzia Miranda; D’INCÃO, Maria Ângela (Orgs.). Belém: GPEM, 1995, p. 15.

⁸⁸ CAMPOS, Ipojucan Dias. *Educação feminina na Belle-Époque belenense (1890 / 1900)*. Educação e Fronteiras. Dourados/MS, v.2, n.6, set./dez., 2012, p. 106.

Os colégios particulares identificados em funcionamento em Belém durante o período pesquisado, propunham-se receber, geralmente, meninas de famílias ricas. Algumas vezes, constituíam-se turmas mistas, acolhendo também meninos. Quando isso ocorria, a formação a eles dispensada seguia um método diferenciado no qual eram repassados conhecimentos técnicos por meio de disciplinas científicas. No caso das meninas, a elas continuavam reservadas noções de gramática, mas também um cabedal instrutivo e prático de tarefas pertencentes ao cotidiano doméstico. A finalidade dessa espécie de formação diferenciada buscava solidificar a concepção de esferas separadas, onde os meninos eram preparados para desempenhar o papel de maridos provedores e chefes de família, enquanto as meninas eram convocadas a assumir a direção do lar. Uma convocação que não era feita apenas a meninas pertencentes a famílias ricas. Às meninas pertencentes a famílias pobres também era dispensado esse aspecto da educação feminina, além da preparação que tinham para o mundo do trabalho. No Colégio Gentil Bittencourt, por exemplo, uma instituição educativa provida pelo Estado, havia várias tarefas e oficinas que preparavam as educandas para o mundo do trabalho nos setores, sobretudo, dos serviços domésticos, além dos de costura, secretariado e tipográfico.

De maneira mais ampla, essa formação funcionava em nome de uma determinada definição de família onde as mulheres representavam elementos fundamentais para a sua constituição e que terminologicamente seria conhecida como *família burguesa*. Nessa definição de família, marcada, entre outras coisas, pela formação de um grupo doméstico reduzido ao eixo *pais x filhos*, a preponderância da figura masculina estaria diretamente atrelada ao poder econômico e à posição pública do homem que se apresentava, inclusive, na posição de autoridade masculina. Gestado dentro das condições sociais de ascensão da burguesia industrial na Europa nos séculos XVIII e XIX, esse modelo de família se apresentava tipicamente como uma família urbana e era tomada sob o prisma de sua importância para a formação moral do indivíduo, onde as funções desempenhadas no seu interior seguiam padrões que, embora fossem entendidos como complementares no interior da instituição, eram assimétricos, onde se estabelecia uma primazia legal do homem, bem como sua responsabilidade pela garantia dos meios materiais de subsistência do grupo familiar, enquanto que, à mulher, ficava estabelecido o cuidado com os filhos e com o lar.⁸⁹

Possuindo, marido e esposa, funções específicas dentro dessa estrutura familiar, cada um passava, dessa maneira, a desempenhar um papel complementar ao do outro, cuja

⁸⁹ SILVA, Roseane Freitas. *Amores e desamores em querelas jurídicas: relação de gênero em processo-crimes de defloramento* – São Luís (1890-1925). São Luís. EDUFMA, 2009, p. 37.

união íntima e solidária constituiria a unidade social, a *família*, a qual, pressupunha-se, representava o ser eminentemente social. Seu discurso, alinhado e fundamentado na educação dispensada às meninas, tinha, com isso, um caminho traçado no sentido de, em primeira instância, constituir-se um contradiscurso às teses daqueles que só viam concorrência e inferioridade das mulheres em relação aos homens no convívio familiar; e, em segunda, de se estabelecer a ideia de que, no funcionamento interior de família, ainda que se constatasse um evidente domínio do homem (marido e pai), o que existia, ou deveria existir, era uma complementaridade entre os sexos por meio da qual o poder era dividido de forma igual com a mulher (esposa e mãe). Talvez tenha sido essa impressão a respeito da vida conjugal um dos fatores que levava muitas moças a desejarem o casamento, ao modo de como se reportava o articulista do jornal *Folha do Norte* quando afirmava ser o matrimônio a maior das tentações que se abatia sobre espírito feminino pelo fato de parecer ser o meio pelo qual “elas teriam uma casa para poderem mandar.”⁹⁰

No entanto, para que esse almejado equilíbrio de poderes dentro do lar se tornasse possível, os homens eram convocados a se tornar esposos modelos, bons maridos e companheiros tolerantes, especialmente no aspecto de mestre que pudessem ajudar na formação da esposa. Nesse sentido, os aspirantes a marido eram orientados pelo articulista do jornal *Diário de Notícias* a não se associarem a mulheres que não possuíssem bom coração nem gênio dócil, qualidades sem as quais não se realizaria a harmonia conjugal. Segundo o articulista, essa tarefa deveria ser atribuída aos maridos porque, sendo eles, geralmente, com mais idade do que as esposas e, por isso, mais instruídos e, sobretudo, mais experientes, caberia a eles o dever de aconselhá-las, educá-las, dirigi-las, bem como, protegê-las. As mulheres eram, assim, vistas, na imprensa, como sujeitos sem senso e conhecimento, necessitando, pelo menos na fase inicial do convívio conjugal, ser tutoradas, guiadas e esclarecidas pelos maridos, a fim de se tornarem esposas submissas e obedientes segundo ensinava a experiência de vida deles.

O bom senso do esposo é, pois, o que contribui com a melhor vontade, com todas as forças, para o desenvolvimento intelectual e moral de sua mulher; é aquele que vê na esposa uma igual, uma amiga, uma destas naturezas delicadas que, com a cultura, os ternos cuidados, podem facilmente tornar-se naturezas superiores.⁹¹

Sob as expectativas burguesas do ideal de esposa e mãe, as mulheres do final do século XIX deveriam aprender também com os maridos a governar a casa – atuando com eficiência na gerência do lar e se preservando no lugar que lhe fora dado – e a governar-se, no sentido de se manter sempre na disposição de se ajustar a inúmeras concessões em consonância

⁹⁰ *Folha do Norte*, 6 de fevereiro de 1900, p. 2.

⁹¹ *Diário de Notícias*, 28 de fevereiro de 1885, p. 3, ed. 47.

a vontade e aos desejos do marido, de modo a corresponder às “expectativas burguesas de gerência eficiente do lar e ainda representar em sociedade o papel de companheira adequada.”⁹² A carreira doméstica, estabelecida pelo discurso burguês a respeito da constituição da família, deveria ser a principal perspectiva das mulheres, na qual elas deveriam ser bem preparadas para carregar todo o peso da responsabilidade de manter o lar feliz e harmonioso, com todos saudáveis e satisfeitos e na qual toda a educação a elas reservadas e conhecimentos adquiridos deveriam auxiliá-las em ser as melhores companhias aos seus maridos, cabendo-lhes, então, o comando do lar, sempre se mostrando uma boa e atenta mãe, além de dona da casa e uma alegre esposa garantidora da harmonia e da felicidade do lar.⁹³

Sobre as mulheres casadas, algumas publicações jornalísticas são simbólicas ao mostrar o que se pensava sobre o *como* deveria se comportar a esposa em relação ao marido. José Eustáquio de Azevedo,⁹⁴ por exemplo, contribuiu com a dinâmica dessa pedagogia comentando a publicação de Os Dez Mandamentos da Mulher Casada, tornado público pelo jornal *Folha do Norte*, ocasião na qual defendia que as mulheres deveriam se manter submissas aos maridos. Segundo julgou, sua iniciativa representava importante serviço às paraenses casadas, sobretudo àquelas que, fosse pelo temperamento, fosse pela educação errônea, haviam se casado já pensando no divórcio. Buscando estimular aquelas que o seguissem de que, de certo, não se arrependeriam, porque fariam de seus maridos – por mais insubmissos que eles fossem – companheiros amantíssimos e bons, e por eles seriam elevadas aos seus olhos como mulheres superiores e esposas exemplares, ensinava-as:

- I- Não sejas a primeira em questionar, mas se a contenda for inevitável, discute de forma que teu marido fique vencido. Se a vitória for tua, aumentará de prestígio aos olhos dele.
- II- Não te esqueças de que te casaste com um homem e não com um Deus. Não estranhes, pois, os seus defeitos e imperfeições.
- III- Não o aborreças pedindo-lhe dinheiro, além do que ele estipula para as despesas do mês. É necessário regular essas despesas pela quantia que ele der.
- IV- Se teu marido tiver o coração duro, lembra-te que ele também tem estômago: alimenta-o bem, pois *acariciando-lhe* o estômago, *amoleces-lhe* o coração...
- V- De vez em quando, nas discussões, deixa-o dizer a última palavra. Isso o satisfará sem te desgostar.
- VI- Lê nos jornais mais algumas coisas além do obituário e das notícias de casamentos. Teu esposo se sentirá satisfeito em palestrar contigo sobre os acontecimentos do dia e mesmo da política.

⁹² MALUF, Mariana. & MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do Mundo Feminino*. In: SEVCENKO, Nicolau. (Org.). História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 396.

⁹³ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁹⁴ Nascido em Belém em 1868, atuou na área do jornalismo como colaborador do jornal *Folha do Norte* por 15 anos, trabalhou também como tradutor de romances franceses para o português. *Anuário de Belém em comemoração de tricentenário (1616-1916)* – Histórico, Literário e Comercial. Organizado, em colaboração, por um grupo de intelectuais, por iniciativa do Engenheiro Inácio Moura. Belém (PA): Imprensa Oficial, 1915, p. 116.

VII- Sê sempre delicada com ele, mesmo nas discussões. Não te esqueças de que, quando ele era teu noivo, o tinhas como um semideus.

VIII- Deixa-o acreditar muitas vezes de que ele é mais inteligente do que tu, confessando-lhe que não és infalível. Isso o lisonjeará.

IX- Se teu marido for muito finório, sê-lhe camarada; se ele for um toleirão, sê-lhe boa amiga.

X- Respeita, sobretudo, a mãe do teu esposo, lembrando que ele antes de te amar, amara-a primeiramente com todo o carinho.⁹⁵

Não por acaso, é durante esse período que se multiplica uma literatura especialmente destinada às mulheres, contendo livros que, pelas suas utilidades referentes ao mundo feminino, segundo exortavam os anunciantes das principais livrarias da cidade, deveria interessar muito às futuras noivas e esposas. Entre esses livros, podem ser destacados o *Livro das noivas*, de Júlia Lopes de Almeida; *Como devemos criar e educar os nossos filhos*, de Virgínia de Castro e Almeida; *O que as noivas devem saber*, da Condessa de Til, e *As nossas filhas*, de Maria V. de Carvalho.⁹⁶ Esses livros, embora escritos por mulheres intelectuais, faziam parte de um estrutura discursiva onde a ideia compartilhada e defendida pelos médicos e literatos, e que deveria rapidamente ser assimilada por senhoras e senhoritas, era a de que a boa esposa e mãe deveria estar sempre atenta às necessidades práticas do lar, à saúde dos filhos e do marido, enquanto se procurava provar, por intermédio de teses e artigos de divulgação científica, e especialmente pela imprensa diária, que sentimentos como a devoção e a ternura eram constitutivas de um *pathos* feminino, o qual as mulheres deveriam encarnar em sua vida cotidiana como parte de uma missão social a elas atribuída.⁹⁷

Outra obra desse conjunto literário é *O Livro da Esposa*, o primeiro da tetralogia criada por Paulo Combes (1856-1909), um escritor francês, intitulada Biblioteca da Mulher, na qual encontravam-se ainda incluídos *O Livro da Dona de Casa*, *O Livro da Mãe* e *O Livro da Educadora*. A obra de Combes foi apresentada ao público leitor paraense por meio da coluna “Esparsas”, do jornal *Estado do Pará*, pelo articulista Sérgio Duval.⁹⁸ Segundo relatava, tratava-se de um livro dedicado às mulheres que se preparavam ou que viviam o matrimônio e que apresentava, de maneira clara e educacional, como as mulheres casadas deveriam cumprir seu dever de esposas a fim de tornar feliz a vida conjugal. Duval creditava ao livro de Combes uma utilidade que toda noiva, esposa ou mãe deveria ler, recomendando a sua leitura às moças paraenses, às quais, exortava, deveriam entender o casamento como uma escola onde melhor

⁹⁵ *Folha do Norte*, 9 de abril de 1909, p. 1.

⁹⁶ *Estado do Pará*, 30 de maio de 1917, p. 2, ed. 2212.

⁹⁷ CAMPOS, Raquel Discini de. *Mulheres e crianças na imprensa paulista, (1920-1940): educação e história*. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 107.

⁹⁸ Colaborador do jornal *Estado do Pará* responsável pela coluna Esparsa, espaço reservado para comentários sobre política, arte e literatura. Atuou no jornal entre os anos de 1912 e 1914.

aprenderiam a se conhecer e a conhecer o seu companheiro de lar e de destino e os seus deveres para com a família e a sociedade.⁹⁹

A Dona de Casa, indicado especialmente às mães de família, era apresentado como a mais útil publicação em língua portuguesa que deveria ser lido pelas mães de família por servir de guia e conter conselhos de higiene íntima da mulher, higiene da alimentação e do vestuário, princípios de economia doméstica, além de higiene das crianças e da meninice e preconceitos a corrigir.¹⁰⁰ As mulheres casadas e donas de casa, inclusive, faziam parte de um grupo de leitores dos jornais que eram tratadas com certa simpatia por alguns articulistas, diferentemente das mulheres feministas que, segundo evocava o articulista do jornal *Estado do Pará*, não mais querendo ser companheira do homem, lutavam a fim de exercer, como ele, todas as profissões ao invés ficarem em casa a cuidar dos filhos, *preparar a galinha* e lavar as panelas. Dessa maneira, o articulista fazia uma crítica ao feminismo como um movimento que desvirtuava o comportamento das mulheres ao mesmo tempo em que queria se mostrar reconhecedor de um *heroísmo* feminino natural já existente nas tarefas domésticas atribuídas às donas de casa:

Lembre-mo-nos, portanto, dessa solícita dona de casa, cujo primeiro pensamento, pela manhã, recai, infalivelmente, sobre a escolha das compras que tem de mandar [a criada] fazer ao mercado procurando assim descobrir, todos os dias, um novo recurso para apresentar ao esposo um almoço variado.¹⁰¹

Lidar com os criados e criadas parecia mesmo ser uma das tarefas mais árduas e importantes da dona de casa, afinal, dela dependia a boa administração da casa. Àquelas que não possuíam o traquejo de bem saber acordar economicamente para providenciar sobre a carne, a verdura, o peixe, o leite, o pão e os ovos, avaliava o articulista do jornal *O Pará*, se servidas por uma criada preguiçosa ou moleirona, corriam o risco de ficar sem o seu dinheiro ou sem saber o que comprar com ele.¹⁰² Para aquelas que corriam esse risco ou tivessem que dispensar cozinheiro ou cozinheira, e caso estivessem dispostas a macular as mãos nos prosaísmos da cozinha, o jornal *Diário de Notícias* recomendava que lessem a sua coluna “Conselhos úteis”, na qual aconselhava as donas de casa a serem econômicas e metódicas e as ensinava a preparar pratos saborosos para a família.¹⁰³ Colunas destinadas às donas de casa no jornais se multiplicaram da mesma forma como cresceu a literatura indicada às mulheres na livraria em Belém durante o período. Ocupando pequenos espaços e ostentando títulos sugerindo a quem

⁹⁹ *Estado do Pará*, 23 de março de 1913, p. 2, ed. 711.

¹⁰⁰ *Folha do Norte*, 14 de junho de 1903, p. 3, ed. 2707.

¹⁰¹ *Estado do Pará*, 28 de novembro de 1912, p. 1, ed. 597.

¹⁰² *O Pará*, 25 de janeiro de 1898, p. 1, ed. 43.

¹⁰³ *Diário de Notícias*, 15 de setembro de 1891, p. 2, ed. 200.

estavam destinados, tal como o “Receituário da mãe de família” do jornal *A Província do Pará*, e “A Receita do Dia” do jornal *Estado do Pará*, propunham fornecer normas de como executar e organizar os serviços do lar. “Parece que já estamos vendo os olhos gentis da leitora querida caírem sobre estes conselhos úteis que o *Diário* publica para o seu regalo” – antevia o articulista do *Diário de Notícias*.¹⁰⁴

Junto a publicidade de livros e colunas jornalísticas com preceitos que versavam sobre como as mulheres deveriam desempenhar a função de dona de casa, outro aspecto da orientação feminina nesse sentido podia ser verificado por meio das propagandas de medicamentos. Como atenta Rago, a publicidade da época, em virtude disso, explorava a figura da mãe como responsável pela saúde e desenvolvimento de seus filhos, com o auxílio, mais uma vez, do discurso médico, que chega a tirar o poder do pai que era tão explorado em épocas anteriores.¹⁰⁵ Dentro da esfera do lar, a maternidade era um dos suportes do discurso médico que justificava essa posição com a ideia da natureza biológica feminina – explicação que tira o poder de decisão das próprias mulheres, o que, na verdade queria dizer que a mulher já estava predestinada a ser mãe.¹⁰⁶ Essa realidade, amplamente difundida nos jornais da época, podia ser visualizada especialmente em anúncios de medicamentos destinados às crianças, nos quais se podia ler e visualizar – quando compostos por gravuras – recomendações direcionadas às mães de produtos medicinais que deveriam ser aplicados aos filhos que se encontrassem doentes, debilitados pela ausência de apetite ou acometidos de alguma infecção ou verminose.

“Às mães de família”¹⁰⁷, direcionava-se, no início de 1891, o anúncio do fabricante do xarope vermífugo Dr. Feliciano Bacellar, recomendado para o extermínio de lombrigas e outras espécies de vermes intestinais que afligiam principalmente as crianças. Mais uma vez, “Às mães de família”¹⁰⁸, alertava o anunciante das pílulas de Tandra Amara a que ficassem prevenidas do medicamento a fim de socorrer seus filhos ou pessoa de sua casa, caso fossem acometidos de cólicas violentas, coléricas, indigestão, náuseas, câmaras de sangue, diarreias, dispepsias, flores brancas, diarreia de dentição de crianças, anemia e franqueza de convalescentes que podiam acometer. No caso dos anúncios de alimentos industrializados, o fabricante da manteiga Bretel precavia aos seus revendedores comerciantes e, de modo

¹⁰⁴ *Diário de Notícias*, 30 de setembro de 1891, p. 3, ed. 212.

¹⁰⁵ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 61-116, 1985.

¹⁰⁶ MALUF, Mariana. & MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do Mundo Feminino*. In: SEVCENKO, Nicolau. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁰⁷ *Diário de Notícias*, 1 de fevereiro de 1891, p. 1, ed. 26.

¹⁰⁸ *Correio Paraense*, 19 de agosto de 1892, p. 1, ed. 93.

específico, às donas de casa que, para se mostrarem eficientes na cozinha, era preciso cuidar da família, sugerindo uma manteiga saudável, livre de componentes químicos prejudiciais à saúde, como se pode na imagem a seguir:



Figura 1: Anúncio Breteel. Fonte: *O Pará*, 6 de fevereiro de 1899, p. 4, ed. 357.

Com o decorrer dos anos, os alertas às mães, graficamente indicados nos anúncios, foram gradativamente dividindo espaço, ou mesmo, sendo substituído, por gravuras contendo, às vezes, a figura feminina completa, e em outras, apenas partes do seu corpo, o que já deixava indicado que se tratava de uma mãe, ilustrando o cuidado que deveria ter com os filhos. No anúncio da Emulsão de Scott, como se pode verifica abaixo, há uma imagem apelativa do produto como desejado instintivamente pelas crianças, as quais, sob a responsabilidade das mães, asseiam com veemência pelo medicamento. Nela, percebe-se que as mulheres são, assim, convocadas a bem desempenhar sua função de mãe por meio da obediência aos instintos das crianças. Do busto para baixo, a figura de uma mulher servindo na colher o medicamento a uma criança impaciente por consumi-lo, alertava às mães que os filhos que tomassem o seu produto cresceriam saudáveis e protegidos de doenças debilitantes ou outras próprias da sua idade. Com a finalidade de demonstrar segurança e associar a eficácia do produto ao zelo que as mães deveriam ter para com seus filhos, o anunciante da Emulsão iniciava a apresentação do medicamento com um destacado “Protetora das crianças”, inscrito logo abaixo do nome do medicamento.



Figura 2: Anúncio da Emulsão de Scott.
 Fonte: *Estado do Pará*, 16 de março de 1913, p. 7, ed. 705.

No anúncio do xarope Bromil, publicado quase dois anos depois, a imagem apelativa da criança desejosa do medicamento recomendava às mães para que ficassem atentas às suas crianças, pois que elas “são as primeiras a reclamá-lo quando estão com tosse”.

**POR INSTINCTO,
AS CRIANÇAS PREFEREM
BROMIL**

O Bromil é um remédio popularíssimo em todo Brasil. Até as crianças são as primeiras a reclamá-lo, quando estão com tosse. O Bromil cura com eficácia as bronchites asthmáticas, não só nas crianças como nos adultos. Qualquer tosse se cura com o Bromil. Na coqueluche o seu efeito é sempre positivo. O atestado abaixo é uma prova incontestável:

Srs. Daudt & Lagunilla. . . Com os meus melhores agradecimentos, atesto que meus filhos Nair, Haylon, José, Ibsen e Berthilde, que se achavam atacados de coqueluche, ficaram radicalmente curados com o uso do vosso conhecido xarope Bromil.

Pelotas, 10 de Junho, 1910.

Manoel Ferreira Vianna.

Laboratório Daudt & Lagunilla, Rio.

Figura 3: Anúncio do xarope Bromil. Fonte: *Estado do Pará*, 11 de fevereiro de 1915, p. 6, ed. 1400.

As imagens retratadas nesses dois anúncios compunham importante e recorrente temática que se propagava no início do século XX por meio do modelo hegemônico de família, onde a figura feminina era idealizada como mãe e protetora do lar e guardiã da saúde da família. Segundo discorrem Maluf e Mott, esse discurso era justificado pela existência de uma suposta *natureza* feminina na qual as mulheres estavam destinadas a ser mãe e, conseqüentemente, cuidar de seus filhos. Um discurso reafirmado e repassado por diversos setores da sociedade como a Igreja, o Estado e pela ciência médica e que era, por vários meios, reproduzido largamente na imprensa.¹⁰⁹ Nos jornais paraenses, essa representação era autenticada não só nos conselhos das seções de utilidades domésticas dos jornais, mas também em anúncios de produtos medicamentosos que se propunham a auxiliar as donas de casa no cuidado para com os filhos. No entanto, havia outros medicamentos indicados a essas mulheres, senhoras casadas

¹⁰⁹ MALUF, Marina. & MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do Mundo Feminino*. In: SEVCENKO, Nicolau. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

que, de constituição excessivamente delicada, tornavam-se tão fracas a ponto de serem impossibilitadas de desempenhar os misteres de dona de casa.

Trata-se de medicamentos a elas destinados que tinham como fim auxiliá-las a desempenhar melhor seus trabalhos e cumprir com as tarefas a que foram encarregadas nos cuidados da casa. Um desses medicamentos, abaixo ilustrado, era o preparado líquido para uso interno “Saúde da Mulher”, um medicamento que prometia restaurar as forças perdidas no trabalho do dia a dia e tornar as donas de casa, em pouco tempo, de saúde tão robusta como nunca tiveram. Na imagem de seu anúncio, o fabricante do produto utilizou a figura de uma dona de casa sentada e extenuada por causa do cansaço no trabalho de costura, indicando dores na região lombar da coluna. Ironicamente, embora afirme que essas dores se manifestavam no momento da execução dos labores domésticos, o texto publicitário atribui as dores a causas não bem justificadas no texto do anúncio que provavelmente provinham de perturbações genitais ou da idade avançada das mulheres, indicando o seu medicamento como o meio fácil de combatê-las.

**OS INCOMMODOS DE SENHORAS
E O MEIO FACIL DE COMBATEL-OS**

Quantas senhoras, na execução de seus labores domesticos, não se sentem de subito atacadas de cansasso, dores nas cadeiras, nas pernas, nas costas, dór de cabeça, tonturas, calafrios, perturbações da visão, sem que possam atinar com a origem dos males que as acabrunham.

E sem causa aparente que justifique tão grandes incommodos, os attribuem logo a fadigas phisicas ou a excessos de trabalho.

Entretanto, em geral, tudo provem de perturbações genitales e é principalmente a edade critica com seu cortejo de doenças incubadas ou manifestas que as determina, por si só ou complicada com o arthritismo.

A Saude da Mulher é um remedio muito efficaz não só para as enfermidades da edade critica como tambem para certas manifestações arthriticas.

A Saude da Mulher combate as suspensões, flores brancas, colicas uterinas, hemorragias, irregularidades menstruaes rheumatismo etc.

E' um preparado para uso interno e sua dose é de 2 a tres colheres de sopa por dia.

A Saude da Mulher vende-se em todas as Pharmacias do Brasil.



Laboratorio Daudt & Lagunilla, Rio

Figura 4: Anúncio Laboratório Daudt e Lagunilla. Fonte: *Estado do Pará*, 29 de setembro de 1913, p. 5, ed. 901.

Além disso, um autocuidado visivelmente atribuído às mulheres é demonstrado nas imagens de anúncios que retratavam figuras femininas padecendo de variadas dores, tais como dor de cabeça, dor de dente, resfriado... e para as quais eram indicados diferentes medicamentos que as próprias mulheres deveriam buscar a fim de sanar seus sofrimentos. Essa imagem da mulher que deveria cuidar de si mesma, não dependendo da ajuda de outros membros da família, inclusive do marido, é expresso no anúncio das Pílulas de Reuter, um medicamento indicado para combater a má digestão, a causa que, segundo o anunciante afirmava nos dizeres do anúncio, era geradora da enxaqueca, um mal que atormentava as mulheres e que lhe comprometia a saúde psicológica e, por consequência, a harmonia do lar em virtude do mau humor que nela produzia.



Figura 5: Anúncio Pílulas de Reuter. Fonte: *Estado do Pará*, 6 de junho de 1919, p. 5, ed. 2945.

Da mesma maneira que eram chamadas ao autocuidado para se manterem no bom desempenho dos afazeres domésticos, as donas de casa deveriam também permanecer atentas à saúde dos maridos, não deixando de se eximir aos cuidados dos inconvenientes salutarés a que ocasionalmente viessem sofrer. As imagens de medicamentos indicados para o alívio de acometimentos dolorosos que por ventura elas sofressem e pelos quais deveriam procurar a fim de sanar suas dores, também podiam ser indicados aos maridos, como se pode ver na imagem do anúncio dos comprimidos Rhodine. Nela, embora se possa ver a imagem de um homem padecendo do mal-estar provocado pela enxaqueca, é a mão de uma mulher que se dispõe a levar o tratamento até ele, numa clara alusão de que cabia às mulheres a tarefa de cuidar, inclusive dos maridos.¹¹⁰

¹¹⁰ *Estado do Pará*, 25 de abril de 1918, p. 2, ed. 2539.

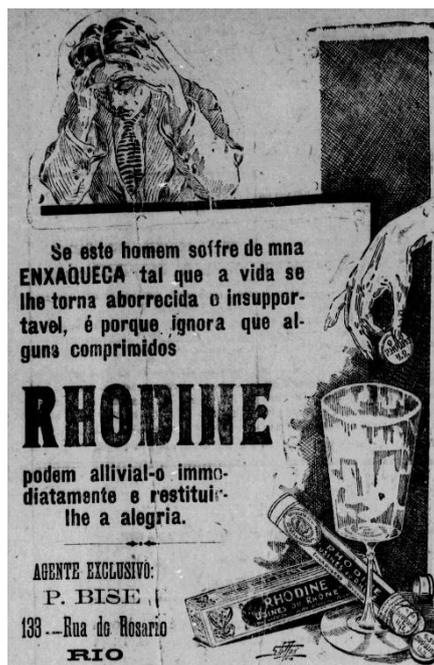


Figura 6: Anúncio Rhodine. Fonte: *Estado do Pará*, 25 de abril de 1918, p. 2.

Obviamente que os anúncios, como parte de uma campanha publicitária produzida e veiculada nacional e internacionalmente, têm como fim tornar publicamente conhecidos os produtos a que se propõe divulgar e despertar interesse de consumo. Para que isso aconteça, necessário se faz recriar representações dos modos e comportamentos individuais e coletivos de seus possíveis consumidores. No entanto, ao ser destinado, sobretudo, a um determinado estrato da sociedade ou a um grupo definido de consumidores, as representações neles utilizadas tendem a concordar com o modelo socialmente idealizado e aceito pelos indivíduos representados por meio da reprodução de uma imagem construída. Além disso, a produção publicitária, à qual também se pode atribuir o poder transformar hábitos, educar e informar, permite maior facilidade de memorizar a mensagem nela contida por meio do seu caráter repetitivo. No entanto, como produto cultural, ao reproduzir expectativas e práticas que circulam socialmente, podia recriar e reforçar muitos dos sentidos já consolidados, além de vender estilos de vida, sensações, emoções, visões de mundo e desejos dentro de certa margem de autonomia dos receptores.¹¹¹

Assim, tal como os artigos escritos em colunas especiais, os quais exploravam o universo do lar com dicas e recomendações às suas leitoras, os anúncios constituíam-se como veículos de mensagens destinadas às mulheres, reforçando sua responsabilidade a respeito da

¹¹¹ MATOS, Maria Izilda S. de. *Por uma possível história do sorriso: institucionalização, ações e representações*. São Paulo: Hucitec, 2018, p. 86.

ordem e organização da casa e dos cuidados com os maridos e filhos. Ficava claro, desse modo, que era encargo da mulher tal dever, o qual incluía ainda, por exemplo, habilidade na cozinha, na limpeza de móveis e roupas e até mesmo na economia dos gastos domésticos.

Dessa maneira, as mulheres são vistas e descritas como realizadora de uma missão que prevê o bem-estar dos filhos e do marido ao preço de um esquecimento total de si mesmas, de suas vontades, necessidades e sentimentos. Era o modo de a imprensa contribuir no reforço do discurso conservador que procurava desviar as mulheres das outras formas de responsabilidade que poderiam adquirir por meio dos ideais feministas e dos questionamentos que poderiam se gerar, os quais, segundo a regra socialmente aceita, estavam subvertendo os costumes.¹¹² E uma das consequências advindas desses questionamentos suscitados pelo feminismo, segundo denunciava um membro do Instituto de Assistência à Infância, de Belém, manifestava-se na baixa taxa de natalidade e alta mortalidade infantil que ele havia verificado nos primeiros anos da década de 1910 na capital paraense. A causa, segundo justificava, era o Feminismo e suas ideias subversivas que haviam sido introduzidas na sociedade belenense e convencido muitas mulheres a abandonar a ideia da maternidade como sua principal missão social.¹¹³ Sobre isso, um autor anônimo, na coluna Pontos e Pospontos, do jornal *Estado do Pará*, de modo mais enfático, expressava a sua preocupação em relação ao avanço das ideias feministas em Belém e ao que a suposta inversão de papéis de gênero no mundo doméstico poderia representar para os homens casados, registrando, em versos cômicos, o que pensava do futuro desses homens frente ao Feminismo que, segundo acreditava, estava sendo organizado em Belém:

O feminismo! É por isso
Que eu me ponho a matutar:
- Se a mulher vencer os homens
Quem dos bebês vai cuidar?...

Se as mulheres conseguirem
Nos vencer em toda a linha,
Só nos assiste o direito
De trabalhar... na cozinha!...

Agora, todas as sogras,
Mostrando grande heroísmo,
Não falam mais noutra cousa
Que não seja o feminismo...

E, os homens, para o futuro,
Parece que viverão

¹¹² CAMPOS, Raquel Discini de. *Mulheres e crianças na imprensa paulista, (1920-1940): educação e história*. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 93.

¹¹³ *Estado do Pará*, 5 de janeiro de 1915, p. 2, ed. 999.

Na mais cruel dobadura,
 Pois, como dizem, terão
 Em vez do livro – as panelas,
 E, em vez da pena, a vassoura!...¹¹⁴

A mulher moderna

Referindo-se a Maria Valmont na ocasião do seu aniversário, o redator do jornal *Diário de Notícias* se referiu a ela como uma “moça da moderna geração feminina”.¹¹⁵ No histórico de Valmont consta que ela era de família rica, que havia estudado em colégios particulares, se formado na Escola Normal – de onde, posteriormente se tornou professora –, que escrevia para jornais, era membro de uma sociedade literária e proprietária de um colégio particular. Era, portanto, letrada e exercia um trabalho alheio aos domésticos. Ao expressar a sua admiração pelas obras de Valmont e o seu respeito e apoio à ideia da emancipação feminina, o redator as havia entendido como sendo o resultado e reflexo do movimento feminista. Portanto, para ele, embora fosse ignorada qualquer menção à militância nas obras de Valmont, a escritora era, de alguma forma, feminista e, por isso, moderna, como as moças da sua geração que por meio do letramento se inseriam no mundo do trabalho. Dessa forma, o redator atribui um caráter de modernidade ao feminismo, o qual propunha às mulheres um novo comportamento que se oporia ao tradicional modo de comportamento que lhes era atribuído. A mulher moderna seria aquela que possuía uma profissão que lhe permitia trabalhar fora de casa. Médicas, advogadas e professoras seriam, no entender do redator do jornal, mulheres modernas.

Alguns estudos, no entanto, o conceito de mulher moderna seria mais expansivo, pelo menos no contexto urbano do final do século XIX, quando as mudanças pelas quais as grandes cidades passaram ajudaram a estender a participação feminina no espaço público. Favorecendo novas experiências e mudanças nas sensibilidades, moderna seria a mulher que, vestida com as últimas novidades da moda, podia se beneficiar dessa modernidade. Nas cidades embelezadas por novos espaços de lazer, moderna era a que podia visitar com frequência a restaurantes, confeitarias e lojas, onde podiam ver e ser vistas adentrando novos espaços de exposição e inserção social por meio dos quais exibiam o “prazer de participar da economia ocular da cidade moderna.”¹¹⁶ São estudos que se mostram importantes porque possibilitam pensar na ideia de uma mulher que, por causa das aberturas que o moderno das cidades e dos comportamentos urbanos e a introdução de novos elementos criadores de novas sensibilidades

¹¹⁴ *Estado do Pará*, 29 de abril de 1913, p. 1, ed. 748.

¹¹⁵ *Diário de Notícias*, 4 de dezembro de 1897, p. 1, ed. 269.

¹¹⁶ OLIVEIRA, Cláudia de. *A iconografia do moderno: a representação da vida urbana*. In: OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Monica Pimenta; LINS, Vera. *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 229.

possibilitavam, também reconfigurava os seus comportamentos. Nesse sentido, por meio deles, se poderia falar de uma mulher moderna por contemplar, em última instância, uma análise da mudança no estilo de vida familiar na qual as famílias – e as mulheres como componentes dessas famílias – passam a ser atraídas para esses espaços, às suas atividades de lazer e recreação e, em última instância, ao trabalho fora do lar. No entanto, os homens da época, embora reconhecessem como notórias as transformações que se vinham operando nos costumes de muitas mulheres em diversos países do mundo, identificavam como moderna “a mulher que vota, a mulher que se divorcia e a mulher que proclama o amor livre”.¹¹⁷

Em 1896, o jornal *Folha do Norte* lançou em duas edições do mês de abril, um longo artigo no qual fazia uma reflexão, tendo como base o avanço do movimento feminista e a emancipação feminina, de como seria a mulher do século seguinte. O artigo, endereçado especialmente ao público feminino com o destacado título *A mulher do século XX*, tinha autoria atribuída a Giuseppe Perrotta (1843-1910), um jurisprudente italiano. Em tom conservador, não fazia uma previsão muito otimista do que esperava do século que se aproximava, resumindo-se a afirmar que a mulher moderna, então emancipada, representaria o terror, a anarquia e o tumulto social. Embora contrariado com o que já vinha observando no processo de desenvolvimento no movimento feminista que ocorria em diferentes lugares do mundo, Perrotta reconhecia que as mudanças verificadas em vários aspectos da sociedade do século XIX continuariam e se aprofundariam ao longo do século XX. Segundo especulava, a mulher do século XX, ao invés de ser a colaboradora afetuosa do homem com o qual, segundo acreditava, resolveu dividir a existência, viveria quase separada dele, num ambiente todo seu, livre de toda a dependência marital. Seria, por fim, uma mulher que voltaria a sua atenção mais aos caprichos do penteado, à bizarrice das exóticas *toilettes*, na elegância do salão, do que no companheiro que escolheu.¹¹⁸

Mary Del Priore, estudando o desenvolvimento da imprensa no Brasil imperial, afirma que a partir do século XIX, multiplicaram-se no país muitos jornais e revistas voltadas para o feminino e a família, nos quais havia muito espaço à participação feminina como autoras de artigos.¹¹⁹ Em Belém, no período posterior, pode se constatar, por meio da publicação de artigos e colunas de sugestões às mulheres, que já existia uma parcela considerável de leitoras de jornais ou, se poderia dizer, consumidoras de informações. Como dito antes, não encontrei,

¹¹⁷ *Diário de Notícias*, 17 de dezembro de 1896, p. 1, ed. 281.

¹¹⁸ *Folha do Norte*, 14 de abril de 1896, p. 1, ed. 105; *Folha do Norte*, 15 de abril de 1896, p. 1, ed. 106.

¹¹⁹ DEL PRIORE; Mary. *O supérfluo e o ordinário: as coisas banais e o nascimento do consumo - Coisas de mulher*. In. DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente brasileira: império*. São Paulo: Le Ya, V.2, 2016.

na capital paraense, um jornal exclusivo para esse público. Talvez isso tenha levado alguns jornais, com o fim de explorar esse público consumidor, a dedicarem a elas alguns espaços para seus interesses. No jornal *Estado do Pará*, por exemplo, havia uma coluna que tentou simbolizar, na década de 1910, uma presença mais vantajosa dos assuntos destinados às mulheres na imprensa belenense. Encontrava-se inserida em uma seção intitulada “A Vida Mundana”, a qual buscava informar, de modo especial, as leitoras sobre os eventos que aconteciam no mundo social, como casamentos, noivados, aniversários, nascimentos, bailes... A coluna em questão era intitulada como “Frivolidades” e tratava de assuntos relacionados à interesses femininos, tais como indicações e críticas a respeito da moda, comportamentos em público das mulheres, leituras, educação... De comportamento, falava-se sobre o costume das senhoritas, se elas deveriam ou não trançar as pernas ao sentar-se¹²⁰ e da dificuldade de se implantar em Belém, entre as moças, o hábito de passear “pela fresca”;¹²¹ sugeria-se, às banhistas que frequentavam a praia do Chapéu Virado, no Mosqueiro, a adotarem o uso de chapéu de fustão branco no lugar do chapéu de palha, a exemplo das banhistas das praias do Leme e Copacabana, no Rio de Janeiro.¹²² Um pouco de tudo sobre as *frivolidades* do comportamento de mulheres era tratado pelo autor – ou autora – da coluna, o qual assinava como Sônia.

Em uma determinada ocasião, Sônia resolveu abrir espaço às suas leitoras para que pudessem expressar sua opinião sobre o feminismo em uma subseção de sua coluna, a qual deu o título de “Os Inqueritos de Sônia”¹²³. As respostas, dispostas em três edições do jornal, foram as mais diversas, com aprovação e reprovação apaixonadas, especialmente em relação aos métodos utilizados pelas feministas inglesas em suas manifestações de reivindicações por direitos ao voto, sobre o direito ou não da mulheres votarem e serem votadas e sobre o avanço de mulheres na ocupação de postos de trabalhos antes exercidos exclusivamente por homens. Contrapontos supostamente de mulheres belenenses que mostravam não haver um consenso entre as leitoras da coluna sobre o feminismo, revelavam, no entanto, um interessante ponto em comum: a ideia, em fins da década de 1910, corroborava-se o que a imprensa do início dos anos 1890 já queria fazer entender aos seus leitores: que o feminismo era uma realidade distante da realidade das mulheres da capital paraense. Falava-se muito do feminismo na Inglaterra, na

¹²⁰ *Estado do Pará*, 13 de outubro de 1915, p. 2, ed. 1646.

¹²¹ *Estado do Pará*, 28 de outubro de 1915, o. 2, ed. 1658.

¹²² *Estado do Pará*, 22 de novembro de 1915, p. 2, ed. 1683.

¹²³ *Estado do Pará*, 27 de julho de 1916, p. 2, ed. 1931; 29 de julho de 1916, p. 2, ed. 1933; 1 de agosto de 1916, p. 2, ed. 1936.

França e nos Estados Unidos, mas nada se citava dos reflexos desse feminismo de influência euro-americano no Brasil, onde já existia desde a segunda metade do século XIX.¹²⁴

Por meio do mundo da arte, uma ideia de mulher moderna passou também a circular pela cidade. Eram ideias que começaram a aparecer especialmente nos roteiros de obras de teatro e na propaganda de filmes exibidos nos cinemas e que traziam temas impactantes tratando de um novo tipo de mulher que surgia extrapolando os limites do lar. Uma dessas representações foi expressa na peça teatral do italiano Nino Berrini (1880-1962), comentada pelo jornal *Estado do Pará*. A peça, uma comédia cujo título era *Uma mulher moderna*, contava a história de uma jovem de tradicional família que buscava se emancipar por meio do trabalho como datilógrafa. Emancipada, envolve-se em um caso amoroso com um advogado que lhe esconde o estado civil de casada. O enredo da peça chega ao ápice da tensão quando a condição civil do advogado é descoberto pelo irmão da moça, o qual tenta separá-los a fim de evitar escândalos na família. A jovem, no entanto, resiste e insiste em ser amante do advogado, defendendo o direito de viver e amar quem bem lhe aprouver. Com o fim de mostrar para aos seus espectadores o perigo que representava a emancipação à vida de uma mulher, Berrini criara, como solução para o embaraço, a morte da desconhecida esposa do advogado, para o alívio do espectador conservador, o qual pode apreciar o final romântico da mulher emancipada unida não a um homem casado ou divorciado, mas viúvo. A peça, apresentada em 1913, no Rio de Janeiro, seria anunciada sob grande elogio pela imprensa belenense antes de ser apresentada no Teatro Politeama.¹²⁵

Em 1920 era o drama cinematográfico *O segundo marido* (*Her second husband* de 1917) que estreava na sala de projeção do cinema Majestic para a diversão dos espectadores de Belém. A película continha a história de Helen Kirby, uma mulher que pediu divórcio do marido, o empresário Jonh Kirby, por não concordar com a vida desregrada que ele vivia no casamento. Depois de algumas tentativas de sobrevivência por meio do próprio trabalho como estenógrafa empregada em algumas empresas, casualmente Helen se reencontra com Jonh, sentindo-se novamente atraída por ele e com quem torna a se casar. Este segundo casamento, então, representaria, na trama, a oportunidade de uma mulher divorciada readquirir meios de sobrevivência mais seguros, pois teria o marido como provedor do lar para lhe garantir essa sobrevivência. Diferente da peça de Berrini, o filme *O segundo marido* teve junto a descrição

¹²⁴ GREGORI, Juciane de. *Feminismos e resistência: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos*. Caderno Espaço Feminino. Uberlândia-MG, v. 30, n. 2, jul./dez., 2017, p. 51.

¹²⁵ *Estado do Pará*, 1 de maio de 1913, p. 2, ed. 750.

de seu enredo um comentário do articulista que apresentou aos leitores, por meio de um breve texto, um discurso moralista, alertando-os dos perigos pelos quais poderiam passar uma mulher que se divorciasse do marido. Dizia ele que o casamento era um fato moral estreitamente ligado à economia doméstica, primeira das aptidões com a qual as mulheres casadas deveriam se ocupar. Dessa forma, criticava a educação que as mulheres de seu tempo vinham recebendo e a acusava de ser um dos elementos dissolventes da sociedade por estimular as jovens a se tornarem esposas dependentes economicamente dos maridos. Esse tipo de mulher, a qual caracterizou como moderna, representaria um perigo não somente para a família e a sociedade, mas para as próprias mulheres, chamando a atenção para a personagem Helen Kirby, a qual readquiriu segurança de sobrevivência somente ao lado do seu marido.¹²⁶

Seriam, então, essas as maneiras por meio das quais a imprensa jornalística trataria e levaria ao conhecimento do seu público leitor o que se queria fazer entender sobre o feminismo. Em meio a isso, se vê também, na medida em que as notícias a respeito das conquistas feministas chegam ao conhecimento do público leitor belenense, uma campanha ainda mais acirrada de resistência a esses avanços, vistos sob uma ótica de ridicularização e minimização da sua relevância e de seus impactos na vida social e maximização dos supostos prejuízos que eles poderiam representar à tradicional condição feminina estabelecida. Embora, por alguns momentos, mostrasse relativa simpatia às mudanças ocorridas em diversos aspectos na realidade feminina da época, seu posicionamento rígido e assumidamente conservador se resume à transmissão de uma preocupação com o feminismo – entendido como uma subversão social e fonte das lutas pela emancipação feminina, a qual acarretava modificação dos papéis ditos *naturais* e únicos das mulheres.¹²⁷

Desse modo, como meio de comunicação de massa, a imprensa jornalística, além de informar, colabora como a mentalidade conservadora reproduzindo e divulgando tratados científicos, notícias estrangeiras, livros de condutas femininas, obras de ficção literária, teatrais, cinematográficas e representações expressas em dizeres e imagens de anúncios comerciais que ficaram como registro de uma perspectiva sobre o que se pensava do feminismo na sociedade belenense da virada do século XIX. Contudo, para além do que era produzido, reproduzido e reforçado sobre a condição feminina, o feminismo e o trabalho feminino fora do lar, havia um mundo de mulheres que viviam fora das suas representações. Neste, enquanto algumas

¹²⁶ *Estado do Pará*, 16 de abril de 1920, p. 5, ed. 3259.

¹²⁷ CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. *Trabalho e emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)*, p. 12.

encontravam-se empenhadas nos trabalhos diários que faziam parte do seu cotidiano na luta pela sobrevivência, outras, buscavam emancipar-se por meio da educação e profissionalização em cursos superiores.

E quem eram essas mulheres cujas histórias não podem ser contadas a partir da perspectiva de um sujeito subordinado e dócil? São aquelas que, de acordo com Michelle Perrot, embora vivendo em meio a uma sociedade culturalmente dominada por homens, por diversos modos, souberam mostrar não ser passivas nem submissas e que, afirmando-se por outras palavras e outros gestos, mostraram que podiam criar outras práticas cotidianas e formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – confrontando a racionalidade do poder, a qual havia sido enxertada sobre seu uso próprio do tempo e do espaço”.¹²⁸

¹²⁸ PERROT, Michele. *Os Excluídos da História: Operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 212.

Capítulo II: As serviçais domésticas

Da servidão escrava ao trabalho livre

Quando ainda existia a escravatura, os únicos criados com que se podia contar eram os escravos; extinta a escravatura, luta-se com dificuldades enormes para obter-se um criado ou uma criada para os serviços domésticos.

O contemporâneo dirige-se ao dr. chefe de polícia, pedindo-lhe o remédio para este morbo social, com a confecção e execução de um regulamento sobre os deveres dos fâmulos e dos amos, criando a matrícula obrigatória e sujeitando uns a penas correcionais e outros a multas.¹²⁹

O trecho acima foi selecionado do texto “Domésticos”, divulgado na coluna editorial do jornal *Diário de Notícias*. Nele, percebe-se uma aguda preocupação do articulista em relação aos problemas em que o serviço doméstico em Belém se encontrava e o tom alarmante com o qual expõe a sua opinião em relação ao futuro das relações de trabalho, num momento de profundas alterações pelo qual o país passava. Situadas em um contexto de proximidade temporal entre a abolição da escravatura, oficializada em maio de 1888, e a proclamação da República, instalada em novembro do ano seguinte, as palavras do articulistas historicizam, a seu modo, um processo em curso de alterações das relações de trabalho. Segundo Sidney Chalhoub tal processo abalou o ideário conservador de uma elite brasileira, que precisava se readaptar às transformações socioeconômicas vivenciadas a partir de fins do século XIX.¹³⁰ Trazendo à público a questão dos serviços domésticos e o novo modo de relação de trabalho demandada pelo regime de trabalho livre, o articulista expressa seu apelo por uma resolução legal.

Desse modo, a imprensa chamando a atenção para regulamentação dos serviços domésticos, mostrava, por meio da sua perspectiva, a atual condição dos serviços domésticos em Belém e deixava bem claro o centro de sua preocupação: as mulheres trabalhadoras domésticas. Assumindo a queixa de muitos patrões que denunciavam o alto salário que tinham que pagar às poucas serviçais que se dispunham a ocupar-se das tarefas domésticas de uma casa e a exigência que estas faziam em relação às condições de trabalho, a imprensa denunciava o comportamento de muitas dessas mulheres que, frente às oportunidades de ganho que uma cidade como Belém oferecia, encontravam-se frente ao perigo da prostituição. Nesse sentido, para o tratamento sobre o trabalho feminino, nesse capítulo serão abordadas as tentativas de regulamentação do trabalho doméstico em Belém como meio de controlar o comportamento das mulheres que atuavam como trabalhadoras domésticas, tendo como contexto um país

¹²⁹ *Diário de Notícias*, 30 de outubro de 1888, p. 2, ed. 245.

¹³⁰ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2001. pp. 64-65.

caracterizado pela recente abolição da escravidão, a expansão da cidade e o crescimento da inserção das mulheres no mundo dessa categoria de trabalho.

Durante três séculos vivendo sob o regime escravocrata, perdurou no Brasil a forma de trabalho escravo. Com o fim da escravidão, para os então libertos que moravam nas cidades e nas fazendas, eram poucas as formas de trabalho remunerado disponíveis. No entanto, embora para os ex-escravos os anos que se seguiram à abolição trouxessem mais opções em alguns setores de trabalho, às ex-escravas, desde o início, restou quase sempre o trabalho doméstico. Desse modo, os trabalhadores alocados nos postos de criados e criadas de servir recomeçam a frequentar as casas das famílias brancas, contudo, não mais lhes pertencendo como escravos. Socialmente, a nova condição gerou nas famílias que os alugavam certa insegurança, pois que, sendo, agora, trabalhadores livres, recaía sobre eles o estranhamento da sociedade que, não mais sendo propriedades de seus patrões, mas encontrando-se no interior de seus lares, poderiam representar um perigo maior do que antes, devido às punições que não mais poderiam vir a sofrer por, legalmente, não mais serem suas propriedades.¹³¹

Sobre as condições de trabalho das escravas domésticas, em sua maioria, eram de sua responsabilidade uma variedade de funções exercidas nos diversos setores internos da casa de seus proprietários, desde a cozinha até os quartos, trabalhando na limpeza e organização dos cômodos, na lavagem de roupa, como amas de leite, ama seca e companhia das sinhás. Entretanto, essas escravas poderiam servir em lares alheios, exercendo suas funções como bens alugados (modo caracterizado pela transferência temporária e remunerada da força de trabalho cativa) e no ganho (quando possuía relativa autonomia de se empregar em alguma atividade rentável e negociar o ritmo e tempo de seu trabalho). Os jornais da época em Belém dão uma ideia desse comércio de mão de obra por meio de anúncios que serviam como divulgação. Desse modo, possuir uma escrava com mais de uma habilidade poderia facilitar ao seu proprietário, ou à própria escrava, seu aluguel na busca de serviços, visto que as mulheres escravas, especialmente nas décadas pré-abolição, concorriam não apenas com outras mulheres escravas, mas também com libertas e livres, negras e brancas, que recorriam a esse expediente em busca de trabalho remunerado.¹³²

Levando-se em conta que as relações entre escravos – incluindo-se, aqui, de modo especial, as escravas responsáveis pelos trabalhos domésticos – e proprietários remetiam a uma

¹³¹ FERLA, Luís Antônio Coelho. *Corpos estranhos na intimidade do lar: as empregadas domésticas no Brasil da primeira metade do século XX*. In: XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, 2011, p. 2.

¹³² PALHA, Bárbara da Fonseca. *História de Trabalhadoras Escravas na Belém do século XIX*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: São Paulo, julho, 2011, p. 3.

relação paternalista¹³³ baseada em práticas de proteção, obediência e punição, a qual eram impostos rígidos obstáculos à mobilidade social e econômica, e até mesmo a simples sobrevivência de escravos, forros e pessoas de cor, é importante destacar que essas relações estiveram também condicionadas às de proteção próprias de uma sociedade patriarcal e paternalista, especialmente nos espaços não urbanos, mas também urbanos.¹³⁴ Com o final do regime escravocrata que sustentava o direito de propriedade e punição dos proprietários sobre seus criados, a nova relação de trabalho demandava novas formas de convivência entre ambos que pareceram não ser bem aceitas pelos antigos proprietários de escravos. Tornou-se, então, comum, nos jornais, a divulgação de textos anônimos cujos autores se expressavam contra a classe dos trabalhadores domésticos, tida por eles como inconstante, prepotentes e danosa por dificilmente contraírem alguma obrigação para com seus patrões. E apelavam às autoridades policiais para que remediassem suas preocupações por meio de corretivos e leis que abalzassem os hábitos insubordinados obtidos pelos criados com a ausência de uma lei que os regulassem.¹³⁵

Ao que parece, não mais sendo obrigado aos serviços cumprirem deveres perpétuos de trabalho e a dormirem nas casas de seus amos, acabou-se por gerar nos ex-senhores e ex-senhoras de escravizados um descontentamento que também afetava os articulistas da imprensa. De fato, poder livremente frequentar tabernas, viver na companhia de quem lhes agradasse e fazer o que lhes aprouvesse, foram hábitos adotados pelos serviços e denunciados na imprensa como sinal de insubordinação. O que se conclui disso, é que havia um medo dos patrões em relação aos seus criados, cujas práticas sociais, vistas como libertinas e suspeitas, poderiam ser introduzidos em suas casas.¹³⁶ A casa, aliás, como espaço onde se travam relações sociais horizontais e hierárquicas, é também o lugar onde se alinham os intercursos do dentro e do fora que podem se interpenetrar a ponto de perderem força de demarcação do limiar entre o seu interior e a rua, ou seja, entre o público e o privado, a depender da dinâmica em que nela é

¹³³ Segundo Edward Thompson, paternalismo e patriarcalismo são termos genéricos que servem, grosso modo, para caracterizar determinadas sociedades baseadas em relações de dependência, deferência e sujeição entre determinado grupo que, em contrapartida, obtém certo grau de proteção. São relações de dependência assimétricas entre senhores e seus “protegidos” em uma sociedade marcadamente hierarquizada. Contudo, o termo patriarcalismo acaba por remeter a essas relações vistas “por cima” marcadas na figura do senhor, da casa grande. Compreender as experiências dos libertos leva a pensar o paternalismo pela vista de baixo, nas relações costumeiras e nos códigos sociais dos grupos “da parte de baixo da balança”. THOMPSON, E. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 32

¹³⁴ GRAHAM, Sandra. *Proteção e obediência: criados e seus patrões no Rio de Janeiro (1860- 1910)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 112.

¹³⁵ *Folha do Norte*, 12 de julho de 1896, p. 1, ed. 194.

¹³⁶ LOBO, Marcelo Ferreira. “*Quanto se dá aqui para o balde?*”: as discussões sobre a regulamentação do serviço doméstico em Belém (1888-1889). *História, histórias*, Brasília, DF, v. 4, n. 8, 2016, p. 117.

praticada por seus frequentadores. E, nesse ponto, ressaltando que os criados eram os agentes que dinamizavam essa fronteira, fazia-se necessária à conservação das residências das camadas abastadas, justamente, a manutenção das hierarquias sociais abaladas pela nova relação de trabalho que as tentativas de regular a mão de obra urbana tratariam, em particular, dos criados.¹³⁷

Nesse ínterim, entretanto, observa-se uma latente ironia do contexto. Segundo se percebe, é à medida em que a condição das mulheres negras a tornam mais disponíveis no mercado de trabalho depois de libertas, que os patrões contratadores de seus serviços se faziam mais inquietos. Isso porque, as criadas, na condição de libertas, não mais sendo propriedade ou parte dos pertences da casa como eram quando escravizadas, tornam-se estranhas, cuja presença perturbadora não inspirava confiança e nem mais se podia controlar com a mesma rigidez dos tempos anteriores.¹³⁸ Assim, o que tal ironia quer informar nada mais é do que a forte preocupação, imposta pela nova relação de trabalho, a qual grande parcela da sociedade vivenciou nas últimas décadas do século XIX. Uma informação já antecipada por Sidney Chalhoub quando afirmou que as leis emancipacionistas surgidas a partir da década de 1850 que colocavam em questão o fim definitivo do trabalho escravo, conseqüentemente, impunham a necessidade de condicionar este fim à permanência do poder senhorial por parte dos patrões ou proprietários.¹³⁹

Contudo, enquanto nos jornais os textos expressavam as preocupações de seus autores de uma maneira genérica, no meio político o trato com a questão dos serviços domésticos como trabalhadores livres era mais pontual e parecia ser mais sério. Em 1905, o autor do Relatório Município de Belém, atribuído ao então intendente municipal Antônio Lemos (1897-1912), expondo suas críticas à questão do abastecimento de leite na cidade, complementou-as com severas críticas ao que considerava ser os atuais problemas relacionados ao serviço doméstico. Entre estes, destacava como principal uma suposta escassez de bons criados que possuíssem qualidades profissionais, físicas e morais. Segundo afirmava, os que existiam eram mal-educados, ignorantes, desmoralizados, cheios de vícios, superstições e com o organismo devastado por enfermidades. Contudo, era ao passado do Brasil escravocrata que o autor do Relatório se voltava para expor sua percepção da origem desses problemas,

¹³⁷ RUFINONI, Simone Rossinetti. *Um país dentro da casa: o caráter político do espaço doméstico em três romances brasileiros*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 33, n. 97, 2019.

¹³⁸ GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 134.

¹³⁹ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2001, p. 47.

atribuindo aos proprietários de escravos que, trazendo alguns de seus cativos para dentro de suas casas para os servirem e inserindo-os intimamente na vida doméstica, fez neles nascer uma ilusória sensação de direitos e liberdades que contribuíram para a formação do comportamento insolente dos serviçais contemporâneos seus.

O criado, hoje em dia, quer ser igual ao amo, que tantas vezes o perverte facultando-lhe excessivas liberdades, consentindo que use a botoeira florida, repartindo com ele as suas vestes e alfaias, quiçá tornando-o seu confidente, em assumptos de afeto ou de negócios. Não se conhecem entre nós as linhas divisórias das classes. E a preconizada igualdade democrática é, aos olhos de muita gente, o nivelamento absoluto dos indivíduos, que não a severa e completa identidade de direitos e deveres dos cidadãos perante a lei, guardadas embora as distinções, esferas, hierarquias e gradações sociais.¹⁴⁰

Ignorando problemas práticos de seu tempo relacionados à questão e observados com frequência nos jornais, a exemplo do número sempre crescente de desempregados em busca de serviço no ramo doméstico, dos recorrentes relatos de criminosos que atuavam como servidores domésticos com o fim de roubarem as casas ou darem prejuízos às famílias, e a ausência de agências oficiais de locação de serviços domésticos em Belém¹⁴¹, o autor do Relatório, embora responsabilizasse os costumes dos proprietários de escravos pelos hábitos atuais dos criados, orienta-se por um discurso saudosista e centralizado no modo antigo da relação *senhor x escravo*, embasando suas críticas no comportamento desses trabalhadores que, segundo afirmava, estavam se tornando cada vez mais insolentes por meio de amostras sempre mais frequentes de seu mau comportamento. Contudo, não é exatamente por causa dos *criados* insolentes a expressão de sua maior preocupação, mas das *criadas*. É quando fala delas que a sua crítica se torna mais severa:

Entre as criadas, os abusos avultam, numa assombrosa escala. Constituem elas, em maioria, uma grande praga indispensável, o flagelo-mor das famílias paraenses. Não há insolência que ignorem e que deixem de por em prática, à mais leve admoestação recebida.¹⁴²

Desumanizadas e rebaixadas ao *status* de animais ou insetos indesejáveis no meio social e, muito menos, dentro das casas dos patrões, as criadas são o centro revelador de um dilema vivido pelo autor do relatório e muitos de seus pares: como dispensar o necessariamente indispensável? De fato, era fundamental às famílias ricas, residentes em suntuosos palacetes e

¹⁴⁰ O MUNICÍPIO DE BELÉM, 1904. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de novembro de 1905 pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém, Arquivo da Intendência Municipal, 1905, p. 155-156.

¹⁴¹ Até 1911, era sentida entre as reclamações populares publicadas nos jornais, a ausência de uma agência de locação de serviços domésticos na capital paraense. *Estado do Pará*, 20 de julho de 1911, p. 1, ed. 102.

¹⁴² O MUNICÍPIO DE BELÉM, 1904. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de novembro de 1905 pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém, Arquivo da Intendência Municipal, 1905, p. 155-156.

casas modernas, cuja manutenção interna, além dos serviços externos, requeria tempo e mão de obra avultada, possuir não apenas uma quantidade significativa de criados. Além disso, as famílias ricas eram desejosas de ser servidas sem gastar muito comedimento, mandando, muitas vezes, buscar, por meio de pessoas conhecidas, meninas e jovens moças nos interiores do estado para lhes servirem como criadas.¹⁴³ Afinal, era toda uma série de atividades que as donas de casa dessas famílias deixavam para as suas criadas, o que representava não somente uma necessidade ou uma repulsa dos patrões a essas atividades – visto serem essas, historicamente, atribuídas aos escravos – como também uma questão de posição social, que funcionava tanto como símbolo – pois que, quanto maior o número de serviçais em casa, mais se poderia ostentar a lugar social de uma família – quanto comodidade de vida.¹⁴⁴

A regulamentação dos serviços domésticos

Dessa maneira, alterações das relações de trabalho que rompessem com o que se condicionava como uma relação paternalista gerava desconforto e insatisfação por parte daqueles que viam na escravidão a forma ideal de relações de trabalho e seria nesse contexto que emergiria o debate sobre a importância da criação de normas e de mecanismos de fiscalização públicos dos trabalhadores que desempenhavam as atividades domésticas. As iniciativas públicas, desse modo, feitas nesse sentido emergiriam em forma de Regulamento e receberiam contribuição a partir de variados pontos de vistas elaborados por representantes dos poderes políticos, autoridades policiais e médicas, e, até mesmo, negociantes atuantes no setor, e atingiriam toda a classe de trabalhadores domésticos, formada que exclusivamente por escravas e mulheres brancas pobres, nacionais e imigrantes que chegavam em Belém em busca de trabalho.

E eram os jornais os espaços impressos privilegiados nos quais esse debate, centralizado no descontentamento e insatisfação acerca do convívio entre patrões e criadas, se manifestava de forma mais evidente na medida em que os anos pós-abolição avançavam. No jornal *Folha do Norte*, por exemplo, foi publicado em 1897 a missiva na qual um leitor expressava seu desagrado em relação ao que entendia por abusos praticados pelos imigrantes espanhóis, os quais, conhecedores da frouxidão das leis locais, sujeitavam os patrões aos mais vergonhosos constrangimentos. Segundo denunciava, inexistia em Belém um regulamento para a criadagem e ao tratar desse tema, sua atenção se volta para as mulheres espanholas,

¹⁴³ PERROT, Michelle. *História dos quartos*. Tradução: Alcida Brant. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 148.

¹⁴⁴ PEÇANHA, Natália Batista. *O trabalho e a cidade: Uma análise do serviço doméstico e a circulação de criadas estrangeiras na cidade do Rio de Janeiro (1880-1930)*. Revista del CESLA, vol. 27, 2021, p. 80.

consideradas por ele como criadas insolentes que, se beneficiando dessa inexistência, impunham seus caprichos aos patrões desprotegidos de uma lei que os amparasse, exigindo salários mensais exorbitantes por seus serviços domésticos.¹⁴⁵

No ano anterior, um articulista do mesmo jornal já havia debatido sobre essa questão em seu editorial, apelando aos poderes públicos por uma medida para a regulamentação dos serviços domésticos em Belém ao recordar de uma regulamentação que já havia sido votada em Belém pela Assembleia Legislativa da antiga Província.¹⁴⁶ E, segundo consta no jornal *A República*, a referida lei dizia respeito a um conjunto de posturas elaborado pela Câmara de Belém em março de 1889 e mandado vigorar no final do governo provincial de Miguel José de Almeida Pernambuco, sob a Lei nº 1353, por decisão do Conselho da Intendência Municipal de Belém em 21 de junho daquele ano.¹⁴⁷ Lei que, na verdade, não era uma novidade em Belém, visto já ter sido apreciado em 1881, pela Câmara vigente em Belém, um anteprojeto de semelhante natureza que teria sido instigada pelo Chefe de Polícia da capital.¹⁴⁸ Com discursos que sugeriam que tal normatização teria efeito preventivo contra eventos indesejáveis e graves eventualidades futuras que convinham prevenir, as tentativas de controlar a mão de obra de mulheres livres, ocorreriam no interior de projetos mais amplos de controle de outras categorias socioprofissionais urbanas e das formas de efetivá-la, cuja repercussão se manifestava de vários modos, mas sobretudo na forma de inquietações relativas à continuidade da oferta de mão de obra doméstica.¹⁴⁹ Todavia, em Belém, a regulamentação só viria a ser efetivada por meio da Lei de 1889.

Inspirado numa sucessão de regulamentos aprovados em outras províncias, tais como as de Pernambuco, Bahia, e da Capital do Império,¹⁵⁰ o Regulamento para os Serviços Domésticos em Belém, disposto em 32 artigos, estabelecia que as mulheres¹⁵¹ que desejassem se empregar em qualquer serviço doméstico em troca de salários que se inscrevessem, ao custo

¹⁴⁵ *Folha do Norte*, 10 de março de 1897, p. 1, ed. 434.

¹⁴⁶ *Folha do Norte*, 12 de julho de 1896, p. 1, ed. 194.

¹⁴⁷ *A República*, 17 de julho de 1890, p. 2-3, ed. 121.

¹⁴⁸ BEZERRA NETO, José Maia. *Se bom cativo, libertado melhor ainda: escravos, senhores e visões emancipadoras (1850-1888)*. In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomas (Orgs.). *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição*. São Paulo: Edusp, 2015, p. 271-272

¹⁴⁹ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 173.

¹⁵⁰ SILVA, Maciel Henrique. *O trabalho doméstico livre e a lei nos anos finais da escravidão no Brasil*. VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 15 a 18 de maio de 2013.

¹⁵¹ Sendo os serviços domésticos um ramo de atividades que absorviam um dos maiores contingentes de trabalhadores quase que exclusivamente do sexo feminino, trato das resoluções do Regulamento como destinadas especificamente às mulheres.

de 1\$000 (mil réis), em um livro de registro disponível na Secretaria da Intendência Municipal, ficando legalmente vedado o exercício, segundo se lia no 4º artigo, àquelas que não estivessem inscritas. A essa infração, a pena prevista correspondia a 15\$000 (quinze mil réis) de multa ou quatro dias de prisão, e o dobro na reincidência. Todavia, eram nos pontos da identificação que as exigências se mostravam mais exigentes: a nacionalidade da inscrita, por exemplo, era explicitamente exigida no inciso 1º do 2º artigo, bem como a naturalidade, acompanhados do nome, idade, profissão e filiação (caso esta fosse conhecida). Eram informações pontuais que se mostravam ainda mais rigorosas nas disposições dos cinco incisos que compunham o 5º artigo, quando se vê abarcado entre as cobranças que concedia o direito de se inscrever e, automaticamente, o direito de poder de trabalhar.

Dentre esses incisos, enquanto os três primeiros que determinavam a obrigação de ser vacinada, não sofrer de moléstia contagiosa, estar em dia com a justiça criminal, eram genéricos, e o quarto, referindo-se particularmente aos menores de idade, concedia o direito à inscrição apenas àqueles que tivessem autorização do pai, tutor ou juiz de órfão, o quinto, travava exclusivamente da proibição às mulheres que, caso fossem casadas vivendo em companhia dos maridos, não teriam direito à inscrição sem a autorização deles.¹⁵² No entanto, não fazendo referência à condição das mulheres enquanto solteiras e menores de idade, o Regulamento ignorava a figura do homem nessa relação de autoridade, dando a entender que tanto estas quanto às que viviam sob outro estado civil, encontravam-se desimpedidas de efetuar sua inscrição. Nesse sentido, resta especular se o principal alvo de controle do comportamento do Regulamento não eram justamente essas mulheres que não viviam no ambiente já controlado do casamento, solteiras, sem compromisso marital, livres para frequentar ambientes proibidos e travarem relacionamentos amorosos ao vento da paixão.

A criadagem e o trabalho doméstico

Em seu sentido mais amplo e usual, o termo *doméstico* é referido ao ambiente particular de um grupo restrito, geralmente familiar, compreendido por uma casa ou lar. Aos serviços realizados no interior desse ambiente, os quais se caracterizam por um conjunto de tarefas que, tendo como fim a sua manutenção física diária bem como a comodidade de seus ocupantes, convencionou-se chamar de *serviços domésticos*. Entende-se, assim, como trabalho doméstico uma diversidade de tarefas onde se inclui tanto o cozinhar, lavar roupas e limpar os cômodos do ambiente quanto a jardinagem dos seus arredores, o transmitir recados *de e para*

¹⁵² *A República*, 17 de julho de 1890, p. 2-3, ed. 121.

seus moradores e estar proximamente disponível a mulheres da família. Trabalhador doméstico, então, seria aquele que, por meio de vínculo empregatício, presta serviço de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal a um contratante, geralmente proprietário ou proprietária de uma residência familiar.¹⁵³ Sobre a nomenclatura utilizada para se referir a essa categoria de trabalhadores, de modo específico, no final do século XIX, os termos menos utilizados tanto nos jornais quanto em relatórios oficiais de governos são *empregado* e, particularmente, *empregada*, sendo os mais frequente *criado*, *fâmulo* e *serviçal*.

Em seu sentido literal, o termo *criado* está diretamente relacionado ao ato de *criar*, o que, num sentido mais extenso, tem a ver com uma antiga prática na qual uma criança de família pobre era entregue a uma família de mais posses para que fosse sustentada em troca de serviços caseiros.¹⁵⁴ Dessa forma, esse sentido não estaria distante do de *fâmulo*, termo derivado do verbo *famular* – cujo sentido literal é *ajudar-se mutuamente* – referido àquele que, numa casa, se ocupa da prestação dos trabalhos domésticos sob condição subserviente em troca de moradia e alimentação.¹⁵⁵ A reflexão sobre os sentidos dos termos aqui são convenientes porque havia, no sentido bem direto o mesmo debate na imprensa da época, envolvendo a condição dos *afilhados* e *tutelados*, a condição de crianças jovens que eram retiradas do seio de suas famílias para serem criadas (no sentido de *criar*) no seio de famílias ricas ou com algum posse. Num de seus editoriais de março de 1896, a *Folha do Norte*, deixando de lado seus temas preferenciais relacionados à política, trata de denúncias de sevícias que haviam chegado a sua redação. Segundo dissertava o autor do texto, identificado por Lucivelo¹⁵⁶, as sevícias ocorriam geralmente contra crianças vivendo sob a condição de *afilhamento* e *tutelage*, práticas ainda muito presentes na sociedade belenense no final do século XIX.¹⁵⁷

O que Lucivelo parecia querer dizer é que essas práticas seriam heranças diretas do regime escravocrata, o qual, com o seu fim, teriam-nas deixadas como a única solução para a falta de criados livres que pudessem suprir a demanda de serviços nos lares das famílias ricas, as quais já se haviam acostumado a tomarem para si crianças pobres a fim de as criarem em troca de prestação de serviços domésticos. Classificando as práticas do *afilhamento* e da *tutelage* também como tipos de escravidão, Lucivelo reconhece que, embora já se vivesse

¹⁵³ Embora seja mais usual associar um trabalhador doméstico a um serviçal atuante num ambiente restrito e familiar, os empregados nessa tarefa podem ser encontrados também prestando serviços em outros tipos de ambientes, tais como restaurantes, hotéis, instituições públicas e estabelecimentos comerciais particulares.

¹⁵⁴ Dicionário Origem da Palavra.

¹⁵⁵ Dicionário Online de Português.

¹⁵⁶ Em sua definição etimológica, “Lucivelo” significa “colocar véu sobre a luz”. Como substantivo, seria o nome dado a uma espécie de luminária de mesa cuja característica é a presença de um anteparo que evita a exposição direta da luz. **Michaelis**. Dicionário da Língua Portuguesa.

¹⁵⁷ *Folha do Norte*, 27 de março de 1896, p. 1, ed. 87.

num regime republicano pós-escravocrata, esta última era a que havia perdurado nos costumes das famílias ricas e tomado cada vez maior incremento por causa da ausência de uma criadagem *confiável* – termo que podemos também entender como *controlável*. Sobre os meninos, dizia, embora recebessem o mesmo tratamento degradante que as meninas, eram obrigados a executarem um conjunto de tarefas bem resumido, relacionados, geralmente, a algum ofício realizado nas ruas, enquanto que, a elas, a carga de responsabilidade era maior e exclusivamente relacionada aos serviços domésticos: “carregam crianças, lavam, engomam, vão à taberna...”¹⁵⁸. Essas práticas lembram muito a personagem dalcidiana Libânia, uma cabocla de 15 anos, “trazida, muito menina ainda, do sítio pelo pai para a mão dos Alcântaras”.¹⁵⁹ Era o processo da *cria* da família tornada a *criada* da casa.

Convenientemente utilizados posteriormente como categorizantes dos indivíduos prestadores, remuneradamente, de serviços domésticos, os termos *criado* e *fâmulo*, semanticamente estariam associados ao *serviçal doméstico* – de seu cossemântico *servente* –, formando, dessa maneira, uma nomenclatura de termos genéricos nos quais se podiam classificar as cozinheiras, as lavadeiras, as camareiras, as costureiras, as amas secas, as amas de leite, as damas de companhia, bem como os serventes, os copeiros, os cozinheiros, os choferes, os jardineiros, os meninos de recado, entre outros serviçais de uma casa. Mas embora o ambiente doméstico fosse o lugar comum desses trabalhadores, muitos deles podiam ser encontrados em atuação em diferentes espaços. Com o crescimento da cidade, o surgimento de uma variedade de estabelecimentos comerciais, tais como hotéis, bares e restaurantes tinham seus criados e criadas, ou grupo de criados, a seu serviço. Casas de pensão também disponibilizavam, para o melhor atendimento de seus hóspedes, algumas criadas para o serviço de cozinha e lavagem de roupas. Por sua vez, estabelecimentos comerciais das áreas da indústria e do comércio, também contavam com algumas criadas para o serviço de cozinha, de limpeza ou prestação de serviço particular aos seus proprietários.¹⁶⁰

Nesse sentido, a *criadagem*, termo empregado nas fontes tanto para definir o conjunto de serviçais domésticos a serviço de uma propriedade ou estabelecimento quanto o generalizante da classe de trabalhadores domésticos, podia ser composta de um número grande e diversificado de trabalhadores a serviço de um estabelecimento comercial como um hotel de luxo ou uma casa residencial. Famílias ricas moradoras em verdadeiros palacetes nas áreas

¹⁵⁸ *Folha do Norte*, 27 de março de 1896, p. 1, ed. 87.

¹⁵⁹ JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão-Pará*. Belém: EDUFPA; Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2004, p. 51-52.

¹⁶⁰ *Diário de Notícias*, 20 de outubro de 1893, p. 3.

centrais da cidade, como já dito anteriormente, necessitavam de um grupo diversificado de criados para a execução das tarefas internas e externas da propriedade. Para estas, a necessidade de uma criadagem abundante era premente. Mas havia casas com criadagem mais modesta, contando com algumas mulheres para os serviços domésticos internos, e aquelas que contratavam apenas uma criada para todos ou alguns serviços internos em particular.

Os meios de se encontrar uma criada para o serviço da casa podiam se realizar de várias maneiras: pessoas conhecidas podiam indicá-la ao contratante ou a própria criada podia sair de casa em casa em busca de alguém que precisasse de seus serviços e a quisesse contratar. No entanto, o meio pelo qual temos mais informações a respeito desse expediente é o que nos chegaram pelos anúncios divulgados na imprensa, os quais eram publicados de maneira dispersa nas páginas dos jornais, podendo ser encontrados em meio às notícias do cotidiano, notas gerais de informações e reclames comerciais. Obviamente que as informações desses anúncios deveriam chegar à redação do jornal no dia anterior para ser publicado e divulgado no dia seguinte. Provavelmente eram portadas pelas próprias interessadas que as entregavam escritas em bilhetes ou as ditavam diretamente ao redator que construía o texto a ser publicado mediante pagamento.

Assim, eram divulgados e identificadas por meio da denominação da condição a que estavam dispostos a se prestar: *criadas de servir*. Na escrita do jornal, o texto poderia aparecer redigidos em letras de caixa, em itálico ou em negrito, de modo que pudessem chamar a atenção do leitor interessado em contratá-las. Sobre a origem e o destino do anúncio, a expressão *oferece-se* identificava que alguém buscava por trabalho enquanto a *precisa-se*, identificava alguém que procurava por um trabalhador. Algumas vezes, empregava-se ainda a expressão *aluga-se*, comum ao período escravagista quando senhores disponibilizavam seus escravos para o serviço a um terceiro. De qualquer modo, tanto um quanto outro uso podia aparecer nos anúncios acompanhadas do termo *criada*, ou ainda, da especialidade que se desejava: cozinheira, lavadeira, engomadeira, copeira, lavadora de pratos, ama de leite, ama seca, dama de companhia, etc. Em alguns casos, a informação aparecia escassa, resumida ao sumário “precisa-se contratar uma criada”¹⁶¹, à qual podia aparecer seguida de uma referência indireta, tal como “para tomar sentido em crianças”.¹⁶² Mas o que hoje, para nós, poderia ser enigmático, para a época se tratava da procura de uma ama seca. Em um anúncio que buscava por criada disponível a acompanhar uma família em viagem ao interior do estado, lia-se:

¹⁶¹ *Diário de Notícias*, 20 de outubro de 1893, p. 3.

¹⁶² *Diário de Notícias*, 25 de novembro de 1890, p. 3 ed. 270.

“Precisa-se de uma criada que entenda também de cozinha...”¹⁶³ Afinal, o que se esperava atribuir de ocupações para a criada que respondesse a esse anúncio, além de cozinhar?

Por meio da leitura das fontes, notei que as chamadas *precisa-se* e *oferece-se* se tornaram comuns nos anúncios dos jornais das primeiras décadas da República, uma mudança significativa no que diz respeito às novas formas de relação de trabalho que se estabeleceram no período pós abolição. Com isso, além da extinção dos anúncios do *vende-se* e a quase supressão do *aluga-se*, típicos da oferta e procura por trabalhadores escravos, passou a surgir, pouco a pouco, outra forma de tratamento com ofertas *de* e procura *por* trabalhadores domésticos. Mas notei que para os trabalhadores masculinos atuantes em setores comerciais e fabris, enquanto se ia tornando comum o uso do termo *empregado* já na última década do século XIX – empregado do comércio, empregado da fábrica –, para as mulheres, contudo, em sua grande maioria atuante nesse setor de atividades domésticas, o termo *empregada* só seria observado no final da segunda década do século XX, tal como aparece no anúncio abaixo:

EMPREGADA – Uma mulher de bom comportamento, afiançada, trabalhadeira, deseja empregar-se; tem, porém, uma filhinha, mas que não incomoda, pelo que se sujeita a pequeno ordenado. A tratar na travessa Sete de Setembro, n. 84.¹⁶⁴

Embora que, no caso acima, sobressaia-se o limite da necessidade financeira no qual vive a anunciante – provavelmente mãe solteira ou viúva que se sujeita a qualquer salário para sobreviver –, a utilização de termo *empregada* chama a atenção não apenas por ainda ser um termo pouco convencional para o período pesquisado, especialmente para definir a condição empregatícia de uma mulher que se oferecia para o exercício de tarefas tidas como socialmente de pouca importância. Denotando uma divergência de tratamento em vista da substituição do termo *criada*, mas, especialmente, pelo peso da condição de relação de trabalho que cada termo expressa, a utilização do termo *empregada* para se referir a uma trabalhadora doméstica chama a atenção a outras possíveis transformações – de modo específico, nas relações de trabalho existentes entre patrões e criadas – que estariam implícitas no uso de um novo termo para denominar as trabalhadoras desse setor de serviços e que ficaria por ser atribuído às mulheres como *empregadas domésticas*, expressão que a transformaria em categoria utilizada em análises sobre essas trabalhadoras até décadas recentes.

Mas independente dos termos empregados, os anúncios populares relativos às criadas eram escritos em textos curtos e objetivos, obedecendo a um formato padrão quanto à diagramação. No entanto, embora simples e sumários, uma análise cuidadosa desses textos pode

¹⁶³ *Diário de Notícias*, 21 de maio de 1892, p. 1.

¹⁶⁴ *Estado do Pará*, 26 de janeiro de 1920, p. 5 ed. 3178.

revelar muito acerca do tipo de comportamento e conduta que se esperava das mulheres que se dispunham a exercer essa atividade, o qual, em última instância refletia o ideal de mulher almejado por aqueles que desejavam empregá-las. Tanto para os patrões quanto para as patroas, esperava-se, antes de tudo, que fossem interessadas em lidar com as tarefas domésticas e saber bem executá-las, sendo, no entanto, dócil e obediente.¹⁶⁵ O que muitos patrões, sobretudo, patroas, esperavam, era encontrar uma criada – se, não confiável –, pelo menos de fácil condução e de fácil aprendizado que pudesse substituir as donas de casa na administração doméstica a fim de desonerá-las dessa tarefa. Em vista disso, algumas moças, geralmente estrangeiras, se ofereciam, descrevendo-se como pessoas sérias e educadas, confiáveis para cuidar dos quartos das senhoras, hábeis nas tarefas e direção da casa e que, entre outras tarefas, sabiam “costurar e remendar bem”.¹⁶⁶

Às criadas era conveniente que soubesse executar diversas tarefas dentro de uma casa, isso porque, a ela, comumente eram atribuídas diversas funções. Nos ambientes da sala de jantar e cozinha, podiam trabalhar como cozinheiras, lavadoras de louça e copeiras, estas, encarregadas especialmente pelos serviços de mesa e cuidados com as louças, cristais e pratarias. Nas casas com lavanderias, ocupavam-se com a lavagem das roupas, engomagem e pequenos consertos que requeriam conhecimento em trabalhos com máquinas de costura e agulhas de mão. Além dessas ocupações, atuavam ainda como mantenedoras da limpeza dos seus setores de serviços e dos outros cômodos da casa: salas de estar, alcovas, banheiros, pátios externos. Para os quartos, a organização do ambiente podia ficar a cargo de criadas especiais: as camareiras. No entanto, segundo ponderou a historiadora inglesa Bridget Hill em seu estudo sobre a Inglaterra setecentista, a definição do serviço doméstico restrita à noção de lugar limita a sua dimensão, atrelando-o ao espaço físico da casa. Isso porque, embora uma parcela substancial do trabalho doméstico fosse realizada no interior ou nas proximidades dos domicílios, parte considerável dele envolvia tarefas que demandava um longo tempo de trabalho visto que podiam demandar longos trajetos a locais distantes, tais como a busca por água que podia ser encontrada em fontes, poços, riachos, etc., e combustíveis como a lenha utilizada para o queima na preparação de alimentos e aquecimento do ambiente doméstico no inverno.¹⁶⁷

¹⁶⁵ *Folha do Norte*, 4 de janeiro de 1906, p. 1.

¹⁶⁶ *Estado do Pará*, 21 de março de 1919, p. 5, ed. 2869.

¹⁶⁷ HILL, Bridget. *Algumas considerações sobre as empregadas domésticas na Inglaterra do século XVIII e do Terceiro Mundo de hoje*. *Vária Historia*, Belo Horizonte, n. 14, set. 1995.

Na Belém do final do século XIX, era comum que os patrões procurassem ampliar as tarefas para as quais as criadas tinham sido contratadas. Algumas, geralmente as que assumiam a função de cozinheiras, tinham também a tarefa de sair às ruas para fazer compras para o preparo das refeições. Pelas manhãs, era possível encontrá-las a circular no Mercado Municipal, no Mercado de Ferro e nas docas do Ver-o-Peso, do Reduto e do Souza. Com uma lista de compras e o dinheiro contado, elas são vistas a negociar o preço da carne, do frango, do peixe, da farinha, das verduras, das frutas... As criadas precisavam dominar a arte da negociação. Isso porque, além dessa tarefa nos mercados, algumas também recebiam de suas patroas a função de vendedoras ambulantes. Nas ruas, entre outras mulheres vendedoras autônomas, elas podiam estar a serviço a vender doces, pastéis, mingau, sucos de frutas.¹⁶⁸

Mas os serviços de uma criada podiam também ser entendido como prestação de assistência particular a um dos membros da casa, geralmente mulheres e crianças. Para as moças e senhoras das famílias ricas que precisavam de uma assistência pessoal, eram contratadas mulheres que se dispunham a atuar como damas de companhia. Romantizadas nos folhetins como acompanhantes e confidentes de princesas, duquesas e baronesas, as damas de companhia eram retratadas como artigo de luxo desejado por moças e senhoras pertencentes a famílias ricas. Para serem contratadas, precisavam ser educadas e possuir alguma cultura, além de portar-se como mulheres distintas, como verdadeiras damas. Algumas vezes como companhias efetivas, outras, apenas sazonalmente, como em períodos de longas viagens de família.¹⁶⁹ Em algumas ocasiões, apresentavam-se como convenientes companhias a meninas e jovens órfãs de mães.¹⁷⁰ Alguns patrões que requisitavam pelos serviços dessas mulheres para suas filhas, exigiam: “Deve falar francês e inglês ou, pelo menos, uma dessas línguas”.¹⁷¹ Dependendo do grau de conhecimento e da cultura que possuíam, podiam atuar como preceptoras e governantas.

Para as crianças de poucos anos a companhia era oferecida pelas amas secas, geralmente meninas adolescentes, que se dispunham a fazer companhia e dar assistência quanto ao entretenimento e ao tratamento de asseio quando precisavam. Esse era um serviço que exigia bastante paciência da jovem criada. As pessoas que procuravam por seus serviços, esperavam que fossem carinhosas. Algumas prometiam bons ordenados e roupas para aquelas que se prontificassem a morar na casa em que trabalhavam.¹⁷² Do mesmo modo, às que se

¹⁶⁸ GRAHAM Sandra. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Tradução de Viviana Bosi. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

¹⁶⁹ *Estado do Pará*, 18 de maio de 1921, p. 6 ed. 3657.

¹⁷⁰ *Estado do Pará*, 9 de janeiro de 1915, p. 5 ed. 1367.

¹⁷¹ *Estado do Pará*, 23 de abril de 1920, p. 5 ed. 3266 a 3300.

¹⁷² *Diário de Notícias*, 30 de maio de 1894, p. 4, ed. 113.

prontificavam para o serviço de aleitamento das crianças de colo, segundo indicam as fontes, eram garantidos bons salários pelos seus serviços. Cabia a essas mulheres amamentar crianças alheias quando a mãe natural se encontrava impossibilitada.

Embora as tarefas de uma criada fossem diversas, raramente, num anúncio, aparece a procura por grupos de criadas com tarefas específicas para uma só casa. Quando muito, procura-se por duas: uma, geralmente para ser cozinheira e outra para a função de lavadeira, engomadeira ou ama seca. Na maioria dos casos, a busca é por apenas uma que realize todas as tarefas da casa. Nestes, os que procuravam identificavam-se como pequena família, casal ou casal com um filho, não mais do que isso. No entanto, o mais comum que se observa nos anúncios era o de busca por uma criada que fizesse todo o serviço da casa. “*Criada. Para todo serviço, precisa-se de uma, á travessa Ruy Barbosa, nº 97.*”¹⁷³ – lia-se num anúncio. Quando submetidas a esse emprego, as criadas enfrentavam um rígido programa de trabalho, começando a trabalhar nas últimas horas da madrugada e, dependendo das exigências dos patrões, só paravam altas horas da noite, muitas vezes sendo intimadas a ficar depois do horário de trabalho à disposição para serviços eventuais. Sobreviver à sua rotina – geralmente, excessiva e exaustiva – não era fácil. As mais experientes faziam verdadeiros malabarismos para executar todas as suas obrigações.¹⁷⁴

Não era raro os anúncios conterem, além de promessas de um bom pagamento às criadas, a proposta de *dormirem* na casa onde trabalhassem. “Paga-se esta quantia (40\$000 – quarenta mil réis) a uma boa criada [...] que durma em casa dos patrões” – dizia-se no anúncio de um morador na Estrada de São José.¹⁷⁵ Para os patrões, oferecer um espaço em sua casa para a moradia da criada poderia significar um investimento na sua vulnerabilidade e dependência e, assim, ter garantia de maior controle sobre o seu tempo. Para as criadas, necessitadas de abrigo e alimento, poderia representar segurança e estabilidade. Afinal, muitas delas eram recém-chegadas, imigrantes estrangeiras ou vindas de outros estados ou do interior do Pará. Mulheres solteiras que chegavam na cidade sem dinheiro e sem um local onde morar. Algumas vezes, na ausência de escolhas, eram elas que, por necessidade, ofereciam-se ao trabalho nessas condições. “Rapariga portuguesa, há pouco chegada, deseja empregar-se em casa de família para todo o serviço de dentro e dormir em casa dos patrões”.¹⁷⁶

¹⁷³ *Folha do Norte*, 6 de agosto de 1905, p. 3.

¹⁷⁴ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru (SP): EDUSC, 2002, p. 125.

¹⁷⁵ *Diário de Notícias*, 18 de janeiro de 1894, p. 3.

¹⁷⁶ *A Província do Pará*, 23 de novembro de 1898, p. 2.

Nos locais de trabalho, contentavam-se com uma rede para dormir ou um colchão armado no canto da cozinha, em um espaço disponível na despensa ou – se tivessem sorte – em um quartinho na parte posterior das dependências da casa. E se os dias de trabalho lhes eram longos e exaustivos, as noites de descanso, por sua vez, poderiam lhes ser curtas e desconfortáveis. Dificilmente se recompunham. A rotina de trabalho, na maior parte, excessiva, as levava ao cansaço e, cansadas, podiam causar pequenos acidentes com prejuízos de alguns objetos da casa. Ao relatar o caso de um desses acidentes que envolveu a espanhola de nome Adelaide, o articulista do jornal *Folha do Norte* a imprime caracteres desajeitada e desatenta. A perda das louças quebradas durante o serviço de lavagem era descontada no seu salário, o que lhe custava até uma semana de trabalho. Para o articulista era uma compensação justa, visto que ignorava a exaustão da pesada rotina de trabalho da uma criada.¹⁷⁷

Embora pudesse representar refúgio diante da necessidade de uma teto para repousar, morar no local de trabalho poderia representar, para as criadas, uma armadilha, uma condição mais favorável para a execução de ameaças à sua segurança e integridade por vários meios de humilhações físicas e psicológicas: salários, ou boa parte deles, poderiam ser sonogados pelos patrões à pretexto de pagamento pela moradia, tratamento pessoal subalterno e indiferente, exigência de tempo integral de trabalho, castigos físicos e assédio sexual.¹⁷⁸ Não era raro serem vítimas dos desejos sexuais de seus patrões ou dos filhos de seus patrões. Algumas vezes, a agressão física podia vir das patroas. O caso de Mercedes Blanco é exemplar. Vinda com a família da Espanha, foi entregue por seu pai para servir como criada na casa de Emília Bastos, na Cidade Velha. Por meses fora assediada pelo filho de sua patroa. Cedendo aos desejos do rapaz, segundo relatado pelo articulista da *Folha do Norte*, Mercedes confessou o caso, pouco tempo depois, à patroa, sendo imediatamente, demitida do emprego, agredida fisicamente e expulsa da casa.¹⁷⁹

Seduzidas e abandonadas e, favorecidas pela pobreza, algumas vezes, levadas à prostituição, muitas dessas mulheres se deparavam com uma gravidez que as deixavam num sério dilema. Sustentar uma gestação e, logo depois, um recém-nascido e continuar trabalhando para sobreviver não era uma tarefa fácil para uma mulher pobre, desamparada e solteira. Algumas persistiam e enfrentavam a dura realidade de mães solo, beneficiando-se do estado de lactante para trabalhar como amas de leite. Outras, no entanto, optavam pelo aborto, o “crime

¹⁷⁷ *Folha do Norte*, 27 de setembro de 1899, p. 1.

¹⁷⁸ HILL, Bridget. *Algumas considerações sobre as empregadas domésticas na Inglaterra do século XVIII e do Terceiro Mundo de hoje*. Varia Historia, Belo Horizonte, n. 14, set. 1995.

¹⁷⁹ *Folha do Norte*, 24 de agosto de 1899, p. 2.

das criadas”.¹⁸⁰ Na imprensa belenense são recorrentes as denúncias de casos nos quais as mulheres recorriam ao aborto. Relatados, geralmente, por meio de textos carregados de moralismo que o descreviam como crimes intoleráveis e imputavam nessas mulheres uma imagem avessa à corriqueira imagem do ideal burguês da mulher que, por natureza, carregava em si a vocação de mãe. No entanto, não muito diferentes daquelas que, optando por completar o processo da gestação, pariam, mas abandonavam suas crianças em portas de instituições de caridade ou de casas e estabelecimentos comerciais de pessoas ricas, na esperança de que o filho pudesse ter uma casa e recursos para sobreviver. Para a imprensa, no entanto, tanto umas quanto outras, eram mães *desnaturadas* que queriam “se ver livre da carga”.¹⁸¹

Quando tinham recursos, muitas mulheres alugavam pequenas casas ou quartos de estâncias para morar. Dividiam o aluguel com companheiras ou amantes com os quais viviam em condição de amasio. Algumas viviam sozinhas ou na companhia de filhos, acomodando-se em pequenos cômodos com modesta mobília. Mas fosse no quarto de criada ou em quarto alugado, eram mulheres sozinhas. Belém, tal como outros grandes centros urbanos da época, era uma cidade que abrigava muitas mulheres sozinhas, uma solidão que tinha várias origens.¹⁸²

Interessa também estabelecer a relação entre racialização e a formação de um mercado de trabalho em Belém na última décadas do século XIX, visto que a capital paraense passou a ser considerada uma cidade moderna já na última década do século XIX que contava com uma presença crescente de imigrantes europeus.¹⁸³ De acordo com Maria de Nazaré Sarges, desde as últimas décadas do século XIX, os portugueses, seguidos pelos espanhóis, já constituíam uma parcela importante da população estrangeira da cidade, juntamente com nordestinos, especialmente após o fluxo da imigração subvencionada pelo Estado que se intensificou a partir da década de 1890.¹⁸⁴ Tal como ocorreu em outras cidades brasileiras, o processo em Belém não deixou de ser marcado pela racialização e pela transição, tanto no trabalho da lavoura quanto nos trabalhos em setores de mão obra urbanos, de trabalhadores escravos, libertos e livres de cor pelos imigrantes.

No que diz respeito a essa questão, embora tenha se falado muito na historiografia sobre a substituição da mão de obra escrava pela mão de obra livre – o que na prática

¹⁸⁰ PERROT, Michelle. *História dos quartos*. Tradução: Alcida Brant. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 148.

¹⁸¹ *A Província do Pará*, 7 de maio de 1909, p. 1.

¹⁸² PERROT, Michelle. *História dos quartos*. Tradução: Alcida Brant. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 146.

¹⁸³ SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. 3ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

¹⁸⁴ SARGES, Maria de Nazaré. *A “Galícia” paraense: imigração espanhola em Belém do Pará (1890-1910)*. In: ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado; CHAMBOULEYRON, Rafael (Orgs.). *Tópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Açaí, v. 1, 2010.

correspondia à substituição do trabalhador negro pelo trabalhador branco – ainda necessita-se de maiores discussões sobre a presença feminina em tal contexto. Marcelo Ferreira Lobo, refletindo sobre a verificação de que as experiências vivenciadas no mundo do trabalho por imigrantes europeus e nacionais eram diametralmente paralelas às dos negros libertos, problematiza sobre o lugar destes no discurso historiográfico. Vinculados, muitas vezes, ao mesmo espaço dos trabalhadores brancos, os estudos sobre esse grupo de trabalhadores recém-libertos do regime de escravidão, encontrados com forte presença no espaço a atuar no mundo do trabalho, formam não apenas uma lacuna, mas, segundo descreve Lobo, um “incômodo para a historiografia”.¹⁸⁵ E o que falar de estudos sobre mulheres negras trabalhadoras nesse período?

Quanto ao tratamento dados aos negros na República, a imprensa nos dá uma amostra por meio da sua posição em relação à imigração estrangeira. Enquanto se tratava de imigrantes europeus branco, o discurso era o de que o comércio e a agricultura necessitavam de braços para o trabalho, ignorando a existência dos negros que antes serviam como escravos, numa clara alusão de que a mão de obra desse contingente da população só era tolerada enquanto gratuita e sob escravidão. E quanto aos estrangeiros negros, imigrantes das Antilhas, em especial de Barbados, antiga colônia inglesa? Indesejados da mesma maneira.¹⁸⁶ Em uma de suas edições do início do ano de 1898, tratando da imigração estrangeira, o articulista do jornal *A Província do Pará*, por meio de seu texto *Invasão de pretos*, lamentava a introdução de barbadianos em Belém: “Infestam a cidade e pioram as nossas condições morais e materiais”.¹⁸⁷ Da mesma maneira, o articulista do jornal *O Pará* lamentava-se da presença desses imigrantes sob críticas de que vinham para Belém ocupar-se essencialmente em serviços domésticos. Por causa disso, atribuía a eles a dificuldade em conseguir um criado em Belém, “sobretudo, criadas brancas”.¹⁸⁸

De modo particular, em relação às mulheres negras, já bem pouco meses depois da Abolição, a imprensa buscava formar uma imagem negativa, acusando-as principalmente de não serem boas criadas por não saberem servir bem a um amo, ter costumes desregrados e pouca estabilidade nos seus serviços.¹⁸⁹ Desse modo, a imagem da criada negra que era vista como

¹⁸⁵ LOBO, Marcelo Ferreira. “*Quanto se dá aqui para o balde?*”: as discussões sobre a regulamentação do serviço doméstico em Belém (1888-1889). *História, histórias*, Brasília, DF, v. 4, n. 8, 2016, p. 116.

¹⁸⁶ LIMA, Maria Roseane Corrêa Pinto. *Barbadianos negros e estrangeiros: trabalho, racismo, identidade e memória em Belém de início do século XX*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

¹⁸⁷ *A Província do Pará*, 9 de fevereiro de 1898, p. 1.

¹⁸⁸ *O Pará*, 10 de fevereiro de 1898, p. 1, ed. 59.

¹⁸⁹ *Diário de Belém*, 27 de outubro de 1888, p.3, ed. 243.

obediente e afetuosa enquanto submetida à escravidão, adquire tons de instabilidade e insolência. “Depôs as panelas, disse adeus aos patrões e fez-se vagabunda”,¹⁹⁰ comentou o articulista do jornal *Folha do Norte* ao relatar o caso da cozinheira Maria Francisca da Conceição, uma cabocla de 30 anos que havia abandonado o emprego. Atribuindo à cozinheira um sentimento de aversão ao ambiente da cozinha que justificava o abandono, o articulista não levou em consideração que Maria Francisca poderia ter sido submetida a tratamentos vexatórios e abusos por parte do patrão. Só lhe importou o fato de abandonar o emprego que, segundo interpretou, correspondia ao comportamento de pessoas que tinham aversão ao trabalho. Desse modo, o articulista reproduzia, por meio de palavras, a frustração dos antigos proprietários de escravos que, agora como patrões acostumados a ser servidos com poder de senhores, encontravam-se incomodados frente a desobediência e insolência de suas criadas. Um incômodo que era tratado, inclusive, por meio de anedotas satíricas:

A dona de casa à cozinheira nova:

Com franqueza, não gostei de seu jantar: a sopa estava salgada, o feijão estava cru, o arroz tinha fumaça, a carne estava dura...

- Já vejo que a patroa não está *sastifeita* eu me *arretiro*... Sou cozinheira *peritima* de forno e fogão...

A dona de casa engole em seco e vae brigar com o marido... porque ele foi abolicionista.¹⁹¹

Embora trate de maneira risível a questão e ridicularize a figura das mulheres – a branca, dona de casa humilhada por não ter autoridade doméstica nem capacidade política; e a negra, serviçal insolente e sem cultura – a anedota revela o desejo das famílias ricas em ter novamente uma criadagem estável sobre a qual pudessem exercer sua autoridade. E o Regulamento dos Serviços Domésticos viria em seu socorro com a lei de estabelecimento de contrato e a previsão de punição, estipulada em seu 9º artigo, em 15\$000 (quinze mil reis) de multa ou quatro dias de prisão à criada que eventualmente quebrasse esse contrato.

Ao logo de seus 34 artigos, o Regulamento de Serviços Domésticos de Belém, exigindo um cumprimento excessivo de obrigações dos criados, versava sobre as formas de contratação e exoneração destes, as causas justas para despedi-los, suas obrigações (bem como alguns dos patrões) e seu estado de saúde entre outros dispositivos que visavam controlar o seu comportamento em serviço. E como forma de controle mais eficaz exigia, às criadas, a obtenção, ao custo de 1\$000 (mil reis), de uma caderneta, na qual, além do texto do Regulamento nela contido e a transcrição das informações pessoais do trabalhador contidas no Livro de Registro, haviam espaços em branco para o lançamento dos contratos e outro com

¹⁹⁰ *Folha do Norte*, 14 de maio de 1897, p. 2, ed. 499.

¹⁹¹ *República*, 27 de outubro de 1899, p. 1.

grande extensão para as observações dos patrões sobre a conduta das criadas durante o tempo de serviço, a data de admissão e exoneração do serviço e, sobretudo, os motivos da demissão, caso a criada fosse demitida antes do prazo estabelecido no contrato.¹⁹²

Assim, utilizada como forma de marcar o histórico de trabalhos, a caderneta, como um aparato de regulamentação estatal, pode ser vista como um instrumento que servia menos para resguardar o direito das criadas do que o de garantir o bem-estar das famílias contratantes de seus serviços. Tratava-se, então, de uma maneira tanto de proteção dos direitos dos empregadores de uma possível má conduta de seus serviçais, quanto do controle de registro de informação da sua conduta e assim, portanto, do controle de seu comportamento, estando, portanto, muito distante, ainda, de representar um documento portador de benefícios e de direitos e segurança trabalhistas. Na prática, era um sistema que limitava o direito à liberdade das criadas e que constrangia, em especial, a população negra ao trabalho, visto que, embora o patrão não fosse proprietário do criado a seu serviço, possuía certo poder sobre ele, pois caso as atitudes dele desviassem do que era considerado correto pelo patrão, tal informação era acrescentada em suas cadernetas e o seguiria como estigma de seu caráter. Caberia, pois, amparado pela lei, que o patrão definisse em registro o perfil psicológico de seu criado quando achasse que fosse dispensável de seus serviços, como ocorria na descrição dos anúncios quando se referiam a escravos fugidos.

Mas se aos homens negros essa forma de registro se mostrava constrangedora, o que dizer do sentimento que as mulheres, o lado mais vulnerável desse grupo, experimentavam? De todo modo, a adoção da prática de caderneta aparece como uma forma de o Estado, por meio da anuência e colaboração dos patrões contratadores, obter certo controle sobre o trabalho, o tempo de disposição e a vontade das criadas, além de ser vista como uma normativa que, regendo diversos aspectos das relações de trabalho entre patrões e criadas domésticas, aponta para uma relação de trabalho estabelecida em um contexto de tensão entre a necessidade de controle, por parte dos patrões, devido ao passado próximo da abolição do trabalho escravo e o sentimento de liberdade adquirido por esse grupo de trabalhadores no pós-abolição.¹⁹³

No que se refere à parte feminina desse grupo, pode-se dizer que as mulheres negras, agora, eram livres e não mais obrigadas a se submeter aos excessos de seus patrões, nem a dormir em suas casas ou nelas permanecer depois do horário estipulado para o trabalho.

¹⁹² *A República*, 17 de julho de 1890, p. 2-3, ed. 121. Art. 8º - Quem tomar um serviçal deverá lançar na respectiva caderneta o seu contrato, e no caso de despedi-lo é obrigado o certificar na mesma o motivo por que o faz, e o procedimento durante o tempo de serviço.

¹⁹³ REZENDE, Bibiana. *De escravas a vagabundas: as trabalhadoras domésticas e o não-trabalho na transição do século XIX para o século XX*. Revista Pegada, vol. 20. n.1, Jan/Abr., 2019.

À noite, podiam ter outro lugar aonde se recolher. Podiam sair para se divertir, ter amigas e amigos e conversar. No entanto, tinham ainda que conviver com uma certa e constante vigilância. Enquanto trabalhadoras contratadas, eram-lhes cobrados um comportamento irrepreensível tanto no trabalho quanto fora dele. Longe do olhar do patrão, eram observadas pelo olhar do polícia que rondava as ruas, adentrando botequins, cafés e salões de bailes. Qualquer registro policial poderia comprometer a conduta e, conseqüentemente, a permanência no emprego. No trabalho, estar sempre ocupadas era a regra principal, inclusive quando saíam à rua, uma vez que podiam ir somente sob ordem ou licença do patrão. Ficar em silêncio era preciso e falar só o necessário e quando necessário. Qualquer palavra ou gesto de descontentamento podia ser entendida como calúnia, injúria, excitação de discórdia entre os membros da família do empregador. Uma palavra que soasse insolente e a demissão era certa e justificada.¹⁹⁴

Mas se a abolição foi um dos processos mais impactantes em relação a vida política, social e, sobretudo, em relação ao mundo do trabalho, a intensificação da imigração estrangeira observada durante a última década desse século, também teve sua relevância. A introdução de um número crescente de estrangeiros que em Belém aportavam e na cidade permaneciam a fim de tentar manter a vida por meio da inserção no trabalho, contribuiu para o delineamento de um novo perfil da mão de obra do mercado de trabalho belenense. No caso dos serviços domésticos, este constituiu-se o caminho mais comum, contudo, nem sempre fácil, para as mulheres desse grupo, as quais, automaticamente, se tornavam concorrentes às oportunidades de emprego no mundo do trabalho doméstico. Nos anúncios de procura por criadas publicados na década de 1890, se tornou crescente a preferência por mulheres brancas, o que, geralmente, significava a preferência por mulheres estrangeiras. Portuguesas, espanholas, italianas, mas também, francesas e alemãs: aquelas procuradas para a execução de tarefas domésticas; estas, requeridas para o exercício de governantas e preceptoras particulares.

O desnível observado nessa preferência fundamentada na origem talvez se explique pelo fato de as imigrantes mediterrâneas serem, em maioria, mulheres de origem camponesa, com pouco ou nenhuma cultura, acostumadas ao trabalho no campo e treinadas na manutenção do lar. Às alemãs, no entanto, era atribuído um caráter de autoridade, disciplina e dinâmica, e às francesas, um status elevado de educação e cultura. Por causa dessas atribuições, era comum que algumas mulheres brasileiras, brancas e com uma carga maior de conhecimentos, oferecessem seus conhecimentos para servirem como governantas ou preceptoras, alegando, em

¹⁹⁴ *A República*, 17 de julho de 1890, p. 2-3, ed. 121.

anúncios, possuir um nível educacional elevado e saber falar francês e outras línguas estrangeiras.¹⁹⁵ Geralmente conseguiam empregar-se em casas muitas vezes sob a gerência de homens viúvos, a fim de educarem meninos e meninas, ou por famílias com mães que desejavam se abster das responsabilidades sobre os demais criados.¹⁹⁶ Mas, assim como ocorria às mulheres contratadas para os serviços domésticos, governantas e preceptoras eram submetidas aos mesmos critérios de contratação. Em busca de emprego, também a elas eram exigidas, pelos contratantes, garantias de conduta.¹⁹⁷

Embora o tema da conduta se expressasse de forma geral como sendo em relação aos serviços domésticos, abarcando, assim, aos criados de maneira geral, era sobre o comportamento das criadas que suas admoestações eram orientadas de forma mais enfática. Corriqueiramente o tema vinha ao debate na imprensa. Em 1918, o jornal *Estado do Pará* propunha uma campanha de saneamento moral da cidade e convocava a polícia para que tornasse obrigatório um registro de identificação dos criados. Inspirado numa campanha feita pela imprensa carioca que estimulou, em 1907, o Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, a aprovar um regulamento para a identificação e consequente obtenção de carteiras profissionais aos serviços domésticos cariocas. Segundo observava, deveria ser uma identificação voluntária, ou seja, o próprio trabalhador deveria dirigir uma petição ao diretor do Gabinete de Identificação pedindo para ser identificado para tal fim. As carteiras, no entanto, seriam vetadas às pessoas que tivessem maus precedentes ou sido processados criminalmente por crime inafiançável. A polícia, então, serviria como mediadora entre empregados e patrões e, a estes, com livre acesso ao mediador, seriam dados todos os direitos de informação sobre qualquer pessoa que quisesse tomar como serviçal. “Como se vê, esta medida é de grande utilidade para as famílias, pois que só assim evitarão de tomar como locadores pessoas duvidosas” – assegurava-se.¹⁹⁸

Com essa proposta, o autor do texto expunha um aprofundamento dos problemas já existentes na relação de trabalho entre patrões e serviços domésticos livres observados nos trinta anos que o separavam da Abolição da Escravidão. Sua argumentação, embora deixasse transparecer uma nostalgia das relações servis pré-modernas e se reportasse às questões que as marcaram na última década do século XIX, com o seu fim, reforçava a urgência do tema, associando-o à aceleração da urbanização e, mais uma vez, alertava para as ameaças e os perigos

¹⁹⁵ *Estado do Pará*, 20 de julho de 1918, p. 3 ed. 2625.

¹⁹⁶ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru (SP): EDUSC, 2002, p. 133.

¹⁹⁷ *O Democrata*, 25 de agosto de 1892, p. 3 ed. 185.

¹⁹⁸ *Estado do Pará*, 16 de agosto de 1918, p. 2, ed. 2652.

que implicava em ter um criado livre a seu serviço no interior de sua casa.¹⁹⁹ Para ele, ao reafirmar a caracterização do serviço doméstico como legítimo pertencente ao universo das *classes perigosas*,²⁰⁰ a ausência de um aparato legal e administrativo adequado prejudicava a proteção dos patrões e da sua família, estes, que estariam expostos à periculosidade atribuída à figura de um estranho que iria passar a frequentar a sua casa. Para o jornal, mais do que uma conveniência, a medida se trataria de uma estratégia de combate, especialmente, ao furto doméstico.²⁰¹

As trabalhadoras domésticas são, então, estigmatizadas como potenciais criminosas, sendo recorrente – notadamente por estarem presentes no ambiente doméstico alheio – se atribuir a elas o crime de furto, estigma que é reforçado pela polícia e, com bastante frequência, pela imprensa. Em 1900, em um breve texto divulgado pelo jornal *Folha do Norte*, um articulista expressava sua opinião sobre o que pensava das mulheres que trabalhavam como criadas. Ao narrar um crime de furto de joias atribuído a Genoveva, criada do comandante Joaquim Abelardo de Macedo, morador na rua Diogo Moia, nº 36, o articulista centraliza seu texto na figura da criada. Ela, segundo descrevia, era uma mulher dissimulada, de comportamento suspeito que havia premeditado sua entrada na casa de seu patrão e conquistado a confiança de toda a família com o intuito de executar o furto. Classificando-a como *Criada infiel*, expressão que dá título ao seu texto, o articulista se orienta por uma profunda desconfiança do caráter das mulheres que exerciam essa atividade, afirmando enfaticamente que “em regra, são todas” infiéis, embora ponderasse que “umas mais, outras menos.”²⁰²

Dezoito anos passados e a imprensa reagiria ainda da mesma maneira, classificando identicamente de *infiel* a Flora Leis, uma moça que trabalhava como criada na casa da modista Madame Mariete, moradora na rua Henrique Gurjão, nº 9. Segundo o articulista do jornal *Estado do Pará*, a criada também teria agido dissimuladamente a fim de conquistar a confiança da patroa, adquirindo a liberdade de até sugerir onde a modista deveria guardar suas joias, a fim de saber com mais rapidez onde encontrá-las.²⁰³ O interessante desses casos é o tema da *fidelidade* manter-se vivamente presente nos debates sobre as relações de trabalho, sendo que

¹⁹⁹ FERLA, Luís Antônio Coelho. *Corpos estranhos na intimidade do lar: as empregadas domésticas no Brasil da primeira metade do século XX*. In: XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, 2011, p. 7.

²⁰⁰ Retirado da literatura europeia da época, em especial dos autores franceses, no Brasil, a expressão adquiriu um sentido bastante alargado, dentro do qual, de sinônimo de “classes pobres” entendido pelos legisladores do Império, na República, seria sinônimo de “desfavorecidos de fortuna”. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro belle époque*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, p. 76.

²⁰¹ FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 147.

²⁰² *Folha do Norte*, 4 de junho de 1900, p. 2.

²⁰³ *Estado do Pará*, 12 de abril de 1918, p. 3, ed. 2526.

era mais comum tratá-lo nas relações conjugais, de amizade e nas relações comerciais quando diziam respeito a quitação de dívidas ou execução de acordos. Entende-se daí que o termo diga respeito a uma exigência de constância das partes envolvidas nos compromissos assumidos entre duas ou mais pessoas que, de certa forma, ocupam lugares e responsabilidades pareadas dentro da relação. Mas o que dizer da *fidelidade* entre criados e patrões, ou patroas, sujeitos que ocupam lugares diferentes e se ocupam de responsabilidades diferentes dentro da relação? E por que a exigência apenas para uma das partes, a dos criados? O texto da Regulamentação dos Serviços Domésticos deixa bem exposto esse problema ao se omitir em tratá-lo quando se dirige aos patrões, mas o dispõe de forma específica e incisiva em seu 14º artigo, quando versa sobre as justas causas para a demissão do serviçal antes do fim do prazo de contrato.²⁰⁴ No entanto, embora dissesse respeito aos criados em geral, era às criadas que os jornais atribuíam com mais ênfase a questão, dando a entender que era entre as mulheres que mais pesava a condição de traidoras de uma relação, no caso, entre patrão e criadas.

O tema da *fidelidade* dos criados, entretanto, não era exclusivo da sociedade belenense, nem de outras cidades brasileiras. Entre os patrões europeus do final do século XIX a questão também era frequente nas relações de trabalho e a expressão geralmente utilizada, *serva fiel*, soava como que um dos vestígios ainda sobreviventes de uma decadente cultura feudal.²⁰⁵ Refletindo sobre o tema, Maciel Henrique Carneiro entende que, no Brasil da última década do século XIX e primeiras do XX, a expressão *criada fiel* seria ainda um resquício de uma mentalidade senhorial, onde se acreditava que as escravas, vivendo sob o olhar de seus senhores, eram obrigadas a ser servidoras submissas, obedientes e confiáveis, segundo a dualidade da visão romântica do *bom senhor x escravo fiel*.²⁰⁶ Visão que perdurou mesmo depois do 13 de Maio de 1888, quando o próprio Regulamento dos Serviços Domésticos sugeria como critério de bom serviçal, o fiel ao patrão; os patrões e patroas ainda buscavam avigorar seus lares de serviçais *fieis*, ou seja, prestativos, obedientes e confiáveis ao mesmo tempo em que a imprensa reforçava o estigma de infidelidade, de modo muito particular, nas criadas. Um estigma consolidado por meio de uma representação construída pelos senhores de escravos do século anterior, mas que, nas décadas iniciais do século XX, ainda não era fácil escapar, sendo-

²⁰⁴ *A República*, 17 de julho de 1890, p. 2-3, ed. 121.

²⁰⁵ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p.245.

²⁰⁶ SILVA, Maciel Henrique Carneiro. *Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910)*. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: Salvador, 2011, p. 63.

lhes necessário aprenderem a lidar com as imagens negativas e a driblar o constrangimento diante dos anúncios que exigiam eficácia no serviço, mas sobretudo, fidelidade.²⁰⁷

Em sobreposição a esta forte clivagem de cor que pode ser depreendida da tentativa de Regulamentação dos Serviços Domésticos, havia também uma clara diferenciação de gênero, advinda da preferência social. Embora houvesse profissões que podiam ser ocupadas tanto por homens quanto por mulheres, a atribuição ao espaço, dependendo do local, restringia ou privilegiava um desses grupos. Desse modo, na categorização geral do serviço de cozinheiros, os resultados se refletem de modo que se impõe às mulheres o espaço mais reservado e discreto dos trabalhos da cozinha doméstica de residências, pensões e instituições públicas, enquanto os homens – embora fossem algumas vezes requisitados por algumas famílias para o trabalho em residências – se ocupam especialmente dos serviços nas cozinhas de hotéis e restaurantes. No entanto, os salários eram descomunalmente desequilibrados, como se pode observar no *Álbum do Estado do Pará* de 1908, quando o autor expõe o salário de 45\$000 a 60\$000 pago mensalmente a uma cozinheira doméstica que também exercesse os trabalhos de lavadeira e engomadeira aos 80\$000 a 150\$000 (ou mesmo 200\$000!) pagos pelo mesmo tempo de serviço aos cozinheiros.²⁰⁸

Francisco Cepeda, contratante de imigrantes espanhóis para o Pará, ao relacionar numa tabela as atividades domésticas disponíveis aos imigrantes em Belém, apresenta os ambientes nos quais homens e mulheres poderiam atuar. Às mulheres eram exclusivas as atividades de ama de leite, ama seca, dama de companhia e lavadeira particular; aos homens, as atividades de cocheiro particular, moço de recados e padeiro. Nesse sentido, pode se observar os ambientes reservados a cada grupo: às mulheres, exclusivamente o privado do doméstico; aos homens, o doméstico, mas também os públicos. Mas havia as atividades realizadas por ambos que se mostravam exclusivas para uns e outras, contudo, dependendo do ambiente em que iam atuar. Nestas se encontram as atividades de cozinheiros, as quais, enquanto aos homens estavam abertas as portas dos cafés, dos hotéis e dos restaurantes e das residências particulares para o exercício desses trabalhos, às mulheres restava apenas o ambiente da casa particulares. No entanto, o que chama a atenção no quadro de Cepeda é a discrepância dos salários oferecidos a umas e a outros quando os ofícios lhes são comuns.²⁰⁹

²⁰⁷ *Estado do Pará*, 17 de outubro de 1915, p. 6, ed. 1647.

²⁰⁸ *Álbum do Estado do Pará*. Mandado organizar por S. Ex. o Sr. Dr. Augusto Montenegro, governador do Estado: oito anos do governo (1901 a 1909). Paris: Imprimerie Chaponet, 1908, p. 332.

²⁰⁹ *El Pará*. Españoles, leed este folleto antes de emigrar. Barcelona: Tipografia La Academica, 1895, p. 111.

Tomando por equivalência os valores entre as moedas espanhola e brasileira na época – 1 peseta equivalia a 355 réis – atribuídos pelo próprio Cepeda, é possível calcular que uma cozinheira, trabalhando em residências, podia receber mensalmente de 35\$500 a 53\$250, enquanto que, aos homens, exercendo a mesma profissão nesse mesmo ambiente, eram pagos salários entre 62\$125 a 88\$750 e de 71\$ a 106\$500 em cafés, de 88\$750 a 133\$125 em hotéis e de 106\$500 a 177\$500 em restaurantes. Era uma discrepância difícil de não ser notada, embora em raras ocasiões alguns anúncios divulgassem propostas de contratos a cozinheira que prometiam salário de até 100\$.²¹⁰

É inevitável, ao se tratar da questão da cozinha doméstica, deixar de associar essa atividade à figura feminina. Enquanto espaço feminino de trabalho remunerado, a cozinha da casa é também um espaço não valorizado socialmente, diferente do que ocorria nas cozinhas dos hotéis e restaurantes onde os cozinheiros tinham seu valor reconhecido e reforçado em anúncios divulgados na imprensa. Grandes hotéis e restaurantes do centro da cidade, ao divulgarem as especialidades de seus serviços de cozinha não olvidavam de anunciar aos seus clientes que haviam contratado *chefs de cozinha* e *cooks* especialistas. Às mulheres cozinheiras, no entanto, relegadas ao privado dos limites da cozinha das casas particulares, quando talentosas, experientes e prestativas em seu ofício, não construíam fama que excedesse aos lares e famílias a que serviam. Lares e famílias que, entretanto, não eram seus, mas que apareciam como sua extensão.²¹¹

A existência de dois mercados de trabalho separados – um masculino, bem sucedido e qualificado, e outro feminino que, embora fosse qualificado era mal pago e desvalorizado –, cuja dualidade é produto de uma construção social e política que constantemente inventa e reinventa novas práticas distintivas, perdurando por muito tempo, aplicado ao ofício relativo à gastronomia, funciona como um desnivelador que mantinha as mulheres que exerciam essa profissão confinadas ao espaço doméstico. Portanto, estas eram anônimas e fora da concorrência por um lugar mais elevado no mercado de trabalho. Segundo explica Michele Perrot, a desvalorização e a visão de pouco profissionalismo das cozinheiras para o trabalho em hotéis e restaurantes, estabelecimentos ávidos por novidades e superação das receitas caseiras, residia na forma como estas adquiriam tais práticas. De fato, muitas vezes, as mulheres obtinham esses conhecimentos culinários em casa, por meio de receitas com mulheres mais experientes. Por isso, era mais difícil para elas se libertarem dessas tradições caseiras e de

²¹⁰ *Folha do Norte*, 25 de janeiro de 1910, p. 3.

²¹¹ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 255.

romperem com a rusticidade das comidas comuns, ou vícios. Por essa perspectiva os homens estariam mais capacitados a transformar as receitas de família e os pratos familiares em pratos *gourmet*, revelando que o conflito das cozinhas era tanto cultural quanto sexual.²¹² Nesse sentido, pode se ver a atividade de cozinhar em ambientes diferentes sob dois aspectos vinculados ao gênero, os quais aparecem relacionados a um fator de valorização: a cozinha profissional, exercida exclusivamente por homens; e a cozinha doméstica, exercida majoritariamente por mulheres.

Não bastasse a concorrência com os cozinheiros imposta pelos costumes morais que lhes relegavam ao interior das cozinhas domésticas, as cozinheiras tinham que lidar com os aspectos peculiares desse ambiente. Em seu estudo sobre as formas de morar em Belém, Karol Gillet Soares mostra as cozinhas das residências como um espaço geralmente relegado aos fundos das casas, como um compartimento avulso apesar de inserido no conjunto doméstico. Um fogão de ferro, quando não eram de barro batido, à lenha, quase sempre mantido aceso sem nenhum tipo de organização de higiene rigorosa era a característica da maioria das casas. O que parecia não ser uma cozinha propriamente dita, mas um espaço improvisado para a execução das tarefas de preparo de alimentos. O fogão, embora tivesse um papel de destaque na definição do espaço, era marcado pela presença da sujeira causada pelas cinzas e fuligens que o cobriam e pela fumaça que enegrecia as paredes. Desse modo, além de descrever a ausência de higiene e a desorganização da cozinha, a autora destaca que:

Em virtude da adoção de novas necessidades modernas para o pavimento de uma *casa saudável*, essas casas sofreram modificações no espaço privado, seguindo medidas e ações impostas pela legislação municipal. De um modo geral, essas modificações foram introduzidas em caráter coercitivo e obrigatório, mas, posteriormente, elas foram mais *naturalmente* aceitas por aquelas famílias que *adquiriam* os novos hábitos *modernos*, visando o enobrecimento das casas.²¹³ (Grifos da autora)

Nesse sentido, era importante às empresas de venda de fogão destacarem em seus anúncios que seus produtos eram higiênicos e não corriam o risco de comprometer o bom paladar da comida pela fumaça, nem produzirem cinza e fuligem, além de serem bonitos e móveis, podendo ser acomodados, inclusive, na sala de jantar.²¹⁴ Mas era igualmente importante que nas campanhas publicitárias a imagem da dona de casa – já associada à saúde da família e à higiene do lar – fosse também associada à higiene da preparação de alimentos por meio de

²¹² PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 216.

²¹³ SOARES, Karol Gillet. *As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910)*. Dissertação de Mestrado-Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2008, p. 183.

²¹⁴ *Diário de Notícias*, 8 de janeiro de 1896, p. 3 ed. 5.

um antigo utensílio agora dotado de tecnologias que era apresentado como de salutar necessidade no espaço doméstico. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que se prometia higiene na preparação dos alimentos e economia com a dispensa de combustível, promovia-se uma reconfiguração no ideal burguês de família por meio da recondução da esposa, mãe e dona de casa – a qual já se encontrava limitada aos recônditos do quarto e da sala – também ao espaço da cozinha, de onde ela deveria sair somente na hora em que deveria servir, solicitamente, o alimento ao marido e filhos.



Figura 7: Anúncio Companhia de Gás Paraense. Fonte: *Estado do Pará*, 15 de agosto de 1916, p. 6, ed. 1950.

A tecnologia oferecida pelas empresas de fogões a gás prometia, assim, a adequação desejada da nova cozinha à higiene ao mesmo tempo em que procurava vencer as defasagens e os hábitos indesejáveis que o antigo modo de preparação dos alimentos no fogão à lenha proporcionava. Mas esse processo, ignorando as condições históricas e culturais e impondo-se de forma a eliminar e substituir as antigas práticas, também declarava abertamente guerra às cozinheiras tradicionais. Pode-se perceber alguns desses aspectos na campanha publicitária da empresa Guilhon de Oliveira e C.^a. Em um de seus anúncios veiculados na imprensa paraense no início do ano de 1896, a empresa era bem enfática, apresentando seu produto como portador de duas grandes vantagens para a dona de casa: representava economia de tempo em relação à

preparação rápida dos alimentos e, igualmente, econômico financeiramente porque dispensava os serviços de uma cozinheira, especialmente no Pará, “onde são difíceis e caras”.²¹⁵

Nesse processo de divulgação, a experiência e a utilidade das cozinheiras tradicionais seriam dispensadas, relegadas em prol da dona de casa frente à exigência do domínio da nova tecnologia que prometia, além da facilidade no seu manuseio de preparação dos alimentos, dispensar o custoso e suspeito emprego de uma criada. Seria uma maneira de, ao mesmo tempo, se ver livre de uma pessoa estranha no interior do ambiente doméstico e de se atribuir mais um espaço e uma tarefa doméstica à dona de casa.²¹⁶ Insuficientes e indesejadas para o uso da nova tecnologia, as antigas cozinheiras seriam marginalizadas pelas campanhas publicitárias. E as gravuras de donas de casa de classe média preparando alimentos nos novos fogões seriam utilizadas, pelas campanhas, como um reforço visual do ideal de mulher que se almejava pela sociedade da época quando asseverava em anúncio que era dever de todas as donas de casa, entre outras coisas, saber preparar e cozinhar alimentos nutritivos em condições higiênicas e conservar a cozinha perfeitamente limpa, duas noções básicas que, segundo afirmava, “facilmente se adquirem e aplicam usando o gás na cozinha.”²¹⁷ Essa orientação para uma reeducação consistia não apenas em induzir as donas de casa a aprender o manuseio de um novo equipamento, mas afastar as antigas formas identificadas com os fogões a lenha em detrimento das criadas cozinheiras e, sobretudo, ensinar o *lugar* que deveriam ocupar dentro de um lar.

Inserida no conjunto do trabalho doméstico, a cozinha, como um espaço onde também se guardavam e lavavam as louças usadas nas refeições, podia também resguardar espaços menores e secundários onde se podiam realizar outras tarefas como lavar, passar e remendar roupas. Nela também estava o local da dispensa de alimentos e dos objetos utilizados na limpeza da casa. Por isso, esse espaço ser considerado uma responsabilidade exclusiva das mulheres e parte integrante de um *domínio* feminino. Em seu interior, de modo especial, se formou a ideia daquilo que ficaria consolidado num imaginário relativo ao trabalho feminino, como o que de mais feminino havia de trabalho. Nesse sentido, em se tratando de divisão sexual do trabalho, a classificação *serviços domésticos*, embora abarcasse um conjunto de tarefas específicas entre as quais algumas eram exercidas por homens, ao longo do tempo foi se

²¹⁵ *Diário de Notícias*, 8 de janeiro de 1896, p. 3, ed. 5.

²¹⁶ SILVA, João Luiz Maximo da. *Alimentação e transformações urbanas em São Paulo no século XIX*. Almanack. Guarulhos, n.07, 1º semestre de 2014, p. 93, pp.81-94.

²¹⁷ *Estado do Pará*, 22 de março de 1914, p. 2, ed. 1074.

tornando um termo que classificaria ofícios majoritariamente atribuídos às mulheres, tornando os serviços domésticos serviços femininos.²¹⁸

E devido à escassez de outros ofícios que pudessem exercer, muitas mulheres pobres tinham esses serviços domésticos como única forma de remuneração. Mesmo que pudessem e precisassem ter um trabalho remunerado, dada a condição de miséria que a classe pobre brasileira vivia, sobretudo os ex-escravos, o fato de tais mulheres frequentarem casas de famílias alheias habitadas por homens desconhecidos, colocava sua honra em questionamento, mesmo que estivesse no cumprimento de suas obrigações como trabalhadora. Notemos, então, que os serviços domésticos, mesmo sendo um ofício remunerado, não fazia que essas mulheres fossem reconhecidamente trabalhadoras por não ser considerados propriamente um trabalho, mas serviços inferiores que, segundo pregava a lógica do capitalismo industrial, eram apenas atividades reprodutivas e não produtivas.

Daí, algumas vezes, serem divulgadas nas colunas policiais o caso de mulheres que, envolvidas em conflitos e acusadas de *vagabundas*, apelavam ao status de trabalhadoras a fim de evitar uma provável detenção. Em 1894, Sebastiana da Trindade quando se viu perseguida por outras mulheres que ameaçavam agredi-la procurou a redação do jornal *Correio Paraense* a fim de denunciá-las. Sebastiana, em sua defesa, daria ênfase positiva ao seu comportamento e, em especial, à sua condição de “mulher trabalhadora”.²¹⁹ Da mesma forma, Cândida Maria da Conceição, em 1898, reagiria à acusação de desordeira feita por um de seus vizinhos à polícia. Procurada para dar explicações, Cândida resumiu-se a negar a acusação a ela atribuída e a ressaltar que era uma mulher “mansa, morigerada e trabalhadora”.²²⁰ E, para uma época em que discursos médicos e jurídicos instituíam símbolos femininos determinados por um padrão de comportamento que iam desde ficar em casa, cuidar dos filhos e do marido, e evitar o espaço público como forma de preservar a honra, o trabalho remunerado que as obrigava a sair às ruas, apresentava-se, como parte concreta da vida dessas mulheres, tanto como um meio de sobrevivência quanto um traço de identidade.

Amas de leite

Nesse contexto, um dos trabalhos domésticos que mereceu especial atenção das autoridades sanitárias, sem dúvidas, foi o exercido pelas amas de leite. Embora se caracterizasse

²¹⁸ PEÇANHA, Natália Batista. *O Trabalho e a Cidade: Uma análise do serviço doméstico e a circulação de criadas estrangeiras na cidade do Rio de Janeiro (1880-1930)*. Revista del CESLA, vol. 27, 2021, pp. 75-92.

²¹⁹ *Correio Paraense*, 12 de janeiro de 1894, p. 2, ed. 497.

²²⁰ *O Pará*, 1 de janeiro de 1898, p. 2, ed. 20.

como uma atividade provisória, diariamente as páginas dos jornais, sobressaltavam anúncios como o divulgado no dia 16 de abril de 1905 no jornal *Folha do Norte*.

Ama de leite

Á rua Dr. Assis, nº 6, há uma ama de leite, de 20 anos de idade, que se oferece a quem precisar, mediante aluguel módico. É de nacionalidade portuguesa e goza perfeita saúde.²²¹

Alertando para um mercado de trabalho muito intenso na primeira década do século XX, anúncios de amas de leite eram corriqueiros na imprensa belenense, sendo referido como aquele em que mulheres amamentavam recém-nascidos alheios mediante pagamento previamente estipulado. Também conhecida como aleitamento mercenário, era uma atividade condenada em diversas frentes da sociedade, encabeçada por discursos médicos e políticos. O vocábulo *mercenário*, nesse sentido, era utilizado por causa de sua conotação depreciativa, habitualmente usado para designar soldados sem apego pátrio que vendiam sua força e conhecimento bélico a governos estrangeiros, sugerindo que se tratava de um serviço venal e interesseiro, realizado unicamente pelo dinheiro.²²² Era uma implicação negativa da palavra na qual as mulheres que amamentavam por dinheiro pensavam, antes de qualquer coisa, no lucro que obteriam, e que, provavelmente, havia sido importada da Europa por meio de textos médicos, mas também, literários, como o que se observa no romance *Cenas e quadros parisienses*, do escritor francês Paul de Kock, o qual teve, no final do século XIX, parte de sua obra publicada na seção Folhetim do jornal belenense *Correio Paraense*. Nele, o autor deixa claro sua opinião a respeito do uso das amas de leite, alertando a seus leitores – e leitoras – sobre os perigos representados por uma escolha sem critérios:

E o leitor, que desejava também uma ama de leite para o recém-nascido que o céu lhe enviou, o leitor hesita por muito tempo... informa-se, tem receio de se enganar e de confiar seu filho a mulheres mercenárias que só veem um negócio na posição de ama; e na criança de que tomam conta uma mercadoria com a qual devem ganhar. Mas as aparências iludem tanto!... e algumas vezes o objeto de nossa ternura, das nossas esperanças não tem perecido por falta de cuidados, da negligência ou da estupidez de uma ama a quem demos bom ordenado e que nos mereceu toda a confiança?²²³

Assim como o trabalho das criadas em geral, o trabalho das amas de leite implicava direta ou indiretamente a proximidade na vivência diária com os membros da família a quem serviam, principalmente mulheres e crianças. Desse modo, a sua presença simbolizava, como

²²¹ *Folha do Norte*, 16 de abril de 1905, p. 3.

²²² CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Procura-se uma “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”: uma cartografia das amas de leite na sociedade carioca (1850-1888). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília. 2006, p. 45.

²²³ *Correio Paraense*, 31 de março de 1894, p. 1, ed. 556.

as de outras criadas, um corpo estranho presente no espaço interno da casa. No entanto, enquanto era uma atividade exercida por negras escravizadas, as amas de leite, como pertencentes à dinâmica de funcionamento da casa de seus patrões, eram tidas como perigosas ao desvirtuamento das filhas dos senhores²²⁴. De modo análogo, o perigo a elas atribuído continuaria a ser representativo nas décadas posteriores à abolição, se não como antes, agora por causa dos perigos que poderiam representar à saúde dos recém-nascidos.

Inscritas na categoria dos serviços domésticos, as amas de leite não deixaram de ser incluídas no projeto de regulamentação. Pelo contrário, além das obrigações comuns aos demais criados exigidas por meio do Regulamento, havia para elas algumas disposições específicas que deveriam cumprir. Ao todo, essas disposições correspondiam a cinco artigos que, talvez por causa de outras experiências no uso das amas de leite, bem como a atual produção de saberes médicos e a força das epidemias em uma cidade populosa como a capital paraense, fossem responsáveis por esse maior interesse em fechar as portas para os riscos de se contratar uma ama de leite incapaz de fornecer um leite de qualidade. Digo isso, por causa do rigor dos legisladores belenenses expresso no Regulamento de 1889. Nesse tópico, a exigência de maiores frequências a exames médicos a elas indicados era claramente manifesta e deveriam ser realizados de quatro em quatro meses ou a qualquer momento, segundo a exigência dos patrões.

Art. 16º - A mulher que exercer a ocupação de ama de leite ou como tal pretender empregar-se, está sujeita a esse regulamento e não poderá ser inscrita no registro e obter a competente caderneta sem sujeitar-se a exame pelo médico municipal.

§ 1º O exame será repetido de quatro em quatro meses lançando-se na caderneta o seu resultado.

§ 2º Este exame não prejudica o direito do locador de mandar proceder a outro, por profissional de sua confiança.²²⁵

A comprovação da saúde era, assim, um critério de fundamental importância que deveria ser demonstrado para a admissão de uma ama de leite, não podendo empregar-se aquela cujas condições de saúde, a juízo do médico municipal, não permitissem a amamentação sem perigo manifesto para si ou para a criança, sob pena de 20\$000 (vinte mil réis) de multa ou seis dias de prisão, conforme indicado no 17º artigo do Regulamento. Caso a infração da ama de leite que, tendo sido contratada, se recusasse a ser examinada pelo médico municipal ou pela inspetoria de higiene pública a pedido do amo, o 18º artigo do Regulamento indicava a

²²⁴ CARULA, Karoline. *Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em “A Mãe de Família”*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p. 202.

²²⁵ *A República*, 17 de julho de 1890, p. 2-3, ed. 121.

incorrência na pena de 30\$000 (trinta mil réis) de multa ou oito dias de prisão, e o dobro na reincidência.²²⁶

A ameaça de contágio por algum tipo de doença infecciosa era iminente. Por causa disso, na maioria dos anúncios de procura por uma ama de leite não deixava de conter uma singular exigência em relação às mulheres que se pretendiam contratar: “nova e saudável”.²²⁷ Era uma exigência justificada se pensarmos na saúde de um recém-nascido. Nova, por causa do consenso de que, nelas, o leite produzido era mais substancioso; e saudável por não correr o risco de ser uma produção pernicioso à saúde da criança que o iria ingerir. E para a garantia desses atributos, desejava-se, em muitos casos, que as mulheres fossem brancas e casadas, acreditando que, nesse estado, não haveria o risco de a mulher ser portadora de uma doença venérea em vista da ausência de uma vida sexual promíscua – embora se ignorasse a possibilidade de o marido a ter. Nesses critérios, as estrangeiras eram as preferidas, não tanto por causa de fatores físicos, mas, sobretudo, porque repousava sobre as nacionais, em sua maioria, mulheres pobres, negras e mestiças, a reputação de mulheres de vida amorosa livre.

Desse modo, essas mulheres não escapavam do olhar escarnekedor da imprensa, a qual, compartilhando da visão preconceituosa que desde então se fazia consolidada na sociedade brasileira, aproveitava para zombar da sua origem social, associando-a à vida sexual promíscua. E para a divulgação e consolidação desse preconceito, as seções de humor dos jornais pareciam se os espaços mais propícios:

- Então, que tencionas fazer da tua filha mais velha, tia Joana?
- Da Joaquina... meu senhor, ela diz que quer vir a ser ama de leite.
- E tem razão, não é mal ofício.
- Foi também o que eu pensei, e então...
- E então...
- Pu-la na cidade como *aprendiza*.²²⁸

De outro modo, generalizavam, incluindo-as no grupo das serviçais domésticas, indicando que todas se encontravam sob o mesmo estigma da promiscuidade: “*Quem boa cama faz, nela se deitará*. Por isso é que muitas criadas têm se deitado a perder ao fazerem a cama dos patrões”.²²⁹ E sempre atuando no campo do humor por meio de insinuações permeadas de conotação sexual, completavam:

- Sou tão feliz que não posso ter uma criada mais de dez meses.
- Por que?
- Porque nessa época querem todas ser elas empregar-se como ama de leite.²³⁰

²²⁶ *A República*, 17 de julho de 1890, p. 2-3, ed. 121.

²²⁷ *Estado do Pará*, 8 de maio de 1916, p. 7, ed. 1851.

²²⁸ *Diário de Notícias*, 16 de outubro de 1894, p. 2, ed. 222.

²²⁹ *Diário de Notícias*, 29 de novembro de 1891, p. 2 ed. 158.

²³⁰ *Diário de Notícias*, 23 de janeiro de 1898, p. 1, ed. 18.

Do lado das mulheres que se dispunham a esse serviço, a preocupação era a de mostrar nos anúncios que estavam fora do grupo de risco e qualificadas ao exercício seguro da atividade, a exemplo da portuguesa anteriormente citada que afirmava “gozar de perfeita saúde”.²³¹ Era necessário deixar bem destacado: “até hoje o seu estado sanitário é o melhor possível”;²³² “muito saudável”.²³³ A exigência por uma ama de leite *nova*, no entanto, nem sempre se referia à idade. Na maioria das vezes, tratava-se do período de lactação em que se encontravam. *Novas* eram, então, as lactantes recentes, com filhos também recém-nascidos. Mas embora o apelo a estas faça sentido quando se observa que havia a crença ser o leite mais saudável para a criança quanto mais próximo estivesse ao início da lactação, algumas mulheres que se disponibilizavam para o serviço, talvez por causa da necessidade de empregar-se ainda com uma criança de colo, não se importassem em admitir que, embora fossem lactantes de filhos com treze meses de idade, ofereciam-se afirmando possuir “bom leite”.²³⁴ Geralmente solteiras e pobres, eram mulheres que precisavam obter recursos para sobreviver, bem como garantir a sobrevivência de seus filhos, privando-os do seu próprio leite. Igualmente, poderiam ser mulheres cujas crianças não haviam sobrevivido após o parto, dado o alto grau de mortalidade infantil. Desse modo, eram obrigadas a dividir a lactação do próprio filho com um filho alheio, sendo o atendimento a este último, prioritário. Pode-se supor que muitas amas de leite se viam no dilema de deixar o filho em casa aos cuidados de outra pessoa enquanto estivessem a serviço. Por outro lado, algumas famílias não viam problema em abrigá-las com o filho enquanto estivessem a serviço. No entanto, em muitos anúncios de procura por ama de leite deixava-se claro: “prefere-se sem filho”.²³⁵

Tal exigência, respaldada pelo 4º inciso do 16º artigo do Regulamento, fundamentava-se no veto que este inciso impunha às amas de leite de não se alugarem para aleitar mais de uma criança.²³⁶ Por causa disso, muitas mulheres que se ofereciam para o serviço, adiantavam-se anunciando que estariam disponíveis exclusivamente ao trabalho justamente por não estarem amamentando os próprios filhos, indicando, algumas vezes, até não mais os possuírem. Tem-se o exemplo de uma mulher negra que, apresentando-se como aparentemente nova – *nova* tanto no sentido de juventude, mas, sobretudo, no sentido de pouco

²³¹ *Folha do Norte*, 16 de abril de 1905, p. 3.

²³² *Correio Paraense*, 17 de julho de 1892, p. 1, ed. 65.

²³³ *A Província do Pará*, 31 de maio de 1900, 6.

²³⁴ *O Pará*, 13 de julho de 1898, p. 4, ed. 185.

²³⁵ *Diário de Notícias*, 3 de dezembro de 1890, p. 3.

²³⁶ *A República*, 17 de julho de 1890, p. 2-3, ed. 121.

tempo como lactante – e saudável, afirmava ter perdido o filho em tenra idade: “Descansou há 8 dias, filho morreu”.²³⁷ Pelo lado dos contratantes, a possível presença de outra criança com a qual seus filhos pudessem repartir o leite da ama, por vezes, era mais enfaticamente vedada:

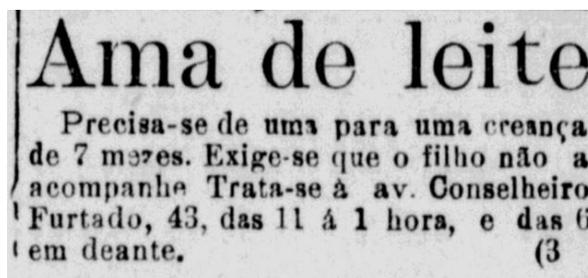


Figura 8: Anúncio Ama de Leite. Fonte: *Estado do Pará*, 25 de abril de 1916, p. 3, ed. 1839.

Embora anúncios como este levem a pensar que as amas de leite eram obrigadas a conduzir-se as casas de seus contratantes para realizar seus serviços internamente, pelo modo como é disposto o 5º inciso do 16º artigo do Regulamento, entende-se que havia amas permitidas a levar as crianças para amamentar em suas casas externamente. Segundo a legislação: “As amas que tomarem crianças para amamentar em suas casas ficam igualmente sujeitas às disposições deste regulamento”.²³⁸ Entende-se ainda que essas amas externas, por pouparem uma série de gastos que a manutenção de uma ama interna exigia, era de menor custeio. As internas, então, seriam privilégio de poucas famílias que, por um valor mais elevado, traziam-nas para dentro de casa, permitindo às mães ficarem mais próximas do seu filho, monitorar os cuidados da ama sem, entretanto, atrapalhar seus próprios ofícios e suas vidas conjugais e sociais. Essa vantagem ocorria, necessariamente, em detrimento do abandono do recém-nascido da ama de leite e seu distanciamento da família, podendo, muitas vezes terem que contratar amas externas mais pobres para cuidar de seus filhos. Muitas famílias, no entanto, entregavam seus filhos aos cuidados de amas externas, as quais acreditavam viver em condições de vida e higiene precárias, às vezes, muito distante dos pais que a contratavam, aumentando a lacuna do vínculo dos pais com os filhos.

Contratadas pelo tempo que fosse necessário a alimentação dos filhos de seus contratantes, as amas de leite não poderiam, sem justa causa, abandonar a criança antes de concluída a amamentação, podendo, assim fazer sob aviso prévio de, no mínimo, 15 dias de antecedência, conforme estipulava o 19º artigo do Regulamento. Desse modo, fica subentendido que a duração do contrato se estenderia até que a criança completasse dezoito

²³⁷ *Estado do Pará*, 8 de maio de 1916, p. 7.

²³⁸ *A República*, 17 de julho de 1890, p. 2-3, ed. 121.

meses de idade, salvo prescrição médica em contrário, tal como indicava o inciso único desde artigo. Em contrapartida, segundo definia o 20º artigo, poderiam ser despedidas sem aviso prévio ou antes de findo o contrato, caso se notasse vícios que se julgassem prejudiciais à criança ou por falta de leite ou por falta de zelo com a criança.²³⁹

Distanciando-se cada vez mais da imagem da ama de leite negra e cativa que estava a serviço de seu senhor a amamentar prioritariamente e carinhosamente o recém-nascido da casa em detrimento da amamentação do seu próprio filho, o grupo das amas de leite das décadas posteriores à Abolição será reconfigurado com a entrada de muitas mulheres brancas, nacionais e estrangeiras que vendiam o próprio leite como mecanismo de subsistência ou complementação da renda familiar. Desse modo, a profissão apresenta uma ligação estreita com a pobreza urbana, responsável por mobilizar um extenso mercado de leite protagonizado por mulheres pobres que, geralmente, exerciam outros tipos de atividade antes da gravidez e que aproveitavam do período de lactação para manter-se atuante no mercado de trabalho.

Às famílias que se encontravam na necessidade de uma alternativa ao aleitamento materno, mas rejeitavam o aleitamento mercenário, havia o meio do aleitamento artificial, no qual era utilizando leite animal – bovino ou caprino, geralmente –, o qual era de muitas formas criticado pelas autoridades médicas por causa da possível falta de qualidade higiênica. No entanto, uma outra espécie de produto se colocaria como alternativa para essa modalidade de aleitamento: a farinha láctea. Estimulado por meio de campanhas publicitárias da empresa Nestlé, proprietária da marca de leite Ninho, desde a década de 1870, os anúncios da farinha láctea passaram a ser divulgados em peças publicitárias sob forma de textos que procuravam explicar os benefícios do seu uso. Sob um título escrito em letra garrafais que trazia a inscrição AMA DE LEITE – provavelmente com o intuito de atrair a atenção dos leitores –, a marca exaltava a criação da farinha láctea como “um dos prodígios da invenção humana”.²⁴⁰ Á sua tradicional marca de fábrica marcada pela imagem da mãe passarinho alimentando seus filhotes no ninho, a qual começou a circular nas peças publicitárias a partir de 1890, seria adicionado o seguinte reforço destacado nos dizeres “Farinha láctea Nestlé cuja base é o bom leite. É o melhor alimento para as crianças de tenra idade”,²⁴¹ num claro intuito de informar aos seus consumidores que, na eventual inaptidão da mãe em exercer o aleitamento do filho, os serviços de uma ama de leite poderiam ser dispensados.

²³⁹ *A República*, 17 de julho de 1890, p. 2-3, ed. 121.

²⁴⁰ *O Liberal do Pará*, 30 de janeiro de 1876, p. 3, ed. 24.

²⁴¹ *Diário de Notícias*, 6 de junho de 1890, p. 4, ed. 128B.

25 annos de successo. — Premio Grande.
Exposição Universal, Pariz 1889. — 14 Diplomas de Honra,
18 Medalhas de Ouro e 6 Medalhas de Prata.

FARINHA LACTEA NESTLÉ
CUJA BASE é o BOM LEITE

É o melhor alimento para as crianças de tenra idade. Supprime a insuficiencia do leite materno e facilita o desmamar. Com seu uso não ha diarreia nem vomitos e sua digestão é facil e completa.

Emprega-se tambem vantajosamente como alimento para os Adultos e Convalescentes que têm estômagos delicados.

Marca de Fabrica

LEITE CONDENSADO NESTLÉ

Verdadeiro LEITE PURO DE VACCAS SUISSAS tendo conservado seu aroma e todas suas qualidades nutritivas. Além dos grandes serviços que esta conserva presta á Frota, ao Exército e aos Hospitães, ella tem ganhado sua posição na alimentação dos particulares; aos quaes ella assegura um leite agradável, saudavel e natural.

Exigir a Firma: **HENRI NESTLÉ** e a Marca de Fabrica: **NINHO de PASSAROS.**

A casa **Henri Nestlé** não tem mais, como outr'ora, um unico agente para o **Brasil**; seus productos acham-se nas principaes casas importadoras, drogarias, pharmacias e lojas de comestiveis.

HENRI NESTLÉ, em VEVEY. (Em **PARIS, 16, rua du Parc-Royal.**
Em **LONDRES, 9, Snow Hill.**

Figura 9: Anúncio Nestlé. Fonte: *Diário de Notícias*, 6 de junho de 1890, p. 4, ed. 128B.

Contudo, nem a sugestão da Nestlé, nem os alertas das autoridades sanitárias conseguiram deter o ofício das amas de leite visto a observação da oferta e da procura por essas profissionais que continuaram muito recorrentes nos jornais nas décadas seguintes. Pelo contrário, embora o aleitamento artificial por meio de mamadeiras, seja pelo leite animal ou da farinha láctea, se expandissem, os jornais continuavam a contar com um número expressivo de anúncios de amas de leite, um fato que rendeu debates sobre o aleitamento infantil em setores distintos dos poderes públicos. Tratando da questão, o autor do Relatório do governo municipal de Belém para o ano de 1904, dedicou uma seção especial ao tema, onde, além de condenar a amamentação artificial, condenava igualmente a amamentação realizada pelas amas de leite, embora admitisse a impossibilidade de extinção dessas últimas. Desse modo, alertava aos pais e mães a atentarem ao aspecto físico e à saúde das candidatas pretendidas a contrato.

Não é só a aparência da robustez que deve prevalecer para a escolha de uma ama; outros requisitos são exigidos e, na grande deficiência de serviços notada entre nós, urge que o médico da família desça ao fundo da própria consciência, antes de emitir um conselho ou formular uma recomendação para a admissão das amas [...]. Quem quer que tenha de admitir uma ama, exija desta a prova de ter sido submetida à inspeção sanitária, - isto sem prejuízo de quantas outras cautelas entenda dever tomar, por iniciativa própria, a bem da saúde de seu filho.²⁴²

Se para o autor do Relatório, como antes já havia se referido, como um todo, todas as criadas inspiravam o terror do contágio de doenças pela sua presença no seio das famílias que as contratavam, no caso das amas-de-leite, particularmente, os temores eram ainda maiores, dada a intimidade de contato físico delas com a criança da família. O saber médico, neste item,

²⁴² O Município de Belém, 1904. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de novembro de 1905 pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém, Arquivo da Intendência Municipal, 1905, p. 157.

surge como principal aliado dos administradores públicos. Em um contexto no qual a medicina avançava como um campo de práticas e representações sobre todo o tecido social, a figura da ama-de-leite se tornou alvo de esquadrinhamento e de controle e de produção de verdades sobre o que deveria ser uma *boa lactante*. Assim, por ser considerada a categoria de criadas que mais representavam perigos à sociedade – porque tidas por viciosas e, ao mesmo tempo, serem imprescindíveis aos costumes familiares da época –, deveriam ser as que mais inspiravam preocupação e, por isso, as mais sujeitadas a um exame bem criterioso por parte de seus contratantes.

Segundo dissertava ainda, se já eram raras as amas de leite em Belém que sabiam tratar uma criança com zelo, mais raras ainda eram as com saúde comprovadamente perfeita. E se à maioria delas era concedido entrar nas casas de seus contratadores sem maiores esclarecimentos além daqueles obtidos por rápidos e superficiais exames fornecidos pelos médicos, mais fácil era a concessão de entrada daquelas que menos ainda se sabia sobre seus hábitos, costumes e vícios.²⁴³ Interessante perceber que, além da ameaça sanitária, a qual poderia condenar a atividade da ama de leite pela presença de uma doença qualquer que fosse prejudicial à saúde da criança, a condenação das amas de leite pelo autor do Relatório também se faz por meio de uma investida moral: a ama de leite surge no seio da família contratante como uma pessoa de hábitos duvidosos, impregnada de vícios, que adentra como elemento estranho e pernicioso, podendo destruir a intimidade do lar.

Nesse sentido, a imprensa, compartilhando o discurso condenatório proferido pelos poderes públicos, apresentava-se como plataforma de divulgação sobre o tema nessa campanha, tal como pode ser visto na seção ASSUNTOS DOMÉSTICOS, do jornal *Gazeta Postal*, o qual chegou a orientar seus leitores, por meio de um pequeno texto anônimo intitulado *A escolha da ama*, sobre como se deveria proceder na contratação de uma delas. Segundo dissertava o articulista do jornal, tanto as qualidades morais quanto as físicas – “combinação muito rara nas amas de leite”²⁴⁴, destacava – deveriam ser levadas em conta pelos contratantes porque, segundo argumentava, doenças de pele, vícios de constituição ou infecções gerais não eram menos transmissíveis às crianças por meio da lactação do que os defeitos de caráter. Apesar desta empreitada contra o aleitamento mercenário, o poder médico não conseguiu erradicar esta atividade, restando, em decorrência disso, procurar-se exercer sobre ela um controle. E, embora se tratasse de uma ocupação temporária com início e fim contados, foi uma atividade que

²⁴³ O Município de Belém, 1904. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de novembro de 1905 pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém, Arquivo da Intendência Municipal, 1905, p. 160.

²⁴⁴ *Gazeta Postal*, 1 de maio de 1893, p. 2, ed. 73.

permaneceu em alta nas primeiras décadas da República, bem como havia sido nas décadas anteriores, quando era exercida principalmente por mulheres negras escravizadas ou libertas.²⁴⁵

O controle aparece, assim, como a maior preocupação, tanto pelas autoridades políticas, sanitárias e policiais quanto pelas classes patronais sobre as criadas, enquanto as empresas fabricantes de produtos dotados de tecnologia almejavam substituí-las em algumas de suas tarefas cotidianas. Nesse meio, a imprensa contribuiria com a sua peculiar capacidade de construir estereótipos e as formas como continuaria a ver a figura das criadas não mudaria no decorrer das décadas. Se em 1896 o jornal *Folha do Norte* se lamentava, acusando-as de abandonar sem dar satisfações a casa dos patrões, realizar pessimamente os serviços e cometer muitos abusos e crimes, como os de furto,²⁴⁶ em 1920, o jornal *Estado do Pará* as verá como portadoras de sérios vícios de comportamento que poderia contaminar os patrões.²⁴⁷ As criadas são vistas, assim, como um dilema para os patrões que, desejando tê-las por perto para servi-los, eram orientados a mantê-las distantes de si.

A preocupação em controlá-las era real. No entanto, era menos por causa de uma possível ameaça moral ou sanitária do que, tendo em conta a nova realidade de relação de trabalho e o modo abusivo como se buscava controlá-las, vê-las reunidas como classe trabalhadora. E essa preocupação é verificável por meio da reação do articulista do jornal *O Pará* a uma notícia internacional que chegava a Belém sobre a organização de um sindicato de trabalhadoras domésticas da cidade de Nova York nos Estados Unidos. Desse modo, tem-se uma ideia da extensão dessa preocupação e medo. À constatação de que o sindicato tinha como fim associar as criadas na luta por melhores salários, condições de trabalho e exigência de maiores deveres aos patrões em relação a elas como mulheres trabalhadoras, o articulista do jornal *O Pará*, representando os interesses de uma elite econômica e social que se mantinha ideologicamente escravocrata e o imaginário criado sobre as trabalhadoras domésticas, descreveu o sindicato das criadas como terrível associação que representava uma verdadeira ameaça para a sociedade.

Deus nos livre de semelhantes sindicatos! Sem associações as criadas são já as tiranas dos amos! Com sindicatos provavelmente serão os amos obrigados a lavar as camisas das serventes.²⁴⁸

²⁴⁵ PALHA, Bárbara da Fonseca. *História de Trabalhadoras Escravas na Belém do século XIX*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: São Paulo, julho, 2011.

²⁴⁶ *Folha do Norte*, 26 de maio de 1896, p. 1, ed. 147.

²⁴⁷ *Estado do Pará*, 24 de agosto de 1920, p. 1, ed. 3389.

²⁴⁸ *O Pará*, 9 de agosto de 1899, p. 2, ed. 505.

E na tentativa de formação de uma criada ideal, um sentido geral que se depreende tanto do conteúdo da Regulamento quanto dos Relatórios e do textos jornalísticos é o de que as autoridades ansiavam por identificar essas mulheres com precisão, saber sua condição de saúde e seu lugar de moradia, a fim de vinculá-las ao trabalho de forma a viver sob vigilância, enquadrando-as em um sistema de informações que permitisse ao poder público agir como árbitro nos casos de conflitos entre elas e os patrões. Subjacente a isso, no entanto, estaria o controle que as deveria moldar aos valores, então em voga, de trabalhadoras dóceis, submissas, ordeiras, higiênicas. No entanto, embora se possa pensar que os discursos versavam apenas sobre as ex-escravas ou descendentes de escravas devido ao propósito da regulamentação ter relação com o processo de abolição da escravatura, não se pode consolidar as representações das criadas como apenas atribuídas às mulheres negras da relação senhorial pré-abolição, o que faria incorrer no perigo de encobrir as diversas realidades vivenciadas por mulheres brancas, inclusive, estrangeiras.

De fato, as mulheres negras, após a Abolição, continuariam trabalhando nos setores mais desqualificados, recebendo péssimo tratamento e precária remuneração, sob uma condição social que quase não se alterou.²⁴⁹ Contudo, como parte do conjunto das mulheres pobres e despossuídas de bens que abarcava também um grande número de mulheres brancas locais e imigrantes nacionais e estrangeiras, as mulheres negras, adicionada a carga do racismo que sobre elas pesava, se encontrariam num nível mais grave dos abusos cometidos contra as mulheres que se sujeitavam ao exercício de criadas. Assim, o trabalho doméstico era o ambiente, por excelência, da mulher pobre que necessitava de um emprego para a sua sobrevivência. Desse modo, o âmbito do trabalho é perspectiva privilegiada para investigar a instabilidade e precariedade na qual, no início da República, viviam essas mulheres, de modo particular, no interior de uma conjuntura como a da cidade de Belém que, nos fins do século XIX e início do século XX, crescia e se multiplicava em pobreza gerando uma disponibilidade estrutural de mão de obra.²⁵⁰

E os marcos da Abolição e o advento da República que, embora tenham conformado algumas mudanças significativas para a dinâmica da cidade, mais do que modernizar as relações de trabalho observadas nos serviços domésticos, tentaram reconfigurá-las nas maneiras de dominação sobre seus corpos e exploração de seu trabalho. Nesse sentido, é importante destacar

²⁴⁹ RAGO, Margareth. *Trabalho feminino e sexualidade*. In: História das mulheres no Brasil. PRIORE, Mary Del Priore (org.), 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004, p. 487.

²⁵⁰ PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 30.

que essas relações impunham condições de trabalho compulsório e arbitrárias, não só à população negra, mas também às imigrantes que poderiam iniciar o processo de precarização e tolhimento de sua total liberdade por meio de contratos firmados entre patrões e serviçais.²⁵¹ Dessa maneira, embora não vislumbrassem uma carreira mais duradoura no serviço doméstico, tanto para umas quanto para outras, a condição de trabalhadora era exercida, sobretudo, como um meio de não caírem na penúria, de sustentarem sua família, e também como meio de se livrarem das ocasionais perseguições policiais. Negociar e resistir aos estigmas sociais eram ações inerentes ao cotidiano de trabalho dessas mulheres que, na luta pela sobrevivência, também buscavam não perder o tom de respeitabilidade.

²⁵¹ PEÇANHA, Natália Batista. *O Trabalho e a Cidade: Uma análise do serviço doméstico e a circulação de criadas estrangeiras na cidade do Rio de Janeiro (1880-1930)*. Revista del CESLA, vol. 27, 2021.

Capítulo III: Entre tecidos e tramas

No início do mês de outubro de 1918, em Belém, capital do Pará, as operárias da fábrica de roupas Aliança deram início a um protesto que se configurou em greve. Em entrevistas a repórteres de alguns jornais da cidade, relatavam as causas que as haviam motivado a paralisar seus trabalhos. Alegavam trabalhar sob péssimas condições, receber salários baixos e ainda ter que tolerar eventuais atrasos em seu pagamento. Além disso, comentavam que os patrões costumavam exigir restituição por qualquer objeto danificado ou sumido no exercício do trabalho e que, quando isso acontecia, elas eram sujeitas a multa por cada agulha ou peça da máquina que quebrasse, correia que rompesse, carretel de linha que gastasse. No entanto, em meio as queixas relatadas, o que mais as incomodava nesses incidentes, era a conseqüente exposição vexatória a qual os patrões costumavam sujeitá-las. Com admoestações e ameaças de demissão, as operárias eram obrigadas a ouvir e permanecer em silêncio. Segundo retratou uma delas, a humilhação de uma operária sendo chamada a atenção era lastimável que lhes despertava uma sensação peculiar: a de sentirem-se “tratadas como criadas”.²⁵²

O protesto acima destacado tece relações com a exploração da classe vivenciada pelas operárias numa fábrica de roupas em Belém. Desde a metade de século XIX, a capital paraense contava com uma atividade fabril que foi adquirindo solidez na medida em que a cidade foi adquirindo contornos definitivos de um centro urbano distribuidor local.²⁵³ Para as mulheres alguns postos de trabalho seriam ofertados em algumas dessas fábricas, mas seriam as fábricas de roupas, instaladas nas décadas seguintes que absorveriam de modo particular sua mão de obra, juntamente às lavanderias que desde os anos 1880 passariam a funcionar em Belém.²⁵⁴ Lavadeiras e costureiras seriam, então as primeiras dos grupos das criadas que romperiam o privado do trabalho doméstico rumo ao trabalho na fábrica como operárias e seriam expostas a uma forma de opressão na qual expõe a rotina do trabalho nas fábricas marcadas por uma carga horária em média de 10 a 14 horas por dia. Nesse período de trabalho, sofreriam pressão controlada pela supervisão dos patrões e contramestres, dos quais, além desse controle abusivo, também sofreriam assédio sexual e moral.²⁵⁵

²⁵² *Folha do Norte*, 3 de outubro de 1918, p. 2.

²⁵³ MOURÃO, Leila. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas Memórias da indústria Paraense, p. 6.

²⁵⁴ O Estado do Pará: apontamentos para a Exposição de Chicago (1892). Sem informações bibliográficas, p. 113.

²⁵⁵ RAGO, Margareth. *Trabalho feminino e sexualidade*. In: PRIORE, Mary del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 484 a 507, p. 488.

Numa fábrica de roupas não trabalhavam apenas costureiras, assim como numa lavanderia não trabalhavam apenas lavadeiras. E se na primeira a mão de obra de uma lavadeira e de uma engomadeira poderia ser essencial, na segunda, ter uma costureira a seu serviço poderia resolver alguns problemas com as roupas. Retiradas do ambiente domésticos, lavadeiras e costureiras experimentariam nas fábricas uma nova rotina de trabalho. Provavelmente, muitas delas haviam passado pela experiência do trabalho doméstico e conheciam a rotina de uma criada em seus afazeres cotidianos. Sobretudo, tinham consciência da desconfiança e violência que marcavam a relação entre patrões e criadas no ambiente privado dos lares. Cientes de que o tratamento recebido por seus patrões na fábrica se assemelhava aos abusos sofridos pelas criadas, as operárias da fábrica de roupas Aliança pareciam saber, por meio da experiência cotidiana, a distinção entre o público e o privado que marcara os ambientes nos quais trabalhavam. No entanto, mergulhadas na rotina da contemporaneidade, a complexidade das relações de trabalho que vivenciavam naquele momento, parecia-lhes ainda difícil de entender. De fato, o comportamento dos patrões, na fábrica, não se diferenciava muito do comportamento dos patrões domésticos, os quais, diante das novas relações de trabalho que lhes fizeram perder o poder senhorial no controle do que eles consideravam sua propriedade, apelavam para mecanismos paternalistas, reminiscências do que lhes havia restado do passado de escravidão, a fim de conservarem relativo poder sobre seus subalternos.²⁵⁶

No presente capítulo, tratarei das trabalhadoras lavadeiras e costureiras nos seus cuidados com as roupas em ambientes diversos de trabalho e, retornando à greve das operárias da fábrica de roupas Aliança, das relações de trabalho que marcavam o cotidiano das mulheres trabalhadoras em fábricas têxteis e lavadeiras. Nesse sentido, é interessante notar que esse cotidiano não se diferenciava muito do vivido pelas criadas no ambiente doméstico. Por isso, não toleravam que o tratamento recebido na fábrica se igualasse ao recebido nos lares onde, porventura, trabalharam como serviçais domésticas. Como mão de obra cooptada quase que exclusivamente pela indústria têxtil, as costureiras ocupariam lugares em fábricas de roupas e teares, os lugares dos fios, dos tecidos e das roupas. Do mesmo modo que, nas lavanderias comerciais, as lavadeiras empregariam seu ofício, compartilhando de um cotidiano diferente das lavadeiras tradicionais no exercício da lavagem e engomagem de roupas. De uma certa, forma seriam as duas categorias de serviçais domésticas que primeiramente romperiam os limites do ambiente doméstico. O cuidado com os tecidos, justamente este a elas atribuído como

²⁵⁶ SILVA, Maciel Henrique. *O mundo do trabalho doméstico entre o costume e a lei: experiências sociais de trabalhadoras domésticas de Recife e de Salvador na escravidão e no pós-abolição*. *Tempos Históricos*, v. 21, 1º Semestre de 2017, p. 34.

natural por serem frágeis²⁵⁷, levaria as mulheres a vivenciarem experiências diversas, fosse no recôndito solitário do lar, nos lavabos coletivos, nos ateliêes, nas alfaiatarias e nas fábricas. É dentro dessas expectativas do perfil feminino que a inserção das mulheres se daria no mundo do trabalho fabril onde lavadeiras e costureiras atuariam em diversos setores do trabalho urbano.

Nos lavadouros e lavanderias

Em Belém, desde a década de 1880, as lavanderias comerciais representaram um setor de trabalho que empregava um número relativo da mão de obra feminina. Embora a maior parte da população lavasse sua roupa em casa com a utilização de água de poços ou fontes públicas, ou em igarapés que cortavam a cidade, muitas famílias, dado os ideais higienistas desse contexto, poderiam enviar também peças para as lavanderias. Embora alguns desses estabelecimentos contassem com máquinas para lavar, as operárias exerciam manualmente as demais tarefas do processo no trato com as roupas. Enquanto um lote de roupas era mecanicamente lavado, algumas lavadeiras expunham outro lote à quaragem, enquanto outras se ocupavam em verificar as roupas expostas à secagem. No setor de engomagem, as engomadeiras se empenhavam em deixar as roupas bem passadas, lustrosas e sem vincos. Às vezes precisavam ter alguma habilidade com linha e agulha a fim de reparar algum dano nas peças de roupa. As lavadeiras eram escolhidas para compor o grupo de operárias de uma lavanderia. Domicília Beltrão, a proprietária da Lavanderia Familiar, na rua Quintino Bocaiúva, alertava a seus clientes que possuía um grupo habilitado de operárias.²⁵⁸ E embora algumas lavanderias fossem equipadas com máquinas de lavar – algumas contavam também com máquinas de engomar e estufas com aquecimento artificial para a secagem das roupas – o trabalho manual das lavadeiras era essencial e intenso, cumprindo um horário de trabalho rigorosamente estabelecido. Na lavanderia São João, instalada na rua Conselheiro Furtado, o funcionamento se dava entre as 6 da manhã às 5 da tarde.²⁵⁹

No entanto, embora funcionassem sob uma estrutura fabril, as lavanderias, precisamente, não podem ser definidas como fábricas. A ausência, nelas, da ideia de um espaço onde se manufaturam ou industrializam mercadorias como resultado da transformação de uma matéria-prima por meio da conjugação do trabalho e capital, impedem-nas de ser incluídas

²⁵⁷ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 225.

²⁵⁸ ALMANACH PARAENSE para o ano de 1906. Organizado e redigido pelos Irmãos Moraes. Ano II. Belém (PA): Tipografia do Instituto Lauro Sodré, 1906, p. 114.

²⁵⁹ *A Constituição*, 13 de julho de 1886, p. 3, ed. 157.

nessa classificação.²⁶⁰ Na lavanderia não se produz, apenas se reproduz. Porém, a definição a elas conferida de um espaço onde se observa a implementação de um trabalho concentrado, dividido e hierarquizado, permite, em parte, que se lhe atribua um caráter particular de indústria, a indústria do lavar.²⁶¹ E isso não apenas às mecanizadas, inclusive com estufas de aquecimento artificial para secagem de roupas, mas também às que conservavam o trabalho manual das lavadeiras nas diversas etapas da lavagem. Tanto numas quanto noutras, as lavadeiras obedeciam a uma divisão de tarefas e horário determinado semelhante a de qualquer outro ambiente fabril.

Inscritas entre os serviços domésticos, as lavadeiras, de um modo geral, formam um grupo particular de trabalhadoras que, em sua grande maioria era formado por mulheres não vinculadas formalmente a um contratante. Seu trabalho era majoritariamente domiciliar e a sua clientela correspondia a um espectro diversificado: pequenas e grandes famílias, casais, homens solteiros, mulheres solteiras. Era comum vê-las pelas ruas portando trouxas de roupas num intenso ir e vir cotidiano dentro dos espaços da cidade. Para as que moravam nos bairros centrais da cidade, a tarefa de buscar as roupas podia representar apenas alguns quarteirões de caminhada. Para as que moravam em bairros mais afastados, o transporte poderia ser um pouco mais penoso. O trajeto, geralmente, era percorrido a pé. Para as que podiam pagar uma passagem de bonde, o problema era a condução da trouxa. Havia uma taxa adicional cobrada sobre o seu frete.²⁶² E havia também os passageiros incomodados que censuravam as trouxas conduzidas: “Algumas pertencem a doentes de moléstias infecciosas que constituem um sério perigo assim expostas entre tanta gente”.²⁶³

No entanto, para as que moravam distante do centro urbano, essa distância poderia representar-lhes alguns benefícios. Havia bem mais espaço livre nos arredores dos locais de trabalho e disponibilidade de água suficiente – o que poderia facilitar a convivência quando lavavam em grupo e evitar atritos ocasionais. Alguns espaços possuíam, inclusive, fontes constantes e inesgotável de água, como os igarapés do bairro da Pratinha, no lado baixo da rua Conselheiro Furtado, para onde corriam os igarapés que desciam da parte alta do bairro de Nazaré. Formado por um terreno de baixada, o bairro da Pratinha era irrigado por alguns igarapés para onde acorriam as lavadeiras moradoras nas proximidades.²⁶⁴

²⁶⁰ MOURÃO, Leila. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas Memórias da indústria Paraense, p. 7.

²⁶¹ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 215.

²⁶² *A Província do Pará*, 1 de junho de 1898, p. 2.

²⁶³ *A República*, 7 de junho de 1890, p. 2, ed. 89.

²⁶⁴ *Diário de Notícias*, 31 de março de 1892, p. 2, ed. 72.

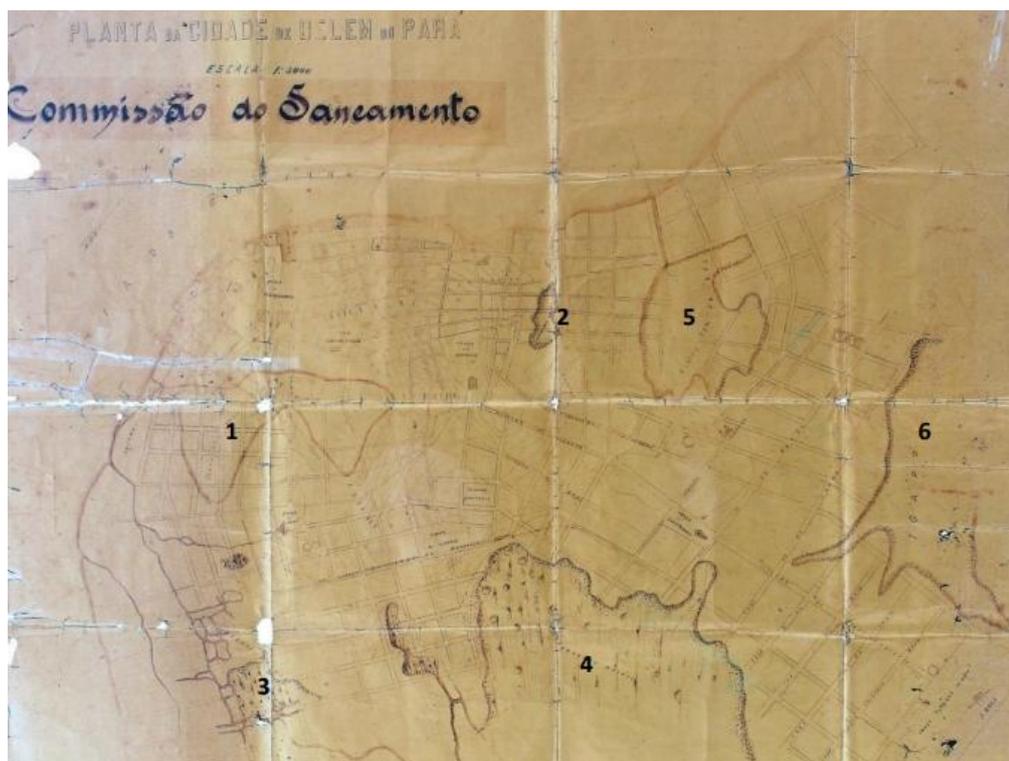


Figura 10: Planta da cidade de Belém do Pará. Nos locais numericamente destacados por Conceição Maria Rocha de Almeida, aparecem as áreas de baixada que fazem parte do relevo da cidade de Belém, sendo a mais extensa a de número 4 correspondente à área onde se localizava o bairro identificado nos jornais como Pratinha. Fonte: Museu paraense “Emílio Goeldi”/Coordenação de Informação e Documentação/Biblioteca. Belém – Mapa Cadastral – Pará. Comissão de Saneamento Planta da Cidade de Belém do Pará, 1899.²⁶⁵

Na última década do século XIX, a água encanada já abastecia muitas residências em Belém.²⁶⁶ Palacetes e casarões já haviam sido dotados de apetrechos que facilitavam a distribuição de água por suas cozinhas e banheiros. Porém, para a maioria da população constituída por pessoas pobres, pias e banheiras com torneiras e chuveiros eram ainda uma realidade distante. Consequentemente, a falta de água canalizada obrigava que outras fontes fossem procuradas fora de casa pelas lavadeiras. Para as moradoras dos bairros centrais, a recorrência aos tradicionais poços abertos ao ar livre era ainda prática comum, embora o projeto de canalização e consolidação do monopólio da distribuição de água no perímetro urbano, inauguradas pela Companhia das Águas em setembro de 1883, tivesse provocado de imediato uma batalha contra a abertura de novos poços e a favor do aterramento dos já existentes. A medida, defendida pelos poderes públicos, se fundamentavam em discursos que representavam

²⁶⁵ ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. *As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2010, p. 141.

²⁶⁶ CRUZ, Ernesto. *A água de Belém: sistemas de abastecimento usados na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1944, p. 56.

os poços como sinal de atraso, rusticidade e perigo de morte por afogamento e a água encanada como elemento de modernidade, civilidade, comodidade e saúde.²⁶⁷

Obviamente que, embora o sistema de canalização da água para o abastecimento doméstico se estendesse gradativamente com o passar dos anos por vários bairros e alcançasse números maiores de residências, a maioria da população continuaria sem essa comodidade e recorreria aos poços ainda não vedados. No entanto, eles deixariam de ser os únicos meios de abastecimento de água para uso doméstico pela população. Com a inauguração da Companhia das Águas, a instalação de torneiras para o uso coletivo viria para substituí-los na medida em que eram instaladas em estabelecimentos particulares em vários cantos da cidade. A medida pareceu ser a solução para os que não tinham recursos suficientes para pagar 2\$500 mensais cobrados pela Companhia pelo ligamento de um registro de água.²⁶⁸ O que houve, no entanto, foi o agravamento de abastecimento e a revolta da população pobre por causa da cobrança de valores exorbitantes pela água que era vendida pelos proprietários dos estabelecimentos onde as torneiras públicas haviam sido instaladas.²⁶⁹

Em vista disso, chafarizes foram instalados para o abastecimento gratuito de água pela população em locais públicos como praças e ruas. Mas, embora isso tenha resultado em algumas soluções, até o final dos anos 1890, o problema da escassez de água encanada entre os populares pareceu não ter sido resolvido. Inúmeras reclamações e pedidos por instalação feito por moradores de diversos pontos da cidade seriam divulgados diariamente na imprensa, revelando que a medida de vedação de poços e a instalação insuficiente de torneiras haviam agravado ainda mais o abastecimento de água na cidade. De certa forma, as mulheres eram as principais prejudicadas por esse escasso abastecimento, afinal eram elas que tinham a imagem ligada à água, pois dela dependiam para a realização de seus afazeres domésticos cotidianos. À falta da água canalizada, eram obrigadas a deslocar-se ao exterior de suas casas em busca do líquido. E, se para a dona de casa, cozinhar e lavar com pouca água já era um problema, pior era quando ela dependia da água para a realização de seu trabalho como lavadeira. A escassez de água era o tormento das lavadeiras.²⁷⁰

²⁶⁷ Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo governador João Antônio Luiz Coelho. Belém: Imprensa Oficial, 1910, p. 81; *Correio Paraense*, 1892, 6 de novembro, p. 2, ed. 155. Melhoramentos da capital. *A República*, 7 de maio de 1890, p. 1, ed. 65.

²⁶⁸ *Correio Paraense*, 21 de fevereiro de 1893, p. 1, ed. 240.

²⁶⁹ *Diário de Notícias*, 16 de fevereiro de 1888, p. 2, ed. 37.

²⁷⁰ ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. *As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2010.

Interessante notar que, embora tivessem acesso a uma orla banhada por densos fluxos recebidos dos rios Guamá e Amazonas, os registros deixados sobre as lavadeiras não as mostram fazendo uso das águas dos grandes rios. Por outro lado, ocorre uma frequência de relatos onde são vistas ao redor de poços e margens do igarapés, os quais lhes representava as principais fontes de abastecimento hídrico, podendo ainda recorrer à compra de água dos aguadeiros, trabalhadores que circulavam por parte das ruas da cidade com carroças puxadas bois ou cavalos portando pipas abastecidas do líquido. Para muitas lavadeiras moradoras nos bairros centrais, os aguadeiros eram parceiros essenciais para a exercício de sua atividade. E continuaria sendo por algumas décadas após a instalação da Companhia.²⁷¹ Afinal, na impossibilidade de acesso aos poços que estavam sendo vedados, de proximidade aos igarapés, de pagar por um registro da Companhia ou pelo uso de uma torneira pública, até o final do século XIX, os aguadeiros, muitas vezes, representariam a mais acessível fonte de água para elas.

Em seu estudo sobre a água e a cidade de Belém no século XIX, Conceição Maria Rocha de Almeida trata desses trabalhadores durante esse período no qual foram de essencial importância para a distribuição de água. Adentrando o cotidiano dos aguadeiros, a autora descreve a sua atividade, as formas de aquisição e os modos de venda ou compra e revenda, os quais, inseridos num processo de transformação da água em *produto*, revelam como esse serviço de distribuição foi tornado objeto de negociação. Além disso, Almeida, mostra essas negociações como natureza de novos modos de relações interpessoais que passaram a ser travados entre os moradores da cidade, especialmente entre a população pobre, a qual continuou a ser a principal beneficiada por esse serviço durante as últimas décadas desse século na ocasião da instalação da Companhia das Águas, a responsável pelos serviços de canalização e fornecimento de água.²⁷² E no contexto da instalação, sua reflexão sobre a transformação da água em mercadoria por meio da negociação exercida pelos aguadeiros, podendo satisfatoriamente fazê-la ser estendida ao projeto de expansão da Companhia e sua pretensão de conquista do monopólio de distribuição de água em Belém, cujos impactos produzidos na vida cotidiana da população são convenientemente contemplados.

Afinal, a venda da água implicava na negociação do líquido transformado em mercadoria numa sociedade na qual as relações capitalistas de produção eram

²⁷¹ CRUZ, Ernesto. *A água de Belém: sistemas de abastecimento usados na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1944, p. 66. Os aguadeiros também podiam ser trabalhadores autônomos que pagavam pela água que abastecia suas pipas para depois a revenderem. *Diário de Belém*, 15 de dezembro de 1883, p. 2, ed. 374.

²⁷² ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. *As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2010.

reproduzidas cotidianamente. Ou seja, se a população poderia ter acesso aos poços públicos, ou ao rio e igarapés para obter água gratuitamente, (...) no decorrer do século XIX a instituição da compra da água foi ratificada.²⁷³

A apropriação de um bem natural essencial para a sobrevivência humana como a água extrapolaria os modos primitivos de coleta e utilização de água de rios e igarapés e de poços escavados manualmente a céu aberto com a chegada da Companhia das Águas. A tecnologia trazida por engenheiros estrangeiros, concretizadas nas máquinas de bombeamento, no conhecimento de instalação e uso dessas máquinas e nas técnicas de projeção e execução de canalização e distribuição de água, expandiria os serviços da Companhia das Águas no decorrer das décadas. Igarapés e poços, com acesso cada vez mais reduzido – estes seriam vedados e aqueles, aterrados com o avanço do processo de urbanização da cidade –, sobreviveriam em menor número e não mais seriam as únicas fontes de água. As torneiras, por sua vez, instaladas em locais públicos e estabelecimentos particulares para o consumo público se multiplicariam e se destacariam no contexto do abastecimento urbano de água. E ao seu redor se articulariam as reuniões de donas de casa e lavadeiras que, em busca de água para a execução de suas atividades domésticas, tradicionalmente se reproduziriam ao redor de poços e margens dos igarapés.

A importação de técnicas de perfuração do solo e sucção de água por meio de alavancas de pressão daria início à utilização de poços artesianos.²⁷⁴ Sua expansão, a qual se deu com mais ênfase no final da década de 1880, favoreceu a instalação de estabelecimentos comerciais que faziam uso intenso da água. A estratégia visava a não dependência dos serviços da Companhia das Águas com seus eventuais problemas técnicos que quase sempre resultavam em rompimentos de abastecimento que afetavam partes ou toda a cidade. A *Lavanderia a Vapor do Pará*, possuía maquinismos responsáveis pelo abastecimento de água para a realização dos trabalhos. Mecanicamente sugada do subsolo, canalizada e liberada controladamente por meio de torneiras, a água movimentava o funcionamento da lavanderia. Entre as seis da manhã e cinco da tarde, as operárias tinham que lidar com as tarefas, torcendo e transportando roupas lavadas para a estufa onde deveriam ser estendidas para secar.²⁷⁵

Enquanto nas lavanderias mecanizadas, as máquinas auxiliavam na execução de algumas tarefas, fora delas, as lavadeiras continuavam a exercer seu trabalho manualmente. E isso não significava apenas usar as mãos para ensaboá-las, esfregá-las e torcê-las. As roupas, às vezes, precisavam ser batidas. As mais pesadas exigiam bastante força, dependendo de onde

²⁷³ ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. *As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2010, p. 180.

²⁷⁴ *Diário de Belém*, 28 de fevereiro de 1883, p. 1, ed. 46.

²⁷⁵ *Diário de Notícias*, 1 de julho de 1886, p. 2 ed. 145.

a lavadeira se encontrasse, contra a pedra do tanque, o tronco da árvore caída, a tábua ou qualquer superfície plana que pudesse ser usada para essa operação. Era necessário utilizar todos os recursos possíveis para remover todas as manchas das roupas. Para a maioria das peças, no entanto, geralmente as de cor branca, a prática de quarar era bastante utilizada. Consistindo em aquecer a roupa umedecida a fim de facilitar o desprendimento de manchas e nódoas do tecido, a quaragem podia ser efetuada de duas maneiras: mergulhando-se a roupa em água aquecida ou expondo-a ao calor do sol. E tudo podia servir de quaradouro: varais, cercas, arbustos, chão gramado. Para as lavadeiras que moravam em habitações coletivas, a falta de espaço nesses ambientes para a execução dessa tarefa as obrigava a utilizar os logradouros públicos.

Quando moravam em locais com espaço disponível, algumas lavadeiras construía pequenos jiraus de madeira para a quaragem das roupas.²⁷⁶ As que tinham algum recurso podiam comprar folhas de zinco, metal de rápida variação térmica, para a plataforma desses jiraus.²⁷⁷ No Instituto Gentil Bitencourt, longos quaradouros eram diariamente percorridos pelas meninas internas responsáveis pela lavanderia.



Figura 11: Lavanderia do Instituto Gentil Bitencourt. Fonte: Álbum do Estado do Pará. Mandado organizar por S. Ex. o Sr. Dr. Augusto Montenegro, governador do Estado: oito anos do governo (1901 a 1909). Paris: Imprimerie Chaponet, 1908, p. 293.

O período de espera pela secagem das roupas variava muito, dependendo da estação do ano, e poderia estender o tempo de entrega das roupas pelas lavadeiras em até duas semanas. Para as lavadeiras mais experientes, o conhecimento do humor climático das *estações*

²⁷⁶ Armações semelhantes a estrados ou palanques.

²⁷⁷ *O Liberal do Pará*, 17 de março de 1888, p. 3, ed. 63

amazônicas poderia representar alguma eficácia na execução de seu ofício, principalmente no *verão*, quando eram constantemente surpreendidas pelas previsíveis chuvas da tarde. Sem recursos para delas escapar, podiam, ao menos, estar sempre atentas para driblá-las e não perder mais dias de trabalho, visto que, “com as chuvas, nada podem fazer as lavadeiras”.²⁷⁸ Para as estrangeiras recém-chegadas que se aventuravam nesse ofício, no entanto, a ausência desse conhecimento podia representar algum tempo de embaraços.

Por sua vez, em algumas lavanderias, as lavadeiras não precisavam mais se preocupar com esse aspecto climático. A utilização de estufas com ambientes protegidos das chuvas e, em algumas, com aquecimento artificial controlado para a secagem das roupas, permitiu uma maior segurança e rapidez na execução dos serviços. “Ninguém mais terá falta de roupa engomada, mesmo em plena estação chuvosa!” – ostentava o anúncio da lavanderia *A Mulata*.²⁷⁹ A novidade da estufa garantia maior agilidade na entrega das roupas. Inaugurada em 1900, *A Mulata* possuía uma estufa que podia ser aquecida a um calor regular a 100° centígrados, permitindo que as roupas ficassem secas em tempo mínimo e ser entregues engomadas e passadas à ferro em 24 horas. O nome do estabelecimento, com viés racista, não deixa de sugerir a vinculação da cor da pele no pós-abolição ao trabalho de lavagem de roupa, bastante realizado por senhoras, moças e meninas negras.²⁸⁰ A aplicação dessa tecnologia, permitiu também que, em 1912, a *Lavanderia Chinesa*, localizada na rua Lauro Sodré, nº 56, pudesse devolver as roupas lavadas e engomadas a seus clientes em até em 12 horas!²⁸¹ O milagre da redução de tempo se devia ao processo de secagem em estufas livres das chuvas, mas também ao de lavagem mecânica. Na lavanderia *A Mulata*, as máquinas podiam lavar até 500 camisas em apenas 2 horas²⁸².

Alguns anos mais tarde, anunciava-se na imprensa a inauguração da *Lavanderia Progresso*, localizada na rua Arcipreste Manoel Teodoro, nº 28. O repórter do jornal *Estado do Pará* havia sido convidado pelos proprietários, Luís Gonçalves e Antônio Martins, para conhecer os setores internos do estabelecimento. Segundo descreveu, a lavanderia também possuía uma estufa destinada à secagem das roupas e máquinas que eram manuseadas por três operárias enquanto outras doze ficavam encarregadas pela lavagem das roupas, manualmente. Por causa de uma exigência de clientes que acreditavam ser as roupas prejudicadas pelas

²⁷⁸ *Diário de Notícias*, 2 de julho de 1886, p. 2 ed. 146.

²⁷⁹ *Folha do Norte*, 31 de dezembro de 1900, p. 2.

²⁸⁰ *Folha do Norte*, 31 de dezembro de 1900, p. 2. Sobre a definição da categoria *mulata*, ver: CORRÊA, Mariza. *Sobre a invenção da mulata*. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 6/7, 2010.

²⁸¹ *Estado do Pará*, 31 de junho de 1912, p. 3 ed. 447.

²⁸² *Folha do Norte*, 31 de dezembro de 1900, p. 2.

máquinas de lavar, algumas lavanderias dispensavam essa tecnologia sob a justificativa de que o material férreo das máquinas podia rasgá-las ou manchá-las com ferrugem.²⁸³

Geralmente, o perfil das lavanderias do final do século XIX e início do XX em Belém, delineava-se do modo semelhante ao descrito para a *Lavanderia São João*, instalada em prédios espaçosos, dotadas de maquinismo a vapor, grandes chaminés, poços com bomba de sucção, depósito para água e caldeiras para a produção de energia para as máquinas.²⁸⁴ Para os clientes se sentirem seguros, os anúncios traziam informações sobre todo tipo de serviços, especialmente os que deixariam o atendimento mais cômodo, como o número de número do telefone. Desde a *Lavanderia a Vapor do Pará*, a utilização desse aparelho ajudava a agilizar o contato entre a empresa e os clientes que quisessem utilizar os serviços das lavanderias, transmitindo seus pedidos e indicando o seu nome, o endereço e o dia em que desejassem que se lhes mandassem buscar as roupas. O transporte de busca e entrega das roupas também passaria por algumas mudanças. Algumas lavanderias, como a *Lavanderia Progresso*, disponibilizavam automóveis para essa tarefa.



Figura 12: Anúncio Lavanderia. Fonte: *Diário de Notícias*, 22 de setembro de 1891, p. 1, ed. 206.

Como trabalhadoras à serviço de uma lavanderia, as lavadeiras comporão uma nova categoria de trabalhadoras urbanas. No entanto, não são mais como as lavadeiras tradicionais. Não executam o trabalho em casa. Na lavanderia, assumem uma ou duas funções determinadas dentro do processo de trabalho: lavar, engomar e passar eram tarefas divididas entre grupos

²⁸³ *Estado do Pará*, 5 de abril de 1917, p. 2, ed. 2158.

²⁸⁴ *O Democrata*, 2 de julho de 1892, p. 3, ed. 142.

diferentes de operárias. Seu tempo de trabalho passa a ser regido pelo horário estabelecido para uma fábrica. Em meio a agitação do trabalho, agora tinham a companhia de figuras masculinas, tais como a figura vigilante do capataz que as supervisionavam e os operários responsáveis pela manutenção das máquinas e funcionamento da caldeira.²⁸⁵ Enquanto estes observavam as máquinas, aqueles observavam seu trabalho. As máquinas podem até ser entendidas como auxiliaadoras das lavadeiras, mas na lavanderia, esse auxílio era pago com o aumento do controle.²⁸⁶ Sua força de trabalho agora é vendida ao proprietário ou proprietária da lavanderia. O contato direto com os clientes não mais existe. Não precisam ir às suas casas para acordarem o serviço e não precisam deslocar-se pela cidade com trouxas na cabeça. Em suma, nas lavanderias comerciais, as lavadeiras veriam seu ofício submetido a um processo de racionalização, onde a disciplina do trabalho fabril as alcançaria. Agora, as lavadeiras são operárias.

Sobre a definição de *operário*, Cláudio Batalha viu o termo atribuído a todo trabalhador qualificado no exercício de ofícios artesanais ou industrial. Assalariados e submetidos a um patrão, pertenciam a diversos segmentos que não se resumiam aos trabalhadores urbanos vinculados a um estabelecimento fabril. Nesse sentido, o termo podia ser atribuído tanto a trabalhadores atuantes em fábricas e empresas de construção quanto àqueles em exercício em oficinas, tipografias, alfaiatarias, marcenarias e padarias. Numa atribuição além da generalização feita em relação ao operário da Primeira República predominantemente branco, masculino, fabril e urbano, o termo abarca uma série de relações e contradições entre etnia, gênero, trabalho especializado, artesanal e rural e conformando-se numa classe profundamente heterogênea.²⁸⁷ Nas fontes analisadas, contudo, o termo, numa abordagem bem mais extensiva, algumas vezes é atribuído a outros grupos de trabalhadores, abrangendo, inclusive, servidores públicos em atividade nos setores de limpeza urbana e serviços domésticos atuantes em cozinhas e lavanderias de instituições públicas. Nesse sentido, eram consideradas *operárias* tanto as mulheres trabalhadoras em fábricas e lavanderias quanto as cozinheiras e lavadeiras de hospitais, asilos e abrigos.

²⁸⁵ A Constituição, 13 de julho de 1886, p. 3, ed. 157.

²⁸⁶ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 215.

²⁸⁷ BATALHA, Cláudio. *Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva*. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excluyente: Da Proclamação da República à Revolução de 1930*. V. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 170.



Figura 13: Lavanderia do Asilo da Mendicidade. Fonte: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio José de Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1908, p. 265. Relatório Intendência, 1908, p. 265.

Saindo do ambiente das lavanderias, podia-se ver, no entanto, a maioria das lavadeiras a carregar trouxas de roupas pelas ruas e reunidas em lavadouros improvisados às margens de igarapés ou nos pátios de cortiços. Recuperando o tempo das lavadeiras na França, Michelle Perrot observa que o lavadouro não era apenas um lugar funcional onde se lavava roupa. Para muitas delas, era também um centro de encontro onde podiam trocar as novidades do bairro, receitas e remédios, informações de todos os tipos. Era um espaço para conversar, informar-se sobre a vida na cidade, as agruras do cotidiano e a vida íntima de seus clientes. Além disso, poderia funcionar como espaço de solidariedade, uma sociedade aberta de assistência mútua.²⁸⁸ Na Pratinha, em Belém, as lavadeiras se uniam especialmente para proteger-se dos agressores de mulheres. Se alguma delas fosse agredida, as outras saíam em seu socorro. Na ausência de policiamento, protegiam-se mutuamente, inclusive de ladrões de roupas. As lavadeiras da Pratinha eram tantas que uma certa autoridade chegou a ser imposta por elas na localidade. O fato chegou a causar incômodo na segurança pública, a qual encontrou na imprensa uma aliada. Articulando-se em uma campanha contra o que chamou de “reinado das mulheres”²⁸⁹, o *Diário de Notícias* cobrava ação severa dos poderes públicos por meio de textos onde fica manifesto que as lavadeiras da Pratinha não eram encaradas com bons olhos pela imprensa que atribuía a elas um poder policial que havia sido usurpado das autoridades de segurança.

²⁸⁸ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 213.

²⁸⁹ *Diário de Notícias*, 13 de março de 1892, p. 2 ed. 58.

À POLÍCIA

Ninguém ignora que a *Pratinha* está constituída em feudo das devotas de Santa Clara das lavadeiras. É uma verdadeira república de saias. Ali, calça e farda não piam. No entanto, as maiores desordens são dadas na *Pratinha*.
Sejam depostas as lavadeiras.²⁹⁰

Para essa maioria, formada por mulheres que, geralmente, moravam em barracos montados nos bairros onde a administração pública não queria ir ou de aluguel em quartos acanhados de habitações coletivas no centro da cidade, não possuindo um local próprio onde pudessem expor as roupas para quaragem e secagem, os logradouros públicos eram a alternativa mais urgente para a realização dessa etapa do processo de lavagem. Desse modo, praças e ruas eram utilizadas como extensão de seus espaços de trabalho. E isso podia representar não apenas um grande incômodo para os transeuntes. Para quem passava pela rua Tamoios, no trecho entre as travessas Jurunas e Apinagés, era comum deparar-se com um festival de roupas quarando sobre a grama e varais armados nas calçadas. “Desde pela manhã até o cair da tarde, aquele trecho da rua transforma-se num imenso quaradouro de roupa” – denunciava o articulista de *O Pará*.²⁹¹ No trecho da travessa Rui Barbosa, entre a Conselheiro Furtado e a Mundurucus, o desafio era atravessar sem ser insultado por alguma lavadeira que ali deixava as roupas a quarar ou secar. O desafio era passar entre os varais carregados de roupas sem tocá-las.²⁹²

Tratando do tema com a ironia que lhe era peculiar, o jornal *O Binóculo*, contribuía, a seu modo, com os poderes públicos, denunciando as lavadeiras da rua General Gurjão, no bairro da Campina. Chamando a atenção para uma rua localizada nas proximidades da Avenida da República, a denúncia do jornal alertava os poderes públicos para ruas do centro da cidade. Desse modo, mostrava que a presença das lavadeiras em certas localidades além de causar incômodo aos passantes, conseqüentemente, causava também problemas aos comerciantes que viam um possível prejuízo aos seus negócios, em virtude de um possível desvio de caminho de seus clientes.

²⁹⁰ *Diário de Notícias*, 31 de março de 1892, p. 2, ed.72.

²⁹¹ *O Pará*, 12 de dezembro de 1897, p. 4, ed. 1.

²⁹² *Diário de Notícias*, 28 de janeiro de 1898, p. 1 ed. 22.

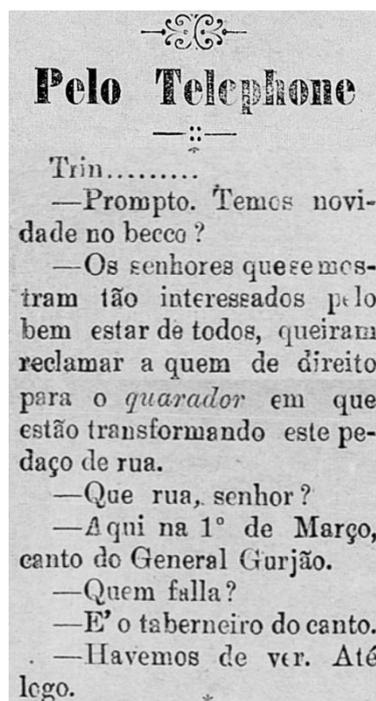


Figura 14: Trecho da coluna Pelo Telephone. Fonte: *O Binóculo*, 31 de janeiro de 1897, p. 4, ed. 6.

Às vezes, o próprio Governo Municipal, nesse período sob a intendência de Antônio Lemos, recebia diretamente as denúncias e, por meio de seus fiscais, tomava suas medidas. Uma delas correspondeu a uma decisão, a do dia 8 de agosto de 1898, que, fundamentando-se no artigo 123 do Código de Posturas de 1890, delimitava um perímetro urbano dentro do qual era proibido às lavadeiras estender roupas em praças, largos, ruas e travessas. Nem as janelas de suas casas poderiam ser usadas para esse fim. Segundo delimitado, a proibição compreendia os perímetros que seguiam, partindo do litoral pela rua Cesário Alvim, pela rua Arcipreste Manoel Theodoro, largo São José, rua Conselheiro Furtado, avenida Gentil Bittencourt, travessa Vinte e Dois de Junho, rua João Balbi, rua Generalíssimo Deodoro, rua Oliveira Belo, travessa Dom Romualdo de Seixas, rua São João e travessa Quintino Bocaiúva, até o litoral.²⁹³ Ou seja, a parte que compunha, no que se conhecia na época, os bairros centrais. Caso fossem

²⁹³ Atos e Decisões do Executivo Municipal (1897-1901). Belém: Secção de Obras a vapor d'A *Província do Pará*, 1902, p. 63. Utilizados pela Municipalidade para controlar o convívio social e a ordem pública, os Códigos de Postura eram instrumentos que atuavam como mecanismos de vigilância e punição. Focalizava-se, por meio deles, as questões de salubridade, buscando-se corrigir desvios e condutas aplicando-se normas que regulavam desde edificações a comercialização de alimentos, observando-se critérios de higiene, entre outras necessidades, que iam além do aspecto físico da cidade, abrangendo os hábitos e costumes da sua população por meio de normas e preceitos de higiene, cuidados de limpeza com o corpo, moradia, descarte de lixo e outras ações. Segundo o referido artigo, proibia-se corar, enxugar ou estender roupas nas janelas, praças, largos, ruas e travessas, em armadilhas, cordas ou no chão, salvo nos lugares designados pela Intendência.

flagradas desobedecendo a postura, as lavadeiras tinham as roupas apreendidas e recolhidas ao depósito municipal, de onde só poderiam reaverem-nas mediante o pagamento de multas.

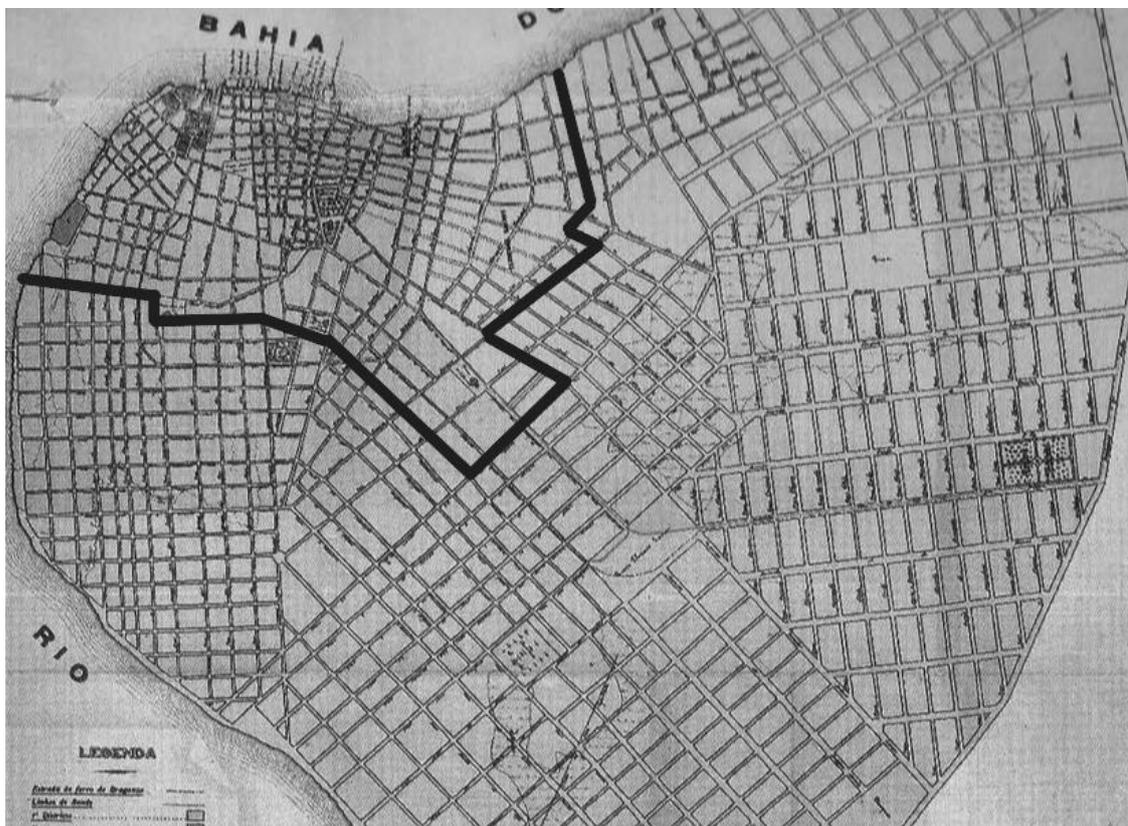


Figura 15: Planta da cidade de Belém, 1905. Área demarcada (destaque meu) pela Intendência como proibida às lavadeiras de estenderem roupas nos logradouros públicos. Há uma reprodução completa na obra *Belém da Saudade: a memória da Belém no início do século em Cartões postais*, p. 28.

No entanto, não era somente com as crises de abastecimento de água ou com as críticas de populares que conviviam as lavadeiras. Constantemente, essas mulheres eram vítimas de clientes mal intencionados que se recusavam a pagar-lhes por seus serviços. Na vivência cotidiana dessas mulheres em Belém havia contas a pagar ao dono da taberna e o aluguel da moradia. Sem receber pelo seu trabalho, como tudo isso seria pago? Taverneiros impacientes as procuravam para o pagamento da dívida; senhorios ameaçavam-nas de expulsão mediante retenção de algum bem de valor. Na imprensa, os articulistas, algumas vezes, simulavam com sarcasmo as lavadeiras se justificando: “Que o freguês tal não lhe pagara ainda o engomado de tantas camisas; a freguesa F. devia-lhe tanto da lavagem de roupa.”²⁹⁴ Mas enquanto algumas se justificavam e esperavam por receber seu pagamento, outras recorriam a medidas mais agressivas contra seus devedores. Foi o que fez Rosaria Maria da Conceição, residente à rua Paes de Carvalho, nº 170, a qual, depois de várias investidas contra seu cliente

²⁹⁴ *Folha do Norte*, 26 de fevereiro de 1900, p. 2.

Pierre Larrieu, proprietário do hotel “Palácio de Cristal”, recorreu à polícia na tentativa de receber os 77\$560 (setenta e sete mil e quinhentos e sessenta reis) que ele lhe devia pelo serviço de lavagem e gomado.²⁹⁵

O roubo de roupas era também um problema que fazia muitas lavadeiras de vítimas. Aproveitando-se de brechas na guarda das roupas, ladrões invadiam quintais, levando tudo que podiam dos varais e das tinas. Diariamente, os jornais davam notícias dessas vítimas, algumas vezes, solidarizando-se com a aflição delas. Juliana Maria da Conceição, moradora na travessa Dr. Moraes, entrou em desespero ao perceber o prejuízo de 130\$000 (cento e trinta mil reis) que teve ao descobrir que as roupas de seus fregueses haviam sido roubadas.²⁹⁶ Imaginava-se o seu constrangimento diante do fato que, além de lhe deixar grande prejuízo por causa da perda do pagamento e dos seus materiais de trabalho, ainda teria que dar explicações aos seus fregueses e arranjar um modo de lhes reaver os prejuízos. Para algumas dessas vítimas, a sorte era a de se encontrar, nas ruas, com algum estranho a usar uma das roupas que lhes fora roubada. Era uma pista que podia levar ao ladrão e a chance de reaver pelo menos parte do prejuízo. Jesuína Maria, moradora na rua do Caripunas, numa ida à doca do Ver-o-Peso, encontrou um indivíduo usando uma das camisas e uma das calças que lhe haviam sido roubadas e, por meio disso, o autor do roubo, o qual denunciou na polícia.²⁹⁷

As lavadeiras, aliás, eram mulheres que, vez ou outra, eram encontradas envolvidas em ocorrências policiais. Em seu estudo onde discute significados de insultos verbais proferidos por sujeitos históricos localizados a partir da pesquisa em autos crimes de injúrias verbais, ameaças e de assinatura de termos de bem viver, Conceição Maria da Rocha Almeida as tem como um dos principais grupos apreendidos por sua reflexão.²⁹⁸ As lavadeiras eram mulheres ruidosas. E seus ruídos se expressavam para além das cantorias à beira dos rios enquanto lavavam roupas. Elas gargalhavam entre os aguadeiros, falavam alto em meio ao burbúrio ao redor dos poços, gritavam aos passantes nas ruas para desviarem de suas roupas, protestavam ao quebrar torneiras públicas. Na imprensa, em muitos relatos, eram vistas como mulheres turbulentas e desordeiras que se trocavam acusações e agrediam-se com pancadas.

De um outro modo, as lavadeiras, aos olhos das autoridades sanitárias, eram vistas como um sério perigo à sociedade devido à crença de que as roupas representavam um alto grau

²⁹⁵ *Folha do Norte*, 11 de janeiro de 1900, p. 2.

²⁹⁶ *Diário de Notícias*, 22 de agosto de 1897, p. 1, ed. 185.

²⁹⁷ *Folha do Norte*, 31 de janeiro de 1898, p. 2.

²⁹⁸ ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. *O termo insultuoso: ofensas verbais, história e sensibilidades na Belém do Grão Pará (1850-1900)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

de contágio de doenças. Por causa disso, algumas lavadeiras se recusavam a lavar roupas de lugares suspeitos. Lavanderias também seguiam essas medidas de prevenção a fim de evitar algum prejuízo a seus clientes. Proprietária da *Lavanderia Familiar*, Domicília Beltrão destacava em seu anúncio que não aceitava roupas de pessoas solteiras, de hotéis, navios e hospitais.²⁹⁹ As doenças eram um problema grassante num centro urbano como Belém e era de grande preocupação não só para as autoridades sanitárias como também para a população. Em vista disso, Beltrão se dispunha a aceitar apenas roupas de pessoas pertencentes ao que se chamava *de família*, provavelmente acreditando que, por assim se apresentarem, seriam supostamente pessoas fora dos grupos de risco de contágio alguma doença. E para uma época de doenças diversas, sendo as roupas objetos passíveis de contaminação e propagação de muitas delas, o cuidado de evitar o contato entre peças possivelmente contaminadas com peças supostamente sadias podia ser justificado.

Em relação ao uso das lavanderias, o sanitarista Américo Campos, em 1914, reforçava, como arauto da ciência médica, o que popularmente já era consenso: que nas lavanderias, onde roupas de clientes diferentes e desconhecidos eram misturadas, os riscos de infecção indireta por algum tipo de doença eram bastante prováveis. Em conferência realizada no Colégio Progresso e posteriormente publicada no jornal *Estado do Pará*, o médico expressava preocupação com a utilização dos serviços de lavagem de roupa fora de casa. Segundo também acreditava, as roupas podiam funcionar como perigosos veículos de condução de moléstias e que, por isso, as donas de casa deveriam estar atentas não apenas ao estado de limpeza das peças, mas, especialmente, com os locais onde eram lavadas, passadas e depositadas até lhes se entregues. E isso não dizia respeito apenas, nem principalmente, às lavanderias. Seu foco principal era as lavadeiras. Campos comentava que lavadeiras doentes podiam contaminar as roupas por elas manuseadas e, embora fossem livres de alguma doença, os locais onde moravam, sendo frequentemente acanhados, sem conforto e mal aseados, tudo nele se misturava, podendo as roupas ficarem expostas ao contato com ratos, baratas e pulgas ou maculada por dejetos humanos e animais e por expurgos líquidos orgânicos de alguma pessoa doente que com elas convivessem.³⁰⁰ Física e moralmente consideradas insalubres, as casas habitadas por pessoas pobres foram associados a focos de proliferação epidêmicos e seus moradores, considerados perigosos para a saúde pública.³⁰¹

²⁹⁹ Almanach Paraense para o ano de 1906. Organizado e redigido pelos Irmãos Moraes. Ano II. Belém (PA): Tipografia do Instituto Lauro Sodré, 1906, p. 114.

³⁰⁰ *Estado do Pará*, 8 de dezembro de 1914, p. 1, ed. 1335.

³⁰¹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes. 2009; COSTA, Jurandir F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal. 2004.

Provocando incômodos na visão de sanitaristas e autoridades políticas, as roupas lavadas pelas lavadeiras não corriam riscos de contaminação diferentes das lavadas nas máquinas das lavanderias, afinal, lavadas em tanques e tinas na mesma água e com o mesmo sabão com os quais eram lavadas as roupas de todos os clientes, estavam sujeitas aos mesmos perigos. A isso, adicionava-se o fator habitação desfavorável em relação à higiene e o comportamento promíscuo que atribuíam às lavadeiras.³⁰² Sendo, dessa maneira, o entendimento da pobreza dentro das dimensões sociais e econômicas, atravessado pelas percepções de higiene produzidas durante as primeiras décadas do século XX, as lavadeiras, mulheres pobres e sem trabalho qualificado, devido ao estado de suas habitações e hábitos cotidianos, foram também percebidas como pertencentes às *classes perigosas* por lhes ser atribuída também, e de modo particular, a responsabilidade pela propagação de doenças.³⁰³

Interessante, no entanto, notar que a preocupação de Américo Campos com a saúde se limitasse aos cuidados que deveriam ser tomados apenas por um grupo especial de pessoas que se beneficiavam da parte prática dos serviços de lavagem de roupas: as donas de casa, mulheres brancas e, geralmente, ricas. Preocupação com a saúde das lavadeiras? Nenhuma. Nem, ao menos, uma simples menção ao perigo a que essas mulheres se expunham ao trabalhar com roupas de pessoas possivelmente infectadas com alguma doença. Sobre as lavadeiras, Campos se referia apenas como mulheres que estavam corriqueiramente doentes em decorrência da fadiga física, da exposição demorada ao sol e de ficar com as roupas e o corpo molhados durante certo período. Para a superação desse perigo representado como ameaça apenas às donas de casa, Campos aconselhava que dispensassem as lavadeiras e as lavanderias e se adotasse as máquinas de lavar roupas, visto que a sua opinião era de que as roupas podiam ser seguramente nelas lavadas em casa, podendo ser supervisionado pela própria dona de casa.

Notadamente, as observações do médico sanitarista dirigidas às donas de casa sobre o uso da máquina de lavar, o seu funcionamento – descrito por ele como adaptável ao cotidiano doméstico por sua portabilidade e praticidade no serviço de lavagem de roupa – e da sua atribuição quanto a comodidade de poder dispensar a presença estranha e perigosa de uma criada contratada apenas para lavar as roupas, parecessem mais como componente de reforço de uma peça publicitária na divulgação dessa tecnologia do que exatamente conselhos médicos. Mas levando as informações sobre o produto que pretendia divulgar justamente no meio onde

³⁰² MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do mundo feminino*. In: NOVAIS, Fernando A; SEVCENKO, Nicolau. (Orgs.) *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 409-410.

³⁰³ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 29.

se encontravam suas potenciais consumidoras. Campos atuaria nessa empreitada, aliando seus conhecimentos médicos à proposta de uma empresa vendedora de tecnologias que adaptava sua estratégia de divulgação ao ideário burguês de família. E como ocorreria nas publicidades de divulgação de fogões a gás, quando as donas de casa seriam convocadas a assumir o domínio da cozinha, o sanitarista as convocava a assumir também a lavanderia doméstica, ratificando o que já se via no final em 1897, quando as máquinas foram lançadas no mercado belenense e anunciadas à exaustão como as armas com as quais as donas de casa entrariam em “guerra às lavadeiras!”³⁰⁴

Ao descrever os aspectos físicos das habitações das lavadeiras, o médico Américo Campos não chamava a atenção apenas para a associação da condição de pobreza ao estado doentio dessas mulheres. Para ele, a casa revelaria muito também do estado moral das pessoas que as habitavam. Anos antes, o médico Eduardo Léger Lobão Júnior, observando a estrutura de uma habitação pobre, atribuía a esse fator um determinante na formação moral individual que também afetava na constituição das famílias que a habitavam. Segundo analisava, a ausência de um espaço dividido em cômodos que resguardasse a intimidade de seus habitantes revelaria a falta do conforto necessária para a constituição de uma família regularmente organizada. O seu espaço acanhado e sem divisão, onde viveriam misturado e dormiriam juntos homens, mulheres, moços, crianças e idosos e, eventualmente, amigos, vizinhos e estranhos que lhes pedissem abrigo para passar a noite, favoreceria a aproximação entre os corpos. E num ambiente sem a delicadeza do sentimento de pudor mútuo – avaliava Lobão Júnior –, a constituição da família regular não encontraria espaço, tendo no concubinato, como regra geral, o ajuste mais comum, natural, fácil e consentido, e o adultério corriqueiro e tolerado.³⁰⁵

Sobre a moradia das classes pobres, as mulheres ocupavam um lugar especial na análise de Lobão Júnior, sobretudo quando se tratava do vestuário. Segundo dissertava, as mulheres pobres, no interior de suas casas, não tinham o costume de vestir-se com zelo, circulando em meio de crianças, homens, vizinhos e, por vezes nas ruas, trajando peças que não cobriam decentemente o corpo. Quando se encontravam a lavar roupas nas margens dos igarapés, entretanto, a exibição era ainda maior. Vestidas parcialmente com blusas decaídas pouco acima dos seios e saias enroladas até a metade da coxa, deixavam à mostra busto e as pernas, numa alusão de que estavam inclinadas a se prostituírem precocemente.

³⁰⁴ *Diário de Notícias*, 5 de janeiro de 1897, p. 4 ed. 3.

³⁰⁵ LOBÃO JUNIOR, Eduardo Léger. *O mestiço na sociedade belenense*. Belém (PA): Tipografia Tavares Cardoso, 1901, p. 92-93.

Tendo como referência o ideal de mulher pensado por uma sociedade que, vendo-a apenas como esposa e mãe, era destinada a cumprir a missão de coadjuvante no seio familiar chefiado por um marido provedor, Lobão Júnior ignora que a condição econômica das mulheres lavadeiras não era muito favorável para o sustento do ideal burguês de família. De fato, não se encontrando no conjunto das mulheres das classes abastadas, as lavadeiras, tal como o conjunto de mulheres pobres, possuíam relativa autonomia e maior liberdade na vida sexual do que as pertencentes aos extratos ricos da sociedade. Mais flexíveis moralmente em relação à obrigatoriedade do casamento, podiam viver em condições de concubinato, ou mesmo solteiras, como mães solo ou sem filhos. Para a imprensa, no entanto, viver sob esses reajustes *familiares* tornavam-nas alvos de discursos moralistas reproduzidos por alguns jornalistas, os quais, vigilantes de seus comportamentos, responsabilizavam-nas por qualquer tipo de abuso doméstico que praticavam ou que, eventualmente, viessem a ser vítimas.

Numa das edições do jornal *Amazônia*, o cronista avaliava o tipo de *família* que Feliciano Maria da Conceição, moradora na travessa Três de Maio e mãe de Rachel, de 13 anos, havia constituído com seu amante Antônio Manoel do Espírito Santo. Dado o fato do defloramento da menina por Manoel, o cronista zombava da família que Feliciano tentara constituir e a responsabilizava por ter sido ela quem colocara o agressor dentro da casa, pelo defloramento de sua filha.³⁰⁶ Da mesma maneira, Lucrecia Lima, uma lavadeira solteira, foi avaliada pelo cronista do jornal *Estado do Pará* por ter sido pouco atenta à educação de um sobrinho que criara. Ameaçada de ser roubada pelo menino, a lavadeira havia procurado a polícia para que o submetesse a corretivos. Segundo destacava o cronista, a responsabilidade pela formação de um jovem delinquente era da própria lavadeira, a qual, criando-o em um ambiente desprovido de *família* – em outras palavras, desprovido da figura masculina de um chefe de família – havia lhe proporcionado um caráter desonesto.³⁰⁷

Na visão da imprensa, as lavadeiras não seriam apenas mulheres arruaceiras e desleais; ou despudoradas que usavam roupas sumárias e extravagantes, como eram descritas nos discursos médicos. Geralmente como principais ou únicas provedoras do seu lar, as lavadeiras viviam com relativa autonomia dentro dos limites da repressão, fosse esta de ordem racial, social ou de gênero. Apropriando-se da sua sexualidade ao tempo que mantinham o cuidado necessário para o respeito dos homens, buscavam viver o quanto podiam sob a exigência do que conseguiam entender da representação de mulher ideal. E esse esforço era justificado um tanto por haverem absorvido esse ideal como modelo de comportamento

³⁰⁶ *Amazônia*, 29 de março de 1888, p. 3, ed. 47.

³⁰⁷ *Estado do Pará*, 23 de abril de 1911, p. 1, ed. 14.

feminino e garantia de relativa aceitação social ao terem o aspecto sexual da sua vida diferenciado da vida das prostitutas. Socialmente, no entanto, estavam longe de ser incluídas no conjunto das mulheres de *família* e as imagens sobre elas divulgadas pela imprensa e continuamente reforçadas por meio de estereótipos, mostram-se como uma possível estratégia pedagógica para separá-las e diferenciá-las das mulheres burguesas quando não se comportavam nem cumpriam as suas responsabilidades de mães, cônjuges e donas de casa.³⁰⁸

Na coluna Tipos Populares, do jornal *Folha do Norte*, a imagem da lavadeira era encarnada na figura da mulata, a mulher pobre e de pele escura, descrita como a exímia em seu trabalho, dedicada e competente em seu ofício. Geralmente solteiras, viviam independentes financeiramente de um companheiro, mas nunca sem um com o qual podiam viver efemeramente uma relação sexual-afetiva. Segundo as crônicas da coluna, as mulatas eram mulheres sedutoras, cujos maiores trunfos eram seus atributos físicos: seios turgidos que se ajustavam perfeitamente aos contornos fartos e harmoniosos de seu corpo. Atributos que, como suas maiores armas de sedução, eram complementados pelo modo como se vestiam e se muniam de acessórios que lhes beneficiavam e destacavam a beleza: colares de coral ao pescoço e pulseiras de ouro no braço. Dissimuladas, eram mulheres que sabiam usar o corpo e cada gesto em seu benefício quando se tratava de sedução: andar lento e com movimentos regulares do corpo, mãos articuladas graciosamente em consonância com a fala e o olhar que transpiravam malícia. Circulando por lugares movimentados, andavam a se exhibir pelo Mercado Público a “atiçar o coração da caixeirada”.³⁰⁹

Passando por Belém em sua viagem de inspeção da imigração italiana na Amazônia no final do século XIX, Gemma Ferruggia, observando a diversidade que compunha a paisagem humana belenense, não deixou de registrar sua impressão sobre as mulatas belenenses: “Magníficas” – admirava-se. Em sua descrição, destacava que eram mulheres que pareciam ter sido formadas e talhadas em bronze. Destacava especificamente seus modos de vestir-se com vestidos brancos de musselina leve e seu andar gracioso embalado por seus belos braços e ombros nus, os quais, combinados aos olhos semicerrados e o leve sorriso nos lábios, lhes

³⁰⁸ RONCADOR, Sônia. *O demônio familiar: lavadeiras, amas-de-leite e criadas na narrativa de Júlia Lopes de Almeida*. Luso-Brazilian Review, vol. 44, 2007.

³⁰⁹ *Folha do Norte*, 7 de maio de 1896, p. 1, ed. 128. Por meio do rastreamento da vida parisiense do século XVIII, a historiadora francesa Arlette Farge compreendendo a rua como um lugar vital, expressou-se sobre o século que estudou como extremamente sensual, efervescente e muito gestual, de modo que não foram as coisas visíveis do cotidiano que lhe capturaram o olhar, mas as silhuetas e, sobretudo, os gestos corpóreos, desde os minúsculos e imperceptíveis, os quais, embora adquiram pouca evidência na ordem da história, são pequenos acontecimentos que remetem a formas de comunicação corriqueiras nas quais a linguagem corresponde também a culturas e saberes inteiramente particulares e pessoais. FARGE, Arlette. *Vivre dans la rue à Paris au XVIII e siècle*. Paris: Éditions Gallimard/Éditions Julliard, 1992.

davam certo ar de malícia.³¹⁰ Por meio da sensualização da figura da mulata, Ferruggia a concebe como a imagem da mulher sedutora e dissimulada, muito recorrente nas obras artísticas e culturais luso-brasileiras, nas quais são vistas também como mulheres promíscuas. Aluísio de Azevedo, em *O Cortiço*, reproduz esse imaginário na personagem da mulata lavadeira Rita Bahiana. Por meio de suas outras personagens lavadeiras amigas de profissão de Rita em reunião durante o trabalho, Azevedo descreve a mulata como uma pessoa boa, porém, louca, muito assanhada e promíscua, avessas a preceitos morais e compromissos sociais, especialmente ao casamento. Sobre isso, Azevedo deixava bem claro o que pensou ser a posição de sua personagem: “Casar? Protestou a Rita. Nessa não cai a filha do meu pai! Casar? Livra! Para quê! Para arranjar cativo? Um marido é pior que o diabo; pensa logo que a gente é escrava!”³¹¹

Em tempos de agravação das crises econômicas que afetavam especialmente as classes pobres devido a consequente elevação dos preços dos alimentos, as lavadeiras procuravam, por livre iniciativa, atualizar o valor de seu trabalho em conformidade ao estado financeiro que a economia demandava. Na crise ocorrida em Belém em 1882, enquanto dependiam em grande parte dos aguadeiros para o transporte da água com a qual realizavam suas tarefas, viram o preço desse produto ser elevado muito acima do que costumavam cobrar pelas lavagens de roupas. Acompanhando esses trabalhadores que se adiantaram em elevar o preço da água, as lavadeiras, juntamente às engomadeiras, decidiram também por elevar o preço de seus serviços de lavagem e gomagem de roupas. E mais do que isso: tiveram a ousadia de divulgar por meio da imprensa a decisão que haviam tomado, justificando-se.³¹²

Em períodos de crises políticas, as lavadeiras também souberam impor-se contra as medidas arbitrárias que afetavam seu trabalho. Nos anos que antecederam a sua deposição, Antônio Lemos, frente às críticas públicas sobre as medidas que apreendiam roupas encontradas a quilar em logradouros públicos e sujeitavam as lavadeiras a pesadas multas, concedeu uma espécie de indulto geral às lavadeiras que tiveram as roupas apreendidas.³¹³ Mas os governos seguintes que ainda estariam por atravessar períodos de séria instabilidade política, retomariam essas medidas e as tornariam ainda mais arbitrárias. Indignadas com as atitudes das autoridades

³¹⁰ FERRUGGIA, Gemma. *Nostra Signora del Mar dolce: missioni e paesaggi de Amazzonia*. Milano: Tipografia Editrice L. F. Cogliate, 1901, p. 38. “Passano le brasiliane sottili, piccine, dai miti occhi oscuri, dal sorriso um po’ triste: passano le forti negre dalla veste a righe vivaci: e le magnifiche mulatte, che sembrano fuse in bronzo, com le belle spalle e le tornite braccia nude, lente e sedutricci nelle candide vesti di mussola lieve, com gli occhi socchiusi e sulle labra il loro famoso sorriso di sfingi amorose.”

³¹¹ AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. São Paulo: Maria Claret, 2002, p. 62.

³¹² *Diário de Notícias*, 2 de agosto de 1882, p. 2, ed. 172.

³¹³ *A Província do Pará*, 13 de maio de 1909, p. 1.

municipais, as lavadeiras decidiram paralisar seus trabalhos em protesto e assim ameaçaram permanecer enquanto o Governo Municipal se mantivesse a recolher e apreender as roupas que encontravam estendidas nos logradouros públicos.³¹⁴

Segundo Maria Odila da Silva Dias, as lavadeiras, muitas das quais, solteiras e mães soltos, eram enunciadas como mulheres que procediam à substituição de atribuições de homens ausentes, obrigadas pelas circunstâncias a improvisar papéis masculinos, gerando e participando de paralizações, motins e quebra-quebras quando se viam ameaçadas pela carestia de gêneros alimentícios ou pela falta de água nas torneiras públicas.³¹⁵ Fosse na defesa, em ocasiões de ameaças à sobrevivência, do direito ao trabalho e da sua justa remuneração ou nas ocasionais crises de abastecimento hídrico que rondavam o cotidiano das donas de casas e afetavam o seu trabalho, essas mulheres, revoltadas, estavam dispostas a confrontar a sociedade por meio da paralisação de seus serviços ou, enraivecidas, por meio de protestos violentos, danificar as torneiras e chafarizes públicos. Esses últimos eram mais comuns, de modo que, incluídas entre as que as autoridades chamavam de pessoas “mal intencionadas”, as lavadeiras, algumas vezes responsáveis pela destruição desses bens, recebiam especial vigilância dos agentes da fiscalização municipal e ironicamente tratadas por eles como mulheres “desocupadas”.³¹⁶

De outro modo, devido à representação da lavadeira com a mulher pobre, são elas referenciadas no imaginário popular de maneira negativa por serem consideradas rixentas e conflituosas. Esse imaginário reforçava o estereótipo da mulher indisciplinada e sem moderação, a qual, sem lei e regras de horário e dia de trabalho impostas por marido ou patrão, podia reservar, para si, tempo para lazeres extraordinários. Azevedo, enfatizando que Rita Bahiana vivia em sambas e pagodes, atribui-lhe, por causa disso, o defeito da vadiagem.³¹⁷ Longe da rigidez da disciplina do trabalho das lavanderias, as lavadeiras tradicionais tinham um cotidiano de trabalho livre de ordens superiores. Podiam determinar o ritmo de seu trabalho e, com isso, darem-se ao direito de recusar lavagem e planejar momentos de lazer, sair pelas ruas, ir a bailes e frequentar botequins onde podiam se embriagar. Associadas à desordem e à imoralidade, nos relatos jornalísticos os cronistas não economizavam no deboche e no sarcasmo quando se tratava de zombá-las. No caso de Raimunda Sotera da Silva, depois de a identificar

³¹⁴ *Estado do Pará*, 26 de janeiro de 1913, p. 2 ed. 656.

³¹⁵ DIAS, Maria Odila L. da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 56-58.

³¹⁶ Atos e Decisões do Executivo Municipal (1897-1901). 3 de novembro de 1901. Belém: Secção de Obras a vapor d'A *Província do Pará*, 1902, p. 363.

³¹⁷ AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. São Paulo: Maria Claret, 2002, p. 43-45.

como mulata, paraense de 30 anos, presa por estar embriagada e a praticar desordem no centro da cidade, o cronista do jornal *O Pará* não titubeou: “Seu ofício? Lavadeira.”³¹⁸

As lavadeiras desordeiras e turbulentas detidas e levadas à prisão comumente eram tratadas nos jornais de forma mais contundente quando relacionadas à *vagabundagem*.³¹⁹ E nesse ponto, as lavadeiras experimentavam, junto às criadas domésticas, o peso da ironia de serem cunhadas dessa maneira sabendo que eram trabalhadoras. Isso porque, quando se tratava de assim classificá-las, frequentemente o termo *vagabunda*, para elas, tinha menos intenção de descrevê-las como mulheres sem moradia que viviam a vagar pelas ruas da cidade sem trabalho do que imputar-lhe uma condição que remetia a sua honra moral relacionada ao aspecto sexual. Nesse sentido, os atos que a levaram à prisão estariam relacionados ao ofício de lavadeira, mulher de vida livre e depravada, os quais, portanto, permitiam que passasse a ser julgada como prostituta. Trata-se claramente de uma questão de gênero, pois os homens julgados como *vagabundos* não passavam pela contestação da honra semelhante às mulheres, mas por serem indivíduos de vida ociosa e que tendo, como na definição Sidney Chalhoub, uma dívida com a comunidade, negava-se a pagá-la por meio do trabalho honesto.³²⁰

Indiscutivelmente, a luta pela sobrevivência travada cotidianamente pelas lavadeiras era perpassada por uma série de obstáculos, fossem elas operárias de lavanderias, criadas domésticas ou trabalhadoras autônomas. Por meio das fontes, notei que as trabalhadoras lavadeiras, nesse período, receberam diversos tipos de alcunha. De mulheres valentes a vagabundas, essas alcunhas nada mais eram do que um sinal de desafiadoras da ordem e da moral pública. Desse modo, ao enfrentarem sozinhas as regras sociais por meio das quais eram, como mulheres, reprimidas em seu comportamento e oprimidas em suas ações, buscavam estabelecer alternativas em seu cotidiano que lhe permitissem ir além da sua sobrevivência. No entanto, esse caráter de obstinação na luta cotidiana, foi, muitas vezes e por vários modos, estigmatizado, tendo sua imagem depreciada à condição de desordeiras que deveriam ser criminalizadas.

No entanto, evidenciando a condição de pobreza e o trabalho precário protagonizados por essas mulheres, revela-se um cotidiano atravessado por um diálogo entre

³¹⁸ *O Pará*, 27 de março de 1899, p. 2, ed. 398.

³¹⁹ Relacionada à *vadiagem*, considerada crime no século XIX, a *vagabundagem* era atribuída a pessoas, geralmente, pobres sem ofício ou moradia regular, normalmente apreendidas *vagando* pelas ruas. GARZONI, Larice de Castro. *Nas fronteiras do não-trabalho: trabalhadoras pobres e as definições de vadiagem no início do século XX*. Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 1, n. 2, 2009.

³²⁰ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 46.

gênero e classe que aponta para as condições específicas de subalternidade nas quais as suas experiências constituem elos frágeis de trabalho e existência no interior de um tecido social complexo e heterogêneo na medida em que, por meio da prestação de serviços e da circulação pelos espaços da cidade, improvisam modos de sobrevivência e trabalhos, especialmente em tempos instabilidades políticas e econômicas. Nesse sentido, era a dimensão do trabalho e da pobreza urbana que se impunha, de modo que mulheres pobres e, muitas vezes, moradoras em bairros distantes do centro urbano, procurassem se ajustar, por vezes, dentro de ocupações entendidas como semiqualificadas, como a lavagem de roupas e atividades domésticas diversas e predominantemente femininas.³²¹

Dias à fio, à agulha e tesoura

Depois das lavadeiras, um trabalho que ocupava bastante as mulheres na capital paraense era o de costureira. Chama a atenção nos jornais a quantidade de anúncios relativos ao ofício. Desde o *oferece-se* ou *precisa-se*, as costureiras aparecem em propagandas de casas comerciais que vendiam artefatos úteis à costura como linhas, agulhas e tecidos. Na divulgação das máquinas de costura, elas ocupavam um lugar especial. Em seus anúncios divulgados na imprensa belenense no ano de 1870, a fabricante *Singer* explorava a imagem da costureira doméstica por meio de gravuras onde a máquina, parecendo fazer parte da família, aparecia associada às mulheres donas de casa que, podendo utilizá-la para a confecção caseira de vestidos, roupas de homem e de crianças, ensinava suas habilidades à filha.³²² Logo depois, exporia novamente ao público a imagem da dona de casa, mas, dessa vez, como a mulher costureira profissional, a qual, solitária e previdente, na companhia da sua máquina num canto da casa, trabalha concentrada na produção das encomendas que recebera.³²³

³²¹ SANTOS, Carlos J. Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e Pobreza (1890 –1915)*. Annablume: São Paulo, 1998, p. 101.

³²² *Jornal do Pará*, 10 de setembro de 1870, p 4, ed. 200.

³²³ *Diário de Belém*, 23 de fevereiro de 1871, p. 4, ed. 43.



Figura 16: Anúncio Singer. Fonte: *Diário de Belém*, 23 de fevereiro de 1871, p. 4, ed. 43.

Desse modo, a máquina de costura aparecia na vida das mulheres como a novidade tecnológica que, ao mesmo tempo em era vista como uma aliada econômica, reunia em si a antiga prerrogativa das mulheres no trato com as agulhas e a praticidade de uma máquina que podia ser manejada em casa, sem prejuízo dos afazeres domésticos ou do cuidado com os filhos.³²⁴ Nos jornais, em meio às notícias sobre os intensos debates que tratavam do trabalho feminino na Europa e nos Estados Unidos, um articulista do final dos anos 1880, chegou a associá-las à emancipação feminina.³²⁵ Obviamente, tratava-se de um sarcasmo, mas, ironicamente, o desenvolvimento do comércio de máquinas de costura ajudou muitas mulheres a encontrar, na prática doméstica da confecção de roupas, uma maneira de trabalho remunerado para o complemento da renda familiar sem afastar-se do ambiente do lar e dos afazeres domésticos.³²⁶ E seria a *Singer*, no século XIX, que, por meio de suas campanhas publicitárias, as entenderia como o utensílio domésticos que permitiria às mulheres a impossível conciliação entre as tarefas domésticas e o assalariamento.³²⁷ E as fabricantes de máquinas cedo

³²⁴ MONTELEONE, Joana de Moraes. *Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: o trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas* (Rio de Janeiro, 1850-1920). Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 27, n° 1, 2019, p. 7.

³²⁵ *Jornal das Novidades*, 16 de junho de 1888, p. 3, ed. 12.

³²⁶ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 233-239.

³²⁷ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 223.

descobririam essas potenciais consumidoras e perspicazmente saberiam o que seu produto representava para elas, aprendendo a explorar inteligentemente essa condição de pobreza em suas campanhas publicitárias.

Uma filha a seu pai

Papai, me compre uma máquina
Que tire a gente da fome,
No mundo bem conhecida,
No mundo inteiro New Home.³²⁸

Sem dúvida, o público feminino era o principal alvo dessas campanhas e, por causa disso, as mulheres dificilmente deixariam de ser as personagens centrais das ferramentas publicitárias das campanhas de divulgação das máquinas. E as casas comerciais representantes das marcas na cidade, também sabiam explorar esse mercado de consumo feminino, apelando, especialmente, para a dificuldade financeira na qual essas mulheres viviam. A casa comercial *Machina de Ouro*, localizada na rua do Passinho, utilizava tanto a imagem de uma senhora viúva falida e desesperada por empréstimo no banco para comprar uma máquina³²⁹, quanto da jovem noiva que alertava seu futuro marido.

- Então, [...] ouve: quando marcas o dia do nosso casamento?
- Ó Eliza, não me fales mais nisso que me magoas!
- Olha, de todos os móveis não te esqueças principalmente da máquina de costura que eu, com ela, garanto-te as despesas da casa.³³⁰

Embora algumas campanhas se voltassem para o público mais abastado, em que pais mimavam filhas e noivos presenteavam noivas com máquinas, as maiores destinatárias das campanhas publicitárias divulgadoras das máquinas de costuras eram as mulheres das classes mais pobres. A se orientar pelos anúncios divulgados nos jornais, percebe-se que a sua aquisição era feita em números razoáveis por atelieres de modistas, alfaiatarias e, a partir da década de 1910, por fábricas de roupas instaladas na cidade. Mas embora esses estabelecimentos adquirissem conjuntos de máquinas e empregassem parte da mão de obra das costureiras, era entre as profissionais domésticas que se encontravam em maior número. Era esperado que as mulheres, desde muito jovens, aprendessem e assumissem as tarefas de cuidar das roupas da casa. Porque além de lavá-las e engomá-las, havia também as tarefas de remendá-las, ajustá-las. Tal como a tarefa de cozinhar, o aprendizado da costura entre as moças se dava desde jovem por meio da observação do trabalho das mulheres mais velhas. Mas o que, para muitas meninas,

³²⁸ *Estado do Pará*, 15 de fevereiro de 1914, p. 4, ed. 1040.

³²⁹ *A República*, 23 de fevereiro de 1890, p. 2, ed. 6.

³³⁰ *A República*, 30 de março de 1890, p. 2, ed. 36.

parecia ser apenas um treinamento para uma função cotidiana de uma tarefa doméstica, para outras, poderia significar a aprendizagem para o exercício de um futuro negócio.³³¹



Figura 17: Oficina de Costura do Instituto Gentil Bitencourt. Em educandários femininos, as meninas eram treinadas na costura a fim de se tornarem geradoras de uma renda familiar. Fonte: **Álbum do Estado do Pará**. Mandado organizar por S. Ex. o Sr. Dr. Augusto Montenegro, governador do Estado: oito anos do governo (1901 a 1909). Paris: Imprimerie Chaponet, 1908, p. 296.

Embora conseguissem obter experiência suficiente, eram poucas as margens de chances de destaque social para a maioria das costureiras. Geralmente, essa chance aparecia para poucas meninas já com alguma experiência que eram aceitas para trabalhar como aprendizes nos atelieres de modistas, onde continuavam nos treinos do manuseio da tesoura, da agulha e da máquina de costura e da execução do talhe e da costura dos tecidos. Não devidamente habilitadas para se encarregarem sozinhas de um trabalho, as aprendizes se ofereciam para o trabalho em atelieres em troca de um parco salário, a exemplo da jovem espanhola Júlia Salgado, de 18 anos, aceita para trabalhar no atelier da modista Júlia Gomes, na avenida Generalíssimo Deodoro.³³² No entanto, para a maioria das jovens costureiras, restava apenas o sonho e o trabalho solitário do lar como parte de uma de suas tarefas domésticas, costurando para a própria família ou a pedido de encomendas.

A máquina de costura, sem dúvida, era uma aliada das mulheres que quisessem ter um trabalho remunerado. Em contrapartida, era também uma aliada dos pais e maridos que,

³³¹ MONTELEONE, Joana de Moraes. *Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: o trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920)*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 27, nº 1, 2019, p. 1.

³³² *A Província do Pará*, 29 de outubro de 1902, p. 3.

necessitados de uma contribuição financeira da parte das filhas e esposas, preferiam vê-las no trabalho dentro dos limites do ambiente doméstico. No entanto, havia algumas opções de empregos fora do lar que rompiam esses limites para as costureiras. Em Belém, ateliers de modistas absorviam uma parte dessa mão de obra. Para isso, possuir conhecimentos na confecção de vestido da moda era o diferencial determinante. Afinal, o trabalho de uma costureira de atelier era destinado, em sua maior parte, a um grupo de mulheres ricas que buscavam pelos serviços das modistas. Atuantes em Belém desde o início da segunda metade do século XIX, as modistas eram profissionais que se apresentavam geralmente como francesas recém-chegadas de Paris, onde haviam adquirido vasta experiência na arte da costura. Como a prática da cultura de vestimenta representava estar trajado simbolicamente de elegância, de luxo e de modernidade, mostrar que se sabia vestir os outros com as noções do reduto da moda ocidental era o segredo que permitia a essas mulheres acessar determinados espaços e alcançar prestígio moral e distinção social.³³³

Em seu estudo dissertativo, Martins Júnior observa que o vestuário era um dos itens mais caros a ser adquiridos pelas mulheres que precisavam, por razões distintas, ser constantemente substituídos.³³⁴ Nesse sentido, era obrigatório às modistas que estivessem sempre atualizadas das últimas novidades do mundo da moda. E a imprensa jornalística acompanhava o desempenho dessas mulheres. Para isso, dedicavam espaços especiais em suas folhas a seções como a *Crônica da Moda*, do jornal, *Folha do Norte*, onde o articulista – ou a articulista – comentava sobre as novidades da moda e indicava as modistas belenenses que estavam mais atentas a essas novidades. Na ocasião em que exaltava o trabalho da modista Madame Jane Avaert, estabelecida com atelier na rua Vinte e Oito de Setembro, nº 5, ressaltava que era a mais famosa da capital paraense por causa dos incomparáveis aspectos positivos de seu profissionalismo expressos, especialmente, na originalidade de seus cortes, no bom gosto dos adornos e na perfeita e fiel observância das regras soberanas da moda vista em importantes capitais europeias:

Ainda agora, a aprimorada artista anuncia para hoje e amanhã, uma grande exposição [...] à qual auguramos novos e ruidosos sucessos. Parece que tal exposição é, na realidade, a execução fidelíssima dos mais recentes modelos e figurinos europeus, - o que equivale a colocar Belém, quanto à elegância, ao nível desses centros requintados que se chamam Paris, Londres e Viena.³³⁵

³³³ BARBOSA, Everton Vieira. *Costuras em papel: a moda parisiense e suas relações com o Rio de Janeiro e São Paulo*. Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2021, p. 109.

³³⁴ MARTINS JÚNIOR, Rui Jorge Moraes. *Visto, logo existo: moda, sociabilidade feminina e consumo em Belém no limiar do século XX*. Dissertação de Mestrado – Universidades Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2010, p. 12.

³³⁵ *Folha do Norte*, 23 de fevereiro de 1900, p. 3.

As modistas que possuíam ateliers podiam contratar grupos de experientes costureiras. Mas havia aquelas que se disponibilizavam ao serviço em ateliers de lojas de roupas. Para esse serviço, apresentavam-se como profissionais do corte e da costura. Embora não muito recorrente, era um recurso que podia lhes garantir maiores oportunidades de trabalho, pois, sendo modista e costureira, elas declaravam que eram capazes de se atentar aos figurinos de acordo com as últimas modas e realizar a sua confecção sem auxílio de terceiros. De maneira semelhante, fazia-se mais conveniente a um eventual interessado na contratação de uma modista que executasse os dois serviços. Isso geralmente ocorria porque nem todas as modistas possuíam atelier próprio, ficando, assim, dependente da contratação de algum proprietário de loja de roupas que estivesse interessado em seus serviços, tal como os proprietários da Camisaria “Centro da Moda”, localizada na travessa Frutuoso Guimarães, os quais se mostravam necessitados dos serviços de uma modista que também fosse costureira para o atelier de seu estabelecimento comercial.³³⁶

Mas fosse na gerência de um atelier alheio ou na direção de seu próprio estabelecimento, as modistas, além de ter sob seu comando um grupo de costureiras, se articulavam como verdadeiras negociantes. Retratando o cotidiano de trabalho dessas mulheres, Ovídio Filho, em seu romance *Maria Luíza*, divulgado na seção Folhetim do jornal *Diário de Notícias*, narra a história da modista Madame Virginie, moradora na cidade de Recife do final do século XIX. Virginie havia aberto um atelier de costura a fim de explorar o mercado da moda na capital pernambucana e, assim, fazer fortuna por meio de seu trabalho. Em seu estabelecimento de produtos diversificados podiam ser encontrados desde os mais caprichosos bordados, sedas, lãs, tecidos, rendas e véus para noivas, até pós para dentes, para as faces, águas para *toilettes* e essências. Abastecida de produtos tanto para o público feminino quanto para o masculino – gravatas, lenços, luvas, para espetáculos e bailes –, Virginie procurava agradar a todos os que a procuravam em seu estabelecimento comercial, cativando com os seus amáveis sorrisos e delicados cumprimentos. Era, enfim, a imagem de uma mulher de sucesso que, segundo Ovídio Filho, “sabia bem representar o seu papel de negociante.”³³⁷

Na vida fora do romance, as mulheres envolvidas no mundo da moda também eram empreendedoras. Conforme afirmado por Joana Monteleone, no Brasil, esse mundo, não se limitando apenas de trabalho de produtora de vestidos, abrangia uma diversidade de produtos ligados ao cotidiano feminino que podiam ser comercializados. Desse modo, as modistas podiam reservar pequenos espaços para a exposição desses produtos ou podiam abrir

³³⁶ *Folha do Norte*, 10 de outubro de 1900, p. 3.

³³⁷ *Diário de Notícias*, 14 de novembro de 1891, p. 2 ed. 146.

estabelecimentos especialmente pra esse tipo de negócio. Enquanto a algumas mulheres era permitido a abertura de ateliês de costura, a outras era permitido ser proprietária de loja de importações. Geralmente imigrantes ou viúvas, essas mulheres tiveram negócios e os administrariam com relativo sucesso, empregando outras mulheres como vendedoras ou costureiras.³³⁸ Em Belém, as Madames Pinto Gomes dirigiram uma loja de confecções e artigos de luxo, a *Grand Salon de la Mode*, na rua Treze de Maio, nº 91, onde se podia encontrar a venda “grande variedade em corte de seda e adornos para chapéus, capotas, espartilhos, plumas, flores, fitas, rendas, perfumarias e tudo que diz respeito a um completo adorno de uma senhora fina e elegante.”³³⁹

As mulheres, compunham, assim, o principal público das modistas e, embora algumas se dispusessem à confecção de roupas masculinas, eram as alfaiatarias que os homens procuravam quando precisavam desse serviço. Os alfaiates eram homens que lidavam com o ofício da costura, entretanto, exclusivamente de roupas masculinas. O mercado do trabalho de costura também era exercido por eles. Homens costureiros, uma mão de obra formada especialmente no Instituto Lauro Sodré, onde havia uma oficina de alfaiate que treinava meninos para esse trabalho. No entanto, como observou Perrot, o trabalho com os tecidos e as costuras era entendido como uma *vocação natural* das mulheres, que fazia parte da natureza feminina, assim como os cuidados com as crianças e com a cozinha.³⁴⁰ Provavelmente, por causa disso, o número de *costureiros* em Belém não tenha sido tão expressivo que merecesse ser registrado e tenha diminuído gradativamente com o passar do tempo a ponto de os alfaiates começarem a contratar costureiras para os seus estabelecimentos.³⁴¹

Embora pudessem trabalhar como subalternas a modistas ou alfaiates, a maioria das costureiras exercia o seu ofício em casa. Seguindo a reflexão de Laura Junqueira de Mello Reis, pensar em quem eram essas mulheres é entrar em um mundo de *esquecimento* de suas figuras, especialmente porque tal ofício era composto, geralmente, por mulheres com menores condições financeiras. Mulheres sem nomes que geralmente se apresentavam nos anúncios de oferta de trabalho se identificando apenas como confiáveis, hábeis em seu ofício e respeitáveis no trato com as clientes e que não adquiriram um papel identitário como as modistas, embora a

³³⁸ MONTELEONE, Joana de Moraes. *Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: o trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920)*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 27, nº 1, 2019, p. 7.

Jornal das Novidades, 16 de junho de 1888, p. 8, ed. 12.

³³⁹ *O Pará*, 14 de julho de 1898, p. 4 ed. 186.

³⁴⁰ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 178.

³⁴¹ *Estado do Pará*, 11 de novembro de 1918, p. 3, ed. 2739.

sua a função fosse essencial na produção das roupas. Era mais uma vez a falta de reconhecimento do trabalho manual feminino, o trabalho da base na linha de produção, o qual, no caso das atividades das costureiras, eram, na prática, tão ou mais essenciais do que as das modistas, visto que eram aquelas que, ocupando-se em delinear, cortar e, obviamente, em costurar o tecido, produziam os trajés.³⁴²

Se antes os serviços de tesoura e agulha eram vistos como exclusivamente domésticos, nos atelieres das modistas, as costureiras tiveram a oportunidade de exercê-los fora de casa. No entanto, seria nas fábricas de roupas que elas experimentariam, tal como as lavadeiras nas lavanderia, a sensação do distanciamento do ambiente doméstico no exercício de seu trabalho. Embora o processo de costura permanecesse exigindo alto grau de concentração na dinâmica de controle da máquina e acabamento na produção das peças de roupas, na fábrica, as costureiras não mais tinham a figura próxima das modistas a orientar as suas atividades, tampouco o espaço reservado das suas casas onde podiam trabalhar solitariamente. Em relação à rotina de trabalho no ambiente fabril, o espaço no qual se encontravam era amplo e com máquinas dispostas em fileiras uma atrás da outra. Em movimento, as máquinas produziam um ruído contínuo e intenso que provocava desconforto acústico. Com o início e o fim do trabalho diário condicionado ao apito, na fábrica, desfazia-se a ideia de autonomia e a fuga de estruturas hierárquicas, e as relações de trabalho eram limitadas ao tempo e ritmo de trabalho.³⁴³

Na segunda metade da década de 1910, havia em Belém, pelo menos, três fábricas de roupas – a fábrica Leão, na rua Senador Manoel Barata; a fábrica Fiel, na rua Santo Antônio; e a fábrica Aliança, nessa mesma rua – que empregavam um número consistente de costureiras. Mas havia outros setores fabris onde poderiam ser encontradas a exercer seus ofícios, a exemplo das fábricas de chapéu de palha e fábricas de luva. Na Fábrica de Chapéus de Palha, localizada na travessa Rui Barbosa, elas encontrariam emprego por meio da experiência com a agulha, a linha e a tesoura na forração e costura das bordas dos chapéus.³⁴⁴ E se como costureiras, essas mulheres não exerceram, nas fábricas, atividades dissociadas a doméstica de costurar, como mulheres, dificilmente se encontrava distantes dos elementos que faziam parte do exercício desse ofício. Na fábrica de botões Jarina, localizada na rua de São Brás, compunham a quase

³⁴² REIS, Laura Junqueira de Mello. “*Encarrega-se de fazer tudo que lhe encomendar a moda*”: o trabalho das modistas e costureiras (Rio de Janeiro, 1815- 1840). ANPUH- Brasil – 31º Simpósio Nacional de História, Rio de Janeiro/RJ, 2021.

³⁴³ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Costurar e batalhar: o cotidiano de trabalho e de luta feminina* – São Paulo (1900-1930), In: *Feminismos: Teorias e Perspectivas*. Vol. 8, nº 112, 2000, p. 273.

³⁴⁴ *Estado do Pará*, 9 de abril de 1916, p. 7, ed. 1822.

totalidade entre os empregados na fabricação do produto.³⁴⁵ E na fábrica de cordas Perseverança, instalada na rua Rui Barbosa, contava com 100 mulheres em seu grupo operariado.³⁴⁶

Mas a indústria têxtil que se mostrava como o setor que mais empregava mulheres, contudo, não constituía o único reduto. Desde o final do século XIX, fábricas como a de doces Palmeiras contavam com mulheres em seu quadro de empregados, bem como as de cigarro, Soares da Costa & C.^a, na rua da Industria,³⁴⁷ nas quais “regurgitavam de operárias.”³⁴⁸ Fazendo-se notar cada vez mais nos ambientes fabris, a presença das mulheres nas fábricas tornou impossível negar a importância e as modificações que essa nova participação trouxe aos códigos identitários do mundo operário, especificamente porque elas começaram a entrar nesse mundo do trabalho no momento em que as relações de trabalho marcadas por um ambiente de intensa relações pessoais entre patrões e empregados estavam dando lugar às fábricas, um ambiente marcado por relações impessoais caracterizadas pelo aumento da distância entre proprietários e operários.

No interior das fábricas, as mulheres – bem como homens e crianças – conviviam diariamente com máquinas em movimento contínuo e indiferentes a sua presença. Interligadas por eixos, polias e correias acionadas por uma turbina central, essas máquinas obedeciam a um comando mecanicamente predeterminado ao qual o movimento do operário deveria estar sincronizado. Na fábrica Perseverança, 36 teares e 34 máquinas para a manufatura adquiriam vida instantânea depois de acionada, dando ritmo à produção de cabos, linhas e fios de vela.³⁴⁹ Para a fabricação de pão, bolacha, biscoitos e doces, a Fábrica Palmeiras empregava fôrmas mecânicas, potentes amassadeiras e máquinas cortadeira para moldar biscoitos.³⁵⁰ Em outras fábricas de diferentes setores de produção, serras, compressores e trituradores, movimentava-se freneticamente ignorando as mãos de quem as manuseavam. Embora os trabalhadores se esforçassem em se adaptar a exigência de movimento automático e sincronizado das máquinas, o risco de acidentes permanecia ameaçando a sua integridade física. Qualquer descuido e a ameaça se concretizava.

³⁴⁵ *Estado do Pará*, 19 de abril de 1921, p. 1, ed. 3628.

³⁴⁶ *O Estado do Pará na Exposição Nacional do Rio de Janeiro (1908)*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1908, p. 57.

³⁴⁷ *Anuário de Belém em comemoração ao seu Tricentenário (1516-1916)*. Organizado em colaboração por um grupo de intelectuais por iniciativa do eng. Ignacio Moura. Editora: Imprensa Oficial, 1915, p. 246.

³⁴⁸ *Estado do Pará*, 2 de julho de 1915, p. 1, ed. 1540.

³⁴⁹ *Folha do Norte*, 25 de fevereiro de 1897, p. 2, ed. 421.

³⁵⁰ *Correio Paraense*, 1 de outubro de 1893, p. 1, ed. 420.

Para as operárias das fábricas de chapéus e roupas, acidentes com agulhas e tesouras tinham suas ocasionalidades por serem objetos pontiagudos e cortantes. No entanto, peças do maquinário, tais como eixos e polias, podiam representar maiores perigos. E aumentavam quando combinados ao frenesi do processo de produção. Na ausência de um salário fixo, as operárias ganhavam por produção. Ganho ínfimo por peça que, para chegar a um soldo relevante, tinha-se que produzir inúmeras peças em menos tempo possível. Aurora Rodrigues, cuja tarefa era a de costurar as bordas dos chapéus na Fábrica de Chapéus de Palha, em mais um dia de trabalho que parecia correr na normalidade, ao baixar-se para ligar a máquina na qual trabalhava, teve os cabelos presos ao eixo de transmissão.³⁵¹ Cândida da Conceição, da Fábrica de Roupas Aliança, também se viu presa pelos cabelos à polia da máquina na qual se ocupava de casear roupas.³⁵² além de machucar bastante, acidentes como estes poderiam ocasionar graves escarpelamento nas mulheres, podendo piorar devido à demora na chegada do socorro hospitalar.

Destaca-se, ainda, em meio à perigosa convivência com as máquinas no interior das fábricas, o ruído ensurdecedor dos motores que davam movimento às máquinas e as batidas compassadas dos teares poderiam causar problemas auditivos. E sobre os perigos à saúde respiratória que podia representar um espaço submetido a uma higiene precária com pouca ventilação, o ar confinado, a poeira constante e os resíduos de tecido soltos no ar, inspirados, podiam deixar o corpo muito vulnerável a irritações cutâneas e doenças infecciosas como a tuberculose.³⁵³ Some-se a isso, os poucos salários que as costureiras recebiam não era, insuficientes para lhes garantir refeições regulares. O problema da alimentação, assim, era mais uma das ameaças à integridade física que rondava o cotidiano dessas mulheres. Mal remuneradas e mal nutridas, tinham que conviver com ocasionais atrasos no pagamento desses salários. Atrasos que poderiam comprometer não apenas a alimentação diária, mas também a moradia. Muitas dessas mulheres dependiam desse salário para o pagamento do aluguel do local onde moravam.

E o patronato sabia explorar essa condição de miséria das operárias. Provenientes, em geral, das classes mais baixas, eram-lhes as preferidas, notadamente, por causa da sua condição social, pois, vistas pela sociedade como as mais desprotegidas e vulneráveis, acreditava-se que estivessem dispostas a se submeter a todo tipo de abusos em defesa de seu

³⁵¹ *Estado do Pará*, 28 de maio de 1914, p. 2, ed. 1141.

³⁵² *Estado do Pará*, 4 de fevereiro de 1917, p. 3, ed. 2098.

³⁵³ MORAES, Mirtes de. *Imagens e ações: representações e práticas médicas na luta contra a tuberculose em São Paulo (1899-1930)*. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

emprego. Nesse ponto, a condição de gênero justificaria os abusos, pois, entendida como as que poderiam receber menores salários em vista das tarefas que desempenhavam sem especialização técnica e pela falta de esforço muscular, acreditava-se que, por força da condição de pobreza, essas mulheres se sentissem obrigadas a se submeterem a salários bem mais baixos do que os dos homens. Em vista disso, é simbólico que no primeiro aniversário de inauguração da fábrica de cordas Perseverança, um de seus anúncios a procura de trabalhadores dizia que se precisava de moças para trabalhar em seus teares de estopilha, destacando a preferência: “filhas de famílias pobres”.³⁵⁴

Mas além dos obstáculos representados pelas precárias condições de trabalho e poucos salários a que eram sujeitadas a receber, as operárias conviviam ainda com o estigma da mulher que ia contra a natureza feminina da maternidade, por abandonarem seus filhos e lares para trabalhar. Além disso, era a figura feminina mais problematizada no setor trabalhista, tendo, nos discursos de políticos, educadores e dirigentes sindicais reformistas, veementes protestos contra a sua atuação no trabalho que reclamavam o fim do emprego fabril de mulheres por constituírem uma força de trabalho não-qualificada, moralmente comprometida e indiferentes à organização social.³⁵⁵ Na imprensa, os jornalistas as viam como a total oposição do modelo da mulher passiva, ingênua e inconscientes. Tinham, em suma, como enfatiza Perrot, o perfil que não se conformava ao socialmente estabelecido de feminilidade.³⁵⁶

De outra forma, a impressão deixada pelos representantes das classes comerciais e industriais belenenses buscavam consolidar uma imagem particular das operárias em seus meios impressos de divulgação. No livro de apontamentos sobre os setores comerciais de Belém distribuído nas Exposições Industriais, divulgava-se, de modo geral, a imagem de um operariado paraense disciplinado e pacífico justificada por uma suposta ausência de queixas sobre condições de trabalho e salários. Era um operariado que, embora não vivesse na abundância, estava longe de se aproximar da miséria e, portanto, distante das ameaças de greves.³⁵⁷ Ao expor ao conhecimento do investidor estrangeiro um conjunto de fábricas existentes em Belém, o autor do livro *O Estado do Pará na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908*, destacava a fábrica de cordas Perseverança com suas seções de estopilha, fios de vela e cordoaria. No entanto, é sobre o comportamento do operariado que ele se concentra, enfatizando que na fábrica prevalecia um operariado disciplinado e ativo que todos os dias

³⁵⁴ *Diário de Notícias*, 9 de janeiro de 1897, p. 2 ed. 6.

³⁵⁵ WEINSTEIN, Barbara. *As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não-qualificadas a esposas profissionais*. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 4, 2008.

³⁵⁶ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru, São Paulo: Edusc, 1998.

³⁵⁷ *O Estado do Pará: apontamentos para a Exposição de Chicago (1892)*. Sem informações bibliográficas, p. 115.

trabalhavam com afincos e ordem: “Entre 130 homens e mulheres que ali trabalham reina a maior harmonia”.³⁵⁸

E se, entre os homens, o perigo das greves estava distante por causa de sua obediência, entre as mulheres, a garantia era ainda maior. Isso porque as operárias – muitas oriundas de setores de trabalhos domésticos –, encarnavam, aos olhos da opinião pública e do patronato, um modelo de passividade, sendo consideradas menos dispostas a aderir às lutas operárias e também pouco propensas às greves.³⁵⁹ Nesse sentido, acreditava-se que, sendo as operárias dóceis e, por causa disso, de fácil manipulação, não se corria o risco de paralizações e greves.³⁶⁰ Para o patronato, enquanto passivas e obedientes, as operárias eram toleradas em suas fábricas por garantirem seu bom funcionamento e produção estabelecida, um discurso reforçado pelo autor do livro *O Estado do Pará na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908*, quando exaltava a maciça presença de operárias na fábrica de cordas Perseverança, registrando que “tantos braços femininos nos teares de uma fábrica só pode trazer salutare benefícios ao Estado”.³⁶¹ No entanto, o que se veria em 1918 e 1919 seriam grupos de operárias das fábricas que, visando pelo aumento de salário e melhores condições de trabalho, dariam início a greves por meio das quais protestavam também contra os abusos que sofriam no interior das fábricas.³⁶²

Organizadas e lideradas por mulheres, as greves das operárias da fábrica de roupas Aliança e da de cordas Perseverança não foram greves isoladas, elas se inserem num contexto mais amplo de greves que estavam em percurso em Belém e no Brasil, especialmente durante nas primeiras décadas do século XX.³⁶³ Em Belém, foram contemporâneas a greve dos foguistas e carvoeiros trabalhadores de companhias de navegação dos marceneiros da fábrica de móveis, em 1912. A estas, se seguiriam e teriam destaque na imprensa local, a greve dos motorneiros e condutores da companhia de bondes *Pará Electric*, que protestavam contra o excesso de horas de trabalho e a exiguidade de salário relativo; a greve dos carroceiros contra o aumento do imposto anual; mais a greve dos motorneiros e condutores da *Pará Electric*, em 1917 e 1918 – nesta última, os motorneiros e condutores tiveram o reforço dos operários sapateiros que logo

³⁵⁸ O Estado do Pará na Exposição Nacional do Rio de Janeiro (1908). Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1908, p. 57.

³⁵⁹ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Costurar e Batalhar: o cotidiano de trabalho e de luta feminino – São Paulo (1900-1930)*, In: *Feminismos: Teorias e Perspectivas*. Vol. 8, nº 112, 2000, p. 274.

³⁶⁰ PERROT, Michelle. *As mulheres ou o silêncio da história*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 151.

³⁶¹ O Estado do Pará na Exposição Nacional do Rio de Janeiro (1908). Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1908, p. 57.

³⁶² *Estado do Pará*, Edição da Manhã, 28 de setembro de 1918, p. 1, ed. 2695.

³⁶³ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

aderiram ao movimento grevista, bem como de estivadores e choferes. Por fim, na greve dos operários da Marcenaria Portuguesa, localizada na rua Treze de Maio, nº 92, por não obterem dos proprietários da empresa o aumento dos seus salários, os trabalhadores ameaçaram quebrar o maquinário ali existente.³⁶⁴

Na greve das operárias da fábrica perseverança em 1919, o protesto das trabalhadoras seria marcado pelo apedrejamento do prédio e veículos que tentavam entrar na fábrica e investidas violentas da polícia contra as operárias. No entanto, não era a primeira vez que as operárias dessa fábrica protestavam contra os abusos praticados por seus patrões. Pertinente lembrar que, em 1903, insatisfeitas com o baixo salário e as condições de trabalho a que eram submetidas, elas haviam realizado um protesto com breve paralisação dos trabalhos e carta subscrita contendo as suas queixas que fora enviada à redação do jornal *Folha do Norte* para ser publicada.³⁶⁵

Na imprensa, diariamente as informações deixavam o público leitor atualizado dos desdobramentos das greves. que, para além de expor os conflitos estabelecidos entre trabalhadores e patrões, construíam uma imagem desoladora da cidade: “Não se via nenhuma carroça a trafegar pelas ruas de Belém”.³⁶⁶ No entanto, no que diz respeito às greves femininas, o tratamento às operárias grevistas se mostrava solidário, não se fazendo críticas ao seu comportamento reivindicador. Sobre as causas que haviam levado as operárias da fábrica de cordas Perseverança a entrarem em greve, o articulista do *Estado do Pará* se manifestou à favor, opinando como “muito justa e até merecedora de apoio a pretensão das operárias”.³⁶⁷ Em relação às operárias da fábrica de roupas Aliança, relatava que eram sacrificadas em seu trabalho e sujeitas a muitos vexames e exploração e que, repetidamente, viam-se no risco de ter seus soldos reduzidos por qualquer danificação que houvesse nas máquinas. Sobre o perfil das operárias, registrava que eram grupos de mulheres formados geralmente por nacionais, jovens que dependiam desse trabalho para a própria sobrevivência e a sobrevivência dos familiares. “Essa moça, que conta 16 anos é a chefe de uma família composta de sua mãe e três irmãos menores”, registrou o repórter da *Folha do Norte* sobre uma delas.³⁶⁸

Na *Revista Comercial, Industrial e Agrícola do Pará*, dedicada aos interesses das classes descritas em sua nomenclatura, em texto que condenava os movimentos grevistas em Belém, o autor descrevia como injustificados e insubordinados os atos dos trabalhadores em

³⁶⁴ *Estado do Pará*, 27 de julho de 1918, p. 2, ed. 2632.

³⁶⁵ *Folha do Norte*, 10 de agosto de 1903, p. 2.

³⁶⁶ *Estado do Pará*, 9 de abril de 1914, p. 4, ed. 1092.

³⁶⁷ *Estado do Pará*, 4 de maio de 1919, p. 2 ed. 2912.

³⁶⁸ *Folha do Norte*, 3 de outubro de 1918, p. 2.

greve, condições que destoavam de uma suposta “índole pacífica do nosso povo”.³⁶⁹ Sobre as operárias, os proprietários da fábrica de roupas Aliança, embora dissessem não entender o motivo que as levava a greve, afirmavam que não tolerariam tal comportamento, prometendo demitir as grevistas e substituí-las por operárias obedientes a fim de evitar futuras revoltas.³⁷⁰ Afinal, envolver-se com práticas então associadas a homens turbulentos, era, para o sexo feminino, verdadeira ousadia. Habitados a uma imagem feminina de docilidade, a greve das operárias representava para o patronato “uma indecência, uma desordem [...] da submissão feminina”.³⁷¹

Se por um lado as informações fragmentadas e dispersas publicadas nos jornais nos fazem acompanhar o olhar curioso da imprensa sobre as greves das operárias como cenas que se rompem numa estrutura do cotidiano, caracteristicamente móvel, dinâmica e composta por diversos sujeitos sociais, por outro, percebe-se vozes femininas liderando protestos e estimulando as colegas a aderirem aos movimentos. Movimentos, à princípio, marcados pelo espontaneísmo das ações e brevidade das paralizações, mas, principalmente pela ausência de instrumentos organizativos. Embora compartilhassem semelhantes reivindicações com os operários de outros setores de produção e serviços e com eles se unissem em apoio às greves que marcaram a década de 1910 em Belém, as operárias grevistas estavam sozinhas e isoladas em relação à representação sindical. As da fábrica Aliança conseguiram ter acesso a audiência na sede da Federação das classes operárias de construções civis, onde funcionava a União dos Trabalhadores. No entanto, tiveram suas vozes secundadas pelo secretário da União, o qual, na prática, foi o que realizou um acordo com os proprietários da fábrica.³⁷² Em busca de um meio que pudessem ser ouvidas, às vezes recorriam à imprensa; outras vezes, às autoridades policiais, as mesmas que as prendiam como desordeiras.³⁷³

As reivindicações mais frequentes das operárias versava sobre salários, os quais, já sendo diminutos, eventualmente, tornavam-se ainda menores com a aplicação de multas impostas pelos patrões. E a isso se limitavam. Elas ganhavam bem menos do que os operários, no entanto, não se via contestações relativas a aumento nem à direito de igualdade salarial em relação aos operários, o que faz entender que os protestos femininos no mundo do trabalho fabril em Belém estavam mais associados à sobrevivência cotidiana do que a algum esforço de

³⁶⁹ Revista Comercial, Industrial e Agrícola do Pará publicada pela Associação Comercial do Pará. Belém (PA): Tipografia Delta Tipografia Delta, ano IX, nº 3, junho, 1919, p. 30-31.

³⁷⁰ *Estado do Pará*, 28 de setembro de 1918, p. 1, ed. 2695.

³⁷¹ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 291.

³⁷² *Estado do Pará*, 30 de setembro de 1918, p. 2, ed. 2697.

³⁷³ *Estado do Pará*, edição da manhã, 2 de outubro de 1918, p. 2, ed. 2699.

igualdade de gênero de motivação feminista. Do lado masculino, percebe-se que, para os patrões, essa condição era favorável enquanto que, para os operários, crescia, na época, uma indignação em relação à presença de mulheres nas fábricas. Vê-las tornar-se tão produtivas no trabalho quanto eles depois do uso das máquinas e receber menos por esse trabalho, fez os trabalhadores masculinos, que já começava a engajar-se nas primeiras lutas operárias, ver as trabalhadoras como concorrentes diretas que poderiam desvalorizar suas ocupações, uma vez que recebiam salários mais baixos.³⁷⁴

Observando o panorama financeiro da economia paraense desde o final do século XIX, percebe-se uma trajetória marcada por profundas crises econômicas que afetavam principalmente as classes pobres. E sendo as mulheres as que mais estavam atentas à economia doméstica, eram elas que mais sentiam a desvalorização monetária que diariamente se agravava. Os salários não acompanhavam o aumento dos preços dos bens de primeira necessidade, os quais eram elevados a cada crise, a qual, num contexto de Guerra Mundial (1914-1918) – momento no qual eclodiram, entre outras greves, as greves das operárias –, a situação se agravaria com a diminuição do comércio com o mercado europeu e norte-americano. Desse modo, não é à toa que entre as principais reclamações das operárias da fábrica Aliança estava a de receberem salários insignificantes que não lhes permitiam, ao menos, uma alimentação regular.³⁷⁵

Antes da consolidação da greve das operárias da fábrica de roupas em 1918, é possível observar na imprensa outros eventos de iniciativas femininas ligadas ao trabalho que revelam resistências e iniciativas por elas organizadas. Retornando a 1882, além das lavadeiras e engomadeiras que decidiram elevar os preços de seus trabalhos, um grupo de trinta e nove redeiras lideradas por Carlota Joaquina do Rosário, notificava, por meio de um breve anúncio publicado no jornal *A Constituição*, os lojistas de Belém, prevenindo-lhes de que, em vista do aumento dos preços dos alimentos, haviam resolvido elevar os preços das redes por elas produzidas.³⁷⁶ Em 1913, as lavadeiras voltariam, sob outra justificativa, a protestar publicamente em favor do direito de trabalharem, dessa vez, ameaçando paralisar seus serviços caso a Intendência Municipal não lhes devolvesse as roupas que, encontradas estendidas ao sol em locais públicos, haviam sido arbitrariamente recolhidas.³⁷⁷

³⁷⁴ ABREU, Alice R. P. *O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção*. São Paulo: Hucitec, 1986.

³⁷⁵ *Estado do Pará*, 28 de setembro de 1918, p. 1, ed. 2695.

³⁷⁶ *A Constituição*, 15 de setembro de 1882, p. 3, ed. 202.

³⁷⁷ *Estado do Pará*, 26 de janeiro de 1913, p. 2, ed. 656.

Embora esses eventos não fossem propriamente greves, o fato de essas mulheres se reunirem e se comunicarem com um objetivo comum podia sugerir uma ideia de organização e força em um contexto no qual eram julgadas como frágeis e submissas. Desse modo, a imposição de preço das redes feita pelas redeiras aos comerciantes de Belém, a elevação do preço dos serviços de lavagem e gomagem anunciado pelas lavadeiras, bem como a ameaça de greve feita pelas lavadeiras em protesto aos desmandos da autoridade pública, juntamente às greves das operárias da Fábrica Aliança e da Fábrica Perseverança por melhores condições de trabalho e salários ordinariamente pagos, embora fossem iniciativas pouco sindicalizadas, não deixavam de funcionar como um mecanismo concreto localizado em um quadro de resistências que pertenciam ao cotidiano feminino e que, de tempos em tempos, emergiam como dissonantes às expectativas sociais relacionadas às mulheres.³⁷⁸

³⁷⁸ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Costurar e Batalhar: o cotidiano de trabalho e de luta feminino – São Paulo (1900-1930)*, In: *Feminismos: Teorias e Perspectivas*. Vol. 8, nº 112, 2000, p. 276.

Capítulo IV: Nas vias acadêmicas

As mulheres na saúde

Nos estratos mais baixos da população, onde as mulheres podiam trabalhar em variados ofícios, tais como os serviços domésticos de cozinheira, ama de leite, lavadeira e costureira, prevalecia a ideia de que essas tarefas seriam a elas permitidas por causa da atribuição de uma certa *natureza* feminina nelas presente e por mantê-las, de certa forma, nos limites do lar, fosse esse o lar próprio ou um alheio. O rompimento desses limites, em especial, quando lavadeiras e costureiras passaram a ocupar postos de trabalho em fábricas como operárias, concedeu a elas uma razoável visibilidade social. Possivelmente, isso gerou alguma perturbação na mentalidade masculina da época que, embora continuassem socialmente toleradas – afinal, eram mulheres pobres que precisavam trabalhar e a elas se poderia pagar salários bem mais baixos do que os pagos aos homens –, tornaram-nas objeto de observação dos moralistas por consolidarem a sua presença no mundo do trabalho remunerado aquém ao espaço doméstico. Nos estratos mais elevados, entre as mulheres ricas, no que se refere ao acesso ao mundo do trabalho remunerado, a intolerância seria bem mais acirrada e não se daria sem muitos questionamentos, sobretudo porque parte das profissões almejadas por essas mulheres eram ofícios que, além de entendidos como de *natureza* viril, podiam dar destaque social a quem as exercesse, a exemplo da medicina.³⁷⁹

No presente capítulo, abordarei a inserção das mulheres no mundo do trabalho representado pelas profissões que exigiam formação acadêmica frente aos discursos que condenavam e desestimulavam essa inserção e notar que esses discursos haviam sido construídos e destinados, sobretudo, às mulheres dos estratos mais elevados da sociedade. Do que se observou nas perspectivas jornalísticas sobre o feminismo e do mundo do trabalho relacionado aos serviços domésticos que absorvia boa parte de mão de obra entre as mulheres pobres, inclusive o trabalho operário na indústria têxtil, os discursos que propalavam as ideias de que as mulheres não poderiam trabalhar fora de casa nem remuneradamente, incidia, especialmente, sobre as mulheres pertencentes a famílias de classe alta e média, as que, embora fossem educadas exclusivamente para ser esposa, mãe e dona de casa, tinham mais acesso à instrução. Serão elas que, entendendo que a instrução como viabilizadora da transformação da sua condição social, seja por meio de sua profissionalização, seja por meio um trabalho

³⁷⁹ COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.

remunerado conseguindo posteriormente tornarem-se profissionais, vão, aos poucos, lutando por espaços nas universidades do país.³⁸⁰

Embora eu não tenha encontrado, no exame das fontes, referência de algum envolvimento direto entre as mulheres belenenses e o movimento feminista, não há dúvida de que, a exemplo das mulheres que percebendo ser possível por meio dos estudos e formação profissional em vista da emancipação, os ideais feministas tenham sido elementos estimuladores da sua escolha. O próprio redator do jornal *Diário de Notícias* havia se referido a Valmont como uma literata cujas obras havia entendido como sendo o resultado e reflexo do movimento feminista.³⁸¹ Margareth Rago observa que, por meio da educação, aos poucos, as mulheres iam ocupando todos os espaços de trabalho possíveis, especialmente entre as jovens que provinham de camadas médias e altas, tornando-se, entre algumas profissões, médicas, advogadas, engenheiras, jornalistas, escritoras e professoras.³⁸² Em relação às que graduavam-se em cursos de medicina, era comum aos jornais noticiarem a saga das mulheres brasileiras que iam estudar fora do país, talvez, não tanto para mostrar aos seus leitores que as mulheres eram competentes e com igual inteligência aos homens, visto que, quando se tratava de desestimulá-las, eram imbatíveis:

Veremos de tempos a tempos uma mulher obter um diploma; mas não é provável que faça uso dele e exerça a profissão.
Sua ação se acharia demais restrita; não poderia aplicar seus conhecimentos senão em especiais e determinadas circunstâncias.³⁸³

O trecho acima, retirado de um texto divulgado em 1893 pelo jornal *A República*, de Belém do Pará, fazia um balanço das atividades de uma profissional médica e de uma profissional farmacêutica. Seu autor, Gustavo Simon, queria mostrar aos seus leitores em qual dessas profissões o exercício seria mais adequado às mulheres. A primeira, descrevendo a medicina, tratava-a como o exercício de uma ciência que exigia argúcia, agudeza de vista, atenção, observação contínua e meticolosos cuidados, virtudes estas que, ausentes nas mulheres, as incapacitava para o ofício. A segunda, na qual embora houvesse exigências semelhantes que as impediriam de destacar-se na profissão, era-lhe mais adequada, pois, observava, o laboratório podia ser visto como uma cozinha e o preparo de medicamentos como

³⁸⁰ CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. *Trabalho e emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)*. Dissertação (Mestrado). PPHIST – Universidade Federal do Amazonas, 2010, p. 15.

³⁸¹ *Diário de Notícias*, 4 de dezembro de 1897, p. 1, ed. 269. Maria Valmont, chegou a ser, juntamente a Ana Oliveira e Emília Pimentel, e mais um grupo de homens, redatora do jornal *A Escola*, órgão dos alunos da Escola Normal, periódico quinzenal dedicado às questões pedagógicas e sociais da Escola Normal. *A Escola*, 1 de agosto de 1892, ed. 5.

³⁸² RAGO, Margareth. *Trabalho Feminino e Sexualidade*, p. 603.

³⁸³ *A República*, domingo, 27 de agosto de 1893, p. 1, ed. 656.

a atividade de preparo de alimentos, visto que as fórmulas se assemelhavam às receitas. Desse modo, Simon concluía que a farmácia seria adequada às mulheres por causa do seu método que se assemelhava ao método de trabalho da dona de casa como cozinheira enquanto a medicina, sendo um ofício que exigia condições físicas e psicológicas que só existiam nos homens, representava para as mulheres apenas uma ambição que, na prática, teria seu exercício bastante limitado, podendo ser aplicado por elas somente em especiais e determinadas circunstâncias.

Simon não esclarece quais seriam essas circunstâncias. Pelo contrário, continua sua tese elencando uma série de obstáculos – na verdade, estereótipos consolidados – que impediriam uma mulher de bem exercer a medicina a começar por uma suposta insegurança que as próprias mulheres sentiriam em ser tratadas por uma médica. Em relação a essa insegurança, Simon inclui uma certa indiscrição feminina que poria o segredo profissional sob ameaça. Sobre o costume ambulante do médico da época, defendia que a médica, por ser mulher, não possuía capacidade física suficiente para percorrer as ruas da cidade, subir e descer escadas a fim de visitar os doentes em suas casas. Embora reconhecesse que nas mulheres havia qualidades próprias do médico, tais como a aptidão, a agilidade e a leveza nas mãos, para Simon, estas, nas médicas, seriam neutralizadas devido a existência de uma exacerbada sensibilidade feminina que não as predispunha para a realização de cirurgias. O sangue e o sofrimentos dos pacientes despertariam nela sentimentos de repugnância e piedade que se sobreporiam à frieza do agir médico. Enfim, física e psicologicamente impedida para o exercício da medicina, Simon aconselhava às mulheres a não forçarem portas que não lhes estavam franqueadas, mas procurar por aquelas que já se lhes encontravam entreabertas, como a da profissão de farmacêutica.

Na segunda metade do século XIX, o ofício da medicina era estimulado pelos pais em seus filhos. Tal como o direito, era uma profissão que rendia prestígio social e, por vezes, era utilizado como plataforma para uma carreira política. Em relação às mulheres que optavam pela medicina, no entanto, havia uma forte oposição muitas vezes expostas por meio de críticas como a de Gustavo Simon que eram divulgadas na imprensa. Pouco mais de duas décadas antes de Simon, em 1869, o jornal *Diário de Belém* divulgava um texto que continha uma reflexão sobre a norte americana Elizabeth Blackwell (1821-1910), considerada a primeira mulher médica. Assinado por *Escoliaсте Médico* – expressão por meio da qual o autor se apresentava como um exegeta do saber e da atividade profissional médica –, tinha o intuito de fazer uma análise sobre o ingresso das mulheres nessa atividade. Sob o argumento de que teriam sido as mulheres criadas por Deus para serem exclusivamente companheiras dos homens, ocupar o lugar mais santo da família e exercer a natural função da maternidade, o *Escoliaсте* atribuía às

mulheres, tal como faria Gustavo Simon, uma fragilidade física e psicológica que as impedia de exercer a medicina por causa das dificuldades que esta representava para as mulheres, visto que, tanto à formação quanto à prática da medicina as submetia a um processo de desfeminização.

Façam a médica, habituem-na às cenas de sangue, ensinem-lhe a rasgar as carnes com segurança e intrepidez, mandem-lhe olhar com indiferença e ânimo varonil para os sofrimentos do próximo, empanem-lhe o pudor, tirem-lhe a timidez das ações, esmaguem-lhe as expansões da ternura, arranquem-lhe o coração [...] Despoetizem-na de quanto é belo, nobre e delicado.
Digam-nos depois se o que fica foi, é ou poderá ser a *mulher*!³⁸⁴

Com mais ênfase, o *Escoliaste* atribuía ao ofício da medicina, por causa da sua crença em um exclusivo caráter masculino da profissão, uma ameaça à feminilidade. Submeter mulheres às provas da profissão poderia privá-las da condição de *mulher*. Com isso, o *Escoliaste* deixa claro o que se entendia sobre o *ser* mulher em sua época. Expressos em diversas ocasiões por meio de poemas e crônicas dedicados às mulheres, a noção de *ser* mulher a descrevia como *sexo frágil* (delicado, indefeso, vulnerável – tanto às investidas masculinas quanto a doenças como a neurastenia, por exemplo) e *belo sexo* (o qual deveria apresentar-se socialmente como bonito, gracioso, elegante). Eram condições que, tidas como as características *naturais* ao feminino e opostas a natureza do *sexo forte e feio* relacionado aos homens, eram incompatíveis com o exercício de certas atividades exclusivas ao masculino como a medicina. Era uma concepção comum alicerçada na mentalidade social e reforçada por discursos tanto da própria medicina quanto pelos discursos religioso e jurídico.

Construtor de uma representação de mulher o mais oposto e distante possível do seu, por meio da afirmação de que ela possuía como características marcantes a fraqueza e a beleza, enquanto ele, a força e a nobreza, o homem patriarcal, por meio dessa construção, afiançava o culto a uma mulher frágil, que deveria submeter-se à proteção, às ordens e aos desejos masculinos, cujo objetivo era o de assegurar, sobretudo, o direito de posse e controle sobre o dito *sexo frágil*.³⁸⁵ Na imprensa, esse culto era reforçado por meio da publicação de romances, contos e poesias, onde eram expressas as mais variadas concepções femininas pensadas pelos homens. Na prática, essas expressões reforçavam a ideia de que as mulheres eram belas porque tinham o gosto pela vaidade, pelos adornos e pela beleza, e que, quanto mais recorressem a recursos de embelezamento, mais próximas do ideal de feminilidade estariam. Frágil, dócil e angelical, na perspectiva romântica patriarcal onde a doçura feminina combinava

³⁸⁴ *Diário de Belém*, 28 de novembro de 1869, p. 2, ed. 22.

³⁸⁵ FREIRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 21a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

com a fragilidade, a mulher era uma espécie de anjo ou musa, na qual a pureza, a beleza e, sobretudo, a virgindade eram seus maiores atributos e seu *ser*.³⁸⁶

No entanto, na representação das mulheres como *belo sexo*, para ser bela, não bastava ser mulher e jovem, tinha que ser, especialmente, branca. Ou, como Machado de Assis atentou: pálida.³⁸⁷ E, nessa relação, onde a beleza estava associada à cor da pele, o grupo do *belo sexo* não abarcava as mulheres negras, mestiças e indígenas, visto que, estando a sua valorização relacionada ao desejo de reafirmação da ideia de superioridade da dita raça branca sobre as outras pelos setores da elite dos oitocentos, conservou-se, entre as mulheres, uma certa oposição entre o branco e o negro que será representado não tanto pela dicotomia *dominador x dominado*, mas por uma indiferença que marcará as primeiras fases do feminismo como predominantemente centradas na conquista de direitos relacionados às mulheres, não de modo geral, mas apenas de uma determinada classe social.

Afinal, o que pensavam essas mulheres sobre as mulheres pobres, estas que, em parte, eram casadas ou mães solteiras que viviam sozinhas, concubinas que mantinham com a força de seu trabalho as suas famílias ou que conseguiam dividir as responsabilidades de criação e manutenção dos filhos com seus companheiros? Mulheres doceiras, engomadeiras, lavadeiras, prostitutas, costureiras, que tinham livre acesso às ruas porque precisavam sobreviver por meio do comércio ambulante? E porque tinham livre acesso às ruas, eram possuidoras de uma liberdade que era praticamente impensável para as mulheres de classes mais abastadas. Eram mulheres negras, mulatas, indígenas que sempre estiveram em exercício no ramo informal do trabalho, o qual tinham como parte da estratégia de sobrevivência. Mulheres que, embora também fossem vistas pelos homens como submissas, tinham atitudes independentes, mas que, por ter a sua condição sexual como um agravante para a sua condição social...

[...] em grande parte, não se adaptam às características dadas como universais ao sexo feminino, como submissão, recato, delicadeza, fragilidade, etc. São mulheres que trabalham e muito, em sua maioria não são formalmente casadas, brigam, pronunciam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos que lhes são atribuídos.³⁸⁸

Eram, portanto, esses os critérios que demarcavam os limites determinantes do grupo de mulheres que se encaixavam no grupo do *belo sexo* ou *sexo frágil*, os quais estava aquém ao grupo hegemônico das mulheres pobres, negras e indígenas. De fato, nos jornais, quando se se refere aos discursos do feminino belo e frágil não se vê neles qualquer censura ao

³⁸⁶ DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 122.

³⁸⁷ Machado de Assis. *A Mulher Pálida*, p. 6. In: Machado de Assis. *A Mulher Pálida*, publicado originalmente em *A Estação*, 15/08/1881 e 30/09/1881.

³⁸⁸ SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 11.

trabalho às mulheres ocupadas em atividades como vendedoras ambulantes ou em serviços domésticos, ou ainda em atividade fabril, ou seja, às mulheres que buscavam no trabalho um meio de sobrevivência cotidiana. Contudo, observam-se tais discursos às que, pertencendo a classes abastadas, confrontavam os preceitos socialmente demarcados e aplicados às mulheres de suas classes e buscavam, no exercício de uma profissão, um meio de emancipar-se. Era aos pais destas que o *Escoliastes Médico* aconselhava, visando protegê-las, adiantando-se em lhes dar profissões dignas e próprias das aptidões atribuídas ao seu sexo, não incentivando nem financiando sua introdução no estudo de uma ciência cuja prática as destituiriam do caráter feminino e as transformariam em seres socialmente abjetos.

Nesse ponto, o *Escoliaste* se referia a vida pública que uma *doutora*, tal como os doutores, conseqüentemente teria que assumir para o exercício da sua profissão. Compartilhando do pensamento da época que opunha o *público* – o ambiente fora do lar – ao *privado* – o ambiente do lar –, queria dizer que as *doutoras*, de mulheres de famílias, honradas e preservadas no lar, ao se ocuparem no trabalho em espaços públicos, se tornariam mulheres públicas. Michele Perrot, ao tratar da categoria *mulheres públicas*, as define como aquelas mulheres que, rompendo com o *privado*, tornaram-se trabalhadoras, intelectuais e independentes.³⁸⁹ Nesse sentido, englobam-se nessa categoria um conjunto de mulheres trabalhadoras atuantes como professoras, secretárias, advogadas, médicas, mas também vendedoras ambulantes, criadas de residência ou hotel, operárias de fábrica, e... prostitutas. Sim, prostitutas. Estas que, corriqueiramente, até hoje, *a priori*, podem ser tomadas como sinônimo de *mulher pública*. Para o *Escoliastes*, elas eram. E isso o fazia entender, por conseqüência, que uma mulher pública era uma mulher sem honra e sem pudor, desastre moral do qual as médicas não escapariam. “Compreendeis uma mulher sem pudor? Não podeis admitir também uma doutora com pudor”.³⁹⁰

Em comum com as mulheres de classes média e alta da sociedade brasileira do final do século XIX, as paraenses compartilhavam a crença no modelo normativo de mulher que as aprisionava entre as balizas da fragilidade e da abnegação “exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual”.³⁹¹ Nesse momento no qual a imagem construída para a mulher destacava a sua fragilidade física e emocional, da qual decorriam sua delicadeza e debilidade moral, a tese da inferioridade intelectual feminina, então considerado

³⁸⁹ PERROT, Michele. *Mulheres públicas*. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

³⁹⁰ *Diário de Belém*, 28 de janeiro de 1869, p. 2.

³⁹¹ RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 62.

um fato incontestável, reforçava a crença de que as mulheres deveriam abster-se do desejo de adentrar numa área de conhecimento que visasse uma formação profissional mais específica, a exemplo da medicina. Desse modo, bastava cultivar a sua intelectualidade na medida necessária ao cumprimento de seus deveres tidos como *naturais*: obedecer ao marido, ser lhe fiel, cuidar dos filhos, administrar a casa. Nesse sentido, no que concerne à educação, os homens ingressavam no curso secundário vislumbrando o ensino superior, enquanto, às mulheres, as opções consistiam em frequentar as Escolas Normais, destinadas à profissionalização no magistério – uma profissão de bem menor prestígio do que a medicina – e o preparo para o mundo doméstico.³⁹²

Não bastasse o obstáculo da fragilidade física-psicológica, tida como fator que tornava as mulheres incapazes para o exercício da medicina, havia a ideia da inferioridade intelectual feminina. No jornal *Diário de Notícias*, de 21 de setembro de 1893, encontra-se um fragmento do artigo “O gênio e o talento nas mulheres”, escrito pelo criminalista italiano César Lombroso no final do século XIX. Nesse fragmento, Lombroso trata a respeito da capacidade mental das mulheres, argumentando que, embora houvesse muitas mulheres peritas no dedilhar das teclas de um piano que executavam belas canções, nenhuma havia que as compusessem. Para Lombroso, embora houvesse mulheres talentosas, encontrar uma mulher “gênio” era muito raro, acontecendo o contrário entre os homens, onde se podiam contar inúmeros “gênios” não apenas na música, mas também na pintura, na literatura e na ciência. Ignorando a condição de repressão feminina no que diz respeito à educação, Lombroso expressava a ideia comum entre os literatos e a classe científica de sua época, de que as mulheres não possuindo capacidade intelectual para assimilar, tampouco, produzir conhecimento, especialmente na área da medicina, não teriam capacidade para exercer a profissão. Quando aparecia alguma com genialidade – Lombroso reforça a teoria da mulher sem capacidade intelectual –, seria por “anomalia masculina”³⁹³, ou seja, mulheres que assumiam traços masculinos, vestindo-se e agindo como homens. Ligada a concepção de que as mulheres que possuíam inteligência para desenvolver determinadas tarefas, não seriam mais mulheres, degeneravam-se, fazendo-as deixar de ser mulheres.

Socialmente bem aceito pelos rapazes e cobiçado por muitos jovens que eram estimulados pelos pais, o curso de medicina, entre os homens, nem sempre era aspirado por amor ao ofício. Muitos pais – e os próprios jovens – também viam na atuação do médico um

³⁹² SOIHET, Rachel. *Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas*. In: Revista Estudos Feministas. V.5, Nº1, 1º semestre de 1997. Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ.

³⁹³ *Diário de Notícias*, 21 de setembro de 1893, p. 2, ed. 185.

caminho introdutório ao mundo político. A obstinação de algumas mulheres pelo curso e pela profissão, como se viu, não se daria da mesma forma. Pelo contrário, seria desestimulado e desencorajado por meio de vários recursos, os quais, muitas vezes falhando em seus objetivos, despertava a intolerância dos que viam as mulheres médicas como figuras perturbadoras e um problema que exigia uma resolução urgente. Nos diversos segmentos sociais se pensava nessas mulheres como o problema materializado da suposta implicação da feminilidade causada pelo extenuante exercício da medicina. Desse modo, supunha-se impactos de caráter psicológico que poderiam afetar suas funções familiares e maternas. Para muitos intelectuais da época, uma mulher que exercesse a medicina deixava de ser mulher, pois as indagações eram colocadas em termos de uma oposição entre o lar e o trabalho, entre a feminilidade e o exercício médico.³⁹⁴ Em vista disso, por meio de um prognóstico comportamental da mulher do século XX feito por Giuseppe Perrota, o articulista da *Folha do Norte* se lamentava:

...entre as tantíssimas mudanças de costumes, de tendências e de ideais, a gentil filha de Eva desaparecerá da cena do mundo, obedecendo às novas leis, e desaparecerá transformada pelos hábitos masculinos. O eterno feminino, que desde o princípio da vida humana governou sempre o reino da graça, da suavidade e do amor, dentro em pouco não será mais do que uma larva: adeus, junquinhos, adeus, rosas, adeus delicados bordados [...] essas mãos, haveis de vê-las maculadas pelo manejo do bisturi anatômico.³⁹⁵

Com essa dicotomização, a mulher médica é representada como uma anomalia em um mundo onde o exercício dessa profissão, cujo atributo era exclusivamente masculino, poderia afetar a sua *natureza* de mulher e comprometer as suas responsabilidades familiares. Assim, embora a instituição do ensino da medicina no Brasil tenha sido possível com a vinda da Família Real Portuguesa, em 1808, por muito tempo as mulheres seriam impedidas de frequentar os cursos oferecidos no Brasil, os quais, por quase 100 anos a partir da sua instalação, se restringiram apenas às Faculdades da Bahia e do Rio de Janeiro. Aquelas que desejassem seguir a profissão médica tinham que buscar por seus cursos em universidades na Europa ou nos Estados Unidos, este último, destino mais frequentes para as brasileiras, o qual, embora com restrições, contava, desde a metade dos anos 1800, com cursos médicos específicos para mulheres.³⁹⁶ No entanto, embora fossem impedidas de estudar no Brasil, as médicas que adquiriam diplomas no exterior poderiam, do mesmo modo como ocorria a quem assim o

³⁹⁴ SCOTT, Joan Walach. *A mulher trabalhadora*. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Dir.). História das mulheres no ocidente. Porto (POR): Afrontamento, Vol.4: O século XIX, 1994, p. 445.

³⁹⁵ A mulher do século XX. *Folha do Norte*, 14 de abril de 1896, p. 1, ed. 105.

³⁹⁶ MIRANDA, Aristoteles Guilliod de.; ABREU JR., José Maria de Castro. *Anna Turan Machado Falcão (1862-1940): a pioneira médica esquecida da Amazônia*. Revista Pan-Amazônica de Saúde, v. 3, nº 1, 2012.

adquirisse, revalidá-lo em uma das faculdades brasileiras, o que significava o dispêndio de mais alguns anos de estudos.³⁹⁷

No Brasil, a primeira mulher a receber o diploma em medicina foi Maria Augusta Generoso Estrela, nascida em 1860, filha de um negociante da Corte. Viajou aos Estados Unidos em 1876, aos 16 anos de idade, tendo concluído o curso em Nova York, em 1881, retornando ao Brasil no ano seguinte a fim de revalidar o seu diploma na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A trajetória de Maria Augusta Estrela despertou o interesse da imprensa brasileira e era acompanhada por diversos jornais. Em Belém, o *Diário do Gram-Pará*, deu-lhe destaque por meio da revista *A Mulher*, fundada em 1881 por ela e sua colega de curso Josepha Águeda F. Mercedes de Oliveira. Segundo registrado, a revista era o meio das estudantes expressarem suas ideias feministas no que dizia respeito aos “interesses das mulheres brasileiras”³⁹⁸, a fim de convencê-las de suas aptidões latentes e para mostrar que as mulheres são tão capazes intelectualmente de se dedicar ao estudo das ciências quanto os homens. Em um número da revista, Augusta Estrela e Mercedes de Oliveira chegaram a defender uma certa vantagem da escolha da profissão de médicas tanto para as mulheres quanto para a sociedade, mostrando que mulheres médicas gentis podiam inspirar a confiança das pacientes que, no Brasil, frequentemente relutavam em expor seus corpos e seus males aos médicos.³⁹⁹

Embora encontrassem hostilidade e estivessem sujeitas a todo tipo de ridículo, as primeiras médicas brasileiras, Maria Augusta Generosa Estrela e Josefa Águeda Felisbella Mercedes de Oliveira, conseguiram se formar em medicina no início da década de 1880 pelo *New York Medical College and Hospital for Women*. Inspiradoras de outras jovens brasileiras a seguir não só nos estudos médicos, mas também em qualquer outro que se sentissem capazes, viram, alguns anos mais tarde, formar-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, Rita Lobato Velho Lopes.⁴⁰⁰ Desafiadoras do exclusivo masculino numa profissão de destaque social como a medicina, as médicas pioneiras brasileiras não escaparam de escárnios de abrangência nacional. Um deles teria vindo de Silvio Romero, o qual teria escrito uma crônica intitulada *Machona*, dedicada à médica Ermelinda Vasconcelos, por ocasião de sua formatura em 1888, na qual teria declarado que a médica não pisaria com seus “pés de machona” em sua casa.⁴⁰¹

³⁹⁷ COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

³⁹⁸ *Diário do Gram-Pará*, 21 de março de 1881, p. 2.

³⁹⁹ JULISKA RAGO, Elisabeth. *A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX*. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 15, p. 215, 2015.

⁴⁰⁰ CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. *Trabalho e emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)*. Dissertação (Mestrado). PPHIST – Universidade Federal do Amazonas, 2010, p. 97.

⁴⁰¹ SANTOS, Mayara Priscilla de Jesus dos. *Maria Odília Teixeira: a primeira médica negra da Faculdade de Medicina da Bahia (1884- 1937)*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia

Outro, se deveria à peça teatral *As Doutoradas*, escrita por Joaquim José de França Junior e encenada em 1889 no Rio de Janeiro por vários meses, na qual se retratava as aspirantes à medicina como mulheres intelectualmente débeis que não percebiam a oposição entre o exercício viril de uma ciência e a fragilidade de seu sexo.⁴⁰² Carregadas de preconceitos, as obras ilustram o pensamento da época que considerava a mulher médica não como uma profissional, mas como um espectro masculino, embora inferior por ser um masculino deficiente.

No Pará, a primeira mulher a formar-se em medicina foi Ana Tourão Machado, nascida em Igrapé-Mirin em 1862, filha de Antônio Lopes Machado e Brázilia de Nazaré Tourão. Da mesma maneira como fizera em relação às outras moças que partiram para o exterior para estudar, a imprensa acompanhou a trajetória de Tourão desde a sua partida pra Nova Iorque em 1882, com Maria Machado, sua irmã mais nova. Enquanto Maria cursava a faculdade de Artes, Ana frequentava a de medicina, formando-se em 1887. Como era comum acontecer, a cerimônia de colação de grau da turma de medicina feminina desse ano foi lotada, afinal, a formatura de mulheres médicas, sendo uma novidade na época, atraía muitos olhares curiosos.⁴⁰³ Ao retornar ao Brasil, Ana se mudou para Salvador a fim de validar seu diploma na Faculdade de Medicina da Bahia, o que fez depois de dois anos defendendo a tese “A ovariectomia e suas indicações”.⁴⁰⁴ Seu retorno a Belém se deu em 1891, com o nome de Ana Machado Falcão, sobrenome de seu marido, o odontólogo Emílio Falcão. Depois de clinicar em Belém por quase duas décadas, deixa Belém em 1909 com os filhos para residir com o marido no Acre.⁴⁰⁵

Em seu estudo sobre a educação acadêmica feminina em São Luís, Maranhão, entre os anos de 1940 e 1979, Tatiane da Silva Sales, tratando sobre a universidade como um espaço de educação, instrução e poder a fim de compreender a organização, o processo e a inserção de

e Ciências Humanas, Salvador, 2019, p. 82. A referência a Sílvia Romero é compartilhada entre algumas autoras que abordam sobre o tema das mulheres na medicina. No entanto, nenhuma das que consultei referenciam com precisão a frase atribuída ao autor. Busquei nos jornais paulistas e fluminenses da época, mas também não encontrei algo que pudesse confirmar a autoria da frase.

⁴⁰² JULISKA RAGO, Elisabeth. *A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX*. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 15, 2015, p. 216. Como expressão dessa forte oposição ao ingresso de mulheres na profissão médica, a peça ridicularizava as médicas brasileiras, abordando a emancipação feminina por meio da profissão de médica como uma grande fantasia feminista onde as aspirações de mulheres pertencentes às pequena e média burguesia, embora tivessem desejos sinceros na busca por uma realização social, não percebiam que padeciam dos vícios e virtudes próprios de uma classe em crise existencial e a oposição existente entre a prática de uma ciência viril como a medicina e as circunstâncias *naturais* de sexo frágil.

⁴⁰³ MIRANDA, Aristoteles Guilliod de; ABREU JR., José Maria de Castro. *Anna Turan Machado Falcão (1862-1940): a pioneira médica esquecida da Amazônia*. Revista Pan-Amaz Saúde, 3(1), 2012, p. 12.

⁴⁰⁴ *A República*, 28 de setembro de 1890, p. 2, ed. 180.

⁴⁰⁵ MIRANDA, Aristoteles Guilliod de; ABREU JR., José Maria de Castro. *Anna Turan Machado Falcão (1862-1940): a pioneira médica esquecida da Amazônia*. Revista Pan-Amaz Saúde, 3(1), 2012, p. 15.

mulheres maranhenses no ensino superior, centraliza a sua reflexão sobre um aspecto do discurso hegemônico da época que pregava uma suposta *incapacidade* que, na sua relação com o conhecimento intelectual, era inerente à natureza do feminino. Sales observa que, por causa desse discurso, era comum às moças, inclusive as pertencentes a famílias com posses, não ser matriculadas em escolas, recebendo educação nas próprias casas por meio de preceptoras ou sob a orientação dos pais, enquanto às demais, ainda que houvesse a possibilidade de estudar numa escola pública, raramente os pais as matriculavam. Nesse sentido, segundo Sales, a educação para as mulheres não somente passava pela questão de classe, etnia e origem, mas sobretudo, de maneira muito específica e sensível para as mulheres, pela de gênero, visto que a elas eram associados discursos de incapacidade intelectual que justificavam o seu desnecessário acesso a determinados conhecimentos. Nesse sentido, a educação com vistas a um futuro profissional e, conseqüentemente, o investimento em uma carreira, eram bem menos valorizados para as mulheres do que para os homens devido à distinção feita entre feminino e masculino no que dizia respeito a papéis sociais e capacidades intelectivas.⁴⁰⁶

Por muito tempo consideradas *incapazes*, nota-se que as primeiras médicas tiveram muitas dificuldades para sua profissionalização. No final do século XIX e primeiras décadas do XX, na ausência de um texto de caráter positivo que definisse a sua condição civil em sua relação com o trabalho profissional e remunerado, as resoluções legais e normativas relacionadas a elas costumavam ser embasadas legalmente em jurisdições tradicionais como as Ordenações Filipinas e o Direito Romano interpretados e divulgados por juristas da época por meio de Manuais e Revistas de Direito. Desse modo, o sentido legal da *incapacidade* das mulheres encontra explicação no que se entendia da legislação vigente no final do século XIX, a qual dizia que somente à idade de vinte e um anos completos cessava a menoridade dos filhos e filhas e, portanto, a partir de então, a pessoa era considerada habilitada para todos os atos da vida civil.⁴⁰⁷

Embora essas disposições fossem aplicadas a filhos e filhas, a diferença era a de que, enquanto os homens que estavam sob poder do pai, quando se casavam, tornavam-se automaticamente *capazes* para todos os atos da vida civil, as mulheres, ao contrário, quando se casavam, saíam da esfera de poder do pai, passando a se submeter ao poder do marido. Isso faz

⁴⁰⁶ SALES, Tatiane da Silva. *Graduandas da Ilha: um estudo sobre a presença feminina nos cursos de Farmácia, Odontologia e Direito em São Luís/MA (1940-1979)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Doutorado em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, 2017.

⁴⁰⁷ BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 626.

entender que a condição de *capacitadas* para as mulheres só poderia ocorrer quando se tornassem viúvas ou permanecessem solteiras emancipadas. Porém, enquanto estivessem sob o poder do pai e deles dependessem financeiramente, as chances de se profissionalizarem, as quais sempre foram quase nulas, em alguns casos podiam se mostrar relativamente realizáveis. Retornando ao *Escoliaсте Médico*, percebi que ele estava mais do que consciente dessas raras chances. Referindo-se aos pais abastados que consentiam às filhas a chance de frequentar o curso de medicina, censurava-os e aconselhava:

Só os [pais] mais abastados poderiam tentar [fazer as filhas médicas]. [Mas] se possuem esses haveres [...] podem reservá-lo para a filha e pô-la assim ao abrigo da miséria.

Se o fim é assegurar o futuro, obtém-no deste modo; se é a ambição de lhe chamarem doutora, provam o seu mau gosto; se miram à emancipação do sexo, iludem-se na vereda porque querem chegar a esse fim.⁴⁰⁸

Mas o que parecia ser apenas leis baseadas em tradições culturais, jurídicas e morais, iriam adquirir positividade com o Código Civil Brasileiro de 1916. Referindo-se apenas às mulheres casadas, nele, era expresso, em seu Artigo 6º, Inciso II, que elas, enquanto subsistisse a sociedade conjugal, continuariam socialmente incapazes, embora relativamente, dependendo ainda, da autorização dos maridos para poder exercer profissão (Art. 242, Inciso VII) ou trabalho fora do lar (Artigo 233, Inciso IV). Sobre a condição de possuírem bens ou os administrarem, elas só podiam o fazer em situações nas quais os maridos fossem considerados desaparecidos, quando estivessem em cárcere por mais de dois anos ou fossem, judicialmente, declarados interditos (Art. 251, Incisos I, II e III respectivamente). Tratando ainda dos direitos e deveres das mulheres, o texto do Código Civil, do Artigo 279 ao 289, versariam sobre o direito delas de usar o nome do marido, porém, não podendo agir sem autorização expressa do esposo para aceitar heranças e dar queixa crime. Se o marido não conseguisse sustentar adequadamente a mulher e os filhos, a mulher podia recorrer à justiça para ser autorizada a exercer uma profissão, podendo, então, dispor dos frutos do seu trabalho como lhe conviesse.⁴⁰⁹

No entanto, a pergunta aqui a se fazer é: como os modelos jurídicos propostos pelo Estado, comumente vistos como uma representação dos conceitos e princípios vigentes na vida social no contexto da sua elaboração, contribuíram na tentativa de alterar as relações entre as mulheres e o trabalho? Legalmente, mesmo com a publicação do primeiro Código Civil Brasileiro em 1916, nada de muito concreto. Embora a Constituição Imperial de 1824 e a Constituição Federal de 1891, primeira do Brasil republicano, que em seu artigo 179, inciso

⁴⁰⁸ *Diário de Belém*, 28 de janeiro de 1869, p. 2, ed. 22.

⁴⁰⁹ CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO – 1916.

XIII e art. 72, inciso II, respectivamente, fizessem referência a uma generalizada igualdade para todos perante a Lei, termos afins, tais como “mulher”, “esposa”, “filha”, “viúva”, entre outros, quando apareciam nas leis, era para restringir o direito das mulheres em relação aos homens, proibindo-as de alguma conduta, reputando-as inferior ou subjugando-as ao poder de outrem.⁴¹⁰ Apenas com a aprovação do Código Civil é que foi instalado um conjunto de leis onde se tratava legalmente, entre outras questões, da condição social feminina em relação ao trabalho, embora sob a determinação da necessidade de autorização do marido ou juiz para que uma mulher casada se empregasse.⁴¹¹

Na prática, as disposições referentes à condição feminina e o trabalho aplicadas na lei do Código Civil, não beneficiou muito as mulheres, diga-se, visto a conservação da perspectiva patriarcal daquele contexto. Isso porque, mesmo sendo reconhecidas nas mulheres as capacidades física e mental equivalentes aos homens, e às esposas ser concedida a atribuição de colaboradoras dos maridos na sociedade conjugal, o direito exclusivo de chefia da família atribuído a eles, por lei – e justificado pela necessidade de haver quem assumisse a direção e harmonização da vida conjugal⁴¹² – não se concederia a elas os mesmos direitos e obrigações, consolidando-se, legalmente, a ideia de submissão e de dependência que faziam com que as mulheres, legalmente, continuassem não tendo o direito de agir com autonomia, nem perante a sociedade, nem perante a sua família.⁴¹³

Devendo, portanto, obediência aos pais quando menores e solteiras, e ao marido quando casadas, às mulheres era reforçada legalmente a atribuição do papel da submissão. Ser independente e fazer tudo o que tinham vontade, portanto, não podiam, só conseguindo se esta fosse condizente com a vontade do pai ou do marido. Suas opiniões, tanto nas decisões pessoais quanto familiares, tinham pouca ou nenhuma relevância, ficando a cargo do marido, sendo ele o chefe da sociedade conjugal.⁴¹⁴ Ficava, assim, pela lei, bem definido: o distanciamento ou inserção de mulheres casadas no mercado de trabalho estava condicionado, exclusivamente, aos maridos e pais, podendo ser considerado legítimo, no entanto, quando o exercício da atividade

⁴¹⁰ Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824; Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891.

⁴¹¹ MALUF, Marina.; MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do mundo feminino*. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 367-422.

⁴¹² MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do mundo feminino*. In: NOVAIS, Fernando A; SEVCENKO, Nicolau. (Orgs.) História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 378.

⁴¹³ Código Civil Brasileiro de 1916, Artigo 233.

⁴¹⁴ Código Civil Brasileiro de 1916, Artigo 233.

fora do lar fosse necessário para o sustento da família e, raramente, para a realização pessoal.⁴¹⁵ Isso explica muito sobre a maior dificuldade de acesso ao trabalho fora do lar existente entre as moças e senhoras de famílias ricas, solteiras ou casadas, do que entre as mulheres pobres.

No entanto, embora existissem todos esses obstáculos, as mulheres chegam ao final do século XIX com algumas pioneiras em atividade no ramo da medicina profissional no Brasil, tal como se pode verificar em anúncios divulgados nos jornais. Na capital paraense, Ana Machado Falcão, desde o início, ao se identificar como médica, indicava que a sua especialidade se voltava para o tratamento de moléstias de senhoras.⁴¹⁶ Era comum entre as médicas tal especialidade, algumas se especializavam também no tratamento infantil. Isso, devido, em parte, ao pesado programa de aversão construído em relação a sua competência intelectual e prática na medicina, onde tinham que enfrentar o escárnio dos homens que se recusavam a ser tratados por uma mulher e que, se fosse para admiti-las no exercício da medicina, que fosse de forma adequada a sua suposta natureza materna, no cuidado infantil, ou no tratamento clínico às suas semelhantes. Entre essas últimas, no entanto, a aceitação não se daria de maneira geral e sem resistências, visto que, muitas vezes, compartilhavam com os homens das mesmas crenças na incapacidade científica feminina.

Especializar-se na prática da ginecologia e da obstetrícia as tornou profissionalmente capazes não apenas de tratar as doenças relacionadas às mulheres, mas de adquirir um conhecimento capaz de interpretar e gerenciar a gravidez, o parto e o puerpério, uma atividade que por muito tempo havia sido realizado por mulheres de origem popular, chamadas de “parteiras práticas”⁴¹⁷. A profissionalização da ciência da medicina e a medicalização da assistência ao parto e ao nascimento, resultaria em certa marginalização das práticas populares das parteiras e num deslocamento de gênero nesse campo: os médicos começariam a protagonizar nas cenas de partos já que eram eles os que tinham acesso à formação científica.⁴¹⁸

Nos jornais belenenses, desde os anos 1870, é bem visível e efetuação desse deslocamento quando se observa uma prevalência de nomes de médicos – naturalmente dominante na coluna de anúncios profissionais na área –, que se sobrepõe, indicando-se também

⁴¹⁵ MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do mundo feminino*. In: NOVAIS, Fernando A; SEVCENKO, Nicolau. (Orgs.) *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 402.

⁴¹⁶ *A República*, 4 de março de 1891, p. 2, ed. 307.

⁴¹⁷ MEIRA, Clóvis Olinto de Bastos. *Médicos de outrora no Pará*. Belém: Grafisa, 1986, p. 130.

⁴¹⁸ PALHARINI, Luciana Aparecida; FIGUEIRÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça. *Gênero, história e medicalização do parto: a exposição “Mulheres e práticas de saúde”*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.25, n.4, out./dez. 2018.

como disponíveis à atividade de parteiros. Ao lado disso, as parteiras populares, combatidas pela Junta de Higiene por causa de sua prática sem licença médica, apareceriam nas colunas policiais como mulheres acusadas de imperícias na assistência ao parto por administrarem medicamentos suspeitos responsáveis por danos em parturientes e recém-nascidos. Associadas ao curandeirismo, essas mulheres permaneceriam, desde então, vigiadas pela polícia e, com frequência, divulgadas na imprensa, a exemplo de Antônia Maria do Espírito Santo, uma parteira sexagenária, suspeita de má administração de medicamentos que resultou na morte da parturiente Clarisse de Souza Rangel.⁴¹⁹ A medicalização da assistência à parturiente, sob a direção dos médicos, torna os cuidados ao parto, o qual antes era uma questão privada e exclusivamente feminina, num caso público e legalmente masculino.⁴²⁰

Embora legalizados pela ciência e assegurados pela Junta de Higiene, chamar um parteiro para o auxílio ao parto podia causar constrangimento nas mulheres parturientes e, de modo bem particular, em seus maridos. De outro modo, a sua assistência profissional podia custar caro, tornando-a inacessível aos pais e mães solteiras pobres que necessitavam da sua assistência. Em vista disso, as parteiras práticas – em boa parte, muito procuradas por causa do reconhecimento de sua experiência – continuariam no exercício da assistência de muitas mulheres não somente entre as classes populares, mas também membros da elite econômica, e assim representariam fortes concorrentes para os médicos nessa área de atendimento.⁴²¹

Nesse contexto, em Belém, algumas senhoras estrangeiras, tal como Joana Renandom, residente na travessa Dr. Moraes, arriscavam-se a adentrar nesse espaço que se vinha impregnando de ciência masculina, mas carente de feminino profissionalizado, alegando apenas disponibilidade em anúncio simples sem referência profissionalizantes.⁴²² No entanto, para as mulheres com prática pouco conhecida na sociedade, era necessário possuir, pelo menos, diploma e citá-los em seus anúncios juntamente com referências a uma personalidade, local ou universidade no anúncios, visto que serviam como reforço de crédito científico ao seu trabalho.⁴²³

Desse modo, Joana Renandon, disputaria espaço com Jeane Granjon, a qual, identificando-se como parteira, expunha o diploma adquirido pela Faculdade de Paris, aprovado pela faculdade do Rio de Janeiro e licenciado para o exercício pela Junta de Higiene Central

⁴¹⁹ *Estado do Pará*, 8 de novembro de 1912, p. 2, ed. 577.

⁴²⁰ PERROT, Michelle. *História dos quartos*. Tradução: Alcida Brant. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 143.

⁴²¹ PEREIRA NETO, André de Farias. *Ser médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001, 2001, p. 55.

⁴²² *Diário de Notícias*, 20 de setembro de 1885, p. 1, ed. 212.

⁴²³ MATOS, Maria Izilda de. *Por uma possível história do sorriso: institucionalização, ações e representações*. São Paulo: Hucitec, 2018, p. 91.

daquela cidade. Como uma celebridade, a chegada de Jeane Granjon era anunciada por diversos jornais da época, desembarcando no final do ano de 1885. Sua presença causou certo alvoroço na sociedade, visto que era antiga a aspiração de se ter uma mulher profissional no ramo da obstetrícia em Belém, conforme se observa num projeto da Junta de Salubridade da Província divulgado pela imprensa.⁴²⁴ Recebida por diversas figuras da sociedade e autoridades públicas, Granjon visitaria a sede do jornal *O Liberal do Pará*, o seu maior entusiasta, e revelaria que estava em Belém a fim de fincar residência e de exercer a sua profissão. Recomendada pelo articulista do jornal “à confiança pública”, Granjon, embora se identificasse também como médica obstétrica, seria apresentada na imprensa apenas como uma “parteira habilitada” da qual a cidade há muito se ressentia da falta.⁴²⁵

Granjon permaneceria em atividade por muitos anos. Depois de sua entrada na área médica da assistência ao parto, outras parteiras diplomadas, em sua maioria, estrangeiras, seguiriam seus passos, tais como as italianas Luíza Biscioni e Maria Grazia Tretola, atuantes a partir do ano 1900, entre outras que comporiam o quadro até 1920.⁴²⁶ Como elas, outras médicas em Belém atuariam nessa área da medicina, a exemplo da brasileira Adelaide de Almeida, a qual atendia como parteira e prestava consultas em moléstia uterinas em seu consultório na praça Saldanha Marinho⁴²⁷, e outras parteiras particulares que também se identificavam como obstetrizes, tais como Calixta Moraes, Ida Galli, Manuela Moraes e Ângela Alves Ribeiro.⁴²⁸ Nesse sentido, a atuação de mulheres estrangeiras profissionalizadas e a profissionalização de brasileiras no curso de medicina que passaram a atuar como médicas parteiras no Brasil, significou uma conquista não apenas quanto aos direitos de igualdade no acesso ao ensino superior pelas mulheres, mas no seu retorno legal ao ofício do cuidado e da assistência ao parto, do qual, por algum tempo, haviam sido marginalizadas.⁴²⁹

E se o marco inicial do ensino médico no Brasil remonta ao ano de 1808, com a migração da corte portuguesa, no Pará, a instalação da faculdade de medicina só se daria pouco mais de um século depois, em 1919, como um momento importante para a construção de uma identidade médica local e para a obtenção de maior prestígio, cuja finalidade contribuiu também

⁴²⁴ *Diário de Belém*, 2 de outubro de 1869, p. 1, ed. 223.

⁴²⁵ *O Liberal do Pará*, 28 de dezembro de 1885, p. 2, ed. 290.

⁴²⁶ Informação obtida por meio do rastreamento da atuação profissional contidas no catálogo de profissões do Almanach Paraense para o ano de 1906 e na seção Serviços Úteis, o classificado adotado pelo jornal *Estado do Pará* no final dos anos 1910.

⁴²⁷ *Folha do Norte*, 24 de agosto de 1905, p. 3.

⁴²⁸ *Estado do Pará*, 27 de junho de 1920, p. 2, ed. 3331.

⁴²⁹ PALHARINI, Luciana Aparecida; FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. *Gênero, história e medicalização do parto: a exposição “Mulheres e práticas de saúde”*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.25, n.4, out.-dez. 2018.

para a constituição de uma hierarquia entre os médicos paraenses que resultaria na formação de uma elite médica masculina. Essa mesma elite da qual saíam os membros que iriam compor o seletivo grupo docente da instituição, portanto, sem *doutoras*.⁴³⁰ E isso não por falta de mulheres atuantes na área em Belém, visto que em Belém, já se encontravam algumas médicas em atuação ao mesmo tempo em que outras chegavam, a exemplo da médica paraense Raymunda Bezerra, recém-formada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.⁴³¹ Afinal, uma mulher médica poria em questão a identidade desse grupo bem como as pioneiras da medicina questionaram as estruturas de poder ao transgredirem normas sociais, institucionais e culturais.



Figura 18: Primeira turma da Faculdade de Medicina do Pará, tendo ao centro, o Barão de Anajás. Em pé, a parte masculina dos acadêmicos e, sentadas, seis das sete primeiras docentes do curso de medicina: Eugênia Hollanda, Gabriella Hollanda, Thereza Hollanda, Edith Castro, Anna Hamond, Olga Paes de Andrade e Anna Ismael Nunes. *Estado do Pará*, 4 de maio de 1919, p. 1, ed. 2912.

No final dos anos 1910, além da Faculdade de Medicina, o ensino superior no Pará era representado especialmente pela Faculdade de Direito, pela Escola Oficial de Farmácia e pela Escola Livre de Odontologia. Sobre a profissionalização em Farmácia, até o momento, não encontrei documentos com registros de mulheres que fizeram parte de turmas matriculadas nessa faculdade desde a sua fundação em 1904. Na Faculdade de Direito, fundada em 1902, por enquanto, apenas em 1921 encontrei registrado o nome de Inah Pontes de Carvalho como acadêmica do curso.⁴³² Mas embora os registros indiquem uma pequena representação feminina nessas faculdades, o avanço na educação superior pelas mulheres em Belém seria registrado com mais ênfase após a instalação da Escola Livre de Odontologia em 1914, uma instituição

⁴³⁰ *Folha do Norte*, 18 de janeiro de 1919, p. 1.

⁴³¹ *Estado do Pará*, 27 de julho de 1919, p. 2, ed. 2966.

⁴³² *Estado do Pará*, 14 de outubro de 1921, p. 1, ed. 3799.

fundada em acordo com a Lei Orgânica do Ensino e modelada pelo Instituto de Odontologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.⁴³³

Desde a segunda metade do século XIX, o que se via na imprensa paraense eram anúncios de serviços dentários que indicavam uma odontologia praticada por homens profissionais estrangeiros formados em faculdades no exterior e brasileiros diplomados nas faculdades de Salvador e Rio de Janeiro. Até então, o exercício legal da arte dentária, tanto por dentistas brasileiros quanto por estrangeiros, exigia a aprovação em um exame de habilitação realizado apenas em uma dessas Faculdades. Distintamente tratados como *cirurgiões dentistas*, exerciam sua profissão em gabinetes localizados no centro da cidade equipados com aparelhos importados que auxiliavam na separação, alinhamento e limpeza dos dentes, restauração de dentes prejudicados pela cárie, reposição de dentes artificiais, comércio e conserto de dentaduras artificiais. Para a maioria da população, no entanto, a extração de dentes que causavam dor era o serviço mais requisitado. Prometiam prontidão e perfeição em seus serviços por preços razoáveis que, no entanto, não eram muito acessíveis às pessoas das camadas pobres. Estas, não podendo pagar pelos serviços de um profissional, procuravam pelos dentistas práticos, homens sem formação acadêmica que perambulavam pelas ruas da cidade a oferecer seus serviços, geralmente resumidos aos casos urgentes de extração. Mais conhecidos por suas proezas registradas, de modo particular, nas colunas dos casos de ruas dos jornais, eram chamados pejorativamente de “saca-moelas”.⁴³⁴

Até 1890, o exercício da arte dentária pelo sexo feminino era raro. Mas desde o primeiro curso de odontologia que começou a funcionar em São Paulo em 1902, na Escola Livre de Farmácia, a presença de mulheres nesse curso foi adquirindo cada vez mais visibilidade ao mesmo tempo em que o ensino se expandia rapidamente não só no estado como em algumas regiões do Brasil. Desse modo, novas escolas iam sendo criadas, tanto estaduais como as chamadas *livres* – ou seja, de iniciativas particulares – inicialmente anexas aos cursos de medicina e de farmácia, ou vinculadas a associações de classe. Como um curso específico que fora criado para a formação de dentistas, a faculdade de odontologia coincidiu com o momento demarcado nas últimas duas décadas do século XIX, no qual as mulheres passaram a ter relativo acesso ao ensino superior, contexto que permitiu que o curso de odontologia de São Paulo recebesse alunas desde a fundação, em 1902. Mas se por um lado a institucionalização da odontologia propiciou a entrada de um número maior de mulheres em cursos superiores e no mercado de trabalho, por outro, tal processo teve como consequência a elitização da

⁴³³ *Estado do Pará*, 17 de maio de 1914, p. 2, ed. 1130.

⁴³⁴ *Estado do Pará*, 14 de fevereiro de 1914, p.1, ed. 1039.

profissão não apenas científica, mas também econômica-social, visto que as mulheres que buscavam por esse curso, tal como os homens, eram oriundas de famílias ricas.⁴³⁵

No entanto, é sob o aspecto científico que se manifestarão as polêmicas a respeito do monopólio no exercício da odontológica ocorridas, sobretudo, em virtude do combate aos dentistas práticos, os quais se pretendia excluir, mas também contra os dentistas diplomados em exercício em Belém. Em relação a estes, havia o desconforto entre os locais em tolerar uma elite formada por dentistas não paraenses no domínio do monopólio da profissão, contestados por cobrarem preços exorbitantes por suas assistências. Eram reivindicações sobre o monopólio da profissão, portanto, que, como observado na imprensa, tiveram seu início antes da criação da Escola Livre de Odontologia do Pará e em favor dessa criação e que encontraram em Júlio da Cunha Martins, paraense diplomado em 1912 em odontologia na Faculdade de Medicina na Bahia, um de seus porta-vozes. Suas reivindicações eram, portanto, em favor da criação de uma Faculdade de Odontologia em Belém que formasse profissionais locais que pudessem atender a população belenense, visto que os serviços prestados pelos odontologistas, devido aos elevados preços dos tratamentos dentários, muito aquém aos de pouco recursos, eram tratados como de “mero luxo”.⁴³⁶ E numa sociedade onde os dentistas estavam aquém ao recursos da maioria da população, apelando esta aos serviços dos inúmeros arrancadores de dentes sem qualificação que predominavam na cidade, o protesto de Júlio da Cunha Martins é justificado. Ele faz uma defesa da Odontologia e da formação de cirurgiões dentistas locais como profissionais meticulosamente preparados para o exercício da prática que, em Belém, era predominante pelos serviços dos *dentistas* que nada tinham de compromisso com a saúde bucal.⁴³⁷

Essa transferência supõe, e que aqui interessa reforçar, uma certificação por meio do diploma, ou seja, a autorização para o exercício de uma atividade e a obrigação legal de assegurar uma função específica. Trata-se de um processo em que práticas tradicionais, tal como ocorreu com o tratamento médico e a assistência à parturiente, passaram a ser questionadas pela dinâmica da modernidade, onde estes conhecimentos se faziam presentes. Referindo-se a esses embates, Aldrin Figueiredo afirma que os profissionais do campo da saúde que atuavam em Belém no início do século XX, sobretudo os da área da saúde, buscavam o reconhecimento de suas práticas em meio à população, que a essa altura, procurava mais os

⁴³⁵ MOTT, Maria Lucia. “*Moças e senhoras dentistas*”: formação, titulação e mercado de trabalho nas primeiras décadas da República. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, jun. 2008, p. 98.

⁴³⁶ *Estado do Pará*, 30 de abril de 1913, p. 2, ed. 749.

⁴³⁷ *Estado do Pará*, 14 de fevereiro de 1914, p. 1-2, ed. 1039.

curandeiros do que os próprios representantes da medicina oficial enquanto que os médicos paraenses, entre eles os odontólogos, se empenhavam para se constituir e se solidificar como elite científica fazendo uso da imprensa como arma de divulgação de suas reivindicações e soluções dos problemas sanitários existente na cidade, transmitindo a visibilidade da atividade médica como beneméritos cidadãos em oposição ao exercício sem qualificação dos práticos.⁴³⁸

Por fim, foi fundada em Belém, a Faculdade de Odontologia, adotando um programa de ensino teórico-prático em 3 anos, sob a direção do médico Jayme Aben-Athar e, com a sua fundação, promoveu-se o ensino odontológico na região, o qual visava expandir o número de profissionais da saúde formados na ordem do discurso moderno, ou seja, profissionais formados sob o discurso científico. Nesse sentido, a Escola buscou ampliar o espaço da odontologia no meio da população local, criando uma clínica de assistência dentária, que se destinou a prestar serviços cirúrgicos dentários gratuitamente a soldados da Brigada Militar, desvalidos do Hospício de Alienados e alunos das escolas públicas de Belém.⁴³⁹ Em seu Regulamento, logo no segundo artigo do primeiro capítulo, deixava claro que a escola tinha por fim ministrar a instrução teórica e prática a todas as pessoas, sem distinção de sexo e nacionalidade que quisessem se dedicar à profissão de Cirurgião Dentista.⁴⁴⁰ Em seus exames de admissão, as exigências não pareciam ser complexas, sendo usadas matérias básicas dos ensinamentos primário e secundário: português, francês, inglês, aritmética, geografia e corografia do Brasil, história natural, física, química, geometria e história do Brasil.⁴⁴¹ Aos aprovados restaria pagar taxa de matrícula, apresentar certidão de vacina e de nascimento, prova de identidade e de idoneidade.

E logo na sua primeira turma, terminaram os exames de admissão duas mulheres: Eugenia Holanda, a qual mais tarde entraria na primeira turma discente da Faculdade de Medicina, e Olga Teixeira da Rocha.⁴⁴² No ano seguinte, Maria dos Santos Antunes, Ezilda Xavier Falcão, Arlinda Queiroz da Gama, Perpétua Coutinho de Oliveira e sua irmã Thereza Coutinho de Oliveira e Waldomira Feio de Paula fariam parte da segunda turma.⁴⁴³ No entanto, conforme registrado no painel de formandos da primeira turma de odontologia do Pará no ano de 1917, apenas Olga concluiria o curso. E no ano seguinte, da turma feminina, com exceção

⁴³⁸ FIGUEIREDO, Aldrin. *Esculápios bélicos: a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará e as efemérides cívicas da nação brasileira, 1914-1922*. In: Documentos Culturais, n. 7. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 2006.

⁴³⁹ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado pelo Governador do Estado Lauro Sodré. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1918, p. 58.

⁴⁴⁰ Regulamento da Escola Livre de Odontologia do Pará. Publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, 13 de setembro de 1914, p. 485. ed. 6711.

⁴⁴¹ *Estado do Pará*, 28 de fevereiro de 1916, p. 2, ed. 1781.

⁴⁴² *Estado do Pará*, 1 de julho de 1914, p. 2, ed. 1175.

⁴⁴³ *Estado do Pará*, 1 de abril de 1915, p. 2, ed. 1449.

de Waldomira Feio de Paula, seriam mais cinco profissionais odontólogas que adentrariam no mercado de trabalho belenense.

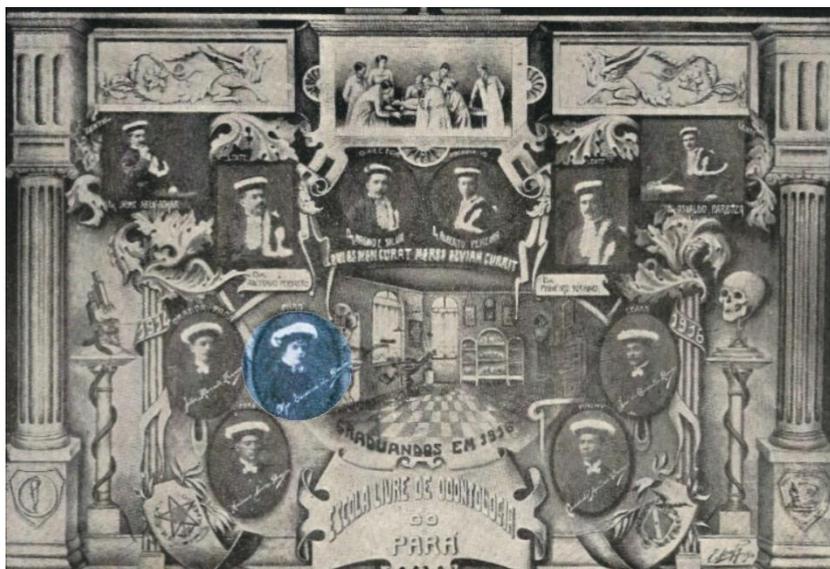


Figura 19: Primeira turma de odontólogos formados pela Escola Livre de Odontologia do Pará. Em destaque, Olga Teixeira da Rocha. Fonte: *Norte Odontológico*, revista trimestral. Belém - PA, nº 1, v. 1, 1917, p. 46.

No ano de sua formatura, Olga Teixeira da Rocha receberia uma homenagem especial por ser a primeira mulher formada na Escola Livre de Odontologia do Pará. Uma fotografia sua onde aparece vestida com os paramentos de formatura seria publicada na primeira página do jornal *Estado do Pará*, acompanhada de um texto que ocupou parte de uma das colunas da página e que apareceu assinado apenas pelas iniciais T. F. Nele. Em tom coloquial, o autor discorre sobre a importância da diplomação de Olga Teixeira da Rocha e o que isso representaria para a sociedade belenense no sentido de superação do que entendia como caráter provinciano ainda dominante no Pará, onde as mulheres eram vistas como condenadas a viver entre as tarefas cotidianas do lar. Mas o que parecia ser um discurso de encorajamento, de estímulo e de esclarecimento sobre as condições desfavoráveis colocadas entre as mulheres e as ciências, acaba por finalizar-se como uma advertência severa de condenação aos hábitos femininos e de responsabilização das próprias mulheres. Ignorando todos os obstáculos impostos pela cultura moral, cultural e social que impediram as mulheres de frequentar cursos superiores e participar da vida intelectual e das artes liberais, T. F. argumenta apenas que as décadas de atraso da entrada das mulheres no mundo das ciências seria unicamente culpa delas e da sua falta de interesse, as quais “preferiam o baile e o namoro aos livros e aos estudos.”⁴⁴⁴

Não consegui identificar o gênero do autor da homenagem feita à Olga Teixeira da Rocha. Mas me pareceu interessante seu ponto de vista refletido na crítica ao retardo da entrada

⁴⁴⁴ *Estado do Pará*, 22 de fevereiro de 1917, p. 1, ed. 216.

das mulheres no ensino superior profissionalizante. Digo isso, porque pesquisando na imprensa jornalística, instituição da escrita e meio de circulação de notícias, ideias e opiniões então dominada por homens, percebi que dificilmente encontraria alguma ocorrência onde as próprias mulheres tivessem espaço para expressar o seu pensamento. Nesse sentido, recorri ao estudo de Maria Lúcia Mott, no qual a autora, refletindo sobre a inserção de mulheres no mercado de trabalho paulistano nas primeiras décadas da República, também reflete sobre as dificuldades que marcavam a inserção e o exercício do trabalho feminino no ramo da odontologia, tendo em vista os obstáculos impostos às mulheres à profissionalização no ensino superior.

Mott observa que tal como ocorrera na medicina, publicações na imprensa que utilizavam como argumento a favor da exclusão a existência de profissões incompatíveis com a natureza psicofisiológica do sexo feminino, na odontologia foi reproduzido o mesmo discurso com base no essencialismo dominante para justificar a incorporação das mulheres em atividades anteriormente restritas aos homens. Desse modo, a autora reproduz como era sentida, nas mulheres, essa resistência masculina por meio do relato de Clymene de Andrade, aluna da primeira turma da Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo, diplomada em 1903, e que, em 1905, fora convidada para fazer uma conferência, publicada na revista da associação.

Segundo descreve Mott, Andrade – na época com pouco mais de vinte anos –, depois de fazer um histórico da profissão e discorrer sobre as principais descobertas, a imagem profissional, o estado da arte e as competências, finalizou com uma reflexão sobre como era ser mulher no exercício da odontologia, lembrando da resistência social que enfrentava como mulher profissionalizada mas que, reproduzindo o discurso essencialista dominante para justificar a incorporação do sexo feminino em atividades anteriormente restritas aos homens, defende-se dizendo que, embora fosse *frágil*, tanto ela, como odontóloga, quanto as médicas, poderiam, nessas atividades, mostrar melhor as suas aptidões julgadas como naturais ao feminino.⁴⁴⁵

No espaço dado a retomar o discurso de Andrade, Mott reproduz a defesa da jovem dentista lembrando que ela tentava redirecionar os discursos contrários ao exercício feminino na sua profissão, contra-argumentando que, se o problema era a ausência, nas mulheres, de força física para o exercício do trabalho, tomando como exemplo a produção de uma dentadura, Andrade dizia que mais do que força, a mulher tinha a paciência e o bom gosto para confeccionar uma de melhor qualidade. Para a dentista, a alegada dificuldade de abstração

⁴⁴⁵ MOTT, Maria Lucia. “*Moças e senhoras dentista*”: formação, titulação e mercado de trabalho nas primeiras décadas da República. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, jun. 2008, p. 104.

intelectual das mulheres que as impedia de dedicar toda a atenção necessária ao estudo e as tornava incapazes de verdadeiro sucesso, tão pueril lhe parecia que não valia a pena ser discutido. Em relação ao tratamento dos dentes das crianças, perguntava quem melhor do que a mulher, que está mais acostumada a lidar com elas e encontrar meios astuciosos e prontos para execução de trabalhos em suas bocas do que uma dentista.

Tomemos, por exemplo, uma dentadura de qualquer espécie: – De que depende esse trabalho? De força? Por certo que não, depende de paciência e gosto, principalmente na parte correspondente à escolha dos dentes. Um outro exemplo: – o tratamento dos dentes das crianças. Quem melhor que a mulher, que está mais acostumada a aturar essas irrequietas criaturinhas, achará meios astuciosos e prontos, para execução de trabalhos na boca desses adoráveis manhosos, de que os dentistas tanto se queixam?⁴⁴⁶

Havia entre os odontólogos, tal como entre os médicos, uma mesma espécie de seleção em relação à clientela que as profissionais femininas deveriam atender. Por acreditarem ser elas profissionais inferiores, limitavam-nas ao atendimento de mulheres e, de modo especial, crianças, sob o argumento de que, sendo mulheres, estariam aptas a exercer tal tarefa. Era um discurso que, se não por constante sugestão, fora abstraído por algumas dentistas, por outras fora levado apenas como um obstáculo que, embora precisasse de um longo tempo para ser superado, foi abraçado, e até incentivado, por profissionais como Clymene de Andrade. Desse modo, era comum, nos anúncios, as dentistas se anunciarem semelhantes aos dentistas, mas com a peculiar especialidade no tratamento de senhoras e crianças, tal como se pode observar no anúncio de Anna França Pereira, uma cirurgiã-dentista formada em Minas Gerais que viera para Belém no início dos anos 1910:

Dra. Anna França Pereira

Cirurgiã-dentista

Tem o seu gabinete dentário à avenida Generalíssimo Deodoro, 114, próximo ao largo de Nazareth, onde aceita todo e qualquer trabalho concernente à sua profissão, das 7 às 11 da manhã e da 1 às 5 da tarde.

Especialista no tratamento de senhoras e crianças, nº114, entre São Jerônimo e Nazareth.⁴⁴⁷

Talvez para as odontólogas, em se falando de extensão do campo de exercício profissional, essa *limitação* de clientela, não representasse exatamente um problema. Afinal, com o processo de cientificação dos tratamentos médicos, a preocupação com a saúde das crianças se voltava, de modo particular, para a boca, considerada porta de entrada de várias

⁴⁴⁶ ANDRADE, Clymene de. Conferência feita pela distinta cirurgiã dentista Clymene de Andrade. Revista Odontológica Paulista, São Paulo, ano 1, n.5, p.1-10. fev. 1906. Op. Cit. MOTT, Maria Lucia. “*Moças e senhoras dentistas*”: formação, titulação e mercado de trabalho nas primeiras décadas da República. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, jun. 2008, p. 105.

⁴⁴⁷ *Estado do Pará*, 9 de maio de 1914, p. 3, ed. 1122.

doenças, como a tuberculose. Amparada na crença de que havia uma relação direta entre a condição dos dentes e a saúde física e mental – até entre dentição, delinquência e aproveitamento escolar – dentistas e educadores do final do século XIX foram incentivados pela classe científica a iniciar campanhas, implantar serviços, escrever contos infantis pedagógicos, livros educativos para as mães e divulgar a necessidade do uso de escovas de dentes e dentifrícios para as crianças.⁴⁴⁸ Mas enquanto para os meninos buscava-se frisar a formação de cidadãos fortes e responsáveis, para as meninas, ressaltava-se a conservação da beleza, tal como seria muito explorado nas campanhas publicitárias de marcas de dentifrícios que ainda perduravam no final da década de 1910.⁴⁴⁹



Figura 20: Anúncio Dentalba. Fonte: *A Semana* revista ilustrada. Belém – PA, v. 1, nº 43, janeiro, 1919, p. 17.

Em vista dessa preocupação com a saúde bucal da infância e a consequente criação de serviços voltados para esse fim, o mercado de trabalho odontológico se expandiria em Belém, abrindo o campo de uma clientela especial para as dentistas. Diga-se, um campo extenso que garantia pleno serviço para elas e que talvez explique, assim como ocorreu na medicina clínica, o crescimento na profissionalização de mulheres nessas profissões. Isso corresponderia a dizer que, mais na odontologia do que na medicina, as mulheres poderiam se formar porque não lhes faltaria clientela para atender. Uma clientela que lhes fora delegada e que, à princípio, garantiu-lhes espaço para avançar nesse setor de trabalho profissionalizado não apenas no atendimento particular em gabinetes privados, mas também em escolas e entidades de

⁴⁴⁸ MOTT, Maria Lucia. “*Moças e senhoras dentista*”: formação, titulação e mercado de trabalho nas primeiras décadas da República. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, jun. 2008, p. 105.

⁴⁴⁹ MATOS, Maria Izilda S. de. *Por uma possível história do sorriso: institucionalização, ações e representações*. São Paulo: Hucitec, 2018.

assistências públicas. No entanto, o avanço no atendimento dentário às crianças e a quase monopolização dessa clientela entregue a elas, logo seria detectado pelos odontólogos e, embora, como homens, tenham aprendido que cuidar de crianças era tarefa para mulheres, cresceu entre eles a necessidade de um aprendizado em como lidar de forma profícua com esse grupo de clientes. Em meio a essa preocupação, um dos autores da revista *Norte Odontológico*, direcionará uma advertência aos profissionais em atuação em Belém: “Gostais de crianças? Se assim for, esta tarefa será mais fácil, se não, erraste a vocação, pois a maior parte do vosso trabalho é feito nas crianças.”⁴⁵⁰

Com um mercado de trabalho dominado pelos homens desde a segunda metade do século XIX, os anúncios dos jornais registram que a partir do início dos anos 1900 as dentistas, vindas de outros estados, começam a atuar em Belém, prestando serviços no cuidado dentários de senhoras e, especialmente, de crianças. À princípio em duplas com algum dentista que as contratavam como assistentes em vista do atendimento especial a sua clientela infantil, a exemplo de Lydia Novaes, a qual, como o nome destacado juntamente ao de seu colega de trabalho Carlos Rodrigues, anunciava, em 1902, a abertura de um gabinete dentário na rua Conselheiro João Alfredo, nº 40.⁴⁵¹ Só um pouco mais tarde elas apareceriam atuando sozinhas em seus próprios gabinetes, tal como faria a dentista Ana França e as irmãs Thereza e Perpétua Coutinho de Oliveira, cirurgiãs dentistas diplomadas na Escola Livre de Odontologia do Pará.⁴⁵² Contratada pelo Estado, Thereza Coutinho de Oliveira ficaria por muitos anos atuando a serviço do Estado como cirurgiã dentista no Colégio Gentil Bitencourt, uma instituição de amparo a meninas.⁴⁵³

Conhecida como uma profissão moderna, a odontologia aparece em meados do século XIX, beneficiada pelo estabelecimento das primeiras organizações profissionais que a permitiu se desenvolver como uma profissão autônoma e independente da medicina e diferente desta em sua natureza de trabalho, cuja predominância seria uma atividade que, desde o início do seu desenvolvimento, era caracterizada por tarefas manuais voltadas para a extração e reposição dos dentes.⁴⁵⁴ Interessa, aqui, sobretudo, frisar sobre o termo *profissão* e a utilização da expressão *profissão moderna* quando se refere às ocupações do século XIX, período no qual

⁴⁵⁰ Norte Odontológico, revista trimestral. Belém - PA, nº 1, v. 1, 1917, p. 17.

⁴⁵¹ *Folha do Norte*, 16 de janeiro de 1902, p. 2.

⁴⁵² *Estado do Pará*, 20 de fevereiro de 1920, p. 7, ed. 3203.

⁴⁵³ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado pelo Governador do Estado Antonino E. de Souza Castro. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1924, p. 85.

⁴⁵⁴ CARVALHO, Cristiana Leite: *A transformação no mercado de serviços odontológicos e as disputas pelo monopólio da prática odontológica no século XIX*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 13, n. 1, jan./mar. 2006, p. 56.

as profissões, da forma como as conhecemos hoje, primeiro se desenvolveram. Discutido e definido de diversas maneiras, há alguns atributos que permitem defini-lo de modo consensual. Dentre estes atributos está a existência de um padrão organizacional de trabalho especializado, cujas principais características incluem a ocupação integral de seus membros, a existência de aparatos institucionais de autorregulação, o treinamento padronizado em habilidades e conhecimentos esotéricos, o *status* e a autonomia.⁴⁵⁵

Para o final do século XIX, embora obedecer a esse padrão correspondesse à definição e autenticação de um profissional, de maneira mais prática, o fator *profissional*, o qual seria o mesmo que atribuiria o caráter de *moderno* a uma ocupação laboral, sobretudo, era definido pelo seu caráter *científico*. Em outras palavras seria dizer que uma *profissão* era *moderna* porque a ciência, tida como sinônimo e critério de modernidade, assim a tornava. É nesse sentido que podemos entender o aprisionamento das ciências nas faculdades que as tornava o *lugar* de produção e reprodução de recursos que deveriam *modernizar* a sociedade por meio do trabalho de profissões que doravante seriam ensinadas aos seus aspirantes. Seria, assim, a faculdade que teria o poder de determinar quem seria qualificado para realizar um determinado conjunto de tarefas, de impedir que os demais o realizassem e de controlar os critérios para avaliar seu trabalho profissional.

Daí a preocupação de muitos profissionais, em seus anúncios, em enfatizar que portavam diplomas adquiridos em faculdades como prova documental que garantia suporte para o exercício de sua profissão, visto que, desde a segunda metade do século XIX, o exercício legal de qualquer atividade profissional, em particular, por profissionais estrangeiros ou brasileiros que se formavam no exterior, tal como observei entre as médicas e as parteiras diplomadas, exigia a aprovação em um exame de habilitação realizado nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro ou da Bahia. E tidas como *naturalmente* inclinadas para o cuidado com as crianças, as mulheres também queriam ter acesso a uma profissionalização que lhes permitisse transformar as *qualidades naturais* que lhes são atribuídas, em qualificações oficialmente registradas, única maneira de avaliá-las convenientemente, sobretudo, em uma sociedade de exames, onde não existia nenhum outro caminho senão a passagem pelo ensino em um estabelecimento de formação acadêmica.⁴⁵⁶

⁴⁵⁵ FREIDSON, E. *Professionalism: the third logic on the practice of knowledge*. Chicago: The University of Chicago Press, 2001. Op. cit. CARVALHO, Cristiana Leite: *A transformação no mercado de serviços odontológicos e as disputas pelo monopólio da prática odontológica no século XIX*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 13, n. 1, jan./mar. 2006, p. 57.

⁴⁵⁶ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 256.

Ainda imerso no mundo do trabalho feminino relacionado à saúde, encontrei alguns casos de mulheres atuando como enfermeiras, a maioria atuante em estabelecimentos públicos. À diferença dos médicos e médicas, as enfermeiras eram as profissionais que permaneciam mais constantemente com os pacientes não apenas como ministradoras dos medicamentos. Responsáveis também pela sua higiene, a elas eram atribuídas as tarefas de banhá-los, cuidar da limpeza de suas roupas de banho e de cama além da limpeza do quarto e da administração de sua alimentação. E por estarem mais próximas dos pacientes, estavam, portanto, mais próximas das doenças. Não raro eram vítimas de pacientes agressivos relutantes às terapias e curativos e da infecção de alguma moléstia contagiosa. Para as que lidavam com pacientes infectados com doenças contagiosas, a exemplo da varíola e da tuberculose, doenças que grassavam na sociedade belenense na época, eram-lhes rigorosa a vigilância social em vista do temor do contágio das doenças. Precisavam também estar muito atentas aos cuidados com o próprio corpo para não servirem de portadores de algum microrganismo patogênico.⁴⁵⁷

Nos discursos romantizados da época, as enfermeiras eram vistas como mulheres carinhosas, uma imagem muito reproduzida e compartilhada publicamente na imprensa religiosa, ao modo do jornal *O Apologista Cristão*, um periódico da Igreja Metodista Episcopal. Em uma série de publicações mensais, esse periódico refletia com os seus leitores sobre o perfil dessa profissional. Por meio alguns fragmentos do livro *A Hand Book of Nursing, For Family and General Use*, editado na Filadélfia (EUA) e traduzido e adaptado ao português por Justus H. Nelson, redator e proprietário do jornal, aconselhava aos familiares de doentes desde como agir para a contratação de uma enfermeira para o serviço particular até o comportamento desta em seu ambiente de trabalho. Segundo observava, o afeto deveria ser o seu maior atributo, visto que uma enfermeira verdadeiramente conscienciosa deveria tratar dos doentes, tanto dos lares domésticos mais atrativos quanto dos hospitais públicos, com o mesmo carinho e fidelidade.⁴⁵⁸

Tida como uma atividade *naturalmente* feminina, essa identificação da enfermagem, explicada por sua demanda de carinho e fidelidade – esta, entendido como integral doação de si – com as mulheres, se consolidaria por meio da explicação, entre outros argumentos, como decorrente de um *impulso* da mulher que se identificaria com o *instinto materno*, com um instinto de conservação da espécie, o qual se encontrava presente até nos animais irracionais. Justus H. Nelson, parecia estar consciente desse discurso, visto que, aconselhava aos seus leitores que, na ausência de uma enfermeira profissional, a assistência ao

⁴⁵⁷ PASSOS, Elizete. *De anjos a mulheres: ideologias e valores na formação de enfermeiras*. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 145.

⁴⁵⁸ *O Apologista Cristão*, 1 de março de 1899, p. 1, ed. 3.

doente deveria ser realizada por uma outra mulher, fosse esta uma irmã, esposa ou filha do paciente.⁴⁵⁹ No entanto, a ideia de uma relação como essa, baseada no essencialismo é hoje contestada por parecer menos com uma *natureza materna* do que com uma construção histórico-social, visto que o fato pode ser analisado sob vários aspectos se considerarmos que uma mulher não nasce mãe e sim um ser humano de sexo feminino, cujos papéis ocupados por ela na sociedade vão sendo construídos dialeticamente a partir das próprias condições histórico-sociais.⁴⁶⁰

De todo modo, a enfermagem permaneceu, durante muito tempo, bem como se observará no magistério, como uma atividade admitida ao feminino. Talvez por tratar do cuidado, como uma extensão do lar, por estar na fronteira entre o público e o privado e, sobretudo, por não se caracterizar como trabalho, mas vocação.⁴⁶¹ Tal como a maternidade e o cuidado para com os filhos era uma *missão* para a mulher, cuidar com carinho e fidelidade dos doentes era a *missão* da enfermeira. Vista como caridade, passou a ser indicada, especialmente por representar uma alternativa à medicina, para as moças de classe média, visto que se apresentar como uma atividade que perpetuava os estereótipos da *natureza* feminina e não representava riscos de *masculiniza-las*.⁴⁶² Pelo contrário, como vocação paralela ao de esposa e mãe, as enfermeiras tinham nos médicos a figura masculina como referência de submissão, aos quais deveriam obedecer implicitamente a todas as instruções e relatar-lhe com cuidado, por escrito, todos os sintomas e a história exata do dia a fim de nele promover plena confiança da parte do doente e nunca, em circunstância alguma, discutir o seu tratamento do caso.⁴⁶³

Essa maneira de pensar fez suscitar a ideia de que as enfermeiras não tinham nenhuma responsabilidade e cujo trabalho se resumia a fazer nada mais do que cumprir as prescrições médicas. Em resumo, eram auxiliares que tinham um dever, uma missão a cumprir para com os seus superiores médicos, tal como se observará entre as secretárias, mulheres que numa empresa parecia não ser nada mais do que a mulher da máquina datilográfica que registrava, à ordem do executivo, números e resoluções por elas difíceis de compreender, como profissionais necessariamente *apegadas* a um ofício masculino superior, do qual, sem ele,

⁴⁵⁹ *O Apologista Cristão*, 1 de maio de 1899, p. 1, ed. 5.

⁴⁶⁰ PASSOS, Elizete. *De anjos a mulheres: ideologias e valores na formação de enfermeiras*. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 18.

⁴⁶¹ COLLING, Ana Maria. *As primeiras médicas brasileiras: “mulheres à frente de seu tempo”*. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 24, jul./dez. 2011.

⁴⁶² BESSE, S. K. *Modernizando a Desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil. 1914-1940*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999; RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar Brasil 1890-1930*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na Sala de aula*. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord.). *História das Mulheres no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

⁴⁶³ *O Apologista Cristão Brasileiro*, 1 de maio de 1899, p. 1, ed. 5.

difícilmente sobreviveriam. Desse modo, apropriada ao capitalismo como um meio de inserção das mulheres ao mundo do trabalho, a enfermagem é incorporada às profissões, das quais faz parte a de secretária, que são exercidas em espaços que colocavam as mulheres, como profissionais vistas sob a construção e produto da relação entre os sexos, no que a sociedade acreditava ser o seu devido lugar: postos secundários supervisionados pelos verdadeiros donos da razão, os homens.⁴⁶⁴

Interessante observar que, no caso das enfermeiras, o imaginário sobre essas mulheres, leva-as a transitar por diferentes estereótipos: numa hora, são angelicais; noutra, caridosas; noutra, ameaçadoras; e mais noutra, subalternas. Com a deflagração da Primeira Guerra Mundial na Europa em 1914, as notícias internacionais passaram a mostrar um lado que outras guerras já tinham tornado conhecido, mas que ainda não era conveniente pensar para elas: o de combatentes – caridosas, fiéis ainda –, mas agora também corajosas combatentes na prestatividade dos serviços de assistência médica nos hospitais militares. Quando mortas em ataques ou fuzilamentos praticados pelos exércitos inimigos eram honradamente homenageadas como verdadeiras mártires de guerra por meio de monumentos, tal como ocorrera à enfermeira inglesa Edith Cawel em Bruxelas, na Bélgica, em 1915.⁴⁶⁵ Longe da guerra e dos estereótipos, em 1918, Maria Medeiros, diplomada em Enfermagem pelas Faculdades de Medicina do Porto e licenciada para o exercício de sua profissão no Brasil pela faculdade do Rio de Janeiro, buscava por trabalho em Belém por meio de anúncio divulgado no jornais. Dizia-se experiente em prática hospitalar adquirida em hospitais do Porto, Lisboa, Paris e Rio de Janeiro, frisando que fazia curativos para higiene íntima das senhoras, os quais as tornam mais jovens e saudáveis.⁴⁶⁶

A professora

Não há dúvida de que a trajetória dessas mulheres até a aquisição de uma profissão assim não seria se não houvesse acesso à educação. Seguindo uma tendência brasileira que marcou a educação numa íntima sintonia com as ideias iluministas, educar o *povo* tornou-se uma meta desde os governos provinciais. Contudo, o uso genérico do conceito *povo* escamoteava as diferenças existentes na escolarização de homens e mulheres. Em um tempo no qual se privilegiava a criação de uma maioria de escolas primárias para os meninos e um

⁴⁶⁴ PERROT, Michele. PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

⁴⁶⁵ *Estado do Pará*, 25 de outubro de 1915, p. 1, ed. 1655.

⁴⁶⁶ *Estado do Pará*, 25 de junho de 1918, p. 4, ed. 2600.

diminuto número para as meninas, em separado, as diferenças entre eles se faziam presentes na educação pública, principalmente em termos quantitativos, já que a educação masculina ainda era merecedora de maior atenção por parte do governo. Presumindo-se que a escolarização deles era para o poder público mais significativa do que a de meninas, traduziu-se nisso uma dissociação entre o feminino e a escolarização, onde elas são vistas como frágeis intelectual e fisicamente e, portanto, não merecedora dos esforços que a fatigassem, fosse na escola, ou no trabalho. Nesse sentido, além de reduzidas a uma amplitude numérica ínfima nas escolas, as meninas eram submetidas a uma formação fundamentada por definições do que seria a educação feminina em correspondência aos valores sociais, cujo espírito nada mais necessitaria do que saberes estéticos, morais e religiosos, para a formação simples da *moça, esposa e mãe*. Formação da qual os conhecimentos científicos, reservados à vida profissional dos homens, seriam medidos e selecionados em termos a assentar e cultivar a *alma feminina*, eximindo-as das responsabilidades laborais e preservando-a dos trabalhos forçados da ciência.⁴⁶⁷

A diferença na oferta escolar entre meninos e meninas na esfera pública leva a dimensionar a educação de mulheres em referência à classe social. Enquanto as meninas pobres podiam ser educadas em asilos, orfanatos e internatos religiosos ou públicos e ensinadas a desempenhar toda sorte de trabalho exaustivo – fosse para desempenhá-lo no próprio lar ou n serviço num lar alheiro – aprendido de forma sistemática nessas instituições, às das classes abastadas, embora recebessem uma educação relativa à orientações sobre gerência do lar e prendas domésticas, era reservada uma educação mais esmerada baseada em algumas noções da leitura e escrita, música (geralmente piano), algumas línguas estrangeiras e aprendizado de regras de boas maneiras.⁴⁶⁸ Se o governo, com o diminuto número de escolas públicas ofertado ao público feminino, apontou um modo de destituir as mulheres do sentido da educação, por sua vez, as de família que possuíam disposição econômica para custear seus estudos puderam refazer esse sentido nos colégios particulares.

Como fenômeno típico do período, tendo em vista a emergência de uma burguesia que se formava com a consolidação da economia da borracha, os colégios particulares ofertavam tanto o curso primário quanto o secundário para os filhos e, particularmente, as filhas dessa burguesia.⁴⁶⁹ Funcionando sob regime de externato, recebendo meninos e meninas

⁴⁶⁷ MELO, Clarice Nascimento de. *Sendas da escolarização feminina no Pará*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, out, 2011, p. 87-88.

⁴⁶⁸ LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na sala de aula*. In: História das mulheres no Brasil. Mary Del Priore (Org.). 10ª ed. – São Paulo: Contexto, 2020, p. 446.

⁴⁶⁹ Em 1868, para educação exclusiva feminina havia o Colégio Nossa Senhora do Amparo, na rua de Santo Antônio, o Colégio de Santa Maria de Belém, na rua do Rosário, o Colégio de Nossa Senhora de Nazaré, na

moradores na capital, ou organizadas em regime de internato, acolhendo filhos e filhas de fazendeiros e comerciantes do interior do estado e de estados vizinhos, esses colégios eram verdadeiras empresas que anualmente movimentavam pequenas fortunas. Atuando no processo de educação da sociedade belenense desde as últimas décadas do Império, adentraram as primeiras décadas da República sob um caráter peculiar. Quando se verifica a instituição da maioria desses colégios é difícil não notar uma maioria de mulheres fundadoras e diretoras. Para se ter uma ideia, no ano de 1906, dos 67 colégios particulares registrados em Belém, 50 estavam sob a direção de mulheres, sendo que destes, 43 eram dirigidos por uma diretora (2 destes por freiras), 3 por duplas de diretoras e 4 com a direção compartilhada com homens (marido ou pai).⁴⁷⁰ É particularmente interessante verificar a existência, com exceção das religiosas, de um significativo grupo de mulheres na direção dessas escolas justamente em um período em que as mulheres, submetidas ao *pátrio poder* quando solteiras ou ao poder legal do marido como chefe da sociedade conjugal quando casadas, não precisavam da autorização de um deles para assinar contratos de trabalho.

Nesse sentido, merece destaque a atuação de Maria Valmont, diretora e professora no colégio Externato Valmont, um estabelecimento de educação secundária que funcionou na capital do Pará, na rua Lauro Sodré, nº 268,⁴⁷¹ e Marguerite Muriel, diretora do Collège Anglo-Français, localizado na avenida Nazaré, n. 9.⁴⁷² Prestigiadas no campo das letras na sociedade belenense da época, Valmont era poetiza vinculada à agremiação literária paraense Mina Literária, acumulando muitas produções de considerado valor literário publicados em jornais locais,⁴⁷³ enquanto que Muriel foi colaboradora dos jornais *A Província do Pará*, onde teve publicadas várias prosas e artigos sobre a educação da mulher, e *Folha do Norte*, para o qual escreveu alguns contos para a seção Folhetim do jornal.⁴⁷⁴ No entanto, não se pode esquecer a atuação de mulheres não tão conhecidas na época, a exemplo Maria de Mattos Guerra na direção do Colégio Nossa Senhora de Nazareth⁴⁷⁵; o Colégio Santa Maria de Belém sob a direção de

travessa do Passinho, Casa de Educação do Santíssimo Coração de Maria, no Largo do Carmo. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial para o ano de 1868. Belém, PA: Ed. Carlos Seidl & C.ª, 1868.

⁴⁷⁰ Mapa Demonstrativo do Movimento dos Colégios Particulares na primeira metade do ano de 1906. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado pelo Governador do Estado Augusto Montenegro. Belém: Imprensa Oficial, 1906, p. 103.

⁴⁷¹ *Folha do Norte*, 25 de junho de 1896, p. 2, ed. 177.

⁴⁷² *Estado do Pará*, 11 de fevereiro de 1913, p.2, ed. 672; Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1906 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Governador do Estado Augusto Montenegro. Belém-PA: Imprensa Oficial, 1906, p. 103.

⁴⁷³ *Correio Paraense*, 24 de novembro de 1893, p. 1, ed. 461.

⁴⁷⁴ *Folha do Norte*, 24 de março de 1897, p. 2, ed. 448.

⁴⁷⁵ *Diário de Notícias*, 17 de março de 1898, p. 1, ed. 56.

Maria P. Vilas Boas Mattos⁴⁷⁶; Maria Luiza de Mello Palha dirigindo o Colégio São João, na á rua Arcipreste Manoel Teodoro nº 142.⁴⁷⁷

Chama a atenção que enquanto as mulheres podiam ocupar a posição de diretoras nos colégios particulares, nas escolas públicas foram os homens que detiveram por longo tempo essa função, nelas reproduzindo e reforçando a hierarquia doméstica onde as mulheres ficavam nas salas de aulas, exercendo os encargos mais imediatos do ensino, enquanto eles dirigiam e controlavam todo o sistema. Tidos como instância superior e referência de poder, era a eles que se recorria para a resolução dos problemas relativos ao corpo discente ou à administração das escolas. Sua presença era vista como necessária unicamente por se acreditar que as mulheres, representadas como seres frágeis, tinham pouca firmeza nas decisões, além de serem excessivamente sentimentais e tolerantes.⁴⁷⁸ E na representação caricata da mulher diretora, urgia a figura da mulher solteirona, severa, de poucos sorrisos e destituída de afetividade, muito distante da apregoada representação da mulher frágil, delicada e propensa aos sentimentos. Uma mulher diretora seria uma “criatura de predicados másculos”, diria o redator do carioca *Jornal do Comércio*, ao se referir a Esther Pedrosa de Melo, a primeira mulher que, em abril de 1920, seria nomeada diretora de uma Escola Normal no Brasil.⁴⁷⁹

A notícia da primeira mulher diretora circulou pelo Brasil durante aquele mês da sua nomeação. Por meio de teorias misóginas, explicava-se que a mulher só havia chegado àquele cargo porque havia desaparecido da instituição todos os sinais da “energia masculina”⁴⁸⁰; contextualmente se justificava pelo fato de ser o corpo docente da Escola formado por uma ampla maioria do elemento feminino composto por mais de mil alunas. De uma forma ou de outra, na imprensa paraense a nomeação foi tratada com escárnio, tal como o fora na imprensa carioca e, em alguns meses, o nome de Esther Pedrosa Mello voltaria a aparecer no noticiário por meio de um sumário informe sobre o seu pedido de demissão do cargo de diretora.⁴⁸¹ E na Escola Normal do Pará, a instituição passaria pelos anos 1920 sem uma diretora.⁴⁸² Por outro lado, porém, com notória reserva, os governantes se sentiriam livres para nomear algumas para ocupar cadeiras de professoras que achavam conveniente serem ocupadas por mulheres. Anézia

⁴⁷⁶ *Diário de Notícias*, 7 de novembro de 1897, p. 2, ed. 247.

⁴⁷⁷ *Folha do Norte*, 17 de maio de 1896, p. 1.

⁴⁷⁸ LOURO, Guacira. Lopes. *Mulheres na sala de aula*. In: História das mulheres no Brasil. Mary Del Priore (Org.). 10ª ed. – São Paulo: Contexto, 2020, p. 460.

⁴⁷⁹ *Estado do Pará*, 24 de abril de 1920, p. 1, ed. 3267.

⁴⁸⁰ *Estado do Pará*, 24 de abril de 1920, p. 1, ed. 3267.

⁴⁸¹ *Estado do Pará*, 9 de junho de 1920, p. 2, ed. 3313.

⁴⁸² Na Escola Normal de Belém, esse poder de direção da instituição dado aos homens fora determinado no Art. 112 do seu Regulamento (*Jornal do Pará*, 22 de abril de 1871, p. 1-2, ed. 88) e, pelo menos até 1930, permaneceria restrito a eles. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado pelo Governador do Estado Antonino E. de Souza Castro. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1930, p. 96.

Schursler, por exemplo foi nomeada para reger efetivamente a cadeira de Caligrafia em 1893⁴⁸³ e, no ano seguinte, Maria Valmont, seria nomeada professora de Prendas da Escola Normal em 1894. Algum destaque à sua qualificação? Não. Para a imprensa, eram apenas elementos que serviriam como “ornamento do nosso magistério público”.⁴⁸⁴

Adentrando no pensamento hegemônico da época, fiquei imaginando o problema que gerou ao Governo de Augusto Montenegro ter que explicar a escassez de professores a indicar para a direção do 5º Grupo Escolar da capital em 1907. Mais do que problemático, deve ter-lhe sido embaraçoso justificar a nomeação de uma professora para o exercício do cargo de diretora do grupo escolar.

É inútil insistir sobre o abandono em que o elemento masculino tem deixado a Escola Normal. O mal para o Estado é sensível, porque não só a falta de professores constitui um inconveniente, embora até certo ponto remediado pela disposição legal que permite serem regidas por professoras, as escolas do sexo masculino, como porque, o que é mais grave, dentre os professores devem sair os diretores de grupos, o que não tem sido possível executar em absoluto por escassez de pessoal. Em vista da falta de professores, como experiência, nomeei como diretora para um dos grupos da capital, uma normalista, com o que tenho tirado bons resultados.⁴⁸⁵

Mas se para ser diretora era complicado para as mulheres, para ser professora o caminho era menos árduo. Mas tinha que passar pela Escola Normal. No Pará, essa instituição seria fundada em 1871, possuindo um currículo vasto de formação onde se ministravam aulas da instrução cívica, geografia, corografia (especialidade da geografia que se dedicava ao estudo geográfico de um país ou de uma de suas regiões) e história do Brasil, curso completo da língua pátria, matemática, geometria, química e física, noções de floricultura, horticultura e agricultura em geral, ginástica, desenho e pedagogia. Embora tivesse como objetivo formar professoras e professores, estes últimos recebiam uma formação especial que os qualificava para o atendimento da demanda administrativa das escolas públicas, cargo, até então, como lembrou Montenegro, embora fosse legalmente permitido também às mulheres, não lhe seriam muito recomendados. Às alunas, sempre em maior número, cursos especiais como o de trabalhos com agulha e bordados, complementavam a formação daquelas que se especializariam em tarefas domésticas.⁴⁸⁶

⁴⁸³ *A República*, 24 de setembro de 1893, p. 1, ed. 678.

⁴⁸⁴ *Correio Paraense*, 30 de março de 1894, p. 1, ed. 555.

⁴⁸⁵ Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1907 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, governador do Estado. Belém – Pará: Imprensa Oficial, 1907, p. 34.

⁴⁸⁶ Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1903 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, governador do Estado. Belém – Pará: Imprensa Oficial, 1903, p. 37.



Quadro dos professores normalistas de 1914
 Figura 21: Quadro dos formandos da Escola Normal do ano de 1914. Fonte: *Estado do Pará*, 26 de abril de 1914, p. 1, ed. 1109.

Mas, embora continuassem a ser maioria no quadro docente da Escola frente a uma escassez do elemento masculino que cada vez mais se agravava,⁴⁸⁷ a presença feminina não conseguiu mudar substancialmente a mentalidade dos governantes, os quais, embora fossem entusiastas desse fato e estimulassem as mulheres a exercerem a profissão como docentes no ensino primário, sustentavam o discurso que buscava associar o exercício do magistério a um objetivo maternal presente na profissão quando comparada à primeira etapa da maternidade, na qual às mães se dedicam aos cuidados dos primeiros conhecimentos dos seus filhos.⁴⁸⁸

⁴⁸⁷ A escassez do elemento masculino que sempre foi minoria na Escola Normal, agravou-se a partir dos anos 1900, e a sempre hegemonia do feminino no processo de formação da Escola Normal provocou a chamada *feminização* do curso. Em um quadro numérico do movimento de matrículas na Escola Normal entre os anos de 1900 e 1907 divulgado pelo Governo Estadual, observa-se que a prevalência de moças matriculadas em 1904, ano de pico nas matrículas, chega a 88,5%, enquanto, em 1907, ano de maior baixa, elas correspondem a aproximadamente 93%. Em relação ao número, por sexo, de alunos que chegavam ao quarto e último ano de formação, tomando ainda os dois anos como referência, observa-se que em 1904, são 65 alunas para 11 alunos matriculados, enquanto, em 1907, a previsão de formandos era de 27 alunas e 4 alunos. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1907 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, governador do Estado. Belém – Pará: Imprensa Oficial, 1907, p. 34.

⁴⁸⁸ TAVARES JÚNIOR, Raimundo William. *Um viveiro de mestres: a Escola Normal e a cidade de Belém do Pará em tempos de modernização (1890-1920)*. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012; COSTA, Edivando. *Civilizar a nação pela*

O argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental; ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação. A ele recorreriam aquelas que tivessem “vocação”.⁴⁸⁹

O elemento feminino que se tornou numericamente hegemônico na área da educação em Belém, talvez tenha sido, pelo menos em parte, aderente ao discurso do ofício docente como extensão da maternidade. Dificilmente teremos meios de saber como teria sido a atuação das professoras normalistas em sala de aula. No entanto, podemos depreender de alguns registros que, para parte delas a atração ao magistério se deu por vê-lo como caminho para uma futura emancipação financeira enquanto que para outras, deu-se por causa da ambição de ir além dos tradicionais espaços sociais e intelectuais até então reservados às mulheres. De origem social diversas, muitas moças que frequentavam a Escola Normal possivelmente tenham vindo de classes pobres e chegado até lá por meio de apadrinhamento, tutores ou parentes prestigiados socialmente. O fato é que, em dado momento, a instituição mostra ter sido cooptadora de uma clientela socialmente privilegiada, formada por moças pertencentes a famílias de extratos sociais mais elevados.

No entanto, o que importa sublinhar é que, de todas as atividades no mundo do trabalho em Belém ocupadas por mulheres que se profissionalizaram por meio do estudo acadêmico, dado o quantitativo de anúncios que observei nos jornais, a única que rivaliza em número com as serviços domésticas é a de professora, quase sempre oferecendo seus serviços para o ensino infantil das primeiras letras ou de boas maneiras para meninas, às quais estavam destinados também o ensino de costura, bordado, artes e música. Do mesmo modo, esta parece ser, de fato, a mais fundamental em termos de uma formação profissional, para a realização de um trabalho feminino, tanto para mulheres nacionais quanto para estrangeiras, e de grupos sociais diversos, já que abriu espaços de trabalho numa área muito ampla, valorizada e bem vista, inclusive, entre o público masculino, onde pais de família buscavam uma boa educação para as filhas que almejavam casar. Como outros ofícios que precisavam de formação acadêmica, ser professora significava ter adquirido educação, refinamento e sofisticação que as tornavam aptas para atuar não apenas no espaço público, mas nos espaços privados, nos quais podiam ofertar atendimentos domiciliares como preceptoras e governantas. Sophia Alvina Muller, por exemplo, apresentava-se como professora francesa diplomada na Suíça e com

instrução pública: formação de professores e ensino primário no Pará (1891-1909). Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós Graduação de História (PPHIST), Belém (PA), 2015.

⁴⁸⁹ LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na sala de aula*. In: História das mulheres no Brasil. Mary Del Priore (Org.). 10ª ed. – São Paulo: Contexto, 2020, p. 450.

experiência de ensino na Bahia, onde havia adquirido habilidade na língua local, tornando-se apta para lecionar francês, inglês e alemão.⁴⁹⁰

Para as paraenses que se formavam na Escola Normal e que possuíam recursos, a viagem ao exterior poderia ser a chance de uma especialização a fim de diversificar a profissão e adquirir mais crédito profissional. A professora normalista Anita Muller, por exemplo, formada no Pará, afirmava ter viajado à Genebra, na Suíça, e frequentado estudos especiais que a qualificavam para o exercício do ensino da língua francesa e da ginástica calistênica indicada para senhoras, meninas e meninos de até 10 anos.⁴⁹¹ Para as moças com recursos, podia-se ainda fundar os próprios colégios em sociedade com parentes ou grupo de colegas. As normalistas Maria Alves Sobral Bentes, Emília Alves Sobral Bentes, Maria Virgem do Carmo, Honorina Alves Sobral Bentes e Margarida de Nazareth Tavares, fundaram o Externato Santa Rita, localizado na rua São João, nº 6.⁴⁹²

De outros modos, àquelas que não encontrando espaço de trabalho nos setores público e particular da educação, o ensino domiciliar se apresentava como uma opção de obter uma renda. Antes, muito comum entre os professores que, com seus conhecimentos em gramática, música e instrumentos musicais, ofereciam seus préstimos intelectuais aos pais interessados em contratar seus serviços para o aprimoramento da educação de seus filhos. Este tipo de atendimento que em pouco tempo se disseminou entre as professoras, abriu novos espaços para as mulheres, então dotadas de um título acadêmico, de frequentar as casas burguesas a fim de prestar-lhes atendimento educacional particular. Para os pais, isso representaria um alívio porque poderiam dispensar a presença potencialmente ameaçadora de um homem do contato próximo de suas filhas e contratar mulheres para o seu reforço pessoal da instrução, tendo em vista as especialidades no ensino de prendas. Algumas normalistas, no entanto, disponibilizavam suas próprias casas, transformando-as em verdadeiras escolas:

AOS PAIS

Maria Faria Damasceno, auxiliada por uma colega sua, avisa aos respeitáveis pais de família d'esta capital, que no dia 1º de julho vindouro, mediante pensão, começará a funcionar sob sua direção, uma aula de instrução primária integral, que durará das 2 às 5 horas da tarde de todos os dias úteis. Neste tempo proporcionar-se-á também o ensino de prendas domésticas. Os srs. pais de família que quiserem honrar a anunciante com sua confiança, encontra-la-ão na casa de sua residência, n. 26, sita ao largo de Nazareth, onde funcionará a respectiva aula. Pará, 24 de junho de 1897.⁴⁹³

⁴⁹⁰ *A Província do Pará*, 14 de novembro de 1897, p. 4.

⁴⁹¹ *Estado do Pará*, 14 de janeiro de 1918, p. 2, ed. 2240.

⁴⁹² *Estado do Pará*, 3 de junho de 1914, p. 6, ed. 1147.

⁴⁹³ *Folha do Norte*, 30 de junho de 1897, p. 3, ed. 546.

Embora formassem a vanguarda do pensamento educacional por meio da adoção de modernas técnicas de ensino, do impulso dado ao estudo da ciência e pela ênfase emprestada às línguas modernas, nos colégios particulares, tal como na rede pública de educação, a campanha em favor do aprimoramento da instrução feminina por meio dos ensinos primário e secundário não tinha como objetivo elevar à mulher a culminância científica e literária, nem pretendia prepará-las para funções profissionais, visto que mantinham em seu currículo aulas de prendas domésticas, rendas, bordados, desenhos de ornato, canto e piano para as meninas. O salto maior se daria por poucas que, tendo recursos, poderiam ingressar numa faculdade ou, como opção oferecida – e até estimulada – à maioria, a profissionalização na Escola Normal. Isso talvez explique o destaque dado, nas páginas dos periódicos, ao magistério como exemplo de trabalho feminino no qual se vê ancorado uma exaltação à figura da professora como pedra de toque do processo civilizador da sociedade, então, em expansão.

Telefonistas e secretárias

Ter uma formação primária e secundária, no entanto, não significou para as mulheres apenas uma chance de profissionalizar-se em um curso acadêmico. Aprender a ler e escrever, bem como ter um certo domínio da gramática, abriu-lhe acesso a outros tipos de profissionalização em serviços que foram gerados, especialmente, para o suporte no setor terciário. De fato, com o desenvolvimento econômico provocado pela exportação da borracha e a transformação da capital paraense em um importante entreposto comercial que se formou por meio do estabelecimento de diversas firmas comerciais e um amplo comércio varejista de produtos nacionais e internacionais, a demanda por um serviço de comunicação mais ágil e mais prático do que o antigo sistema telegráfico oferecia, empregando um razoável número de mulheres na sua central telefônica, do mesmo modo foi gerado, nesses setores, uma série de ofícios carentes de trabalhadores especializados para o funcionamento de uma casa comercial. Nesse sentido, mulheres com habilidade no atendimento via telefonia e na escrita mecânica, passariam por formações exclusivas a fim de habilitar-se para ocupar cargos de telefonistas e secretárias.

Do funcionamento da primeira central telefônica do mundo em Connecticut, nos Estados Unidos no ano de 1878 à instalação de sua franquia em Belém, foram apenas três anos. A comunicação no Pará já contava um serviço telegráfico que comunicava o estado com o exterior por meio de uma linha inglesa, inaugurada em 1872 – outras duas, uma francesa e uma nacional, seriam inauguradas, respectivamente em 1885 e 1891 –, mas seria o serviço de telefonia, que serviria como destaque na campanha dos governantes paraenses em atrair

investidores para o Estado. O serviço era “regular e bom, com linhas de grandes percursos acompanhando a Estrada de Ferro de Bragança [...] que comunica a capital com as colônias agrícolas do Castanhal, Araripe e outras”⁴⁹⁴ E da mesma maneira com que a iniciativa norte americana ajudou a expandir o uso do telefone mundialmente, na capital paraense, a utilização do serviço de telefonia foi saudada como sinal de aceleração nas comunicações principalmente por causa das transações no mundo dos negócios comerciais e bancários.⁴⁹⁵ Em vista disso, a *Pará Public Works Company Limited*, a responsável pela distribuição e manutenção desse serviço no Pará, alertava:

PRECISAIS DE UM TELEFONE

Não podeis prescindir desta necessidade! Não vos haveis ainda apercebido, talvez! Considere bem: um telefone por 20\$000 por mês, á razão de 30 dias, custa 600 réis por dia – menos que o custo de duas viagens de bonde, ida e volta! Quantas viagens de bonde podereis poupar com o auxílio de um telefone? Todos nós sabemos que O TEMPO É DINHEIRO!⁴⁹⁶

O que pouco se falava, no entanto, era que, para o funcionamento desse sistema de comunicação, havia mulheres que, por horas, permaneciam em salas mal iluminadas e pouco ventiladas a conectar as chamadas realizadas via telefone: as telefonistas. Invisíveis para quem se utilizava dos serviços, as telefonistas eram mulheres que, sentadas à frente de um painel onde havia uma tomada para cada número de aparelho telefônico instalado, recebia o telefonema e perguntava a quem devia chamar, podendo conectar qualquer telefone enfiando o *plug* da chamada na tomada correspondente. Feito isto, avisava a pessoa sobre a chamada e transferia a ligação. À princípio ocupado por homens, o ofício de telefonistas, bem como de secretariado, gradativamente seria ocupado por mulheres sob argumentos de que, para serem ocupados, haveria de se ter certas virtudes e delicadezas que se diziam existir apenas nas mulheres, tal como o do bom trato no atendimento. De fato, as telefonistas de Belém eram moças e senhoras de classe média, portadoras, pelo menos de um conhecimento básico em línguas estrangeiras e cujos nomes marcavam presença nas colunas de Notas Sociais dos jornais, especialmente na ocasião de suas festas natalícias quando eram parabenizadas publicamente, a exemplo da “senhorita Ursula Mello, ativa e hábil telefonista”⁴⁹⁷ e a “senhorita Albertina Cruz, chefe das telefonistas”.⁴⁹⁸

⁴⁹⁴ O Estado do Pará: apontamentos para a Exposição de Chicago (1892). Sem informações bibliográficas, p. 112.

⁴⁹⁵ *Diário de Belém*, 1 de março de 1881, p. 2, ed. B47.

⁴⁹⁶ *Estado do Pará*, 17 de julho de 1914, p. 4 ed. 1191.

⁴⁹⁷ *O Pará*, 21 de outubro de 1899, p. 2 ed. 568.

⁴⁹⁸ *Estado do Pará*, 10 de dezembro de 1919, p. 2 ed. 3131.

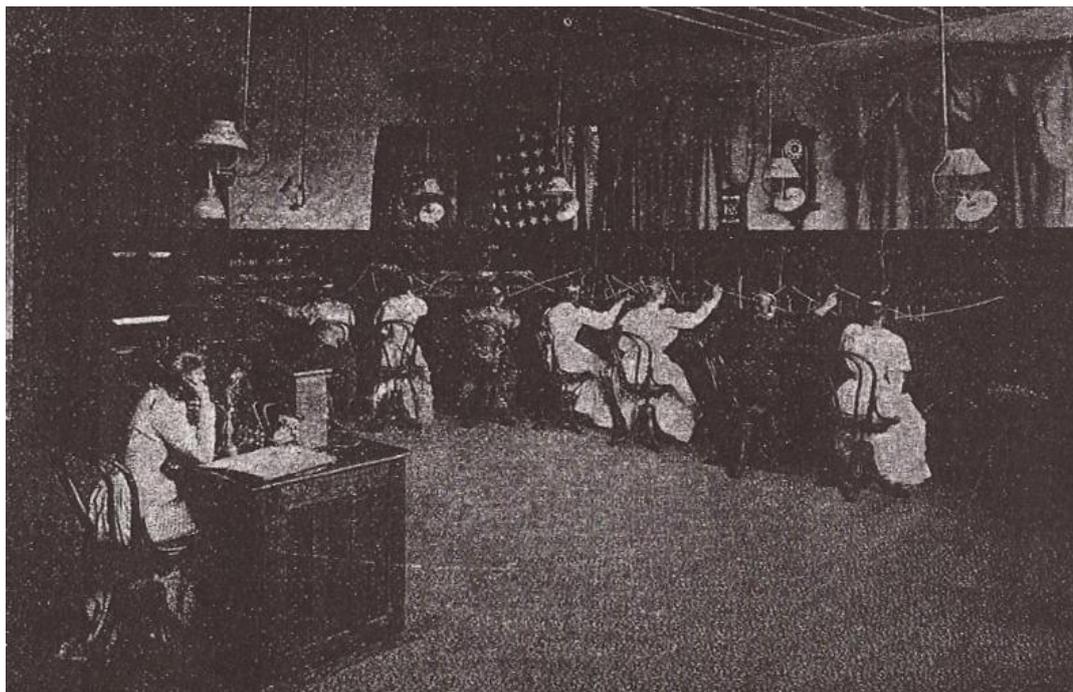


Figura 22: Estação Central Telefônica de Belém. Fonte: *El Pará – Españoles*, leed este folleto antes de emigrar. Barcelona: Tipografia La Academica, 1895, p. 81.

Mas, enquanto que para as telefonistas, as exigências para a aceitação no emprego era ter uma boa formação escolar, fineza de trato, relativo domínio de conhecimento de idiomas estrangeiros, ser jovens, de *boa família* e um treinamento que não passava de uma explicação sobre o funcionamento dos respectivos aparelhos, para as secretárias, um conhecimento básico sobre transações comerciais e domínio da escrita mecânica eram imprescindíveis. Para isso, a fundação da Escola Prática do Comércio em 1865 se estabeleceu com a finalidade de preparar profissionais para atender as necessidades locais. Os cursos inicialmente oferecidos pelo estabelecimento eram destinados para a formação de amanuenses e guarda-livros, ofícios exercidos exclusivamente por homens que, em escritórios de empresas particulares, repartições públicas e bancos, escreviam todos os documentos à mão. Com uma grade de disciplinas variadas que incluía contabilidade comercial, direito comercial, economia prática e taquigrafia, a partir de 1899, em vista da demanda comercial que se mostrava urgente, a Escola adicionaria à sua grade o curso de datilografia.⁴⁹⁹

Tendo essa prática, como ofício, sido associada intimamente aos negócios do comércio, é curioso que, embora os cursos de datilografia tenham sido instalados em Belém nos anos finais do século XIX, será apenas na década de 1910 – década que os memorialistas apregoavam o estado de “ruínas” da capital – que terão mais estímulo. Vale lembrar que em

⁴⁹⁹ *O Empregado do Comércio*, 15 de agosto de 1899, p. 1-2, ed. 1.

seus inícios, o curso na Escola Prática era oferecido exclusivamente a trabalhadores do comércio, podendo-se constatar a presença de máquinas datilográficas no cotidiano de alguns estabelecimentos comerciais, repartições públicas, secretarias de agremiações e de igrejas que eram manuseadas exclusivamente por homens. É somente nas décadas seguintes que se pode verificar por meio de anúncios e relatos do cotidiano na imprensa que o instrumento se tornaria popular entre as mulheres e o exercício da datilografia, a elas seria associado, visto como uma opção honrosa de trabalho remunerado, além do magistério, para elas. Em vista disso, em 1913, o então intendente de Belém Dionísio Ausier Bentes, em vista de oferecer uma segura formação às meninas do Orfanato Municipal, comunica, em Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 2 de junho de 1913, que havia adotado o ensino de datilografia às meninas órfãs, segundo justificava, “visando procurar para elas um futuro de estabilidade mais garantida”.⁵⁰⁰

Na imprensa, defensores da ideia sugeriam a adoção, pela Escola Normal, de um curso especial de datilografia. Segundo argumentava o articulista do jornal *Estado do Pará*, o curso serviria para as moças que, porventura, não conseguindo colocação em alguma escola como professora, tivesse a opção de trabalhar como datilógrafa em alguma repartição pública. Em vista disso, sugeria que o Estado reservasse postos de trabalhos, como os serviços de secretariados, para essas mulheres, reforçando seu argumento, ao destacar que, com as mulheres, o erário público economizaria em salários, visto que “a uma rapariga o governo poderia pagar menos do que a um homem”.⁵⁰¹ Antevendo que a iniciativa poderia ser copiada pelo comércio, a articulista fantasiava:

Tomemos por exemplo as perfumarias e as casas de moda a que infinita graça não daria a estes estabelecimentos do luxo e da elegância a presença de uma datilógrafa gentil – e se quisessem, também, a presença duma caixeira – bem à vista do público, no seu compartimento gradeado, batendo as teclas da máquina! Imagine-se agora a Perfumaria Oriental, a Perfumaria Universal, o Paris na América, a Restauração, a Africana e outros estabelecimentos que se reputam *chics*, podendo exibir à ávida curiosidade dos seus clientes uma bela rapariga sentada à mesa da sua máquina de escrever, enquanto outras, igualmente belas, substituíam a caixeirama clássica em mangas de camisa! .⁵⁰²

O instrumento de trabalho da datilógrafa, a máquina de escrever, criada no final do século XIX, embora fosse mecânica, era portátil possuindo um arranjo semicircular contendo barras metálicas com alto-relevo de caracteres em sua parte superior. Nela, a escrita se executava por meio do acionamento manual, no qual os dedos, pressionando as teclas correspondentes de seu tablado em movimentos acelerados, acionavam as barras em direção ao

⁵⁰⁰ *Estado do Pará*, 7 de julho de 1913, p. 2, ed. 817.

⁵⁰¹ *Estado do Pará*, 2 de julho de 1915, p. 1, ed. 1540.

⁵⁰² *Estado do Pará*, 2 de julho de 1915, p. 1, ed. 1540.

papel, imprimindo-lhe os caracteres por meio do impacto das faces superiores das barras em sua superfície. Com o objetivo de dar uniformidade, legibilidade e mais agilidade à escrita de documentos, as máquinas datilográficas logo foram tornadas padrão de registro nas empresas, gerando novas oportunidades de emprego e demandando o surgimento de uma categoria de trabalhadores com capacidade de operá-las com velocidade e precisão suficientes para datilografar as palavras mais rápido do que se escrevia à mão.

Em Belém, máquinas das marcas Remington, Corona, Vanderwool e Royal eram revendidas pela agência da Casa Pratt, uma firma trazida do Rio de Janeiro e instalada na travessa Campos Sales no final do ano de 1913.⁵⁰³ A partir de então, cursos de datilografia eram adicionados à grade curricular de importantes centros educacionais particulares como o Instituto Nossa Senhora de Nazaré⁵⁰⁴, o Ginásio Nossa Senhora do Carmo⁵⁰⁵ e o Externato Modelo.⁵⁰⁶ A Associação Comercial e Literária do Grêmio Português, sob a direção da datilógrafa Maria da Glória Coutinho de Oliveira, também adotou um curso em vista do aprimoramento dos empregados do comércio que lidavam com o ofício de secretariado.⁵⁰⁷ Em 1919, a Escola Prática do Comércio havia superado o perfil de turmas exclusivamente masculinas e aberto para a demanda do alunado feminino que procurava por seu curso de datilografia.



Figura 23: Turma do curso de datilografia da Escola Prática do Comércio do Pará, formada quase que exclusivamente por discentes femininos. Fonte: Revista Comercial, Industrial e Agrícola do Pará publicada pela Associação Comercial do Pará. Belém (PA): Tipografia Delta, ano IX, nº 3, junho, 1919, p. 24.

⁵⁰³ *Estado do Pará*, 30 de novembro de 1913, p. 3, ed. 963.

⁵⁰⁴ *Estado do Pará*, 10 de janeiro de 1919, p. 3 ed. 2799.

⁵⁰⁵ *Estado do Pará*, 15 de janeiro de 1920, p. 4 ed. 3167.

⁵⁰⁶ *Estado do Pará*, 25 de janeiro de 1920, p. 4 ed. 3177.

⁵⁰⁷ *Estado do Pará*, 30 de junho de 1919, p. 4 ed. 2969.

Patrocinada pela Casa Pratt, a empresa da marca Remington estabelece a Escola Remington, em março de 1917, em um prédio à Praça Visconde do Rio Branco, nº 14. Sob a direção de sua proprietária Glaphyra Antunes Ferreira, uma datilógrafa paraense formada nos Estados Unidos, a escola se propunha a ensinar a escrita mecânica, atendendo a todo tipo de clientela, mas o recomendando, no entanto, de modo especial, às “nossas patrícias”.⁵⁰⁸ Já era notório, nos finais dos anos 1910, que a datilografia, embora tenha começado a ser exercida por homens, passou a atrair, em sua maior parte, as mulheres e a elas ser reservada por causa, especialmente, dos discursos morais que sustentavam a importância de uma instrução para as mulheres que lhes garantisse um ofício útil e lhes desse um “futuro de estabilidade mais garantida”.⁵⁰⁹ Concordando com essas mudanças, os anunciantes de máquinas datilográficas, embora tivessem que destacar nas legendas de seus anúncios a eficácia e a ligação do instrumento com o mundo masculino dos negócios, passaram a representá-las tendo a figura de mulheres ao lado, numa associação clara de que a datilografia havia sido transformada num ofício feminino.



Figura 24: Anúncio da Remington. Fonte: *Estado do Pará*, 21 de novembro de 1919, p. 3.

As mulheres eram, assim, chamadas a ser datilógrafas. Em um de seus exames de qualificação, realizado no final do ano de 1919, foram aprovadas, entre os nove alunos, Aurélia Ferreira, Diva Lisboa, Noêmia Castro, Senhorita Bacellar, Hilda Franco e Daria Reis.⁵¹⁰ No

⁵⁰⁸ *Estado do Pará*, 7 de fevereiro de 1919, p. 2 ed. 2827.

⁵⁰⁹ *Estado do Pará*, 7 de julho de 1913, p. 2, ed. 817.

⁵¹⁰ *Estado do Pará*, 14 de dezembro de 1919, p. 4, ed. 3135.

anúncio da Escola Royal, instalada na rua Conselheiro João Alfredo, nº 61, e que tinha a datilógrafa Adalgiza Conduru como professora, a preferência era pelas senhoras e senhoritas, visto que a “delicadeza e sensibilidade dos dedos muita facilita em aperfeiçoar-se nessa arte” combinavam com a leveza de suas máquinas.⁵¹¹ Nesse sentido, a representação da máquina de escrever associada ao feminino e ao aparecimento de uma profissão feminina adquiria sentido conforme se atestava o crescimento das matrículas de moças em escolas de datilografia, mas também porque a profissão de datilógrafa ou de secretária era compatível com os atributos da *natureza feminina*, bem como a capacidade organizativa das mulheres, *virtude* adquirida na administração do lar.⁵¹²

Desse modo, as mulheres passariam a ter mais espaço em escritórios e redações de jornais assumindo funções de secretárias, mas também, funções em áreas de caráter administrativo – a Fábrica de Chapéus de Palha, por exemplo, empregava até uma escriturária.⁵¹³ Nessa perspectiva, os fabricantes de máquinas datilográficas buscavam explorar essa mudança, passando a dirigir, em suas campanhas publicitárias, mensagens que associavam o seu produto diretamente ao público feminino. Por meio de seus anúncios davam a impressão de que este tipo de máquina, tal como havia ocorrido com a máquina de costura, havia sido feita exclusivamente para elas, visto que as suas teclas exigentes de dedos delicados e habilidosos, adequavam-se perfeitamente à delicadeza e agilidade dos dedos femininos treinados no piano. Do encanto nas salas de saraus, agora poderiam brilhar nos ambientes de negócios.

[...] a máquina de escrever introduz as mulheres nos escritórios, as datilógrafas, necessariamente “graciosas”, expulsam progressivamente os copistas com jeito de clérigos e fazem ruir o velho apanágio do escriba: o apanágio do manuscrito e da escrita. As mulheres penetram no coração das cidadelas do poder: nos ministérios onde aparecem desde 1895, não sem provocar muito mau humor; nos negócios, cujos segredos elas desvendariam.⁵¹⁴

A mudança, primeiramente ocorrida no perfil das turmas de datilografia, pouco a pouco ia também se confirmando nos escritórios das empresas e firmas comerciais belenenses com a inserção de datilógrafas que iam sendo absorvidas pelo setor terciário. Atenta a essa mudança, a imprensa antevia um futuro próximo onde boa parte dos serviços de secretariado em Belém seria representado pelo “elemento feminino, otimamente habilitada para as grandes

⁵¹¹ *Estado do Pará*, 18 de janeiro de 1920, p. 4, ed. 3170.

⁵¹² SCHAPOCHNIK, Nelson. *Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade*. In: História da Vida Privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio. Nicolau Sevcenko (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 510.

⁵¹³ *Estado do Pará*, 8 de novembro de 1913, p. 2, ed. 941.

⁵¹⁴ PERROT, Michele. *As mulheres ou silêncios da história*. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p. 224.

funções comerciais em bancos, companhias, repartições públicas”.⁵¹⁵ Anúncios de jornais do final dos anos 1910 e inícios dos 1920 atestam que as datilógrafas eram chamadas a ocupar vagas como secretárias em empresas como a Policlínica Dentária, localizada na Tv. Sete de Setembro, nº 55,⁵¹⁶ ou oferecendo seus conhecimentos e habilidade na escrita mecânica para trabalhar como datilógrafas ou caixa de escritório.⁵¹⁷ De fato, assim como o exercício da datilografia abriu para as mulheres a modernidade dos empregos nos escritórios⁵¹⁸, contribuindo com o aumento crescente do trabalho assalariado feminino, a popularização da máquina datilográfica entre elas, tornou-se um importante instrumento utilizado na luta pela sua emancipação ao possibilitar, de forma intensa, a ampliação das ofertas de empregos e a sua consequente inserção no mercado de trabalho.⁵¹⁹

Retomando os trabalhos exercidos por mulheres tratados nesse capítulo, enquanto trabalhos realizados fora de casa, concordo com Luciana Maria Dantas de Campos em seu estudo sobre o trabalho feminino para Manaus, que era somente no exercício do magistério que a participação das mulheres era vista como honrada e digna, dela tomando parte até senhoras de famílias tradicionais. De outro modo, enquanto no exercício da medicina e da odontologia elas poderiam ser vistas com certa suspeita tendo em vista a elitização masculina de profissões que muitas vezes serviam de trampolim para a vida política, em outros tipos de emprego feminino, principalmente aqueles realizados fora de casa, em escritórios como secretárias ou datilógrafas, em lojas como vendedoras, e até mesmo como operárias em fábricas, eram vistos com muita desconfiança por serem tratadas em ambientes onde a relação com o sexo oposto era constante. Embora não recomendado para nenhuma moça de família solteira, restava às menos favorecidas entre estas, para as quais a necessidade de salários era maior e estava acima dos preconceitos e estigmas sociais preencher as vagas que surgiam.⁵²⁰

Resta lembrar que o estado civil das moças era vigiado por um sistema de controle rigoroso dentro do qual uma das características especiais do exercício do trabalho entre elas era a de que ele excluía a possibilidade de casamento enquanto tivessem em atividade. Nos anúncios de oferta de trabalho ou de homenagens sociais, embora houvesse algumas *senhoras* ou *donas* professoras, datilógrafas e telefonistas, a ocorrência de uma grande maioria de

⁵¹⁵ *Estado do Pará*, 9 de fevereiro de 1921, p. 1, ed. 3558.

⁵¹⁶ *Estado do Pará*, 15 de julho de 1915, p. 5, ed. 1553.

⁵¹⁷ *Estado do Pará*, 7 de abril de 1921, p. 6 ed. 3616.

⁵¹⁸ PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 99.

⁵¹⁹ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos impérios* (1875-1914). Rio de Janeiro-RJ, Paz e Terra, 1988. p. 283.

⁵²⁰ CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. *Trabalho e emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)*. Dissertação (Mestrado). PPHIST – Universidade Federal do Amazonas, 2010, p. 113.

senhoritas que aparecem no exercício dessas atividades atestam que esses ofícios que se caracterizavam como trabalho fora do lar eram vistos apenas como ocupações transitórias, as quais deveriam ser abandonadas sempre que se impusesse a verdadeira missão feminina de esposa e mãe. Desse modo, esse tipo de trabalho seria aceitável para as moças solteiras até o momento do casamento, ou para as mulheres que assim permanecessem – as chamadas solteironas – e viúvas. Não há dúvida de que esse caráter provisório ou transitório do trabalho também acabaria contribuindo para que os seus salários se mantivessem baixos. Afinal o sustento da família cabia ao homem; o trabalho externo para ele era visto não apenas como sinal de sua capacidade provedora, mas também como um sinal de sua masculinidade.⁵²¹

Por fim, importa sublinhar que no discurso hegemônico, o trabalho feminino, para as moças de famílias era relativamente permitido e considerado válido desde que fosse desempenhado enquanto estivessem solteiras, se tivesse como fim o suprimento das necessidades do lar e se fosse relacionado a profissões que exigiam qualidades consideradas inatas às mulheres ou voltadas para a clientela feminina e infantil. Porém, enquanto médicas e diretoras de escolas públicas, o exercício dessas atividades – dizia-se – poderia masculinizá-las, as ofertas de trabalho a elas permitidas – e, de certo modo, estimuladas –, em geral, o eram por se considerar uma extensão das atribuições consideradas femininas. No entanto, enquanto para os homens esses trabalhos eram vistos como meio pelo qual as mulheres poderiam exercer sua vocação de mulher – educadora e formadora de bons cidadãos – e como aprendizado para o casamento, visto que a enfermagem e o secretariado as treinavam para a submissão ao marido e administração do lar, ou seja, apenas como uma extensão daquela vocação a que elas foram destinadas como mulheres, mães e esposas e não como trabalhadoras, para elas esses ofícios poderiam ser representados como meio de sobrevivência e de emancipação.

⁵²¹ LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na sala de aula*. In: História das mulheres no Brasil. Mary Del Priore (Org.). 10ª ed. – São Paulo: Contexto, 2020, p. 453.

Considerações

Da mesma maneira que seria uma simplificação grosseira tentar compreender a educação das meninas e dos meninos como processos únicos, de algum modo universais, seria simplório também querer compreender esse processo como homogêneo entre as meninas, dada a sociedade elitista formada sob o signo do masculino que marcou o final do século XIX e início do XX. Evidentemente que as divisões de gênero foram marcantes na cultura e audaciosamente expressas nas páginas dos jornais como verdades que deveriam permanecer na estrutura social. No entanto, não de ser consideradas, como marcadores profundos desse mesmo processo de educação, mais particularmente entre as meninas, as divisões sob os marcos da classe e da raça, as quais, expressas de modo mais sutil nas fontes, carecem de maior atenção a fim de ser compreendidas como um instrumento que delineava socialmente a vivência das mulheres e o seu futuro como agentes históricos atuante no mundo do trabalho em Belém.

O acesso à educação no final do século XIX, ofertado pelo Estado de forma limitada de um modo geral, era ainda mais limitado às meninas pobres. Para as de famílias ricas, essa dificuldade, no entanto, era burlada pelo privilégio de poder frequentar boas escolas, ou de se ter professores e preceptores nas próprias casas. Para a população pobre, em sua maior parte formada por grupos de pessoas de origem africana e indígena, o acesso à escolarização era possível apenas nas escolas públicas, onde o ensino poderia significar apenas uma iniciação ao conhecimento da gramática e aos rudimentos dos cálculos. Quando muito, um ensino razoavelmente aprimorado lhes seria ofertado em caráter excepcional e de cunho filantrópico em instituições públicas e sob iniciativas que propunham a instrução de crianças órfãs onde, envolvidas no aprendizado das tarefas e prendas do lar, eram preparadas para o mercado de trabalho nos serviços domésticos. A partir de década de 1900, essas instituições ofertariam também cursos de tipografia e datilografia.

Fosse nos asilos para órfãs ou na família, as meninas das classes mais baixas, embora fossem também educadas para ser esposas e mães, também recebiam formação para o trabalho como meio de sobrevivência. Necessariamente, era uma formação que as lançava para o espaço público, este que nada mais é do que a própria cidade. Na cidade de Belém, conforme vimos ao longo da tese, elas serviam nas residências como cozinheiras, copeiras, amas secas, amas de leite... Trabalhavam nas fábricas em meio a máquinas, dividindo o espaço de trabalho com homens e crianças. Transitavam livremente pelas ruas como vendedoras ambulantes de flores, bilhetes de loteria, quitutes, mingau, roupas... As lavadeiras, sobretudo, circulavam por muitas ruas. As ruas eram os espaços mais públicos da cidade. Por isso, ser a mulher popular a mais pública dentre todas as outras mulheres. Parte da sua vida era vivida no espaço público.

Fora do trabalho, frequentavam praças, restaurantes, bares, casas de jogos, teatros populares, festas. Nesses locais, na capital paraense, entravam em contato com parentes, amigos e pessoas desconhecidas e desses contatos brotavam amores. As mulheres públicas talvez, pudessem amar mais do que as outras mulheres, isso, muito em virtude da maior possibilidade de mobilidade e circularidade a que estavam sujeitas por causa do trabalho. Mas enquanto o amor significava um evento passageiro do cotidiano para algumas, para outras, representava a remuneração diária: as prostitutas, as mais públicas entre as mulheres públicas.

As mulheres públicas trabalhavam em vários espaços. Em Belém, boa parte delas, no exercício de tarefas limitadas às casas dos patrões, os espaços privados dos patrões, mas não seus. Como as outras mulheres populares, as serviçais domésticas são também mulheres públicas, visto que trabalhavam fora de suas casas e dos limites do seu espaço privado. As fontes pesquisadas sugerem que algumas moças que puderam ter acesso a mais estudos formais almejavam o espaço público. Não exatamente como viviam as mulheres populares, mas almejavam. Embora pesasse sobre elas uma maior exigência moral e fossem educadas para atuarem na discricção do espaço privado do lar como boas esposas, donas-de-casa e mães devotadas, algumas delas almejavam se formar em cursos superiores e trabalhar como médicas, odontólogas, professoras, secretárias, telefonistas... E, segundo indicado na imprensa, essa intenção de trabalharem fora de casa em Belém, fugindo ao que tradicionalmente se esperava das senhoras e senhoritas, não era nova. Em 1869, já se alertava aos pais mais abastados, os quais tinham recursos para fazer as filhas médicas, a não cederem aos caprichos das filhas sonhadoras, porque poderia se tratar ou de uma fútil ambição de lhe chamarem *doutora* ou – e esse era o mais preocupante – de um desejo de emancipação. A imprensa se *preocupava* com o risco que as moças de família corriam ao se tornarem mulheres públicas por meio do exercício profissões que poderiam obter com o ensino acadêmico. No entanto, por outro lado, orgulhava-se com o sucesso de meninas que cursavam os ensinos primário e secundário. Embora soubessem, na prática, que aquele ensino as preparava, sobretudo, para assumir o papel de mães e esposas, as moças que desejavam seguir mais além do determinado para elas sabiam que, para romper esses limites, tinham que passar por ele.

Ao nos voltarmos para o entendimento do mundo do trabalho na capital paraense, as fontes também indicam que mulheres populares também eram mães. Muitas delas devotadas mães de família, submissas ao marido. Algumas conformadas na vida cotidiana dos afazeres domésticos e da *criação* dos filhos. Pareciam felizes, semelhante ao que ocorria com as mulheres de grupos mais abastados, com o marido trabalhador, única fonte de provimento do lar. Toleravam, consoante, ao que também ocorria com as esposas dos grupos mais abastados,

a todos os vícios que seus companheiros pudessem ter: alcoolismo, jogos de azar, vida noturna, amantes... Importavam-nas manter a família. Na tese constatei que o trabalho exercido no espaço doméstico foi uma importante e talvez a única fonte de renda, para muitas mulheres. De fato, nas páginas dos periódicos paraenses, conforme apontei nos capítulos da presente pesquisa, quase que diariamente fomos encontrando histórias de mulheres que compartilhavam da necessidade do provimento de sua própria casa. Por isso, costuravam, lavavam roupas, empregavam-se como serviçais domésticas.

Ao lado disso, vi que havia aquelas que, não optando ou não tendo meios para o casamento, permaneciam solteiras, num tempo em que o casamento fazia parte do que se esperava das mulheres. Mães solteiras. Havia muitas em Belém. Mulheres que não dependiam do homem para sobreviver, nem para sustentar seus filhos. Enquanto o pensamento conservador da época proibia as moças de família de trabalhar com medo da inversão sexual de papel de provedor e da destruição da família – ou mais especificamente dizendo: do modelo burguês de família –, muitas mulheres populares se ajustavam a seus próprios modelos de família, nos quais assumiam papel de chefes e provedoras do lar. Não podiam não ser públicas, visto que o espaço público representava o seu cotidiano, o local onde se garantia o complemento ou, muitas vezes, a única renda familiar. Para as moças de família, bem formadas e educadas, o anseio e o desejo pelo espaço público as moviam pelo fato de ele representar, como oposição ao espaço privado do lar, o ideário de emancipação trazido pelo feminismo. No entanto, tinham repulsa porque, como mulheres de família, aprenderam que o público era o espaço da mulher livre sem pudor, sem moral e sem religião.

No exercício de suas profissões, estas conquistadas também por meio de grande esforço e de enfrentamento a preconceitos, a pesquisa desta tese revela que as mulheres que viviam em Belém, embora em menor número, também estavam nos gabinetes médicos e dentários, na direção de escolas, nas salas de aula, nos escritórios de empresas, nas modernas estações de atendimento telefônico. Estavam, portanto, também trabalhando em espaços públicos onde exerciam a sua profissão fora do lar. No entanto, não saberia precisar se se reconheciam como mulheres públicas. Talvez, compartilhassem com o senso comum da época a ideia de que ser pública seria ser prostituta. O que se pode perceber e que corrobora para os argumentos da tese é que o trabalho feminino foi um meio das mulheres romperem com uma vida muito restrita ao mundo privado à medida que seus ofícios as levavam para fora de suas casas como trabalhadoras domésticas ou em outras funções destacadas nos capítulos. Foi diante disso que busquei remontar uma história de parte dessas *mulheres públicas* que de alguma forma exerceram um trabalho na Belém no período de 1890 a 1920. É uma face das mulheres

belenenses que as mostra bem menos recolhidas ao lar do que se julgava e bem menos submissas aos homens do que se acreditava, salientando-se, contudo, que para as mulheres de elite esses comportamentos, que podem ser pensados como transgressores, podem ter sido também difíceis, já que delas se cobrava bom comportamento, visando bons casamentos e a construção de laços entre famílias do mesmo grupo social. Assim sendo, romper com os limites da representação da mulher idealizada para a vida doméstica, não seria um ato *transgressor*? Transgressoras por se inserirem na esfera pública, temática que traz à tona uma série de questões envolvendo a problemática do *permitido x proibido* para as mulheres a partir do pensamento vigente na época. Este que tratava as *transgressoras* como as mais perigosas e nocivas para a ordem social burguesa, visto que, muito provavelmente contagiadas pelas ideias de emancipação feminina, fruto do movimento feminista, viram a oportunidade de continuarem a sua instrução educacional até a formação superior, passando a exercer uma profissão. Adentrando no espaço masculino e ocupando postos de trabalho antes exclusivo aos homens, são a imagem da ameaça ao progresso da sociedade burguesa por serem vistas como agentes de uma suposta e perigosa inversão nas relações de poder entre os gêneros, almejando assumir o papel de trabalhadoras e, num sentido mais preciso, provedoras do lar.

Nos jornais, com exceção dos anúncios por meio dos quais divulgavam seu trabalho, as informações que se tem sobre elas depois de profissionalizadas são sumárias e, geralmente, ligadas a um evento do cotidiano social: estavam num baile, participavam de um evento religioso, comemoravam seu aniversário, convidavam para um funeral. Comumente antecedidos distintamente pelos pronomes de tratamento *dona*, *senhora* ou *senhorita*, seus nomes, tal como a sua vida e o exercício da sua profissão no espaço público, continuam a ser citados com bastante discrição. Isso porque, embora *transgressoras*, essas mulheres respeitaram o tradicional ideal pensado para elas, tornando-se também, mães e esposas. Eram, portanto, mulheres do lar, de família. Não podiam ser faladas. Pelo menos, não muito, fato que as preservava numa condição de silenciadas, não se contando com registros contundentes que possam informar sobre como teriam vivido suas profissões e muito menos sobre o que pensavam.

Para Belém, não encontrei nas fontes examinadas algum indício de um movimento feminista organizado durante o período analisado. Nem mulheres declaradamente feministas escrevendo para colunas jornalísticas sobre as demandas do movimento. Apenas ideias e novidades do feminismo e das feministas no mundo que circulavam pela cidade desde a segunda metade do século XIX. Contudo, encontrei serviçais domésticas, lavadeiras, costureiras e operárias, provavelmente analfabetas ou parcamente iniciadas nas letras, negras recém-egressas

da escravidão, imigrantes recém-chegadas de outras regiões brasileiras e de países distantes. Mulheres que, encontrando-se na labuta diária pela sobrevivência, levantavam-se, quando necessário contra as eventuais mazelas geradas no convívio próximo das relações abusivas com os patrões nas casas e fábricas onde trabalhavam. Também encontrei nos periódicos pesquisados médicas, odontólogas e professoras, alfabetizadas – as quais provavelmente tiveram contato com essas informações – que souberam utilizar o privilégio da educação para ir além do tradicionalmente estabelecido para elas. Embora conhecendo-as de forma fragmentada, como relampejos em meio a agitação do cotidiano refletido nas páginas dos jornais, a posse da sumária memória da vida dessas mulheres, permitiu-me entender que, mesmo vivendo sob uma atmosfera de repressão moral e desigualdade de gênero, a ação de cada uma delas representa um evento significativo que pode contribuir para a escrita de uma História das Mulheres e do Trabalho numa cidade amazônica como Belém.

Hoje temos mais claro a ideia de que as mulheres sempre trabalharam, sobretudo, as das classes populares. E fora do lar. Trabalhos quase sempre ligados às tarefas domésticas, os tratados como associados aos da *natureza* feminina, mas ainda assim, fora do lar. Resta entender que a elas sempre foi permitido trabalhar e, por vezes, até preferido, dado o baixo salário que a elas poderia se pagar por serem mulheres. Nas fábricas, por exemplo, o salário pago às operárias, tal como o pago às crianças, era muito abaixo do pago aos operários, assim como o das cozinheiras era bem abaixo do que era pago aos cozinheiros. E resta entender também que dentre os jornais pesquisados da cidade de Belém, a imprensa, como porta-voz das ideias de uma classe burguesa conservadora, quando trata de difundir e reforçar a imagem da *mulher de família* que deveria ser conservada – especialmente nas críticas de desqualificação ao movimento feminista da época – é às mulheres de famílias ricas a quem se refere, as que tinham recursos para estudar e se profissionalizar, ignorando as mulheres que lutavam pela sobrevivência cotidiana na capital paraense. O próprio movimento feminista no seu início, a chamada *primeira onda*, era um movimento formado por mulheres oriundas de famílias pertencentes às classes mais elevadas da sociedade que, tais como os homens dessas classes, lutavam por seus próprios interesses. E era transparente nesse perfil elitizado, dedicando-se primeiramente a lutar – e isso fica claro na imprensa –, por direitos à participação política, ao ensino superior, à profissionalização e ao exercício de profissões historicamente reservadas aos homens, ideais estes que se encontravam distantes e indiferentes à realidade da maioria das mulheres pobres, as que tinham *permissão* para trabalhar. Os homens da imprensa tinham consciência disso e sabiam explorar esse marco social mal resolvido entre as feministas do final do século XIX para desqualificar o movimento.

Aparentemente indiferentes a esses problemas, o que percebi, no entanto, foram serviçais domésticas driblando o rigor das letras de um regulamento que pretendia controlar seu comportamento, trabalhadoras autônomas se insurgirem pelo direito de produzir e vender seus produtos a preços justos e operárias protestando contra os abusos sofridos nas fábricas a fim de garantir o trabalho que pudesse gerar recursos par a sua sobrevivência. Ao lado delas, as *senhoritas* rompiam os limites do lar por meio do acesso ao ensino superior, profissionalização e atuação no mercado de trabalho.

Muitas mulheres que encontrei nas páginas dos jornais belenenses podiam ser multifuncionais. Trabalhavam fora ou para fora, mas sempre arranjavam tempo para cuidar dos afazeres do lar. E mais, viu-se que uma mesma mulher podia exercer diversas atividades. Além de cozinheira, lavadeira ou costureira, ainda podia ser amassadeira de açaí, parteira, benzedeira, vidente, quiromante... Para sobreviver, recorriam a inúmeras possibilidades. São mulheres que faziam parte da experiência de uma cidade, Belém, cuja composição social era marcada por uma tradição provinciana que passava por mudanças estruturais que pretendiam transformá-la numa metrópole, organizada pelo conhecimento positivista. As mudanças nas relações de trabalho oriundas da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, colocou o jornalismo paraense, e certamente de outras capitais brasileiras também, frente a novos desafios, entre a convivência com as mudanças sociais e estruturais que culminaram com a presença, em grande número, de mulheres livres no mercado de trabalho. Importante ressaltar que as mulheres vistas nesse estudo são as mulheres representadas pelos jornais. Jornais que tinham em suas redações homens, detentores do conhecimento das letras e responsáveis pela disseminação de ideias por meio de notícias que diariamente circulavam pela cidade.

Há de se relevar que os jornais, como empresas e meio de comunicação, eram, respectivamente, propriedade e produto de grupos de homens que compartilhavam de uma mentalidade que, embora divergissem em aspectos relativos à política, economia e medidas governamentais por estarem vinculados e alinhados a diferentes perspectivas de grupos políticos muitas vezes antagônicos, compartilhavam das ideias conservadoras relativas à educação e ao comportamento das mulheres. Desse modo, os textos por meio dos quais são trazidos ao conhecimento público as mulheres tratadas nesta tese e o que se pensava sobre elas, em particular, sobre as mulheres no mundo do trabalho, são textos que, embora se fundem na realidade, são permeados de expectativas, fantasias e elementos do imaginário que compunham imagens construídas sobre as mulheres pelos homens. Imagens estas compartilhadas, inclusive, com muitas mulheres, algumas vezes levadas pelo rigor da educação que receberam ou por livre escolha, aderiam ao pensamento conservador.

Compartilhadas extensamente nos textos jornalísticos, no entanto, essas imagens não tinham nos jornais, necessariamente, o seu meio inteligível. Como parceiro divulgador, sim, mas não produtor das ideias. Afinal, redatores e articulistas eram também representantes dos grupos masculinos que, em primeira instância, produziam essas imagens, restando aos profissionais do jornalismo, nesse sentido, apenas cumprir, como sujeito masculino, a sua missão de reproduzi-las e reforçá-las no imaginário social por meio dos textos jornalísticos. Digo isso porque não encontrei, na pesquisa realizada até aqui, vestígios de uma imprensa feminina ou de grupos organizados de mulheres envolvidas na direção de algum jornal especificamente feminino e, tampouco, feminista. Entretanto, pude constatar algumas presenças assíduas na imprensa, a exemplos de Maria Valmont e Marguerite Muriel, as quais tinham espaço nos jornais *Folha do Norte* e *A Província do Pará* onde publicavam poemas e atuavam como críticas de artes. Exemplos raros que, embora sugeriram uma presença diminuta, não descartam a possibilidade de que possa ser em maior número dado os obstáculos que as impediam de deixar seus nomes registrados nas páginas dessas gazetas. Por meio desse tipo de fonte, o que sabemos, de fato, ou melhor dizendo, o que podemos conhecer da realidade das mulheres, no entanto, é via registro deixado pelos redatores, articulistas, cronistas, homens que, como agentes e reflexos do pensamento social, tratavam das mulheres e de questões relacionadas às mulheres – do ponto de vista deles, obviamente – mas que falavam e deixaram registrada uma ideia de como tratavam as questões femininas e as questões levantadas por mulheres ligadas ao movimento feminista da época.

Por outro lado, nos jornais é também possível vislumbrar uma cidade que abriga um universo feminino expresso em diversas nuances que mostram mulheres atuantes no cotidiano urbano, nos ambientes privados do lar, do trabalho fora do lar, do coletivo do mundo do lazer e da vida nos espaços públicos. Aparecendo como tema central e mais citado nos jornais, a cidade de Belém é impressa como importante espaço das relações de poderes políticos e sociais onde se travam com mais frequência as lutas pela liberdade individual, de modo particular, nas décadas iniciais do regime republicano, o qual, longe de permitir uma real expansão da participação política, irá se caracterizar por um caráter pouco democrático tendo em vista a restrição da participação popular na vida política. Aqui é importante frisar que, embora fossem divulgadas nos jornais paraenses notícias chegadas do exterior sobre as lutas e conquistas das mulheres pela emancipação, direito ao voto, ao ensino superior e exercício de profissões exclusivamente reservadas aos homens, o Estado permanecia relutante ou, muitas vezes, indiferente, ao que se poderia julgar como direitos dos cidadãos. Isso porque, comandado por homens brancos pertencentes a classes sociais mais elevadas e representantes dos interesses

das oligarquias, obviamente que um tratamento democrático que incluísse toda a população custaria a fazer parte do novo regime de governo instalado no Brasil.

A cidade aparece, assim, como um lugar da modernidade onde as tentativas de modernização eram aplicadas mais como um meio de transformar o seu espaço físico a fim de apresentá-la como atração ao investidor estrangeiro do que como forma imediata de melhoria das condições sociais da população em geral. Alicerçando-se e ratificando-se na dominação masculina, esse ordenamento, manifestando-se, de modo particular, na divisão sexista do trabalho, distribui e atribui, na estrutura do espaço e de modo bastante estrito, as atividades a cada um dos dois sexos, o *lugar* onde deveriam desempenhar e seus instrumentos, opondo o lugar de assembleia e das atividades financeiras do mercado, reservados aos homens, e a casa e as tarefas domésticas, reservadas às mulheres. As mulheres entram nesse processo como um grupo constantemente observado e controlado. Contudo, conforme vimos ao longo da tese, a cidade abre, embora que de forma tortuosa, novas possibilidades com relação ao trabalho feminino. Incluídas no mundo do trabalho urbano, continuariam, porém, excluídas da política, a qual ignoraria, ainda por algumas décadas as tentativas de debates sobre as questões de igualdade de gênero, fosse na participação política, nos direitos civis (dado as resoluções encontradas no Código Civil de 1916) e no mundo do trabalho.

Em resumo, o que quis mostrar é que, embora não tenha encontrado registros de que o feminismo da *primeira onda* tenha mobilizado ações femininas militantes em Belém nas primeiras décadas da República, a imprensa que apresenta e propaga o feminismo e as feministas sob a imagem de ameaça à ordem social estabelecida é a mesma que mostra uma cidade cujo movimento e inserção de agentes femininos em diversos setores do mundo trabalho é intenso, constante e progressivo. Seja como meio de sobrevivência ou de emancipação, no contexto das primeiras décadas do Brasil República, onde vigorava o trabalho livre, fosse para o trabalho autônomo, nos serviços domésticos ou fabris, e onde se via mulheres inserindo-se na educação acadêmica, profissionalizando-se e ocupando postos de trabalhos antes reservados aos homens, o que se constata é que, contrário aos planos masculinos e conservadores dos gestores da República, a ação das mulheres forma no seu interior, embora que de maneira dispersa, o formato de uma verdadeira *república de saias*, por meio da qual ficaria registrada a história do lado feminino do trabalho construtor do regime republicano que a própria República tentaria ignorar. História esta que abrange experiências diversas de mulheres diversas pertencentes a classes sociais diversas, cuja captura de elementos diversos sobre o percurso histórico das suas lutas sociais, tende a esclarecer as múltiplas nuances do trabalho feminino.

Desse modo, nos anos demarcados entre 1890 e 1920, percebi que houve relativos avanços no cenário marcado pela ação feminina em Belém. O percentual de mulheres alfabetizadas e profissionalizadas, geralmente pertencentes a famílias ricas, teve um sensível crescimento, embora certos obstáculos insistissem em obstruir o seu acesso na educação superior. Outras, no entanto, em sua maioria, mulheres pobres e em grande parte analfabetas, as que já trabalhavam a fim de obter seu próprio sustento, usufruindo de relativa autonomia em relação à dependência econômica masculina, também sabiam, a seu modo, defender-se das repressões de caráter sexistas e socialmente impostas que afetavam o seu trabalho. Entretanto, o que se torna comum entre essas mulheres é o poder masculino que as afetava principalmente no plano dos valores morais, de modo que tinham que lidar com restrições de acesso a certas profissões e más condições de trabalho em setores reservados a seu ofício, além de estarem sob constante ameaça de diversos tipos de assédio.

Assim, quero dizer que o estudo aqui realizado, sobretudo, ocupando-se em examinar as ações das mulheres sob a perspectiva do trabalho em Belém, sendo possível por meio da imprensa, permitiu-me adentrar espaços das casas (de modo especial, a cozinha), das fábricas, das salas de aula, dos ateliers, dos gabinetes médicos e dentários, das secretarias de firmas, bem como dos lavadouros e quaradouros. E nesse universo de espaços e setores de trabalhos diversos onde as mulheres se encontram distribuídas frequentemente sob os marcos social e racial, não pude deixar de notar um ponto comum que as afetava igualmente: o salário inferior em relação aos homens. Mais de um século depois, quando, embora atuassem no mesmo ofício exercido por homens, cozinheiras ganhavam menos do que cozinheiros, modistas menos do que alfaiates, as operárias menos do que operários, as secretárias menos do que secretários, as odontólogas menos do que odontólogos, as médicas menos do que médicos, no século XXI, quando as mulheres já se encontram plenamente integradas ao mundo do trabalho, em algumas circunstâncias, a discriminação em relação ao gênero ainda se faz presente na prática do assalariamento inferior às mulheres em relação aos homens.

Prática esta que passou indiferente e persistiu mesmo depois da Consolidação das Leis do Trabalho, prevista na Constituição Republicana Brasileira de 1934 e nas convenções internacionais que proibiam a desigualdade de salários entre homens e mulheres. De fato, a discriminação salarial persistente é tão presente na vida das mulheres trabalhadoras que no Brasil, em pleno ano de 2023, necessitou-se de uma Lei, aprovada no dia 8 de março no Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, sob o número 14.611/2023, a qual torna obrigatória a igualdade salarial e critérios remuneratórios entre mulheres e homens na realização de trabalho de igual valor ou no exercício da mesma

função como medida no combate à discriminação por motivo de sexo e que força os patrões a apresentar ao governo, para fins de fiscalização, relatórios semestrais das folhas de pagamentos.

Fontes

Jornais

A Constituição (1874-1886)
A Escola (1892)
A Província do Pará (1897-1910)
A República (1886-1900)
Amazônia (1888)
Correio Paraense (1892-1894)
Diário de Belém (1870-1889)
Diário de Notícias (1881-1898)
Diário do Gram-Pará (1880-1886)
Diário Oficial (1910-1920)
Estado do Pará (1911-1922)
Folha do Norte (1897-1920)
Gazeta Postal (1892-1893)
Jornal das Novidades (1888)
O Apologista Cristão Brasileiro (1899-1907)
O Democrata (1890-1903)
O Empregado do Comércio (1899)
O Liberal do Pará (1880-1889)
O Pará (1897-1900)

Consultados no Arquivos do Setor de Microfilmagem da Fundação da Biblioteca Pública Arthur Viana, da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital (<https://bndigital.bn.gov.br>) e do Acervo Digitalizado do Centro de Memória da Amazônia (<https://www.cma.ufpa.br>).

Álbum do Estado do Pará. Mandado organizar por S. Ex. o Sr. Dr. Augusto Montenegro, governador do Estado: oito anos do governo (1901 a 1909). Paris: Imprimerie Chaponet, 1908. Endereço eletrônico: <http://www.fcp.pa.gov.br>. Acessado em 3 de agosto de 2022.

Almanach Paraense para o ano de 1906. Organizado e redigido pelos Irmãos Moraes. Ano II. Belém (PA): Tipografia do Instituto Lauro Sodré, 1906, p. 114. Endereço eletrônico: <http://www.fcp.pa.gov.br>. Acessado em 24 de junho de 2022.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial para o ano de 1868. Belém, PA: Ed. Carlos Seidl & C.^a, 1868. Endereço eletrônico: <https://memoria.bn.br>. Acessado em 13 de junho de 2018.

Anuário de Belém em comemoração ao seu Tricentenário (1516-1916). Organizado em colaboração por um grupo de intelectuais por iniciativa do Engenheiro Ignácio Moura. E. U. do Brasil, Estado do Pará: Imprensa Oficial, 1915. Endereço eletrônico: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br>. Acessado em 13 de janeiro de 2019.

Atos e Decisões do Executivo Municipal (1897-1901). 3 de novembro de 1901. Belém: Secção de Obras a vapor d'A *Província do Pará*, 1902.

Código Civil Brasileiro – 1916. Endereço eletrônico: <https://www.planalto.gov.br>. Acessado em 18 de janeiro de 2020.

Código de Posturas da Intendência Municipal de Belém Aprovado pelo decreto nº 247 de 18 de Dezembro de 1890. Pará: Impresso na typ. d' Replública, 1891. Arquivo Público do Pará. colaboração por um grupo de intelectuais por iniciativa do eng. Ignacio Moura. Editora: Imprensa Oficial, 1915. Disponível no Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Endereço eletrônico: <http://memoria.bn.br>. Acessado em 25 de outubro de 2018.

Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824; **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** de 24 de fevereiro de 1891. Endereço eletrônico: <https://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acessado em 4 de fevereiro de 2022.

Guia. *El Pará.* Españoles, leed este folleto antes de emigrar. Barcelona: Tipografia La Academica, 1895.

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado pelo Governador do Estado Lauro Sodré. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1918. Endereço eletrônico: <http://memoria.bn.br>. Acessado em 20 de junho de 2022.

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado pelo Governador do Estado Antonino E. de Souza Castro. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1924. Endereço eletrônico: <http://memoria.bn.br>. Acessado em 20 de junho de 2022.

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado pelo Governador do Estado Antonino E. de Souza Castro. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1930. Endereço eletrônico: <http://memoria.bn.br>. Acessado em 20 de junho de 2022.

Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado pelo Governador do Estado Augusto Montenegro. Belém: Imprensa Oficial, 1906. Endereço eletrônico: <http://memoria.bn.br>. Acessado em 20 de junho de 2022.

Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo governador João Antônio Luiz Coelho. Belém: Imprensa Oficial, 1910. Endereço eletrônico: <http://memoria.bn.br>. Acessado em 13 de novembro de 2022.

Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1903 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, governador do Estado. Belém – Pará: Imprensa Oficial, 1903. Endereço eletrônico: <http://memoria.bn.br>. Acessado em 20 de junho de 2022.

Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1907 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, governador do Estado. Belém – Pará: Imprensa Oficial, 1907, p. 34. Endereço eletrônico: <http://memoria.bn.br>. Acessado em 20 de junho de 2022.

O Estado do Pará na Exposição Nacional do Rio de Janeiro (1908). Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1908. Endereço eletrônico: <https://fauufpa.files.wordpress.com>. Acessado em 20 de junho de 2019.

O Estado do Pará: apontamentos para a Exposição de Chicago (1892). Sem informações bibliográficas, p. 113. Acervo digital UFPA 2.0. Endereço eletrônico: <https://issuu.com>. Acessado em 13 de janeiro de 2019.

O Município de Belém, 1904. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de novembro de 1905 pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém, Arquivo da Intendência Municipal, 1905, p. 155-156. Endereço eletrônico: <https://fauufpa.org>. Acessado em 22 de julho de 2022.

Recenseamento da População do Brasil por Estado e municípios segundo o sexo, a idade e a nacionalidade, realizado em 1 de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1928. Consultado no Acervo Digital da Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acessado em 25 de outubro de 2022.

Regulamento da Escola Livre de Odontologia do Pará. Publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, 13 de setembro de 1914, ed. 6711, p. 485. Acervo Digital do Centro de Memória da Amazônia. Endereço eletrônico: <https://ufpabr.sharepoint.com>. Acessado em 26 de fevereiro de 2022.

Revista Comercial, Industrial e Agrícola do Pará publicada pela Associação Comercial do Pará. Belém (PA): Tipografia Delta Tipografia Delta, ano IX, nº 3, junho, 1919, p. 30-31. Endereço eletrônico: <https://memoria.bn.br>. Acessado em 18 de agosto de 2022.

Revista Norte Odontológico, revista trimestral. Belém - PA, nº 1, v. 1, 1917, p. 17. Endereço eletrônico: <http://www.fcp.pa.gov.br>. Acessado em 26 de setembro de 2022.

Referências bibliográficas

ABREU, Alice R. P. *O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção*. São Paulo: Hucitec, 1986.

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. *As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2010. Endereço eletrônico: <https://sapientia.pucsp.br>. Acessado em 13 de dezembro de 2020.

_____. *O termo insultuoso: ofensas verbais, história e sensibilidades na Belém do Grão Pará (1850-1900)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; D'INCÃO, Maria Ângela (Orgs.) **A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia**. Belém: GPEM, 1995.

ÁLVARES, Maria Luzia. *Saias, laços e ligas: construindo imagens e lutas (um estudo sobre as formas de participação política e partidária das mulheres paraenses – 1910/1937)*. Belém: Paka-Tatu, 2020.

AMADOR, Luiza Helena Miranda. *“Degenerados e Contagiantes”*: a luta contra a sífilis no Pará (1915-1934). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2015.

AMORIM, Marina Alves. “*Combates pela História*”: a “guerra dos sexos” na historiografia. Cadernos Pagu, n. 2, 2003, pp. 217-244.

ASSIS, Machado de. *A Mulher Pálida*, p. 6. In: Machado de Assis. *A Mulher Pálida*, publicado originalmente em *A Estação*, 15/08/1881 e 30/09/1881. Endereço eletrônico: <http://www2.uol.com.br>. Acessado em 12 de dezembro de 2022.

AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. São Paulo: Maria Claret, 2002.

AZEVEDO, J. Eustachio de. *Antologia Amazônica* (poetas paraenses). Belém: Tipografia da Casa Editora Pinto Barbosa, 1904, pp. 37-42.

BARBOSA, Everton Vieira. *Costuras em papel: a moda parisiense e suas relações com o Rio de Janeiro e São Paulo*. Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2021. Endereço eletrônico: <https://www.historia.uff.br>. Acessado em: 20 de março de 2021

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BATALHA, Cláudio. *Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva*. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente: Da Proclamação da República à Revolução de 1930**. V. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 161-190.

BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2004.

BASSANEZI, Carla. *Mulheres dos Anos Dourados*. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 607-639.

BESSE, S. K. *Modernizando a Desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil. 1914-1940*. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BEZERRA NETO, José Maia. *Se bom cativo, liberto melhor ainda: escravos, senhores e visões emancipadoras (1850-1888)*. In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomas (Orgs.). **Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição**. São Paulo: Edusp, 2015, pp. 3-25.

BOURIDEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Tradução: Maria Helena Kühner. - 11^o ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *A mulher no espaço público*. Revista Brasileira de História São Paulo: ANPUH/Editora Marco Zero, n^o 18, v. 09, 1989.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de Papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. Edições Loyola; São Paulo, 1981.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAMPOS, Ipojucan Dias. *Educação feminina na Belle-Époque belenense (1890-1900)*. Educação e Fronteiras. Dourados/MS, v.2, n.6, set./dez., 2012, pp.103-115. Endereço eletrônico: <https://ojs.ufgd.edu.br>. Acessado em 3 de fevereiro de 2018.

CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. *Trabalho e emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)*, p. 51. Dissertação (Mestrado). PPHIST – Universidade Federal do Amazonas, 2010. Endereço eletrônico: <https://tede.ufam.edu.br>. Acessado em 13 de maio de 2018.

CAMPOS, Raquel Discini de. *Mulheres e crianças na imprensa paulista, (1920-1940): educação e história*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e Família em uma Capital Amazônica (Belém, 1870-1920)*. Belém: Ed. Açaí, 2011.

CANCELA, Cristina Donza; TAVARES, Anndrea. *Mulheres, imigração portuguesa e gênero (Pará – 1850-1930)*. In: **História das mulheres na Amazônia: (Pará, século XVIII aos dias atuais)**. (Orgs.) Cristina Donza Cancela; Natália Cavalcante; Ana Lídia Nuar; Rosângela Quintela. São Paulo: Livraria da Física, 2023. pp 205-225

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. *Procura-se uma “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”*: uma cartografia das amas de leite na sociedade carioca (1850-1888). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília. 2006. Endereço eletrônico: <https://repositorio.unb.br>. Acessado em 21 de maio de 2020.

CARULA, Karoline. *Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em “A Mãe de Família”*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, pp.197-214. Endereço eletrônico: <https://www.scielo.br>. Acessado em 9 de outubro de 2019.

CARVALHO, Cristiana Leite. *A transformação no mercado de serviços odontológicos e as disputas pelo monopólio da prática odontológica no século XIX*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 13, n. 1, jan./mar., 2006, pp. 55-76

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Mary Garcia. *Marxismo, feminismos e feminismo marxista: mais que um gênero em tempos neoliberais*. Crítica Marxista, n. 11, São Paulo, 2000, pp. 98-108

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2001.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Revista Estudos avançados, São Paulo, v.5, n.11, jan./abr., 1991.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.

COLLING, Ana Maria. *As primeiras médicas brasileiras: “mulheres à frente de seu tempo”*. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 24, jul./dez., 2011, pp. 169-183. Endereço eletrônico: <https://www.scielo.br>. Acessado em 14 de julho de 2023.

CORRÊA, Mariza. *Sobre a invenção da mulata*. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 6/7, 2010, pp. 35-50. Endereço eletrônico: <https://periodicos.sbu.unicamp.br>. Acessado em 4 de setembro de 2024.

COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília Maria B. *O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva*. In: COSTA, Ana Alice.; SARDENBERG, Cecília Maria B. (Orgs.). **O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

_____. *Feminismos, feministas e movimentos sociais*. In: BRANDÃO, Maria Luiza; BINGEMER, Maria Clara (Orgs.). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política*. Revista Gênero, v. 5, nº 2, 2005. Endereço eletrônico: <https://periodicos.uff.br>. Acessado em: 4 de julho de 2019.

COSTA, Edivando. *Civilizar a nação pela instrução pública: formação de professores e ensino primário no Pará (1891-1909)*. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós Graduação de História (PPHIST), Belém (PA), 2015. Endereço eletrônico: <https://repositorio.ufpa.br>. Acessado em 12 de agosto de 2020.

COSTA, Jurandir F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal. 2004.

COSTA, Suely Gomes. *Onda, rizoma e sororidade como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos*. (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). Revista InterThesis, Florianópolis, vol. 6, nº 2, 2009. Endereço eletrônico: <https://periodicos.ufsc.br/>. Acessado em 27 de agosto de 2020.

CRENSHA, Kimberle. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002.

CRUZ, Ernesto. *A água de Belém: sistemas de abastecimento usados na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1944. Endereço eletrônico: www.obrasraras.fcp.pa.gov.br. Acessado em 7 de dezembro de 2022.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara e Koogan, 1991.

DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *O supérfluo e o ordinário: as coisas banais e o nascimento do consumo - Coisas de mulher*. In: DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira: império**. São Paulo: LeYa, v. 2, cap.12, 2016, pp.284-299.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho*. Estudos Econômicos, São Paulo, n. 15, 1985, pp. 89-109. Endereço eletrônico: <https://www.revistas.usp.br>. Acessado em 17 de janeiro de 2024.

_____. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Dicionário Online de Português. Endereço eletrônico: <https://www.dicio.com.br>. Acessado em 23 de junho de 2023.

Dicionário Origem da Palavra. Endereço eletrônico: <https://origemdapalavra.com.br>. Acessado em 23 de junho de 2023.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa Feminina e Feminista no Brasil: nos primórdios da emancipação*. Revista XIX: Insubmissas no século XIX, v. 1, nº 4, 2017. Endereço eletrônico: <https://periodicos.unb.br>. Acessado em 21 de junho de 2020.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FARGE, Arlette. *Vivre dans la rue à Paris au XVIII e siècle*. Paris: Éditions Gallimard/Éditions Julliard, 1992.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FERLA, Luís Antônio Coelho. *Corpos estranhos na intimidade do lar: as empregadas domésticas no Brasil da primeira metade do século XX*. In: XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, 2011. Endereço eletrônico: <https://anpuh.org.br>. Acessado em 21 de agosto de 2022.

FERREIRA, Sara Vasconcelos; SALES, Germana Maria Araújo. *A Província do Pará e a recepção crítica das produções literárias femininas*. Contexto. Vitória, n. 38, 2020.

FERRUGGIA, Gemma. *Nostra Signora del Mar dolce: missioni e paesaggi de Amazzonia*. Milano: Tipografia Editrice L. F. Cogliate, 1901.

FIGUEIREDO, Aldrin. *Esculápios bélicos: a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará e as efemérides cívicas da nação brasileira, 1914-1922*. In: Documentos Culturais, n. 7. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 2006. Endereço eletrônico: <https://www.academia.edu>. Acessado em 10 de dezembro de 2020.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes. 2009.

FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. *Introdução: ordens e liberdades*. In: **História das Mulheres. O século XIX**. FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Orgs.). Porto (POR): Afrontamento, 1991.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 21ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981, p. 3-87.

GARVÃO, Rodrigo Fraga. *A imigração subsidiada: os contratos para introdução de espanhóis no Pará*. *Crítica Histórica*, Maceió, v. 6, n. 11, jul. 2015, pp. 174-195. Endereço eletrônico: <https://www.seer.ufal.br>. Acesso em 11 de junho de 2022.

GARZONI, Larice de Castro. *Nas fronteiras do não-trabalho: trabalhadoras pobres e as definições de vadiagem no início do século XX*. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 1, n. 2, 2009, pp. 65-93. Endereço eletrônico: <https://periodicos.ufsc.br>. Acesso em 16 março de 2023.

GRAHAM, Sandra. *Proteção e obediência: criados e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910)*. São Paulo, Companhias das Letras, 1992.

GREGORI, Juciane de. *Feminismos e resistência: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos*. *Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia-MG, v. 30, n. 2, jul./dez., 2017, pp. 47-69. Endereço eletrônico: <http://www.seer.ufu.br>. Acessado em 9 de janeiro de 2020.

HANER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850- 1937)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HILL, Bridget. *Algumas considerações sobre as empregadas domésticas na Inglaterra do século XVIII e do Terceiro Mundo de hoje*. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 14, set. 1995, pp. 22-33.

HILL, Bridget. *Servant: English domestics in the Eighteenth Century*. New York: The Clarendon Press, 1996.

HOBBSBAWN. Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro-RJ, Paz e Terra, 1988.

JULISKA RAGO, Elisabeth. *A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX*. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 15, 2015, pp. 199-225. Endereço eletrônico: <https://ieg.ufsc.br>. Acessado em 20 de dezembro de 2023.

JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão-Pará*. Belém: EDUFPA; Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2004.

LACERDA, Franciane Gama. *Cidade Viva: Belém do Pará na virada do século XIX para o XX*. In: SARGES, Maria de Nazaré; LACERDA, Franciane Gama (Orgs.). **Belém do Pará: História, Cultura e Cidade. Para além dos 400 anos**. Belém: Editora Açáí, 2016.

_____. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Belém: Ed. Açáí, 2010.

LIMA, Maria Roseane Corrêa Pinto. *Barbadianos negros e estrangeiros: trabalho, racismo, identidade e memória em Belém de início do século XX*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

LOBÃO JUNIOR, Eduardo Léger. *O mestiço na sociedade belenense*. Belém (PA): Tipografia Tavares Cardoso, 1901. Endereço eletrônico: <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br>. Acessado em 14 de outubro de 2022.

LOBO, Marcelo Ferreira. “*Quanto se dá aqui para o balde?*”: as discussões sobre a regulamentação do serviço doméstico em Belém (1888-1889). *História, histórias*, Brasília, DF, v. 4, n. 8, 2016, pp. 113-130. Endereço eletrônico: <https://periodicos.unb.br>. Acessado em 23 de junho de 2022.

LOURO, Guacira. Lopes. *Mulheres na sala de aula*. In: **História das mulheres no Brasil**. Mary Del Priore (Org.). 10ª ed. – São Paulo: Contexto, 2020.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo, Academia e interdisciplinaridade*. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. pp. 24-38.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do mundo feminino*. In: NOVAIS, Fernando A; SEVCENKO, Nicolau. (Orgs.) **História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 368-421.

MARTINS JÚNIOR, Rui Jorge Moraes. *Visto, logo existo: moda, sociabilidade feminina e consumo em Belém no limiar do século XX*. Dissertação de Mestrado – Universidades Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2010. Endereço eletrônico: <http://repositorio.ufpa.br>. Acessado em 18 de junho de 2018.

MARTINS, Ana Paula Antunes. *O Sujeito “nas ondas” do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade*. *Revista Café com Sociologia*, vol.4, nº1, jan./abr., 2015, pp. 231-246. Endereço eletrônico: <https://revistacafecomsociologia.com>. Acessado em 18 de maio de 2019.

MATOS, Maria Izilda Santos de; CARMO, Bruno Bortoloto do. *Um “Porto maldito”:* epidemias, cotidiano e medo SANTOS (1880/1900). *Revista de História*, São Paulo, nº 181, 2022. Endereço eletrônico: <https://www.scielo.br>. Acessado em 12 de dezembro de 2024.

MATOS, Maria Izilda Santos de; SOHIET Rachel. *Corpos e Debates*. SP: Ed. UNESP, 2005.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Por uma possível história do sorriso: institucionalização, ações e representações*. São Paulo: Hucitec, 2018.

_____. *Corpos e emoções: história, gênero e sensibilidades*. São Paulo: Manuscritos, 2018.

_____. *Costurar e Batalhar: o cotidiano de trabalho e de luta feminino*. São Paulo – 1900-1930. In: *Feminismos: Teorias e Perspectivas*. Vol. 8, nº 112, 2000, pp 269-284. Endereço eletrônico: <https://periodicos.unb.br>. Acessado em 4 de janeiro de 2021.

_____. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru (SP): EDUSC, 2002.

_____. *Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico*. In: **O Corpo feminino em debate**. Maria Izilda Santos de Matos; Rachel Soihet (Orgs.). São Paulo: Editora UNESP, 2003. pp. 107-127.

_____. *Por Uma história da mulher*. São Paulo: Edusc, 2000.

MEIRA, Clóvis Olinto de Bastos. *Médicos de outrora no Pará*. Belém: Grafisa, 1986.

MELO, Clarice Nascimento de. *Sendas da escolarização feminina no Pará*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, out, 2011, pp. 83-102. Endereço eletrônico: <https://periodicos.sbu.unicamp.br>. Acessado em 17 de fevereiro de 2020.

MENEZES, Bianca Sotero de. *Imprensa e gênero: a condição feminina e as representações da mulher amazonense na imprensa provincial (1850-1889)* Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. Endereço eletrônico: <https://tede.ufam.edu.br>. Acessado em 15 de julho de 2020.

Michaelis. Dicionário da Língua Portuguesa. Endereço eletrônico: <https://michaelis.uol.com.br>. Acessado em 25 de junho de 2023.

MIRANDA, Aristoteles Guilliod de; ABREU JR., José Maria de Castro. *Anna Turan Machado Falcão (1862-1940): a pioneira médica esquecida da Amazônia*. Revista Pan-Amaz Saúde, 3(1), 2012, pp:11-17. Endereço eletrônico: <https://repositorio.ufpa.br>. Acessado em 19 de agosto de 2020.

MONTELEONE, Joana de Moraes. *Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: o trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920)*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 27, nº 1, 2019. Endereço eletrônico: <https://periodicos.ufsc.br>. Acessado em 25 de janeiro de 2020.

MORAES, Mirtes de. *Imagens e ações: representações e práticas médicas na luta contra a tuberculose em São Paulo (1899-1930)*. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000. Endereço eletrônico: <https://tede2.pucsp.br>. Acessado em 13 de maio de 2023.

MOTT, Maria Lucia. *‘Moças e senhoras dentistas’: formação, titulação e mercado de trabalho nas primeiras décadas da República*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, Supl., p. 97-116, jun. 2008. Endereço eletrônico: <https://www.scielo.br>. Acessado em 20 de junho de 2022.

MOURA, Nayara Aparecida. *A primeira onda feminista no Brasil: uma análise a partir do jornal “A Família” do século XIX (1888-1894)*. Revista Discente da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, Recife, v. 2, n. 2, 2018, pp. 62-86. Endereço eletrônico: <https://periodicos.ufpe.br>. Acessado em 30 de outubro de 2021.

MOURÃO, Leila. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas Memórias da indústria Paraense. Endereço eletrônico: <https://www.abphe.org.br>. Acessado em 27 de junho de 2019.

MUZART, Zahidé Lupinacci. *Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX*. Estudos Feministas, Florianópolis, 11(1), jan./jun., 2003, pp. 225-233. Endereço eletrônico: <https://periodicos.ufsc.br>. Acessado em 3 de agosto de 2020.

NÚÑEZ, Martín Paradelo. *Mulher, trabalho e anarquismo*. In: RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história: Descobrimos historicamente o gênero**. Edita: CNT-Compostela, agosto de 2012.

OLIVEIRA, Cláudia de. *A iconografia do moderno: a representação da vida urbana*. In: OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Monica Pimenta; LINS, Vera. **O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OLIVEIRA, Richard Bertolini de. *Três atos e vinte e nove pares de meias justas: perfis biográficos de Pepa Ruiz*. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras – Teoria Literária e Crítica da Cultura da Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei (MG), 2016. Disponível em: www.ufsj.edu.br. Acessado em 1 de maio de 2020.

PALHA, Bárbara da Fonseca. *História de Trabalhadoras Escravas na Belém do século XIX*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: São Paulo, julho, 2011, pp. 1-12. Endereço eletrônico: <http://www.snh2011.anpuh.org>. Acessado em 15 de junho de 2020.

PALHARINI, Luciana Aparecida; FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. *Gênero, história e medicalização do parto: a exposição “Mulheres e práticas de saúde”*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.25, n.4, out./dez. 2018. p.1039-1061. Endereço eletrônico: <https://www.scielo.br>. Acessado em 17 de abril de 2020.

PASSOS, Elizete. *De anjos a mulheres: ideologias e valores na formação de enfermeiras*. Salvador: EDUFBA, 2012. Endereço eletrônico: <https://static.scielo.org>. acessado em 22 de junho de 2022.

PEÇANHA, Natália Batista. *O Trabalho e a Cidade: Uma análise do serviço doméstico e a circulação de criadas estrangeiras na cidade do Rio de Janeiro (1880-1930)*. Revista del CESLA, vol. 27, 2021, pp. 75-92. Endereço eletrônico: <https://www.redalyc.org>. Acessado em 10 de agosto de 2022.

PEDRO, Joana Maria. *O Feminismo de “Segunda Onda”*. Corpo, Prazer e Trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto., 2013.

_____. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. História, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005.

PEREIRA NETO, André de Farias. *Ser médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____. *História dos quartos*. Tradução: Alcida Brant. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. *Mulheres públicas*. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

_____. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINSKY, Carla Bassanezi. *A era dos modelos rígidos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Feminismo, História e Poder*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 1994.

PRIORE, Mary Del. “*História das Mulheres: as vozes do silêncio*”. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

_____. *Trabalho feminino e sexualidade*. In: **História das mulheres no Brasil** Mary del Priore (Org.). São Paulo: Contexto, 2004, p. 484-507. Endereço eletrônico: <https://democraciadireitoogenero.files.wordpress.com>. Acessado em 14 de maio de 2019.

_____. *Epistemologia feminista, gênero e história*. In: **Masculino, Feminino, Plural**. Joana Pedro; Mirian Grossi (Orgs.). Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

REIS, Laura Junqueira de Mello. “*Encarrega-se de fazer tudo que lhe encomendar a moda*”: o trabalho das modistas e costureiras (Rio de Janeiro, 1815- 1840). ANPUH- Brasil – 31º Simpósio Nacional de História, Rio de Janeiro/RJ, 2021, pp. 1-13. Endereço eletrônico: www.snh2021.anpuh.org. Acessado em 20 de abril de 2022.

REZENDE, Bibiana. *De escravas a vagabundas: as trabalhadoras domésticas e o não-trabalho na transição do século XIX para o século XX*. Revista Pegada, vol. 20. n.1, Janeiro-Abril. 2019. Endereço eletrônico: <https://revista.fct.unesp.br>. Acessado em 8 de abril de 2022.

RONCADOR, Sônia. *O demônio familiar: lavadeiras, amas-de-leite e criadas na narrativa de Júlia Lopes de Almeida*. Luso-Brazilian Review. 2007. vol. 44, pp 94-119.

RUFINONI, Simone Rossinetti. *Um país dentro da casa: o caráter político do espaço doméstico em três romances brasileiros*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 33, n. 97, 2019, pp. 277-302.

SALES, Tatiane da Silva. *Graduandas da Ilha: um estudo sobre a presença feminina nos cursos de Farmácia, Odontologia e Direito em São Luís/MA (1940-1979)*. Tese apresentada ao

Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Doutorado em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, 2017.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres e povoamento*: São Paulo (Século XVII). Bauru-SP: EDUSC, 2003.

SAMARA, Eni de Mesquita. *O Que Mudou na Família Brasileira?* da Colônia à Atualidade. **Psicologia USP**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 27-48, 2002. Endereço eletrônico: <https://doi.org>. Acessado em 10 de junho de 2024

SANTOS, Carlos J. Ferreira dos. *Nem tudo era italiano*: São Paulo e Pobreza (1890-1915). Annablume: São Paulo, 1998.

SANTOS, Marli dos; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. *Jornalismo no feminino*: a mulher jornalista, subjetividades e atuação profissional. C&S – São Bernardo do Campo, v. 38, n. 3, set./dez. 2016, pp. 35-58. Endereço eletrônico: <https://www.metodista.br/revistas>. Acessado em 8 de abril de 2023.

SANTOS, Mayara Priscilla de Jesus dos. *Maria Odília Teixeira*: a primeira médica negra da Faculdade de Medicina da Bahia (1884- 1937). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2019. Endereço eletrônico: <https://repositorio.ufba.br>. Acessado em 17 de outubro de 2021.

SANTOS, Simone Adriani dos. *Senhoras e criadas no espaço doméstico, São Paulo (1875-1928)*. Dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2015. Endereço eletrônico: <http://revistas.uneb.br>. Acessado em 13 de dezembro de 2024.

SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. *Belém*: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912). Belém: Paka-Tatu. 2010.

_____. *A “Galícia” paraense: imigração espanhola em Belém do Pará (1890-1910)*. In: ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado; CHAMBOULEYRON, Rafael (Orgs.). *Tópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Açai, v. 1, 2010, pp. 201-218.

SCHAPOCHNIK, Nelson. *Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade*. In: **História da Vida Privada no Brasil**: República: da Belle Époque à Era do Rádio. Nicolau Sevcenko (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 423-510.

SCOTT, Joan Walach. *A mulher trabalhadora*. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Dir.). **História das mulheres no ocidente**. Porto (POR): Afrontamento, Vol.4: O século XIX, 1994.

_____. *Gênero*: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995. Endereço eletrônico: <https://seer.ufrgs.br>. Acessado em 13 de setembro de 2019.

_____. *História das Mulheres*. In: BURKE, Peter. (org.) **A Escrita da História**: novas perspectivas. 4^a ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, João Luiz Maximo da. *Alimentação e transformações urbanas em São Paulo no século XIX*. Almanack. Guarulhos, n.07, 1º semestre de 2014, pp.81-94. Endereço eletrônico: www.scielo.br. Acessado em 16 de julho de 2022.

SILVA, Maciel Henrique. *Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910)*. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: Salvador, 2011. Endereço eletrônico: <https://repositorio.ufba.br>. Acessado em 7 de agosto de 2022.

_____. *O mundo do trabalho doméstico entre o costume e a lei: experiências sociais de trabalhadoras domésticas de recife e de salvador na escravidão e no pós-abolição*. Tempos Históricos, v. 21, 1º Semestre de 2017, p. 16-38. Endereço eletrônico: <https://e-revista.unioeste.br>. Acessado em 14 de junho de 2024.

_____. *O trabalho doméstico livre e a lei nos anos finais da escravidão no Brasil*. VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 15 a 18 de maio de 2013. Endereço eletrônico: <https://labhstc.paginas.ufsc.br>. Acessado em 23 de janeiro de 2022.

SILVA, Roseane Freitas. *Amores e desamores em querelas jurídicas: relação de gênero em processo-crimes de defloração – São Luís (1890-1925)*. São Luís. EDUFMA, 2009.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. *Trajetória da historiografia das mulheres no brasil*. Revista Politeia: História e Sociologia. Vitória da Conquista (BA), v. 8, n. 1, 2008, pp. 223-231.

SIQUEIRA, Camila Karla Barbosa. *As três ondas do movimento feminista e suas repercussões no direito brasileiro*. XXIV Congresso Nacional do CONPEDI, 2015.

SOARES, Karol Gillet. *As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910)*. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2008. Endereço eletrônico: <https://pphist.propesp.ufpa.br>. acessado em 17 de setembro de 2017.

SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. *Feminismo ou feminismos? Uma questão no Rio de Janeiro nos anos 1970/1980*. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7, Florianópolis, 2006.

_____. *Sutileza, ironia e zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação*. In: **Mulher, gênero e sociedade**. MURARO, Rose Marie (Org.). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. Endereço eletrônico: <https://www.labrys.net.br>. Acessado em 20 de junho de 2020.

_____. *Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas*. In: Revista Estudos Feministas. V.5, Nº1, 1º semestre, Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências

Sociais – IFCS/UFRJ, 1997, pp. 7-29. Endereço eletrônico: <https://periodicos.ufsc.br>. Acessado em 25 de janeiro de 2021.

_____. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana – 1890-1929*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero*. Revista Brasileira de História, v. 27, 2007.

SOUSA José Weyne de Freitas. *Artificios, criadas e chicos as experiências urbanas das crianças órfãs e pobres em Fortaleza (1877-1915)*. Dissertação de Mestrado apresentado à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004. Endereço eletrônico: <http://tede2.pucsp.br>. Acessado em 19 de novembro de 2024.

SPINOSA, Vanessa. *Pela navalha: cotidiano, moradia e intimidade (Belém 1930)*. Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica – SP, 2005. Endereço eletrônico: <https://sapientia.pucsp.br>. Acessado em 15 de dezembro de 2024.

TAVARES JÚNIOR, Raimundo William. *Um viveiro de mestres: a Escola Normal e a cidade de Belém do Pará em tempos de modernização (1890-1920)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012. Endereço eletrônico: <https://tede.pucsp.br>. Acessado em 30 de junho de 2023.

TAVARES, Maria Lucilena Gonzaga Costa. *Laços luso-paraenses na imprensa oitocentista*. Belém (PA): UFPA, Cátedra João Lúcio de Azevedo, 2020.

TELLES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TELLES, Norma. *Escritoras, Escritas, Escrituras*. In: PIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

TEXEIRA, Nírcia Cecília Ribas Borges. *Entre o público e o privado: imprensa e representação feminina*. Revista Encuentros, Universidad Autónoma del Caribe, v. 12, nº 2, 2014.

THOMPSON, E. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2002.

VIEIRA, Elis Regina Corrêa. *Manchete do dia: imprensa paraense e saneamento rural (1917-1924)* / Elis Regina Corrêa Vieira. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2016.

WEINSTEIN, Barbara. *As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não-qualificadas a esposas profissionais*. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 4, p. 143–171, 2008. Endereço eletrônico: <https://periodicos.sbu.unicamp.br>. Acesso em 30 de janeiro de 2020.

ZICMAN, Renée Barata. *História através da Imprensa: Algumas Considerações Metodológicas*. Revista História e Historiografia. São Paulo, n. 4, p. 89-102, jun. 1985. Endereço eletrônico: <https://revistas.pucsp.br>. Acessado em 18 de maio de 2019.

ZIRBEL, Ilze. *Ondas do feminismo*. Blogs de Ciências da Universidade Estadual de Campinas: Revista Mulheres na Filosofia, v. 7, nº 2, 2021, pp. 10-30. Endereço eletrônico: <https://www.blogs.unicamp.br>. Acessado em 11 de dezembro de 2024.